

**Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Programa de Pós-graduação em Geografia:
Tratamento da Informação Espacial**

CIDADE E EXCLUSÃO

O lugar de moradia dos excluídos

O caso de BELO HORIZONTE

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia: Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de doutor.

Área de Concentração: Análise Espacial

Orientador: Prof. Dr. João Francisco de Abreu

Co –Orientador: Prof. Dr. José Irineu Rangel Rigotti

Doutoranda: Rita de Cássia Liberato

**Belo Horizonte
2007**

**Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Programa de Pós-graduação em Geografia:
Tratamento da Informação Espacial**

CIDADE E EXCLUSÃO

O lugar de moradia dos excluídos

O caso de BELO HORIZONTE

Rita de Cássia Liberato

**Belo Horizonte
2007**

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

L695c Liberato, Rita de Cássia
 Cidade e exclusão: o lugar de moradia dos excluídos : o caso de Belo Horizonte
 / Rita de Cássia. Belo Horizonte, 2009.
 69f. : Il.

 Orientador: João Francisco de Abreu
 Co-orientador: José Irineu Rangel Rigotti
 Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
 Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial.

 1. Favelas. 2. Segregação. 3. Marginalidade social I. Abreu, João Francisco.
 II. Rigotti, José Irineu Rangel. III. Pontifícia Universidade Católica de Minas
 Gerais. Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial. IV.
 Título.

CDU: 711.4

RITA DE CÁSSIA LIBERATO

Cidade e exclusão: O lugar de moradia dos excluídos. O caso de BELO HORIZONTE

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia: Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de doutor.

Belo Horizonte, 2007

Avaliada e aprovada por:

Prof. Dr. **João Francisco de Abreu** (Orientador)

Pós-graduação em Geografia – PUC Minas

Prof. Dr. **José Irineu Rangel Rigotti** (Co-orientador)

Pós-graduação em Geografia – PUC Minas

Prof. Dr. **Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva**

Universidade Católica de Salvador

Prof. Dr. **Aurélio Muzzarelli**

Universidade de Bolonha - Itália

Prof. Dr. **Wolney Lobato**

Pós-Graduação em Educação – PUC Minas

Prof. Dr. Pe. **Márcio Antônio de Paiva**

Departamento de Filosofia – PUC Minas

Prof. Dr. **Gilmar Rocha**

Departamento de Ciências Sociais – PUC Minas

Dedicatória

Esta tese é dedicada a todos aqueles
que foram, são ou serão excluídos
de uma ou várias situações de inclusão
e aos meus filhos,
Paulo César, Lucas Augusto e Regininha
à minha Mãe
Terezinha Gomes Liberato,
pela compreensão.

Agradecimentos

Agradecer num trabalho como este não é uma tarefa fácil. O desafio está colocado, então vamos a ele. A lista é infindável e posso acabar por esquecer de um ou outro. A esses peço desculpas antecipadas.

Em primeiro lugar, tenho que agradecer aos professores João Francisco de Abreu e José Irineu Rangel Rigotti, dois grandes colaboradores deste trabalho. O primeiro que sempre atuou como amigo-orientador e orientador-amigo, pela paciência, liberdade e confiança. O segundo, um novo amigo, descoberto nesta caminhada, mas pelo qual já nutria grande simpatia e “inveja” por sua capacidade intelectual e humildade.

Em segundo lugar, devo agradecer a outros amigos pela disponibilidade para ler e discutir os vários textos que agora, após incluir ou não as sugestões por eles dadas, compõem esta tese. Dentre esses destaco: os professores Alexandre Magno Alves Diniz, Gilmar Rocha, Márcio Antônio de Paiva, Tarcísio Bruzzi de Andrade e Wolney Lobato, ressaltando que os equívocos, por ventura existentes, são de minha total responsabilidade.

Neste agradecimento não poderiam estar ausentes os sempre amigos, Alexandra do Nascimento Passos, Alysson Parreiras Gomes, Anna Florência de C. Martins Pinto, Antônio do Monte Furtado Greco, Duval Fernandes Magalhães, Elizabeth Guerra Parreiras Pereira, Ibraim Vitor de Oliveira, Joana d’Arc Alves, Lídia Maria Luz Paixão Ribeiro de Oliveira, Márcio Antônio de Paiva, Maria Helena Carneiro de Paula, Simão Pedro Pinto Marinho e Wolney Lobato, amigos de longa data, pelo encorajamento, incentivo e certeza que eu finalizaria com sucesso este trabalho.

Ao Dartagnan Lino Vieira que com sua competência, paciência, disponibilidade e boa vontade tornou a cartografia acessível, possibilitando a confecção dos mapas. A Elizabeth Lima, amiga de todas as horas, que colaborou para que os

poucos momentos desagradáveis no transcorrer dessa caminhada não tivessem dimensão maior da que deveriam ter.

Não posso aqui deixar de agradecer à professora Jony Rodarte Gontijo Couto pelo empréstimo de material bibliográfico fundamental para o desenvolvimento deste trabalho; à Professora Evanilde Martins colega de jornada e à Vanessa Sílvia Cruz, Rafael Santiago Soares e Fabrício Carlos Abreu Penido, estagiários que comigo compartilharam angústias e alegrias no decorrer da pesquisa *Cidade e Exclusão Social: O lugar de moradia dos excluídos de e por Belo Horizonte no período de 1897 a 2000*, financiada pelo FIP-PUC Minas (Fundo de Incentivo à Pesquisa).

Por fim, agradeço a Urbel (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte) e a Biblioteca da Fundação João Pinheiro que cederam/emprestaram material sobre as favelas de Belo Horizonte.

“... a formação dos discursos e a genealogia do saber devem ser analisadas a partir não dos tipos de consciência, das modalidades da percepção ou das formas de ideologia, mas das táticas e estratégias de poder. Táticas e estratégias que se desdobram através das implantações, das distribuições, dos recortes, dos controles dos territórios, das organizações de domínios que poderiam constituir uma espécie de geopolítica, por onde minhas preocupações encontrariam os métodos de vocês (geógrafos). Há um tema que gostaria de estudar nos próximos anos: o exército como matriz de organização e de saber – a necessidade de estudar a fortaleza, a ‘campanha’, o ‘movimento’, a colônia, o território. A geografia deve estar bem no centro das coisas de que me ocupo”.

Michel Foucault

“(...) Todos os mistérios que levam a teoria ao misticismo encontram a sua solução racional na práxis humana e na inteligência dessa práxis”.

Karl Marx

“O cientista não é somente um fenômeno lógico e formal. É igualmente um fenômeno social. Quer dizer, não consegue fazer ciência social sem imiscuição ideológica, embora possa controlá-la por vezes de forma bastante eficiente. Não capta propriamente a realidade assim como ela é, mas como a vê”.

Pedro Demo

O presente das cidades (...) resulta de um trabalho continuado de reinterpretação dos lugares.

Bernard Lepetit

Resumo

Historicamente, o lugar de moradia dos excluídos de e por Belo Horizonte não se constituiu como um fenômeno que merecesse atenção dos estudiosos da cidade. Desse modo, até a década de 1980, exceção a Teulière (1957), nenhum estudo sistemático sobre as favelas de Belo Horizonte, em especial que apresentasse a localização, a dinâmica de crescimento e de expansão dessas, foi efetivado.

Este trabalho, ao estudar o lugar de moradia dos excluídos de e por Belo Horizonte no período de 1897 (fundação da Cidade) a 1999, busca proceder a análise do fenômeno de modo a demonstrar, por um lado a segregação sócio-espacial de parte dos residentes da Cidade e, por outro, o processo de exclusão social de parte dos habitantes de Belo Horizonte. A escolha do período 1897/1999 para estudo decorre fundamentalmente da necessidade de reconstruir geográfica e historicamente a trajetória das favelas e, também, da cidade de Belo Horizonte. Para sua consecução foram fundamentais as contribuições da Geografia Urbana, pois permitiram analisar o espaço, em especial o urbano, como uma totalidade dinâmica e não apenas como *locus* de ocorrência dos fenômenos sociais.

Devido à extensão temporal do estudo e, também, as peculiaridades encontradas no seu interior, optou-se por apresentar as favelas por décadas, tendo por referência as Regionais Administrativas de Belo Horizonte. Esse procedimento teve por objetivo, por um lado, facilitar a identificação do local onde as favelas estavam situadas e, por outro, apresentar a dinâmica de expansão e crescimento dessas.

A exclusão social, evidenciada neste trabalho pelo lugar de moradia dos excluídos (assentamentos informais), é uma realidade antiga nas grandes cidades brasileiras. Em Belo Horizonte não foi diferente. O agravante no caso de Belo Horizonte é que a exclusão social de parte de seus habitantes é consequência do planejamento que deu origem a Cidade. Em outras palavras, a exclusão social nesta Cidade decorreu do planejamento que ao impor um padrão para a ocupação da Cidade, negou a uma parcela significativa de seus habitantes lugar para morar.

Palavras Chaves: Favelas, Segregação Sócio-Espacial, Marginalidade Social e Exclusão Social.

Abstract

Historically, the housing place of those excluded from and by Belo Horizonte was not a phenomenon to attract the attention of studies related to the city. Thus, until the 80's, no systematic study of the Belo Horizonte slums, especially focusing on location, growth dynamics and expansion, was carried out, except for Teulière (1957).

This thesis, while studying the housing place of those excluded from and by Belo Horizonte from 1897 (year of the city foundation) to 1999, aims at analyzing the phenomenon so as to demonstrate, on the one hand, the social and spatial segregation of part of the city dwellers, and, on the other hand, the process of their social exclusion. The choice of the period 1897-1999 results fundamentally from the need to reconstruct, in geographical and historical terms, the development of slums and of Belo Horizonte.

The contribution of Urban Geography was fundamental to the study, as it allowed an analysis of space - specially urban - as a dynamic totality and not only as a locus where social phenomena take place.

Given the temporal scope of the dissertation, as well as peculiarities found in its development, the option was to present slums per decades, with basis on the Administration Regional Offices of Belo Horizonte. That procedure aimed to facilitate the identification of the slums location and to present the dynamics of their growth and expansion.

The social exclusion made evident along the study through the housing place of those excluded (informal settlements) is an old feature in big Brazilian cities. It was the same in Belo Horizonte, but the case here was aggravated by the fact that the social exclusion resulted from the city urban planning. In other words, social exclusion here was triggered by an imposed urban planning pattern for land occupation, which denied a place to live in to a significant number of local inhabitants.

Key words: Slums; Social and spatial segregation; Social marginality and social exclusion.

Lista de ilustrações

Figura 1	Hierarquia de cidades	96
Mapa 1	Localização do Estado de Minas Gerais e do Município de Belo Horizonte	104
Mapa 2	Regiões Administrativas de Belo Horizonte	114
Mapa 3	Macro regiões do Estado de Minas Gerais	124
Figura 2	Planta Original da Cidade de Belo Horizonte	128
Figura 3	Mancha Urbana de Belo Horizonte em 1918	135
Figura 4	Mancha Urbana de Belo Horizonte em 1935	138
Gráfico 1	População de Belo Horizonte 1900 a 1950	139
Gráfico 2	População de Belo Horizonte 1950 a 2000	141
Figura 5	Mancha urbana de Belo Horizonte em 1950	142
Figura 6	Mancha urbana de Belo Horizonte em 1977	146
Gráfico 3	População de Belo Horizonte residente em assentamentos informais – Período 1900 a 1996	147
Figura 7	Mancha urbana de Belo Horizonte em 1995	148
Mapa 4	Localização das favelas Alto da Estação e Córrego do Leitão	164
Gráfico 4	Número de Favelas segundo a Regional Administrativa - Período 1920 a 1929	166
Mapa 5	Localização das favelas e vilas-favela – Período 1920 – 1929	167
Gráfico 5	Número de Favelas segundo a Regional Administrativa Período 1930 a 1939	170
Mapa 6	Localização das favelas e vilas-favela – Período 1930 – 1939	172
Gráfico 6	Número de Favelas segundo a Regional Administrativa - Período 1940 a 1949	174
Mapa 7	Localização das favelas e vilas-favela – Período 1940 – 1949	176
Gráfico 7	Número de Favelas segundo a Regional Administrativa - Período 1950 a 1959	179
Mapa 8	Localização das favelas, vilas-favela e conjunto habitacional popular Período 1950 – 1959	182
Gráfico 8	Número de Favelas segundo a Regional Administrativa - Período 1960 a 1969	186
Mapa 9	Localização das favelas, vilas-favela e conjuntos habitacionais populares – Período 1960 – 1969	188
Gráfico 9	Número de Favelas segundo a Regional Administrativa - Período 1970 a 1979	195

Gráfico 10	Número de Conjuntos Habitacionais Populares por Regional Administrativa Período 1970 a 1979	196
Mapa 10	Localização das favelas, vilas-favela e conjuntos habitacionais populares – Período 1970 – 1979	198
Gráfico 11	Número de Favelas segundo a Regional Administrativa Período 1980 a 1989	206
Gráfico 12	Número de Conjuntos Habitacionais Populares por Regional Administrativa Período 1980 a 1989	208
Mapa 11	Localização das favelas, vilas-favela e conjuntos habitacionais populares – Período 1980 – 1989	209
Gráfico 13	Número de Favelas segundo a Regional Administrativa Período 1990 a 1999	218
Gráfico 14	Número de Conjuntos Habitacionais Populares por Regional Administrativa Período 1990 a 1999	219
Mapa 12	Localização das favelas, vilas-favela e conjuntos habitacionais populares – Período 1990 – 1999	220

Lista de Tabelas

Tabela 1	População brasileira, urbana e rural de 1940 a 2000	80
Tabela 2	População de Belo Horizonte Período: 1890/1920	130
Tabela 3	Distribuição Espacial da População de Belo Horizonte em 1912	134
Tabela 4	Relação das favelas e vilas-favela no período de 1920 a 1929	168
Tabela 5	Relação das favelas e vilas-favela no período de 1930 a 1939	173
Tabela 6	Relação das favelas e vilas-favela no período de 1940 a 1949	177
Tabela 7	Relação das favelas e vilas-favela no período de 1950 a 1959	183
Tabela 8	Relação das favelas e vilas-favela no período de 1960 a 1969	189
Tabela 9	Relação das favelas e vilas-favela no período de 1970 a 1979	199
Tabela 10	Relação das favelas e vilas-favela no período de 1980 a 1989	210
Tabela 11	Relação das favelas e vilas-favela no período de 1990 a 1999	221
Tabela 12	Número de Favelas por Regional Administrativa, segundo a década	227

LISTA DE SIGLAS

FJP – Fundação João Pinheiro

PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

PLAMBEL – Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

PROFAVELA – Programa de Regularização de Favelas

URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo 1	
Exclusão social: marginalidade e pobreza	29
1.1. Marginalidade social: as várias faces da pobreza	30
1.1.1. Marginalidade como situação ecológica	33
1.1.2. Marginalidade como passividade	34
1.1.3. Marginalidade como resíduo no desenvolvimento econômico	35
1.1.4. Marginalidade como falta de integração	36
1.1.5. Noções histórico-estruturais de marginalidade	37
1.1.6. Marginalidade como não-pertencimento ao sistema dominante numa sociedade	37
1.2. O cenário: o que há de novo?	42
1.3. Exclusão Social: nossa velha conhecida	46
Capítulo 2	
Espaço: fragmentação necessária	51
2.1. Espaço e espacialidade	53
2.2. Região: diferenciação das áreas	58
2.3. Lugar: espaço de vivência e de significação	61
2.4. Território: local de significação e de identidade	65
2.5. Paisagem: espaços geográficos e cenários	70
Capítulo 3	
Cidade: as dimensões material e simbólica	75
3.1. Os diferentes olhares sobre a cidade e o urbano nas ciências sociais	76
3.1.1. O papel do Estado na produção do espaço urbano brasileiro	81
3.1.2. Os movimentos sócio-espaciais: a luta pelo espaço urbano	82
3.2. Cidades: mais que um espaço, um lugar real e simbólico	85
3.3. Cidades: Tipologias e Hierarquias	93
3.3.1. Tipologia: as tipicidades e os tipos de cidades	94
3.3.2. Hierarquia urbana: centralidade e polarização	95
3.4. Cidade: local da reprodução e de aglomeração	100
Capítulo 4	
Os caminhos trilhados: o contexto da pesquisa	105
4.1. Os interlocutores: a busca do diálogo	105
4.2. A coleta das informações: o diálogo com várias fontes	108
4.3. Cartografia: localizando as favelas e os conjuntos habitacionais populares	110

Capítulo 5

Rupturas e discontinuidades: um pouco da história de uma cidade planejada	117
5.1. Belo Horizonte: planejamento e elitização	117
5.1.1. A concepção dos planejadores e construtores	119
5.1.2. Política e Ciência: idéias basilares da Nova Capital	121
5.1.3. A Nova Cidade: a técnica a serviço da política	125
5.2. Os de dentro e os de fora: a Avenida do Contorno como limite	129
5.3. A expansão do perímetro urbano e a favelização	138

Capítulo 6

Cidade e exclusão social: dos marginais de ontem aos excluídos de hoje	152
6.1. Assentamentos informais: a pobreza segregada	154
6.2. O lugar de moradia dos excluídos de e por Belo Horizonte	158
6.3. As trajetórias das favelas de Belo Horizonte: Da erradicação a consolidação:	160
6.3.1. De 1897 a 1920 - As duas primeiras favelas: Alto da Estação e Córrego do Leitão	162
6.3.2. De 1920 a 1929 - A expansão das favelas: o surgimento de novas favelas no cenário da cidade	165
6.3.3. De 1930 a 1939 - As vilas-favela: a concentração consentida..	168
6.3.4. De 1940 a 1949 - O fim da Favela Barroca e a expansão das favelas	173
6.3.5. De 1950 a 1959 - Migração e aumento das favelas	178
6.3.6. De 1960 a 1969 - O agravamento das desigualdades sociais e o aumento da segregação sócio-espacial da pobreza	185
6.3.7. De 1970 a 1979 - CHISBEL: a política de erradicação das favelas	193
6.3.8. De 1980 a 1989 - A mudança na política e a política para os assentamentos informais	204
6.3.9. De 1990 a 1999 - A consolidação e preservação das favelas no cenário da Cidade	214

Considerações Finais	227
-----------------------------------	-----

Referências Bibliográficas	234
---	-----

Anexo 1 - Favelas e Conjuntos Habitacionais Populares de Belo Horizonte Período 1897 a 2000	262
--	-----

Introdução

Enquanto possuidora de várias faces, a cidade se configura capaz de abrigar pelo menos, duas cidades: a oficial, na qual circulam os cidadãos, e a não oficial, restrita a grupos e/ou segmentos sociais dela e por ela excluídos. Essa possibilidade resulta de sua formação, constituição e desenvolvimento histórico-sócio-espacial que, por sua vez, se encontra em processo de constante alteração decorrente de sua própria dinâmica interna e, também, das influências externas, propiciadas pelas continuidades, descontinuidades e rupturas presentes nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Salienta-se que essas relações e suas conexões possuem projeção no espaço, que, concomitantemente, gera um tipo de estrutura espacial, que, por sua vez, está em interação permanente com as demais. O objeto do “olhar geográfico”, nesse sentido, situa-se na confluência e interação permanente dessas estruturas, pois:

(...) as relações sociais e espaciais são dialeticamente inter-reativas, interdependentes, (...) as relações sociais de produção são formadoras do espaço e contingentes ao espaço (ao menos na medida em que antes de qualquer coisa mantenhemos uma visão do espaço organizado como sendo socialmente construído). (SOJA, 1993, p. 103).

É essa perspectiva que deu sentido a realização deste trabalho, pois, apesar da profusão de estudos e trabalhos sobre a cidade, e em especial sobre Belo Horizonte, são raros os que têm por objetivo analisar a “cidade não-oficial”¹ a partir da localização sócio-espacial dos indivíduos ou grupos que são dela e por ela excluídos.

A cidade, enquanto estrutura socialmente construída, é também “um registro, uma escrita, materialização de sua própria história”. (ROLINK, 1988, p.22). Nesse sentido é possível, através do estudo da paisagem cidade, identificar e analisar como se processou a sua ocupação e expansão. Também é possibilitado estudar, por um lado, a sua formação social através da forma que os diversos grupos sociais, no caso em foco, o formado pelos excluídos, se apropriaram de sua área

¹ Como cidade não-oficial entende-se a cidade (ou parte dessa) construída espontaneamente, através do esforço de seus habitantes. Essa denominação é empregada em contraposição a de cidade representada pelo poder público, ou seja, a oficial.

e, por outro, qual a política do poder público para a cidade e, mais especificamente, para esse grupo em particular.

A hipótese central que norteou este estudo é a de que a Cidade de Belo Horizonte é uma Cidade excludente e segregatória. Salienta-se que a realização deste trabalho teve por premissa que através dos locais de moradia é possível identificar e analisar os elementos significativos tanto da constituição quanto da conformação interna das cidades, na medida em que o espaço é um importante suporte simbólico na constituição e manutenção de identidades sociais.

Deve ser salientado que dentre as categorias integrantes dos assentamentos informais, optou-se nesse estudo, por trabalhar com as favelas.

Os loteamentos populares/clandestinos² devido à complexidade encontrada no decorrer da pesquisa (número elevado e a falta de informação) não foram aqui trabalhados. Às favelas foram acrescentados, devido a sua importância no processo de ocupação da Cidade de Belo Horizonte, os conjuntos habitacionais populares que, devido a falta de infra-estrutura e adensamento populacional, se configuram como favelas.

Ressalta-se que este estudo teve como um de seus pressupostos o fato de que os indivíduos, ao compartilharem um estilo de vida comum, criam uma rede de identidade que, devido a laços de solidariedade criados e mantidos dentro e pelo grupo, os “protegem” contra outros grupos; e que também aprendem a conviver e a se relacionar procurando minimizar os problemas que, sozinhos, certamente não conseguiriam enfrentar.

É importante destacar que a segregação sócio-espacial decorre da divisão do espaço urbano entre integrados (incluídos) e não-integrados (excluídos), sendo percebida com maior clareza nas grandes cidades por que essas, além de concentrarem o maior número de indivíduos, explicitam mais acentuadamente a

² Loteamentos realizados à revelia do poder público, com infra-estrutura e serviços precários ou inexistentes, e comercializados informalmente a um custo mais acessível do que os programas habitacionais institucionais.

forma desigual com que o espaço é apropriado pelas classes sociais. Nesse sentido, a segregação sócio-espacial existente nas cidades é indicativa de que os locais, dentro da arquitetura urbana, são previamente estabelecidos e desigualmente apropriados.

No artigo “Segregação, desigualdade e habitação: A metrópole do Rio de Janeiro” Queiroz Ribeiro (s/d) afirma que a segregação urbana mantém relação direta com a dinâmica de apropriação diferenciada pelas classes e grupos sociais dos recursos urbanos que, por sua vez, resulta na divisão social do espaço, ou seja, na segregação urbana.

A estrutura (...) [sócio-espacial] resulta das disputas entre classes e grupos pelo uso e ocupação do território da metrópole, cujo fundamento é o acesso aos recursos urbanos que se acumulam. Estes recursos incidem sobre a qualidade de vida das pessoas, quando se trata de bens de consumo coletivo (equipamentos e serviços urbanos), e sobre as possibilidades de auferir renda monetária, quando se trata do sistema de infra-estrutura urbana que permite a mobilidade da população entre os locais de residência e de trabalho. Da dinâmica de apropriação destes recursos resulta a divisão social do espaço, comumente conhecida como *segregação urbana*. (grifo do autor) (QUEIROZ RIBEIRO, s/d, p. 3)

Então, no caso de Belo Horizonte, dentre as várias possibilidades de estudo sobre os processos de exclusão buscou-se analisá-los a partir dos locais de moradia dos excluídos. Através da localização e da dinâmica de expansão das áreas habitadas por esse segmento na Cidade de Belo Horizonte, no período de 1897 (ano de fundação da Cidade) a 2000, buscou-se identificar, a partir do local de moradia, a dinâmica de crescimento da população excluída e o processo de apropriação do espaço pelos integrantes desse segmento. Ressalta-se que o espaço da cidade é produto, entre outros fatores, de um processo de criação e recriação dos indivíduos em seu cotidiano.

A cidade como ambiente construído, como necessidade histórica é resultado da imaginação e do trabalho coletivo do homem que desafia a natureza. Além de continente das experiências humanas, com as quais está em permanente tensão (...). (GOMES, 1994, p. 23).

Enquanto local de encontro e de convivência dos que nela habitam - portanto de sociabilidade, propiciada pela proximidade físico-territorial de seus habitantes -, onde as relações econômicas assumem um caráter mais totalizante ao permitirem

e/ou facilitarem a produção, a circulação e o consumo de bens e serviços, onde as funções administrativas, comunicacionais, políticas, recreativas, religiosas etc. são efetivadas, a cidade suscita modos de ver e vivenciar diferenciados.

(...) Uma característica importante, sem dúvida uma atração fundamental da cidade, é o tempo dispendido nas atividades públicas e profissionais em oposição à vida particular e familiar, de modo que os símbolos e experiências partilhadas geram laços cívicos que ajudam a manter e reforçar a coesão da cidade. (...) A cidade é vista como um sistema aberto de comunicação, resultando de, e auxiliado juntamente por, um complexo padrão de trocas de informação. (...) As modernas cidades são definidas, não simplesmente em termos físicos, mas como redes sociais no espaço, criadas, mantidas e manipuladas por uma série ampla dos meios de comunicação de massa. (...). (CLARK, 1991, p. 72).

Tanto as divergências quanto as discrepâncias nos modos de ver e vivenciar a cidade decorrem do fato de ela não se configurar como um conjunto homogêneo já que “em seu interior há tantas cidades quantas forem possíveis aos seus habitantes construir” (LIBERATO, 2000, p. 28). Torna-se, assim, para aqueles que buscam analisar e entender o fenômeno urbano, necessário ter evidenciado que os padrões de consumo dos habitantes da cidade não se constituem apenas meros reflexos das relações de produção e, muito menos, decorrentes de um modelo único de consumo. Ao contrário, deve-se entender que os grupos sociais que as integram, além de seus traços “econômicos”, caracterizam-se por culturas e estratégias de existência diferenciadas e, mesmo, divergentes.

De acordo com Pesavento (1995, p. 9):

Ver a cidade e traduzi-la em discursos ou imagens implica um fenômeno de percepção, mas que envolve um complexo conjunto de "lógicas sociais". Como refere Montlibert (1995)³, estes processos implicam julgamentos sociais, vivências, lembranças e posições estéticas em cuja base se encontra a operação prática do *habitus* de que fala Bourdieu. Ora, sendo o *habitus* uma "aquisição" ou um "capital" que se incorpora social e historicamente, ele opera como uma máquina transformadora que faz com que "reproduzamos" as condições sociais de nossa própria produção, mas de uma maneira relativamente imprevisível (Bourdieu, 1980)⁴. As representações do mundo social assim constituídas, que classificam a realidade e atribuem valores, no caso, ao espaço, à cidade, à rua, aos bairros, aos habitantes da

³ MONTLIBERT, Christian de. **L'impossible autonomie de l'architecte**. Strasbourg: Presses Universitaires de Strasbourg, 1995.

⁴ BOURDIEU, Pierre. **Questions de sociologie**. Paris: Minuit, 1980.

urbe, não é neutra, nem reflexa ou puramente objetiva, mas implica atribuições de sentidos em consonância com relações sociais e de poder (Bourdieu, 1982)⁵.

Assim, as cidades, por refletirem o “mosaico de mundos sociais caracterizado por diferenças de classe, de idade e de etnia” (CLARK, 1991, p. 25), apontam para a possibilidade de várias leituras e essas, por sua vez, relacionam-se, direta ou indiretamente, com a localização espacial na e da cidade. Dentre os leitores da cidade há de se distinguir, de acordo com Pesavento (1995) dois tipos: os “privilegiados” e os “homens comuns”. Os primeiros, segundo a autora, possuem “habilidades culturais, profissionais e estéticas que os dotam de um olhar refinado, sensível e arguto. É o caso dos (...) escritores, fotógrafos e pintores do urbano, que resgatam as sensibilidades do real vivido, estabelecendo com a cidade uma relação privilegiada de percepção”. (PESAVENTO, 1995, p. 10).

A referida autora chama a atenção para o fato dos "homens comuns" serem, também, dotados de sensibilidade e capazes de elaborar representações. Contudo, afirma que:

(...) resgatá-las é um caminho que segue outras vias que não a fotografia bem enquadrada e significativa, a obra de arte, o romance urbano ou a crônica bem escrita. Ler a cidade dos excluídos, pobres e marginais conduz o historiador a "escovar a história a contrapelo", como diz Benjamin, buscando os cacos, vestígios ou vozes daqueles que figuram na história como "povo" ou "massa" ou que se encontram na contramão da ordem, como marginais. É nos registros policiais, nas entrelinhas dos jornais, nas "colunas do povo" dos periódicos, nas festas populares e nas manifestações de rua, nos acontecimentos singulares que quebram a rotina da vida urbana que podemos encontrar suas vozes ou resgatar os indícios do que seria a sua ordem, chegando às representações coletivas de uma "outra" cidade. Como consideração final sobre estas diferentes percepções do urbano, há que lembrar a "circularidade cultural" que permite a troca de signos entre o que se poderia chamar a "cidade real vivida" dos consumidores da urbe e a "cidade sonhada" dos produtores do espaço, ou ainda entre a contra-cidade dos excluídos do sistema, na "contramão" da vida, e a cidade ordenada, bela, higiênica e segura das propostas burguesas. (PESAVENTO 1995, p. 11).

O mapeamento das posições dos locais de moradia dos habitantes das cidades na malha urbana permitiu, por um lado, identificar o padrão sócio-econômico prevalecente e, por outro, analisar os elementos significativos de sua constituição interna, na medida em que a apropriação do espaço ocorre de modo diferenciado pelas classes sociais e que vários fatores, dentre eles, a lógica do capital que cria

⁵ BOURDIEU, Pierre. **Ce que parler veut dire**. Paris : Fayard, 1982.

restrições à organização e utilização do espaço⁶. Nesse sentido, o lugar de moradia dos habitantes assume grande importância, pois se configura como um dos indicadores da posição ocupada por esses na hierarquia sócio-espacial, econômica, política e étnico-cultural.

Não pode ser desconsiderado que a segregação espacial, estabelecida pela divisão territorial do espaço urbano entre as classes sociais e os diversos grupos, se reveste de fundamental importância para análise da paisagem urbana, uma vez que é indicativa de que os lugares, na arquitetura urbana, são previamente estabelecidos. Se antes a distinção entre as classes sociais e os diversos grupos era expressa através das atividades, roupas e costumes, nas cidades modernas esta distinção também ocorre na ocupação dos espaços físicos desta.

Os lugares valorizados da cidade, não são somente os privilegiados pela beleza da arquitetura, da qualidade de vida, da tecnologia e do desenho urbano, onde o paisagismo estético substitui a natureza, mas todos os lugares estão valorizados pelo processo que produz a apropriação do seu espaço. Tanto os lugares periféricos, menos qualificados técnica e socialmente (que ainda não possuem os chamados bens de consumo urbano: rede de água, luz, esgoto, telefone, etc.), quanto as reservas ambientais, ainda pouco ocupadas, estão repletos de valores que fragmentam e hierarquizam funcionalmente todo seu território, numa imensa mancha urbana, onde se localizam os projetos de expansão urbana, propondo novas áreas de adensamento nas áreas de proteção ambiental, apropriando-se destes lugares para fins de moradia urbana, expandindo e fragmentando o tecido urbano.” (PENNA, 2002, p. 2).

Desse modo, a cidade se constitui em um objeto empírico para estudos que visem, como é o caso deste, identificar e explicar os seus padrões internos a partir do mapeamento dos locais de moradia dos que dela e por ela são excluídos, ou seja, das favelas.

Salienta-se, contudo, que os estudos sobre os assentamentos informais, em especial, as favelas não se constitui novidade no Brasil, pois o fenômeno da informalidade dos locais de moradia e também da própria moradia⁷, com destaque

⁶ Ver, especialmente, Santos (1965, 1979a, 1979b 1980).

⁷ Sobre esta questão ver, dentre outros, Guimarães (1991), Kowarick (1981,1983 e 2000), Lago (2003), Maricato (1982, 1996)

para as favelas, há muito está presente na sociedade brasileira, especialmente nas grandes cidades.

A intensificação da favelização, associada à presença de significativas diferenças nas condições de vida da população que ocupa os espaços periféricos nas metrópoles brasileiras, não é um problema novo. Os estudos sobre favelas, vilas ou áreas irregulares no País identificam, nessas configurações, um fenômeno que expressa, de modo contundente, as desigualdades sociais existentes no processo de apropriação, produção e construção do espaço urbano, particularmente nas grandes metrópoles (Bógus; Ribeiro, 2001)⁸. Chamam atenção, inclusive, para os aumentos da dimensão e grau que atingem essas desigualdades, revelados não só pelo perfil de vida de uma população que sobrevive com baixa renda, como também pelas dificuldades — ou improvisações — com que essas pessoas conseguem obter suas moradias. (MAMMARELLA, 2004, p. 36)

Também deve ser destacado que mesmo nas situações de exclusão os indivíduos escolhem os locais de moradia utilizando um repertório de preferências⁹ construído ao longo de suas vidas e que têm em relação aos locais visões diferenciadas e até mesmo contraditórias.

A percepção segundo Tuan (1980, p. 4), é “(...) tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados”. Entendida dessa forma, a percepção nos remete para relações complexas já que a experiência dos indivíduos assume grande destaque, ou melhor, preponderância total. Mas, a complexidade desta abordagem reside no fato de requerer extremo cuidado com o intuito de evitar a reprodução do senso comum sem nada acrescentar aos estudos dessa área.

Nesse sentido, deve-se estar atento para o fato dos processos de percepção estarem inseridos, juntamente com a sensibilidade, o afeto, os modos de memorização e de produção de idéias, no nível infra-pessoal e, por isso, carregados de subjetividade (GUATTARI e ROLNIK, 1986). A construção da subjetividade, por sua vez, está inserida em processo mais amplo, pois o nível

⁸ BÓGUS, Lúcia M., QUEIROZ RIBEIRO, Luiz César de. (Orgs.) Desigualdade e governança. **Cadernos MetrÓpole**, n. 5. São Paulo: EDUC, 2001.

⁹ Não estamos de modo algum retirando a importância do poder financeiro (renda) para aquisição de compra do local de moradia. Esse é, sem dúvida, o critério primeiro e de suma importância.

infra-pessoal/infra-psíquico é um produto sócio-cultural (GUATTARI E ROLNIK, 1986). Chama-se a atenção para o fato de que:

a subjetividade não se situa no campo individual, seu campo é o de todos os processos de produção social e material. O que se poderia dizer, usando a linguagem da informática, é que, evidentemente, um indivíduo sempre existe, mas apenas enquanto terminal; esse *terminal individual se encontra na posição de consumidor de subjetividade*. Ele consome sistemas de representação, de sensibilidade etc. — sistemas que não têm nada a ver com categorias naturais universais. (grifos dos autores). (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 32).

Manzagol (1985, p. 107-111), ao analisar os parâmetros para tomada de decisão, pelos indivíduos, sobre localização, nos informa que:

(...) Quando se trata de uma decisão espacial, foi demonstrado que são as características percebidas no espaço, mais do que suas características reais, que são determinantes nas relações homem-espaço; o que importa é a imagem que o detentor do poder decisório tem do espaço. (...).

(...) Atualmente a geografia não se preocupa mais simplesmente com o espaço material considerado com um todo uniforme para cada indivíduo. Ao centrar o interesse na experiência individual, percebeu-se que cada pessoa forma uma imagem específica do espaço e que os elementos componentes do quadro espacial revestem-se de significados particulares para cada um.

(...) Todo indivíduo que precisa tomar uma decisão sobre localização possui, antes mesmo de qualquer pesquisa, um certo estoque de informações e de diferentes porções espaciais que lhes serão mais ou menos agradáveis: ele tem preferências espaciais.

Com relação à produção de opiniões, acreditamos ser necessário ter cautela em relação às condições de sua produção, pois acreditamos ser imprescindível problematizar as condições não só da produção, como ter claro que as representações podem apresentar variações consideráveis decorrentes, por um lado, ao local de moradia e nível de organização do espaço urbano e, de outro, em função do lugar social e ideológico em que se situa o habitante, sendo esse último influenciado por outras variáveis, como, por exemplo, sexo, idade, nível de instrução, acesso a meios de comunicação e grau de organização.

Para minimizar os problemas e dificuldades inerentes a estudos desta magnitude e complexidade, optou-se por adotar procedimentos metodológicos (técnicas) que por suas configurações possibilitassem evitar erros e distorções comuns em trabalhos que são realizados sobre um grande período tendo os dados secundários como principal fonte de informação. Nesse sentido, como estratégia de coleta de dados, optou-se por trabalhar com uma grande profusão de

referências bibliográficas e documentais, que, mesmo aumentando enormemente o esforço de coleta, permitiu a checagem e re-checagem das informações coletadas, enfim, construir um aporte metodológico que impedisse que o trabalho ficasse refém do empiricismo.

Imprescindível salientar que o estudo sobre cidade, em especial a cidade contemporânea, como é o caso de Belo Horizonte, objeto deste estudo, envolve várias dimensões e para a análise destas é imperioso o emprego de vários conceitos e categorias analíticas.

Este estudo sobre a Cidade de Belo Horizonte na perspectiva de um segmento de sua população, ou seja, na perspectiva dos excluídos da e pela Cidade, foi efetivado através de análise interdisciplinar, pois concordamos com os que afirmam que os enfoques disciplinares tendem a produzir análises parciais, restritas a uma determinada área do conhecimento¹⁰. Nesse sentido, a Sociologia, em especial a Sociologia Urbana, e a Geografia, em particular a Geografia Urbana, foram às áreas disciplinares centrais para a realização deste trabalho. Além dessas, foram concomitantemente incorporados conhecimentos de outras áreas como: Antropologia, Ciência Política, Economia e História.

Ainda no bojo dessa discussão se faz necessário chamar a atenção para um fato que fica cada vez mais evidenciado: a porosidade existente entre os vários campos disciplinares, na medida em que os limites já não são tão rígidos e que as análises, devido à complexidade dos objetos requerem conhecimentos “pertencentes” a outras áreas do saber, mesmo reconhecendo como faz Gonçalves (2001, p. 1) que esses limites já não são tão rígidos.

(...) Limite entre saberes, limite entre disciplinas, limite entre países. Por todo lado se fala que os limites já não são rígidos, que os entes já não são tão “claros, distintos e definidos”, como recomendara René Descartes. Cada vez mais se fala de empresas internacionais, ou transnacionais, ou multinacionais, assim como se fala em interdisciplinaridade, transdisciplinaridade ou multidisciplinaridade. Enfim, por todo lado são usados os prefixos trans, inter ou multi, indicando que as fronteiras, sejam elas epistêmicas, sociológicas ou geográfico-políticas, se é que podemos separá-las, são mais porosas do que se acreditava. (...). (grifos no original)

¹⁰ Dentre esses se destacam: Luchiari (1996), Ribeiro (1996) e Santos (1978 e 1996), Gonçalves (2002).

Não podemos deixar de salientar também que devido tanto à existência de várias correntes teórico-metodológicas, quanto ao questionamento das mesmas, temos um momento rico, já que são inúmeras as possibilidades de análises. A citação a seguir, retirada do documento “Uma proposta Inovadora para um Ensino Interdisciplinar de Pós-Graduação” do Programa de Pós-graduação em Tratamento da Informação Espacial da PUC Minas, é ilustrativa desse momento.

Constata-se no Brasil, e também nos outros países nos quais a geografia desempenha um papel importante na produção do conhecimento e na educação, uma situação típica daqueles momentos da história do pensamento, nos quais as certezas e orientações consagradas por algum tempo estão sendo questionadas, sem que surja, em seu lugar, uma nova e única referência, aceita pelo consenso majoritário da comunidade geográfica. Independentemente do grupo em que se situem os geógrafos, e das finalidades que possam ser atribuídas à Geografia, é bastante provável que, em nenhum momento de sua já larga história, esse campo de conhecimento tenha trilhado, como agora, tantos caminhos e alternativas diferentes. É natural que essas tendências, assim como o contexto geral do país e do mundo tenham fortes incidências sobre a pesquisa e o ensino da Geografia, em todos os seus níveis. (s/d. p.2)

A profusão de várias tendências indica a importância desse momento, seja devido à crise paradigmática conforme nos apresenta Kuhn (1987), seja na perspectiva de convivência e competição entre os vários programas/linhas de pesquisa de acordo com a proposta apresentada por I. Lakatos (1983). A verdade é que estamos vivenciando, não só na Geografia como em outras áreas/campos do conhecimento, uma grande pluralidade de tendências e, também, uma alta indefinição das fronteiras entre as diversas disciplinas.

Deve-se, contudo, reafirmar que as teorias não só orientam os objetivos da ciência, como oferecem um sistema de conceitos, resumem o conhecimento já existente, prevêm fatos e indicam lacunas no conhecimento, estando indissociavelmente imbricadas ao processo de pesquisa, pois:

O progresso da pesquisa e o da elaboração teórica não são só paralelos, mas também indissociáveis. Esse progresso não consiste apenas numa acumulação de ‘fatos’, mas numa mudança qualitativa na estrutura dos sistemas teóricos. Se se quer chegar a conclusões que transcendem o senso comum, não se pode tomar a liberdade de negligenciar o pólo teórico inerente a toda pesquisa empírica válida. (...) A verdadeira função da teoria, concebida como parte integrante do processo metodológico, é a de ser o instrumento mais poderoso de ruptura epistemológica face às pré-noções do senso comum, devido ao estabelecimento de um corpo de enunciados sistemático e autônomo, de uma linguagem com suas regras e sua dinâmica próprias que lhe asseguram um caráter de fecundidade.

A teoria assim concebida impregna todo o processo concreto da pesquisa, é imanente a toda observação empírica; toda experimentação, no sentido mais amplo de confronto com o real, é uma questão colocada ao objeto real, sobre o qual se baseia a investigação, em função da teoria construída para apreendê-lo. (BRUYNE, 1977, p. 102).

Independentemente de qual perspectiva teórica se privilegie, de qual orientação se siga, a verdade é que o momento atual é profícuo, pois nos permite várias possibilidades de estudo. Essas possibilidades se apresentam como conseqüências na medida em que, nesses momentos de transição inexistente uma norma inflexível a ser seguida. Também deve estar claro para os que se aventuram a produzir conhecimento¹¹, que essa flexibilidade, por sua vez, pode representar muito mais que um desafio, pois, teoricamente, tudo se coloca como possível.

Neste sentido, é permitido, desde que os estudiosos se mantenham em constante vigilância, trabalhar com as potencialidades analíticas de duas ou mais correntes epistemológicas da Geografia, desde que não descaracterizem os núcleos centrais e de sustentação teórica dessas. Para tanto, é imprescindível, na discussão teórica identificar as possibilidades, limites e pontos de confluências e de rupturas entre as correntes.

(...) A Geografia continua sendo uma ciência, com ebulições variadas em seu âmbito. Ao geógrafo, ao indivíduo praticante, cabe fazer a Geografia tornando-se adepto de uma ou outra perspectiva, analisando o conjunto global ou as categorias setoriais dos fenômenos. Compete ao geógrafo conhecer as várias tendências, avaliar os seus pontos positivos e negativos, as suas vantagens e desvantagens, e conseqüentemente optar por uma delas. Ou, validamente, propor novas perspectivas que sejam mais eficazes e satisfatórias que as anteriores. (CRISTOFOLETTI, 1985, p. 31).

Este trabalho ao evidenciar a importância dos assentamentos informais na constituição interna da Cidade de Belo Horizonte, em momento algum negou o fato desses moradores terem sido e ainda o serem, como em outras cidades, discriminados e estigmatizados. O medo que esses lugares, em especial a favela,

¹¹ Chamamos a atenção para o fato de concebermos o conhecimento como uma construção. Ou seja, o conhecimento é o resultado da interação entre o sujeito (o que conhece) e o objeto (o que é conhecido) e não uma produção exclusiva do sujeito.

provoca nos demais habitantes das cidades que convivem com o fenômeno não pode ser negligenciado.

Salientamos que a opinião pejorativa sobre esses locais pode até ser compatível com o sentimento de “topofilia” (TUAN, 1980). Não obstante é de fundamental importância considerar que à produção e reprodução de estigmas, preconceitos e estereótipos servem para instrumentalizar ações repressivas dirigidas aos setores populares e, mais, que a relação direta entre pobreza-criminalidade, presente nas ciências sociais e no imaginário popular, não deve de modo algum ser aceita. De acordo com Coelho (1980: 378), essa relação, “a despeito das aparências em contrário, [...] é metodologicamente frágil, politicamente reacionária e sociologicamente perversa”.

Com o intuito de propiciar uma melhor visualização da estratégia empregada para a realização deste trabalho, optou-se por estruturá-lo em cinco capítulos.

O primeiro capítulo tem por objetivo conceituar exclusão social, procurando identificar os termos nos quais se situa na atualidade a discussão sobre esse fenômeno. Ressalta-se que a premissa que sustenta este capítulo é a de que a exclusão é um processo multidimensional. Para melhor desenvolvimento da discussão proposta, devido a sua complexidade, optou-se por subdividir o capítulo em quatro partes, sendo que a primeira tem por finalidade conceituar marginalidade social, procurando evidenciar as possibilidades e os limites explicativos deste conceito; a segunda, por sua vez, objetiva identificar o lugar dos marginalizados. Na terceira parte é efetivada análise da realidade econômica contemporânea fundada na globalização, na internacionalização e na aplicação de modernas tecnologias no processo produtivo, procurando desenhar um cenário atual dos impactos e das repercussões provocadas por essa dinâmica, em especial no mercado de trabalho. A quarta e última parte deste capítulo discute a exclusão social, procurando clarear os termos do debate e os caminhos que, por nos parecerem os mais seguros, foram escolhidos para a consecução deste trabalho.

O foco central do segundo capítulo é o espaço geográfico. Além das definições de espaço e espacialidade, a discussão aponta a região como recorte metodológico amplamente empregado na ciência geográfica e o lugar como produto da criação humana através da experiência. Em seguida, é procedida a conceituação de território e de territorialidade como expressão e possibilitadores das relações pessoais, pois são locais de significação e identidade dos que os ocupam. Finalizando este capítulo, é discutido o conceito de paisagem, enfocando-o como elemento propiciador de cenários e espaços geográficos específicos e, por isso, diversificados.

O terceiro capítulo analisa a cidade enquanto o *locus* privilegiado da sociabilidade humana, ou seja, enquanto possibilitadora do encontro e do desencontro. Neste capítulo, além de uma breve revisão sobre os diferentes olhares sobre a cidade e o urbano na teoria social moderna, são enfocados, do ponto de vista geográfico, a morfologia interna, as funções e, também, a descrição de setores/áreas específicos da cidade em sua funcionalidade, tanto no nível interno quanto no externo. Por fim, este capítulo, após apontar a cidade como espaço real e simbólico, e, também como local da reprodução e de aglomeração, apresenta algumas das muitas alterações vivenciadas pela cidade a partir do fenômeno da globalização.

No capítulo quatro é realizada a discussão metodológica, onde são apresentados os caminhos trilhados na consecução deste trabalho, indicando o contexto em que a pesquisa foi realizada, os limites e possibilidades de se trabalhar na confluência de dois quadros de referência – a geografia crítica e a geografia humanista e, por fim, como se processou a cartografia sobre a localização das favelas em Belo Horizonte no período em estudo.

O quinto capítulo apresenta um breve histórico da cidade de Belo Horizonte. Nesse procura-se identificar o percurso da Cidade através das rupturas e descontinuidades vivenciadas ao longo de seus pouco mais de 100 (cem) anos de existência. Nesse capítulo Belo Horizonte é analisada tendo por referência as premissas teórico-conceituais de seus idealizadores e construtores e a

favelização é trabalhada como alternativa para os problemas habitacionais dos habitantes de Belo Horizonte que são dela e por ela excluídos.

O sexto capítulo tem como foco os lugares de moradia dos excluídos de e por Belo Horizonte. Nesse capítulo foi, inicialmente, traçado um paralelo entre os conceitos de marginalidade e exclusão social, procurando mostrar que esses guardam grande similaridade. Em seguida, é efetivado o mapeamento desses locais de 1897 (data de fundação da Cidade) até 2000.

Salienta-se que os mapas da localização das favelas e dos conjuntos habitacionais populares favelizados, integrantes deste capítulo, foram elaborados por décadas. Desse modo, tem-se um total de 9 (nove) mapas, o primeiro representando o período entre 1897 e 1919 e os demais as décadas seguintes até o ano 2000, identificando o crescimento do número de favelas e, concomitantemente, a posição, deslocamentos e evolução desses na paisagem da Cidade de Belo Horizonte.

Através dos mapas foi efetivada a análise da expansão das favelas na Cidade Belo Horizonte, com o objetivo de comprovar a hipótese central deste trabalho de que Belo Horizonte é desde a sua fundação uma Cidade excludente e segregatória.

Capítulo 1

Exclusão social: marginalidade e pobreza

O termo exclusão social, na atualidade, vem sendo amplamente empregado e sua discussão se faz presente em várias áreas disciplinares, em especial naquelas como a sociologia, a economia, a antropologia, a política, a psicologia, o urbanismo e a geografia, dentre outros, que tratam dos processos e relações entre os indivíduos e desses com a estrutura social, espacial, econômica, política, cultural e jurídica da organização social a que pertencem.

Este capítulo visa situar os termos em que se dá o debate sobre o fenômeno exclusão na atualidade. Ressalta-se que a literatura disponível e pesquisada sobre o tema exclusão apresenta algumas lacunas. A primeira delas se refere ao fato de não deixar claro se há por parte de seus formuladores desconhecimento das teorias da marginalidade social da segunda metade do século XX. Busca, ainda, esclarecer se os conceitos exclusão social e marginalidade social guardam similaridades ou se existem diferenças teórico-conceituais entre eles. Caso inexistam diferenças teórico-conceituais não fica claro o porquê da necessidade de um outro conceito.

A segunda nos remete para outra discussão, isto é, a exclusão social é um fenômeno novo que, mesmo possuindo relação próxima com o conceito de marginalidade social, se refere a realidades histórico-espaciais concretas, distintas daquela para a qual o conceito de marginalidade social fora desenvolvido? Se assim for, é possível estender o conceito de exclusão social para essas últimas sem mediação? Também, não raro, encontra-se na literatura o emprego do termo marginalidade como sinônimo de exclusão. Com o intuito de responder a essas questões, antes de tratarmos especificamente do fenômeno exclusão, procederemos à revisão do conceito de marginalidade social.

1.1. Marginalidade Social: as várias faces da pobreza

Nesta parte será realizada uma revisão das concepções de marginalidade social, procurando caracterizar não só o cenário no qual essas surgiram e se desenvolveram, como também as teorias que lhes dão sustentação. Para tanto, além de apresentar o núcleo central de cada uma das concepções de marginalidade, buscar-se-á, através das críticas efetivadas a cada uma das concepções, indicar tanto as suas possibilidades quanto os seus limites.

Pearlman (1977, p. 286) afirma que “as teorias da marginalidade colocam estereótipos sobre a marginalidade social, cultural, econômica e política”, sendo os indivíduos e/ou grupos sociais analisados a partir desses estereótipos. Ressalta-se que, pelos mais variados motivos – sociais, econômicos, culturais, políticos ou mesmo pessoais/grupais -, os indivíduos e/ou grupos sociais não se integram ou não são integrados à vida pública. E mais, a não integração, quando parte do indivíduo e/ou grupo, pode derivar-se de atitude/comportamento deliberado desse(s) em não participar. Por outro lado, temos que, na maioria dos casos, é o próprio sistema, entendido aqui como uma totalidade que age sobre os indivíduos impondo padrões de conduta, quem coloca os indivíduos e/ou grupos em sua periferia não permitindo a esses uma participação efetiva e ativa.

Nos dois casos o conceito de marginal traz em si um pré-conceito¹² que aponta os assim denominados como sendo incapazes e/ou transgressores, ou seja, como portadores de comportamentos anti-sociais. Estigmatizados socialmente como não produtivos, desorganizados e autodestruidores, esses indivíduos e/ou grupos refletem a exclusão de uma parcela da população das condições de cidadania¹³.

¹² O termo pré-conceito é utilizado aqui no sentido de conceito formado *a priori*, independente de questões valorativas.

¹³ Segundo Santos, Wanderley (1979) e DaMatta (1987) a sociedade brasileira, fundada na desigualdade, nos privilégios e altamente hierarquizada, apresenta a cidadania não em termos de um conjunto de direitos e deveres inerentes a todos os indivíduos, mas como uma possibilidade decorrente da inserção social e/ou econômica dos mesmos. Nesta perspectiva é necessário salientar que no Brasil a construção de uma sociedade justa e igualitária é, ainda, um projeto a ser executado a longo prazo. As razões que fundamentam esta conclusão se situam em dois níveis que se interpenetram, configurando e condicionando a relação entre Estado e sociedade: a expansão da cidadania e a distribuição de renda.

(...) a conquista e construção de uma sociedade mais justa e igualitária requer a ampla participação social e política do conjunto da população, o que, por sua vez, requer a presença de canais que viabilizem esta participação.(AZEVEDO, 1987, p. 97).

Por outro lado, e complementar a essa questão, tem-se que o marginal é aquele indivíduo e/ou grupo que ocupa uma posição nos pontos mais externos e distantes do centro de um determinado sistema¹⁴, ficando, por isso, de fora seja da participação nas decisões que o governam, e que são, em geral, tomadas pelos que ocupam as posições mais centrais, seja do gozo dos recursos, das garantias, dos privilégios que o mesmo assegura para uma parte dos seus membros. O rótulo de marginal, nesse sentido, se dá por referência à posição da localização do indivíduo e/ou grupo no sistema, sendo, portanto, um status atribuído àqueles indivíduos que se situam fora ou à margem do mesmo.

Nesse contexto, a marginalização deve ser entendida como um processo de deslocamento em direção a uma posição marginal podendo ser em relação a direitos, decisões, recursos e privilégios. Salienta-se que a participação nas decisões, na apropriação dos recursos gerados e/ou existentes e nos privilégios é seletiva, sendo efetivada somente por determinados indivíduos e/ou grupos integrados ao sistema e que ocupam posições localizadas nas partes mais centrais do mesmo.

Dentre as concepções de marginalidade social sobressai a que aponta a prevalência de comportamentos anti-sociais (presença de atitudes de agressão ou transgressão) entre, ou, por parte desses indivíduos e/ou grupos, tidos também, em termos econômicos, como não produtivos. Concomitantemente, as áreas e/ou espaços por esses habitados são apontados como agregadores de indivíduos não integrados à vida pública.

No debate sobre a marginalidade social no campo da teoria social dois enfoques teórico-conceituais se sobressaem: a) teoria da personalidade marginal ou teoria do homem marginal e b) teoria da situação marginal, como será demonstrado a seguir.

¹⁴ Seja esse econômico, político, social, cultural, administrativo, espacial, religioso, etc.

O primeiro, desenvolvido pela sociologia norte-americana, trabalha com a idéia de que a marginalidade decorre da desorientação psicológica dos indivíduos que são submetidos a qualquer espécie de conflito cultural provocado por vivência em culturas diferentes e antagônicas. Centrado na perspectiva do sujeito, esse enfoque apresenta a marginalidade como resultado de conflitos e tensões experimentados pelos indivíduos devido a antagonismos culturais que os impedem de participar da sociedade na qual estão inseridos.

O segundo enfoque surgiu após a Segunda Guerra Mundial, e, ao contrário do anterior, analisa a marginalidade na perspectiva dos grupos sociais e não dos indivíduos, apresentando a marginalidade como conseqüência das condições sociais. Nessa teoria o fenômeno da marginalidade é considerado ora como de natureza psicossocial, ora focado como conseqüência da pouca ou nenhuma participação de indivíduos e/ou grupos na distribuição da riqueza.

Deve ser salientado que aqui a marginalidade é resultante de desajuste(s) do sistema, tendo entre os seus formuladores, de um lado, os que a concebiam como um mal transitório a ser superado e, de outro, os que o definiam como inerente à estrutura sócio-econômica das sociedades dos países subdesenvolvidos. Retomaremos essa questão mais à frente.

A seguir, utilizando os trabalhos de Berlinck (1977) e Quijano (1978), buscaremos apresentar as principais conceituações dadas ao termo marginalidade social, procurando identificar as bases e as limitações teórico-conceituais, lógicas e/ou metodológicas de cada uma das definições mais amplamente trabalhadas na segunda metade do Século XX.

Em suas revisões da literatura sobre marginalidade social, Berlinck (1977) apresenta cinco definições¹⁵ para o conceito, enquanto Quijano (1978) apresenta

¹⁵ Marginalidade como situação ecológica, Marginalidade como passividade, Marginalidade como resíduo no desenvolvimento econômico, Marginalidade como falta de integração e Noções histórico-estruturais de marginalidade.

oito¹⁶. Esses autores, além de discutirem as bases conceituais de cada uma das definições, apontam as limitações teórico-conceituais, lógicas e/ou metodológicas de cada uma.

A seguir apresentaremos as concepções que estão presentes nos dois autores e também as críticas por eles apresentadas. Ressalvamos, contudo, que algumas das definições apresentadas por Quijano (1978) não serão aqui tratadas explicitamente na medida em que estão contidas nas apresentadas por Berlinck (1977).

1.1.1. Marginalidade como situação ecológica

Formulado no Brasil, nos anos 50, definia como “marginal (...) toda a população urbana que vive em favelas” (BERLINCK, 1977, p. 14). Mas seriam todos os moradores de favelas marginais? O próprio Berlinck responde a essa questão ao apresentar as conclusões dos trabalhos realizados por A. Leeds e E. Leeds (1967)¹⁷ e Martins (1970)¹⁸, os quais demonstram não existir determinismo causal entre “favelado” e “marginal” e que “do ponto de vista do comportamento social, os moradores de favelas não são assim tão diferentes dos membros que fazem parte do segmento 'mais moderno' da sociedade brasileira”. (LEEDS e LEEDS, 1967 *apud* BERLINCK, 1977, p. 15)¹⁹. Necessário lembrar, como faz o autor, que existem populações marginais em outras áreas urbanas e não só em favelas.

Não há, (...), como se concluir que marginalidade social possa ser definida através de uma situação ecológica, pois **nada indica que o comportamento do pobre favelado é diferente do pobre não favelado**. Por outro lado, é possível que certos arranjos ecológicos – como a favela – constituam formas específicas de

¹⁶ Marginalidade como situação ecológica, Marginalidade como cidadania limitada, Marginalidade como participação na “cultura da pobreza”, Marginalidade como atraso no desenvolvimento econômico, Marginalidade como falta de participação no processo de integração da sociedade, Marginalidade como situação inconsistentemente estruturada na sociedade e Marginalidade como não pertencimento ao sistema dominante numa sociedade.

¹⁷ LEEDS, A and LEEDS, E. Brazil and the myth of urban rurality: urban experience, work, and values. In. **Squatments of Rio de Janeiro and Lima**. Austin, Texas. 1967, (Mimeo).

¹⁸ MARTINS, Carlos Estevam. **Marginalidade e participação política no Brasil**. São Paulo, 1970. Mimeografado.

¹⁹ Idem.

adaptação que facilitem a integração do pobre à cidade. (SILBERSTEIN, 1969 *apud* BERLINCK, 1977, p. 15)²⁰. (grifos nossos).

1.1.2. Marginalidade como passividade

Nesse conceito estão presentes duas definições: a de “dualidade cultural” formulada pela DESAL²¹ e da “cultura da pobreza” proposta por Oscar Lewis. Vejamos em primeiro lugar a da DESAL.

Essa noção formulada pela DESAL incorporou o pressuposto da dualidade cultural (...) [e] **define a marginalidade a partir de uma situação segundo a qual uma categoria social (e não um indivíduo) encontra-se sob a influência de uma outra categoria, mas que, devido às barreiras culturais se acha impedida de participar plena e legitimamente do grupo que a influencia.** (...) Esta noção enfatiza a ambivalência do indivíduo colocado entre duas culturas e que enfrenta problemas na medida em que essas culturas forem conflitivas. (BERLINCK, 1977, p. 15-16) (grifos nossos).

O conceito, assim apresentado, enfrenta algumas dificuldades teórico-metodológicas. Em primeiro lugar, pressupõe que a modernização de setores tradicionais de uma determinada sociedade faria com que a marginalidade social presente nesses deixasse de existir, o que empiricamente não foi comprovado.

Se naquele momento, década de 1960, essa definição, não resistia a uma análise lógica nem a um exame empírico mais cuidadoso conforme aponta Berlinck (1977, p. 17), uma análise, mesmo que superficial, da realidade atual, quase meio século após a formulação da DESAL, reforça o que Berlinck já havia apontado. Ou seja, a expansão do setor moderno, através da urbanização e da industrialização, não diminuiu o tamanho das populações marginais, pelo contrário. Por outro lado, deve ser salientada outra questão problemática na formulação apresentada pela DESAL, ou seja, a desconsideração do fato de existirem diferentes classes sociais nessas sociedades.

(...) a DESAL abandona o problema das diferenças entre situações de classes substituindo-a por uma diferença entre ‘integrados’ ou ‘modernos’ e marginais, e é lógico que tal substituição constitui um escamoteamento do problema central que

²⁰ SILBERSTEIN, Paul. **Favela living: personal solutions to larger problems.** América Latina, ano 12, nº3 jul./set., 1969. p. 183-200.

²¹ Centro para el Desarrollo Económico y Social de América Latina (Santiago, Chile)

se refere à existência de diferentes classes sociais nessas sociedades. (BERLINCK, 1977, p. 17).

Ainda no conceito de marginalidade como passividade há o da “**cultura da pobreza**”, desenvolvida por Oscar Lewis-, em cujo núcleo encontra-se:

Marginal (...) seria um conjunto de indivíduos pobres e incapazes de perceber seus problemas individuais como problemas coletivos de um grupo ou classe. Não é na pessoa como tal que reside a marginalidade, porque no momento em que os pobres adquirem consciência de grupo ou classe, deixam de ser marginais embora continuem sendo “desesperadamente pobres”. Ou seja, **não é a pobreza que, em última instância, origina a cultura da pobreza, mas a falta de consciência de grupo por parte de um conjunto de indivíduos numa situação de pobreza.** (QUIJANO, 1978, p. 22) (Grifos nossos).

Pelo exposto a marginalidade social apresenta vinculação com o conceito de alienação. Mas o fato de tomar consciência de sua situação na estrutura sócio-econômica e política de uma determinada organização social não é, por si só, suficiente para integração dos indivíduos que estão à margem dessa, pois outras questões, como, por exemplo, a participação na apropriação dos bens –materiais e simbólicos – produzidos socialmente torna-se fundamental para a integração.

1.1.3. Marginalidade como resíduo no desenvolvimento econômico ou Marginalidade como atraso no desenvolvimento econômico

É, segundo seus autores, decorrente da incapacidade do processo de desenvolvimento capitalista em beneficiar a toda população de uma sociedade ao mesmo tempo.

Segundo os autores que adotam esta visão, o processo de desenvolvimento [neocapitalista] ocorre paulatinamente de forma que é incapaz de beneficiar toda a população de uma sociedade ao mesmo tempo. Assim, o processo de desenvolvimento coexiste com uma “população marginal ao desenvolvimento” que eventualmente, poderá ser beneficiada pelo processo, se ele persistir (CASANOVA, 1965; Oberg, 1965 *apud* BERLINCK, 1977, p. 20)²².

Como principal problema dessa definição Berlinck (1977, p.20) coloca que “as provas empíricas existentes demonstram, (...), que o ‘desenvolvimento’ não

²² CASANOVA, Pablo González. Sociedad plural y desarrollo: el caso do México. In. Joseph Kahl (ed.). **La industrialización en América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica. 1965 p. 262-273. OBERG, Kalervo. The marginal peasant in rural Brazil. **American Anthropologist**. Vol. 67, 1965.

beneficia necessariamente as 'populações marginais' e que, portanto, essa forma de se abordar o problema é equivocada". Vale aqui o exposto em relação ao conceito apresentado pela DESAL, ou seja, o desenvolvimento e a modernização não foram capazes de absorver ou mesmo de beneficiar a todos os integrantes da sociedade.

1.1.4. Marginalidade como falta de integração

Definição apresentada por Quijano (1966)²³. Em relação a essa deve ser ressaltado que tem por referência central o que, explicita ou implicitamente, já estava presente nas definições anteriores, ou seja, a marginalidade seria decorrente da falta de integração dos indivíduos/grupos na estrutura da sociedade. Nesse sentido pode-se inferir que a marginalidade é concebida como um fenômeno inerente a todas as sociedades, estando, portanto, presente em todas elas, possibilitando, por sua vez, identificar o arranjo interno dessas.

Para Quijano (1966), a noção de integração social implica em dois aspectos analiticamente diferentes: o que corresponde à "**integração da sociedade**" e o que se refere à "**integração na sociedade**". A integração da sociedade é um conceito analítico que se refere à forma como os elementos que correspondem a cada um dos setores institucionais se integram na estrutura global de uma sociedade. A integração na sociedade (...) se refere à forma em que os seus membros se integram, através do seu envolvimento em cada um dos elementos que compõem os diversos setores institucionais dessa sociedade. (BERLINCK, 1977, p. 21).

Necessário esclarecer que a falta de integração pode apresentar variação temporal e espacial em uma mesma sociedade e de intensidade ou extensão entre sociedades. Desse modo, o grau de integração existente em um determinado período e local de uma dada sociedade se constitui no elemento fundamental na identificação das condições de vida, de desenvolvimento humano, de autonomia e de equidade existentes nessas.

Independentemente da assertividade das críticas de Berlinck (1977) à definição apresentada por Quijano, não se pode ignorar o fato dessa definição colocar o problema no âmbito da estrutura da sociedade, ou melhor, apresentar o segmento

²³ QUIJANO, Aníbal. Notas sobre o conceito de marginalidade social. In. PEREIRA, Luiz. (Org.) **Populações "marginais"**. São Paulo: Duas cidades, 1978.

composto pelos marginais como integrante da estrutura da sociedade. Voltaremos a esse ponto mais à frente.

1.1.5. Noções histórico-estruturais de marginalidade

Para os teóricos que empregam essa definição, a “marginalidade social baseia-se na noção de desenvolvimento desigual e combinado dos chamados países periféricos”. (BERLINCK, 1977, p.23). Ainda de acordo com o autor essa definição é constituída por três linhas: 1) a formulada por Gunder Frank²⁴ que busca explicar a marginalidade e a dependência através das práticas imperialistas do capitalismo; 2) a apresentada por Cardoso e Faletto (1970)²⁵ que defende que as relações de um sistema dependente não podem ser explicadas unicamente por relações de dominação na medida em que possuem relativa autonomia; e 3) a desenvolvida por José Nun (1970)²⁶ que objetiva explicar a marginalidade a partir das relações internas do sistema empregando os conceitos de superpopulação relativa e exército industrial de reserva.

1.1.6. Marginalidade como não-pertencimento ao sistema dominante numa sociedade.

De acordo com Quijano (1978, p. 28) os marginais:

(...) seriam todos aqueles grupos colocados abaixo da classe baixa urbana, com todas as implicações que disso resultam, particularmente no que concerne aos papéis ocupacionais dos membros de tais grupos nas relações vigentes de trabalho; e daí, sua não participação no universo social e cultural dominantes na sociedade.

Para esses grupos os cenários atuais não são promissores, mas as razões de existência desses grupos tampouco são metafísicas e intangíveis. Ao contrário, são bem concretas, reais e de materialidade histórica não duvidosa. Estão

²⁴ GUNDER FRANK, A. **Capitalism and uderd envelopment in latin america**: historical studies of Chile e Brazil. New York: Monthly Review Spres, 1967.

²⁵ CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

²⁶ NUN, José. Superpopulación relativa, ejército industrial de reserva e masa marginal. **Revista Latino americana de sociología**. V. 5, nº2, Julio de 1969, p 178-236.

presentes na maioria das cidades dos países subdesenvolvidos onde, na atualidade, os contingentes são, cada vez, maiores. Também começam a se fazer presentes nas cidades do capitalismo central.

Podemos inferir que a marginalidade social, nas sociedades capitalistas, em particular nas subdesenvolvidas, não se configura como uma questão conjuntural que a modernização, fundada no desenvolvimento, principalmente no econômico, permite a superação e/ou eliminação, conforme preconizavam as três primeiras concepções de marginalidade social apresentadas acima.

Fiquemos então com as três últimas que colocam o problema como estrutural. Isto é, enfocam a pobreza e a sua preservação como mecanismos institucionais que nada têm de "marginais" ao sistema, uma vez que desempenharam ou desempenham papel importante na acumulação do capital. E, mais, em uma determinada sociedade coexistem temporalidades históricas diferentes que determinam, por sua vez, relações sociais e econômicas distintas. De acordo com Laclau (1973, p. 83), "A manutenção de relações de produção pré-capitalistas nas áreas periféricas é uma condição inerente ao processo de acumulação nas áreas centrais".

Pelo apresentado, podemos deduzir que a pesquisa sobre marginalidade social que, em seu início, apontava a marginalidade social como um fenômeno tipicamente urbano, em seu desenvolvimento permitiu, a partir de uma delimitação conceitual mais precisa, ampliar a noção de marginalidade social e a extensão de sua aplicabilidade.

A marginalidade apresenta-se como fenômeno incorporado à natureza mesma da sociedade global nacional, e não apenas a um de seus setores sócio-culturais particulares. Quer dizer: como algo que, em determinadas condições, pode existir como consubstancial com uma sociedade nacional em seu conjunto. (QUIJANO, 1978, p. 23)

No debate sobre a marginalidade social é possível identificar duas grandes orientações teóricas. A primeira, de inspiração culturalista, que concebe a marginalidade sob o ângulo dos traços psicossociais que caracterizam os indivíduos. A segunda, elaborada a partir da tradição marxista, que considera a

marginalidade como uma realidade estrutural ligada às contradições do modo de produção capitalista.

Nesta perspectiva deve ser salientado que o modo de produção capitalista, resguardando as especificidades sócio-históricas das sociedades, permitiu, à sua maneira, a integração de parcela da população. Essa integração se dá em dois níveis que se superpõem. Em primeiro lugar, há integração na medida em que o indivíduo vende sua força de trabalho. Em segundo, e como consequência do primeiro, também há integração na medida em que participa do consumo de bens e serviços que esta sociedade produz. (DEMO, 1998).

Deve ser ressaltado que a integração via mercado de trabalho não se dá de modo uniforme, pois o próprio mercado de trabalho é composto por várias ocupações que, por possuírem *status* distintos, acabam por gerar uma hierarquia sócio-ocupacional. Temos então que esse tipo de integração varia em intensidade, podendo ser maior ou menor dependendo da posição que o indivíduo ocupa na hierarquia sócio-ocupacional.

Por conseguinte, tem-se que os que ocupam as posições superiores estão mais integrados, o que em alguns casos pode permitir e/ou possibilitar o “emburguesamento” (DEMO, 1998, p. 19). No outro extremo da hierarquia sócio-ocupacional encontram-se aqueles que ocupam as posições inferiores e são menos integrados ao sistema. Nas palavras de Alonso (1981, p. 56), “A marginalidade estruturalmente por sua desvinculação com o sistema de produção econômica urbano industrial, na América Latina, é uma ‘marginalidade da pobreza’”.

Tem-se, contudo, de ressaltar que coexistem parcelas de indivíduos que, devido à própria dinâmica do capital, não são incorporados ao mercado formal de compra e venda de força de trabalho e, por consequência, não participam ou, quando participam do consumo de bens e serviços produzidos pela sociedade, o fazem de maneira marginal. A esses indivíduos Nun (2001, p. 87) denomina como massa marginal.

Llamaré “masa marginal” parte afuncional o disfuncional de la superpoblación relativa. Por lo tanto, este concepto – lo mismo que el ejército industrial de reserva – se sitúa a nivel de las relaciones que se establecen entre la población sobrante y lo sector productivo hegemónico. La categoría implica así una doble referencia al sistema que, por un lado, genera este excedente y, por el otro, no precisa de él para seguir funcionando.

Fassin (1996), analisando os conceitos de marginalidade social de orientação marxista, chama a atenção para a necessidade de se discutir a validade dos fundamentos que os alicerçam, na medida em que a formulação e a aplicação dos mesmos se dá em realidades históricas distintas.

(...) A teoria materialista da marginalidade retém de *Marx* conceitos de exército industrial de reserva e de sobrepopulação relativa, discutindo sua validade no quadro da economia dos países do Terceiro Mundo. À diferença do que se podia constatar na Europa do Século XIX, onde uma fração da população não inserida no sistema de produção capitalista servia de força de trabalho potencial e daí tinha seu papel a desempenhar no funcionamento da economia, mesmo que fosse na condição de meio de pressão sobre a mão-de-obra utilizada, na América Latina do Século XX, a posição de dependência na qual se encontram as economias faz que uma parte importante da população não é mais funcional e forma uma “masa marginal” sem qualquer perspectiva de inserção: ‘Esta categoria implica uma dupla referência ao sistema que, de um lado, produz este excedente e, de outro, não tem necessidade dele para funcionar’. (FASSIN, 1996 *apud* DEMO, 1998, p. 27)²⁷

De acordo com Demo (1998), o próprio Fassin (1996) critica o posicionamento das concepções marxistas da marginalidade social que apresenta os não inseridos como não funcionais ao sistema.

Fassin, todavia, critica este posicionamento, porque não se pode olvidar de que é sempre possível encontrar algum nível de funcionalidade para o sistema. Primeiro, a dificuldade ou mesmo a impossibilidade de se inserir não faz do marginalizado um elemento disfuncional, seja porque o descarte pode ser útil ao sistema, pelo menos em termos de reduzir custos financeiros das políticas sociais, seja porque é sempre possível imaginar alguma forma de reação histórica. Segundo, dificilmente se poderia, numa visão marxista, dispensar a relação dialética contrária, que não saberia ver nestas categorias marginalizadas apenas segmentos justapostos. (DEMO, 1998, p. 27-28)

Independentemente da assertividade que muitos possam atribuir à crítica apresentada por Fassin (1996), não pode ser negligenciado que nas economias dependentes da América Latina a força de trabalho não absorvida pelo mercado de trabalho se configurou como trabalho potencial, tendo dentre as suas funções

²⁷ FASSIN, D. Marginalidad et marginados – la construction de la pauvreté urbaine en Amérique Latine. In. PAUGAM, S. (org.) **L’Exclusion** – l’état des savoirs. Paris. Édition la Découvert, 1996.

na estrutura econômica a de regulador dos salários pagos à mão-de-obra empregada.

Se por um lado à crítica não encontra amparo na realidade empírica, por outro, não pode ser negligenciada, a princípio, sua assertividade em relação à segunda parte do problema. Ou seja, os não absorvidos pelo mercado de trabalho não são disfuncionais²⁸ ao sistema, pelo contrário, por ocuparem posições periféricas ao sistema, passam a executar tarefas também periféricas, mas que são necessárias ao funcionamento do mesmo. Aqui se inclui toda uma gama de indivíduos que se situam fora do sistema formal de compra e venda de mão-de-obra.

Só fica para os marginais o conjunto de empregos assalariados mais baixo (ocupações manuais sem qualificação, na construção, na limpeza, vigilância, etc.) Entre os marginalizados e os participantes do sistema de produção industrial se ergue uma barreira que impede o ingresso destes elementos no mercado de trabalho. (ALONSO, 1981, p. 55)

Alijados do mercado de trabalho formal ou, quando incorporados a esse, exercendo ocupações periféricas e/ou de baixa remuneração, esses indivíduos, sem recursos financeiros para participar ativamente do consumo de bens e serviços existente na sociedade, passam a constituir uma massa de marginalizados ou de excluídos para utilizar a terminologia em voga atualmente. Imprescindível esclarecer que essa é uma realidade nos países subdesenvolvidos desde a industrialização destes que ocorre, como no caso do Brasil e outros, em meados do século XX.

Deve ser salientado que, mesmo após a industrialização, um número significativo de indivíduos desempenha atividades socialmente de baixo *status* e, por conseqüência, de baixa remuneração, pois não exigem, para o seu exercício, qualificação profissional. Aqui residem dois importantes fatores de marginalização ou exclusão social que também empurram esses trabalhadores para a periferia do

²⁸ Para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura possam surgir em relação a essa questão, esclarecemos o sentido em que a palavra disfuncional está aqui sendo usada. Para tanto recorremos a Nun (2001, p. 43-44): "(...) la idea de 'función'. A diferencia del uso que hace de ella la escuela funcionalista clásica, se trata aquí de emplearla como una noción matateórica, referida a una clase de atributos excluyentes comprendidos en una proposición formal del tipo: 'Dados un elemento x y un conjunto y, la relación entre ambos puede ser funcional, disfuncional ou afuncional'.

sistema, devido ao não reconhecimento e/ou pouca valorização das ocupações que exercem, configurando o que Santos, Wanderley, (1979) denominou como “cidadania regulada”.

Nesse sentido, tem-se que a marginalidade social ou exclusão social se fez presente nessas sociedades e, na medida em que ocorre internacionalização das economias e avanços das forças produtivas, via desenvolvimento e emprego de novas tecnologias, os integrantes desses segmentos só se fazem aumentar.

1.2. O cenário atual: o que há de novo?

Aqui se pretende traçar um quadro sucinto da realidade sócio-econômica contemporânea que permita identificar, a partir da dinâmica atual do sistema capitalista de produção, fundado na globalização, na internacionalização e na aplicação de modernas tecnologias ao processo produtivo, alguns dos dilemas vivenciados nas diversas conformações sociais. Neste sentido, faz-se indispensável analisar o impacto e as repercussões provocadas por essa dinâmica, em especial no mercado de trabalho sem, contudo, esquecer o papel do Estado.

A fase atual, denominada por globalização, caracteriza-se por: 1) internacionalização da economia²⁹; 2) desenvolvimento acentuado das tecnologias de comunicação; 3) deslocamento espacial das diferentes etapas do processo produtivo³⁰; 4) grande mobilidade de capitais entre os países; 5) simplificação do trabalho, a partir da introdução de novas tecnologias ao processo produtivo (robótica); 6) busca de igualdade nos padrões de consumo, e 7) difusão, embora desigual, dos preços e padrões de gestão e produção.

²⁹ “A internacionalização da economia é um processo desigual, como o próprio desenvolvimento capitalista. Os mercados financeiros (...) são indubitavelmente globalizados, as grandes empresas têm componentes transnacionais, as comunicações permitem negociações rápidas e relativamente eficientes em todo o mundo”. (NASCIMENTO, 1997, p. 86).

³⁰ Dentre os vários exemplos possíveis, apresentaremos o caso da Nike. Esta corporação concebe os modelos de seus tênis nos EUA, envia os modelos para Taiwan, onde são fabricados os protótipos e, finalmente, os produtos finais, fabricados a partir dos protótipos, são produzidos nos países da Ásia onde os salários estejam mais baixos. (DUPAS, 2000).

Concomitantemente, e não menos importante, tem-se a desregulamentação da economia, a alteração no nível e no conceito de emprego e de empregabilidade. De acordo com Mammarella (2004, p. 39)

É nos grandes centros urbanos que as condições de concorrência e o estabelecimento de uma discriminação cada vez mais acirrada no tocante à busca de um lugar no mercado de trabalho se mostram mais intensas. Tendo em vista o grau em que se desenvolveram as novas bases produtivas e tecnológicas no atual processo de reconversão econômica, **o mercado de trabalho tornou-se mais discricionário, e estabeleceram-se critérios cada vez mais seletivos de aproveitamento da força de trabalho**, ou seja, que carecem da alta qualificação profissional, de avançados anos de estudo e de um perfil de adaptabilidade às novas funções modernas exigidas pela 'pluricompetência'. Com isso, **consolidou-se a existência de um grande contingente de pessoas vivendo nas periferias metropolitanas que não logram alcançar os níveis de escolaridade e especialização requeridos pelo mercado**. Ficam, assim, **alijadas do processo produtivo, de tal modo que, desajustadas frente às regras de funcionalidade do sistema, são "empurradas" para a informalidade**. (Grifos nossos).

Os indivíduos que se situam fora do sistema formal de compra e venda da força de trabalho passam a lidar, permanentemente, com a falta de emprego e de renda. Se por um lado, a empregabilidade desses é, via de regra, um fato extraordinário, seja devido a pouca ou nenhuma qualificação desses, seja pelo uso, cada vez mais intensivo, de máquinas e novas tecnologias no processo produtivo, por outro, a falta de renda resulta na impossibilidade de consumo.

Desempregados e sem renda, esses indivíduos não participam efetivamente da produção e do consumo constituindo-se no que na literatura atual se convencionou denominar de excluídos sociais. Se antes, até a década de 1980, a exploração do trabalho pelo capital era o grande problema sócio-econômico, a partir dos anos 90 a exclusão é que passa a ser o problema. Ou seja, emprego formal, que tem como fundamento à venda da força de trabalho aos capitalistas (proprietários dos meios de produção) em troca de salário que, na maioria das vezes, fica aquém da quantidade de trabalho realizada e abaixo das necessidades dos trabalhadores³¹, se escasseia. A exclusão, decorrente do escasseamento do emprego formal, empurra para o desemprego ou para a informalidade expressivo número de trabalhadores, passa a vigorar nas várias

³¹ Característica mais marcante da exploração do trabalho pelo capital.

conformações sociais. Nas palavras de Touraine (1999, p. 11) “O problema da sociedade de hoje não é a exploração (...) é a exclusão”.

Dupas (2000) analisa o capitalismo global a partir do que ele denomina como sendo duas dialéticas: concentração *versus* fragmentação e exclusão *versus* inclusão. Lembra-nos, ainda, que “o capitalismo atual é alimentado pela força de suas contradições” (p.39) e que

O contínuo avanço da economia global não parece garantir que as sociedades futuras possam – unicamente por mecanismos de mercado – gerar postos de trabalho, mesmos os flexíveis, compatíveis em qualidade e renda com as necessidades mínimas dos cidadãos. (p.169)

A concentração *versus* fragmentação, de acordo com Dupas (2000), teve o seu incremento por meio das tecnologias da informação que permitiram a partir da década de 1970 processar alterações significativas na organização da atividade produtiva. Desde aquela época a organização das atividades produtivas não mais se caracteriza pela busca de mercados globais, passando, ela própria, a ser global. O que acarreta, sem dúvida, alterações significativas uma vez que o fracionamento do processo produtivo permite que diversas indústrias localizadas em diferentes áreas do globo terrestre estejam interligadas organicamente. Nessa perspectiva, tem-se a criação de corporações mundiais e nessas a concentração das principais decisões.

Essas corporações decidirão basicamente o que, como, quando, quanto e onde produzir os bens e serviços (marcas e redes globais) **utilizados pela sociedade contemporânea.** Ao mesmo tempo, elas estarão competindo por redução de preços e aumento da qualidade, em um jogo feroz por *market share* e acumulação. Enquanto essa disputa continuar gerando lucros e expansão, parte da atual dinâmica do capitalismo estará preservada. Simultaneamente, este processo radical em busca de eficiência e conquista de mercados força uma onda de fragmentação – terceirizações, franquias e informalização –, abrindo espaço para uma grande quantidade de empresas menores que alimentam a cadeia produtiva central com custos mais baixos. Tanto na sua tendência de se concentrar como na de fragmentar, a competição opera como o motor seletivo desse processo. (DUPAS, 2000, p. 39-40) (Grifos nossos)

Como um dos reflexos das estratégias adotadas pelas corporações tem-se a crise do emprego e da empregabilidade. Se por um lado decresce o emprego no setor

formal da economia, por outro, há crescimento do setor informal, da precarização dos empregos e da subcontratação³².

Apesar do desemprego estrutural crescente (incapacidade progressiva de geração de empregos formais em quantidade ou qualidade adequadas), o capitalismo atual garante a sua dinâmica também porque a queda do preço dos produtos globais incorpora continuamente mercados (inclusão) que estavam a margem do consumo por falta de renda. (DUPAS, 2000, p. 40).

Quanto à dialética da exclusão *versus* inclusão, não é difícil inferir de acordo com o colocado por Dupas que a inclusão só seria possível, na atual fase do sistema capitalista de produção, no nível do consumo. Mas à medida que o desemprego cresce, que o setor informal da economia não consegue absorver o contingente, cada vez mais numeroso, de desempregados, pois o trabalho, mesmo flexível e precário, se escasseia, é difícil conceber que esses indivíduos possam participar como consumidores. Para ser consumidor é necessário ter poder de compra e esse, por sua vez, advém da renda e a renda dos trabalhadores é proveniente da venda da força de trabalho.

Se, até a década de 1970, o sistema capitalista de produção foi capaz de absorver, especialmente nos países capitalistas centrais, via assalariamento, grande contingente de indivíduos, na atual fase desse sistema o que se vê em todos os lugares é o fim do emprego e, conseqüentemente, dos salários. Além dessas questões, há de se ressaltar a redefinição do papel do Estado e a revisão das políticas sociais. Por outro lado deve ser salientado que os problemas como, por exemplo, desemprego, miséria, violência e poluição não podem ser enfrentados e solucionados por essas sociedades com políticas compensatórias pontuais. Desse modo, as políticas públicas como, por exemplo, a de salário desemprego não é suficiente para manter os desempregados, mesmo por curto período de tempo. Também não há no horizonte desses milhares de desempregados a possibilidade de uma nova colocação, já que o que está sendo destruído, pela nova lógica de acumulação capitalista, são os postos de trabalho.

³² De acordo com Dupas (2000, p. 51) “na lógica subjacente a subcontratação está presente que é bem mais fácil romper um contrato de subcontratação do que fechar uma indústria própria, acarretando desgastes de imagem e problemas legais. O mesmo se aplica à utilização de expedientes como trabalho informal, sonegação fiscal e agressão ao meio-ambiente. Quando isso ocorre, geralmente a subcontratada local é que assume o risco de eventuais operações irregulares”.

São esses milhares de desempregados, sem perspectiva de emprego que constituem o que a literatura contemporânea denomina de excluídos. Segundo Liberato (2000, p. 33), “(...) a primeira exclusão se dá na relação de trabalho; a partir dela é que se vão formando as demais exclusões (...)”.

1.3. Exclusão Social: nossa velha conhecida

Partilhamos com Dupas (2000, p. 56) quando esse afirma que “pobreza, desemprego e subemprego estão engrossando a exclusão social”. Salientamos que a exclusão social, por ser multidimensional³³, apresenta categorias complexas e heterogêneas. Nesse sentido delimitá-la requer, por um lado, identificar as suas várias dimensões e, por outro, buscar dialogar com as teorias que, ao empregarem tal conceito, o explicitam.

Em primeiro lugar, devemos ter claro que o que se denomina amplamente na literatura como exclusão social congrega, na verdade, uma série de exclusões, sendo essas decorrentes de causas estruturais e/ou conjunturais. Independentemente da origem da causa, os tipos de exclusão (econômica, política, social, psicológica, cultural etc.) apresentam variação de intensidade (menor ou maior) e, na maioria das vezes, se superpõem.

Por outro lado, e não menos importante, cabe ressaltar que o conceito de exclusão não pode ser delimitado sem o de inclusão na medida em que são interdependentes. Afirmar que alguém (indivíduo e/ou grupo) é excluído ou está em situação de exclusão pressupõe que o outro (indivíduo e/ou grupo) se encontre em situação de inclusão, isto é, alguém só pode ser excluído de uma dada realidade de inclusão. Nesse sentido, torna-se fundamental o conhecimento do tamanho da discrepância das condições de qualidade de vida, de desenvolvimento humano, de autonomia e de equidade entre os indivíduos e/ou grupos de uma dada realidade.

³³ Neste sentido ver, dentre outros, Wanderley (1999).

Em segundo lugar, é fundamental salientar que o quanto menor ou maior é a exclusão vai depender de fatores diversos, devendo a sua dimensão ser analisada em situações específicas. Também é importante esclarecer que para além do tamanho da discrepância entre indivíduos e/ou grupos, a exclusão social possui aspectos objetivos (condições de vida, desenvolvimento humano, autonomia e equidade) e subjetivos (crenças e/ou sentimentos dos indivíduos e/ou grupos em situações concretas).

Em terceiro lugar, temos, a partir do acima colocado, que para delimitar o conceito de exclusão social é imprescindível estabelecer o cenário no qual o conceito foi forjado, procurando identificar os elementos que permitiram o seu aparecimento. O quadro histórico-espacial, ao possibilitar a análise a partir de situações concretas das relações sócio-econômicas e culturais, nos permitirá identificar, por um lado, a filiação teórico-conceitual do termo e, por outro, os seus limites e possibilidades analíticas e explicativas.

Desse modo, a partir das situações concretas que permitiram/possibilitaram o aparecimento do conceito ter-se-á condições de avaliar o seu grau de operacionalidade e, também, o seu nível de abrangência e, por fim, a sua aplicabilidade em outras realidades sociais.

Por último, faz-se necessário informar que acreditamos que o que se denomina amplamente na literatura especializada, a partir dos anos noventa, como exclusão social não é um fenômeno novo principalmente para as sociedades latino-americanas. “(...) Não segue, porém, que exista uma nova questão social, até porque, com os olhos do Terceiro Mundo, é mais fácil ver nela a velha questão social” (DEMO, 1998, p. 25) e, mais, a novidade, se é que existe, reside no fato de os “(...) excluídos, na terminologia dos anos 90, não [serem] residuais nem temporários, mas contingentes populacionais crescentes que não encontram lugar no mercado”. (WANDERLEY, 1999, p. 77).

Desse modo, a análise sobre exclusão social deve destacar o emprego e a empregabilidade. Nesse sentido, observa-se na atualidade grande redução do

número de empregos. Para tanto concorre a reestruturação capitalista, na qual a estratégia empresarial é, por um lado, a de diminuir postos de trabalho, aumentar a produtividade e, também, utilizar, cada vez mais intensivamente, o recurso da subcontratação de mão-de-obra. Por outro, e não menos importante, situam-se os investimentos em tecnologia que também desempenham papel central na redução do número de postos de trabalho especialmente nos setores primário e secundário. Nesse caso, o trabalhador é trocado pela eficiência e rapidez das máquinas.

Temos, então, o desemprego como sendo uma das principais características das economias mundiais. Nessas economias a flexibilização do trabalho se faz acompanhar por uma contínua precarização das condições e das relações de trabalho.

Precarização das condições de trabalho e aumento do caráter precário das condições de trabalho, com a ampliação do trabalho assalariado sem carteira e do trabalho independente (por conta própria). Esta precarização pode ser identificada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim pelo que se costuma chamar de bico. Em geral, a precarização é identificada com a ausência de contribuição à Previdência Social e, portanto, sem direito à Aposentadoria. (MATTOSO, 1999, p. 8).

Cabe reafirmar que tanto a flexibilização quanto a precarização contribuem para a exclusão social na medida em que os indivíduos, ao não encontrarem oportunidades de trabalho no setor formal da economia, procuram o setor informal. O que se torna mais grave devido à falta de iniciativas tanto por parte dos governos quanto das sociedades na busca de caminhos que viabilizem reverter à situação. Como resultante tem-se, por um lado, a concentração de renda e, por outro e complementar, o aumento da exploração dos trabalhadores³⁴. Salienta-se, contudo, que esses processos, apesar de globais, guardam particularidades com o lugar no qual ocorrem.

³⁴ “As transformações na evolução e composição do emprego têm sido acompanhadas de mudanças significativas no padrão de uso e remuneração da força de trabalho. O avanço da desregulamentação do mercado de trabalho, a flexibilização dos contratos de trabalho e das legislações social e trabalhista, a queda nas taxas de sindicalização e no número de greves revelam o maior grau de autonomia das empresas” (POCHMANN, 1999, pg. 34) e, como consequência, a falta de proteção ao trabalho e o aumento da exploração.

Ressalta-se que na atualidade as mudanças no mercado de trabalho modificam as relações entre empregado e empregador. Se antes a preocupação centrava-se nas formas e nas condições de exploração, contemporaneamente, a dificuldade reside em encontrar uma maneira de inserir os indivíduos no mercado de trabalho, principalmente os jovens.

O desemprego observado atualmente caracteriza as economias mundiais, onde a flexibilização do trabalho está sendo acompanhada pela contínua precarização das condições e das relações de trabalho, que contribuem para a exclusão dos indivíduos, pois, ao verem fechadas as possibilidades de emprego no setor formal, procuram o setor informal. Portanto, a complexidade em se definir o termo exclusão social, primeiramente, decorre da necessidade de se reconhecer o lugar onde o indivíduo se encontra, pois: “os modos de excluir são diferentes em cada contexto histórico, ora prevalecendo critérios discriminatórios de mercado, ora simbólicos, ora de gênero, todos com raiz política”. (DEMO, 1996, p. 2).

No espaço ocupado pelas sociedades, mais especificamente pelas grandes e megas cidades, a exclusão se materializa, pois o espaço, enquanto uma estrutura, como as demais estruturas sociais (SANTOS, Milton, 1979), guarda grande similaridade com o sistema político, econômico, social e cultural prevalecente. Desse modo, o espaço e a espacialidade a ele inerente permitem/possibilitam identificar e, concomitantemente, analisar os processos sociais vivenciados.

Pelo exposto, tem-se que a definição do conceito da exclusão social se reveste de grande complexidade, pois, atualmente, os sistemas sociais (sociedades), em especial as dos países subdesenvolvidos convivem com as velhas formas de se excluir (marginalidade social), como se estas não fizessem mais parte do contexto, enquanto o desemprego estrutural que atinge milhares de indivíduos, excluindo ainda mais aqueles que já estavam à margem do sistema econômico, político, social e cultural.

O próximo capítulo enfocará o fenômeno espaço discutindo a sua importância para a sociedade. Neste também serão abordadas outras temáticas correlacionadas ao espaço: região, lugar, território e paisagem visando subsídios que permitam/possibilitem entender a exclusão social e, a sua consequência mais visível: a segregação sócio-espacial.

Capítulo 2

Espaço: fragmentação necessária

A geografia por ter as relações homem-espaço como objeto, utiliza noções, conceitos e categorias analíticas que muitas vezes se superpõem. Assim, não é raro encontrar na literatura geográfica as expressões: espaço, região, lugar, território e paisagem com significações diversas e, até mesmo, contraditórias. Na tentativa de esclarecer a noção de espaço na geografia, há dentre outras as contribuições de Corrêa (1995), em relação ao conceito de região, às contribuições de Gomes (1995), quanto ao conceito de território e, também, de paisagem as de Souza (1995), Haesbaert (1995) e Castro (1997).

Compartilhando com Gomes (1997, p. 38) a afirmação de que “o objeto da geografia é (...) [o] espaço, que simultaneamente é disposição física das coisas e práticas sociais que ali ocorrem”, é que foi efetivada a análise sobre o espaço como objeto da Geografia. Essa postura foi assumida mesmo reconhecendo que a própria noção de espaço não é conclusiva entre as correntes epistemológicas da geografia, que o apresentam, a partir das visões prevaletentes em seus quadros teórico-metodológicos com grande diversidade conceitual.

Devido à complexidade da temática desenvolvida neste capítulo, optou-se por dividi-lo em cinco partes. A primeira tem por objetivo sistematizar os conceitos de espaço e espacialidade. A segunda visa definir o conceito de região. Na terceira procura-se demarcar a concepção de lugar, na quarta parte delimitar e esclarecer as bases sobre as quais operam os conceitos de território e territorialidade, e na quinta, e última, o conceito de paisagem. Esse procedimento teve por objetivo esclarecer a intercambialidade existente entre esses conceitos que, não raro, produz confusões na medida em que, por um lado, uns são tomados por outros, e, por outro, por que as noções de espaço, região, lugar, território e paisagem apresentam uma diversidade e multiplicidade conceitual nas várias correntes teórico-metodológicas da Geografia.

A premissa central a partir da qual se estruturou este capítulo é que o espaço deve ser considerado como uma totalidade e que sua análise, enquanto fenômeno global, requer que o mesmo seja fragmentado.

Para apreender a informação do espaço, é necessário fragmentá-lo, transformando-o em lugar informado. É necessário ultrapassar aquela totalidade homogênea do espaço para descobrir seus lugares nos quais a informação se concretiza, na medida em que produz aprendizado e comportamento traduzidos nos seus signos: usos e hábitos. No lugar, o espaço se concretiza na e pela informação que agasalha. De um espaço de informação evoluímos para um lugar informado. (FERRARA, 1999, p. 153)

É desse e a partir desse “lugar informado” que os indivíduos, no cotidiano, estabelecem e mantêm suas relações (sociais, culturais, econômicas, afetivas e/ou políticas), desempenham seus papéis sociais, tomam suas decisões e, ao assim proceder, transformam o espaço em “lugar informado”, ou seja, em lugar de significação. Temos, então, que as decisões, e dentre elas a relativa à localização espacial (dos próprios indivíduos e dos demais objetos), mantêm, como todas as outras, estreita relação com o lugar a partir do qual e no qual foram produzidas ou apropriadas, o que, sem dúvida, propicia visões de mundo e, portanto, percepções diferentes.

Santos, Milton, (1982), ao discutir os espaços e seus elementos afirma que:

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre paralelamente através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. Ora, a análise é uma forma de fragmentação do todo que se caracteriza pela possibilidade de se permitir, ao seu término, a reconstituição desse todo. Quanto ao espaço, sua divisão em partes deve ser operada segundo uma variedade de critérios. (...). (SANTOS, Milton, 1982, p. 19).

A seguir procederemos à revisão das noções de espaço e espacialidade visando, por um lado, traçar os parâmetros norteadores do debate que se efetiva no âmbito da Geografia e, por outro, demarcar a importância dessas noções para teoria social contemporânea, buscando identificar os aspectos relevantes que permitam analisar os mecanismos que possibilitam a exclusão sócio-espacial de parcelas significativas das populações citadinas em todo o mundo.

2.1 – Espaço e espacialidade

Inicialmente torna-se indispensável ressaltar que só muito recentemente o espaço e a espacialidade passaram a se configurar como necessários e de elevada importância nas análises empreendidas na teoria social. Esta nova postura ocorre principalmente na medida em que o espaço passa a ser focado “como uma estrutura ou instância dotada de autonomia relativa” (SANTOS, Milton, 1978, p. 42), não sendo mais percebido apenas como local de ocorrência dos fenômenos ou de reunião dos objetos produzidos pela sociedade.

A espacialidade, por sua vez, deve ser analisada tendo por referência que o espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produtos de sua transformação decorrente das vivências e experiências sociais. A seguir são apresentadas as oito premissas que, segundo Soja (1993, p. 158-159), são à base de sustentação da argumentação geral da análise por ele realizada sobre a espacialidade na sociedade capitalista.

1. A espacialidade é um produto social consubstanciado e reconhecível, parte de uma “segunda natureza” que incorpora, ao socializá-los e transformá-los, os espaços físicos e psicológicos.
2. Como produto social, a espacialidade é, simultaneamente, o meio e o resultado, o pressuposto e a encarnação da ação e da relação sociais.
3. A estruturação espaço-temporal da vida social define o modo como a ação e a relação sociais (inclusive as relações de classe) são materialmente construídas, concretizadas.
4. O processo de constituição/concretização é problemático, repleto de contradições e de lutas (em meio a muitas coisas recorrentes e rotinizadas).
5. As contradições decorrem, primordialmente, da dualidade do espaço produzido, como resultado/encarnação/produto/ pressuposto /produtor da atividade social.
6. A espacialidade concreta – a geografia humana efetiva – é, pois, um terreno competitivo de lutas pela produção e reprodução sociais, de práticas sociais que visam, quer a manutenção e reforço da espacialidade existente, quer uma reestruturação significativa e/ou uma transformação radical.
7. A temporalidade da vida social, desde as rotinas e eventos da atividade cotidiana até construção da história em prazo mais longo (*évènement e durée*)³⁵ para usarmos a linguagem de Braudel), radica-se na contingência espacial, exatamente do mesmo modo que a espacialidade da vida social se enraíza na contingência temporal/histórica.
8. A interpretação materialista da história e a interpretação materialista da geografia são inseparavelmente entremeadas e teoricamente concomitantes, sem nenhuma priorização intrínseca de uma em relação à outra.

³⁵ Evento e duração. (Nota do tradutor).

Pelo apresentado não é difícil inferir que a análise da espacialidade reveste-se de grande complexidade. Por conseguinte, o entendimento do espaço socialmente produzido, enquanto resultante e possibilitador de espacialidades específicas, deve ser feito tendo em vista que o mesmo é produto e produtor dessa mesma espacialidade e, mais, que o espaço tem uma história e que o seu significado é alterado pelas ações e intervenções humanas.

O espaço socialmente produzido é uma estrutura criada, comparável a outras construções sociais resultantes da transformação de determinadas condições inerentes ao estar vivo, exatamente da mesma maneira que a história humana representa uma transformação social do tempo. (SOJA, 1993, p. 101-102).

Nessa perspectiva, e com o intuito de se evitar as simplificações mutiladoras, o espaço não pode ser focado apenas como um local onde se estrutura a organização social e, também, não pode ser concebido como um mero reflexo (espelho) dessa mesma organização. Em outras palavras, o espaço, juntamente com as demais estruturas e instâncias da vida social, deve ser analisado tendo a preocupação de não lhe retirar o seu dinamismo, decorrente de suas contradições e complementaridades.

O espaço deve, nessa linha, ser analisado enquanto uma estrutura que, ao mesmo tempo, condiciona os indivíduos e é por eles condicionado. Não pode ser desconsiderado como algo externo aos indivíduos e que, por isso, adquire a característica de ser objetivo e de exercer sobre esses a coercitividade. (LIBERATO, 2000, p. 20).

Enfocado desta forma, o espaço ganha uma outra dimensão. Não é apenas o depositário da organização social que sobre ele se ergue, mas, principalmente, constitui-se em unidade de análise que, juntamente com as demais estruturas e instâncias da vida social, deve ser analisado de modo dinâmico e dialético.

Santos, Milton, (1978) chama a atenção para a pertinência da aplicação do conceito de fato social desenvolvido por Durkheim³⁶ ao espaço. Nas palavras de Santos, Milton, (1978, p. 128),

Segundo a acepção durkheimiana o espaço é pois uma coisa; ele existe fora do indivíduo e se impõe tanto ao indivíduo quanto à sociedade considerada como um todo. Assim, o espaço é um fato social, uma realidade objetiva. Como resultado

³⁶ De acordo com esse sociólogo o fato social seria: “toda a maneira de agir, fixa ou não, susceptível de exercer sobre o indivíduo uma coação externa” (Durkheim 1974:14).

histórico, ele se impõe aos indivíduos. Estes podem ter dele diferentes percepções e isso é próprio das relações entre sujeito e objeto.(...).

No estudo do espaço e da espacialidade torna-se imprescindível ter clareza dos termos em que se estrutura a relação indivíduo-espaço na medida em que o espaço e a espacialidade definem formas de sociabilidade, que por sua vez, definem modos de convivência inter e intra-grupos. É ainda Santos, Milton, (1978) que, ao descrever os elementos que possibilitam o domínio do espaço sobre o homem e, por extensão, sobre a sociedade, nos aponta que os indivíduos, para garantirem a sobrevivência das formas de organização social, utilizam e, ao mesmo tempo, constroem os mecanismos e objetos para dominar a natureza e forjar o espaço. Nesse sentido, o espaço e a espacialidade estão presentes no cotidiano dos indivíduos, demarcando fronteiras e indicando formas de agir.

O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem entre si estes pontos, são elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam sua prática social. A práxis, integrante fundamental da transformação da natureza humana, é um dado sócio-econômico, mas é também tributária das imposições espaciais. (SANTOS, Milton, 1978, p. 137)

Desse modo, o espaço deve ser analisado enquanto uma estrutura que ao mesmo tempo condiciona os indivíduos é por eles condicionado. Ressalta-se que tanto na perspectiva de condicionante quanto na de condicionado, o “espaço é um reflexo da sociedade global” (Santos, Milton, 1978, p. 144). Ou seja, a organização e apropriação do espaço mantêm estreita ligação com a estrutura social, política, econômica e cultural prevalecente em uma determinada formação social.

O espaço não é um objeto científico afastado da ideologia e da política; sempre foi político e estratégico. Se o espaço tem uma aparência de neutralidade e indiferença em relação a seus conteúdos e, desse modo, parece ser “puramente” formal, a epítome da abstração racional, é precisamente por ter sido ocupado e usado, e por já ter sido o foco de processos passados cujos vestígios nem sempre são evidentes na paisagem. O espaço foi formado e moldado a partir de elementos históricos e naturais, mas esse foi um processo político. O espaço é político e ideológico. É um produto literalmente repleto de ideologias. (LEFÉBVRE, 1976b, p. 31 *apud* SOJA, 1993, p. 102)³⁷.

³⁷ LEFÉBVRE, H. Reflections on the politics of space. (Trad. de M. Enders) **Antipode**, 8, 1976b p. 30-37.

O espaço, pelo exposto, assume grande importância na demarcação das ações sociais possíveis e, por isso mesmo, socialmente “permitidas”. Não estamos de modo algum trazendo de volta o determinismo geográfico que aponta o meio natural (relevo, topografia, clima etc.) como determinante do comportamento humano e os elementos naturais como fonte explicativa para os mesmos. Muito mais que isso, temos por referência que o espaço não pode, a não ser que se queira deliberadamente deixar de lado a sua riqueza, ser concebido como fixo, estático, imutável, ou, como cenário, “pano de fundo ou um palco” (SOJA, 1993, p. 107) no qual os atores sociais desempenham os seus vários papéis.

Acreditamos que é muito mais que simplesmente isso, na medida em que se constitui como o *locus* da produção e reprodução das relações sociais ou nos dizeres de Harvey (1973, p.306) “o espaço e a organização política do espaço expressam relações sociais, mas também reagem contra elas (...)”. Lefévre (1974), por sua vez, é enfático ao definir o espaço enquanto elemento de grande relevância na reprodução das relações de produção.

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações de produção. (LEFÉVRE, 1974, p. 34)

Nesse sentido, deve-se deixar claro que tanto o espaço quanto a espacialidade são construídos pelos homens em sua vida cotidiana, ou seja, essas construções se dão historicamente não sendo, e nem poderiam ser, deslocadas da realidade sócio-econômica, política e cultural que as engendra, que as possibilita.

quando se consideram os processos econômicos e sociais, o espaço é, em realidade, uma dimensão dos mecanismos de transformação, da prática dos grupos sociais, de suas relações; ele contribui para produzir, reproduzir, transformar os modos de produção. O espaço é, assim, uma dimensão ativa do devir das sociedades. (VIEILLE, 1974, p. 30).

Por ser historicamente construído,

o espaço não pode ser apenas um reflexo do modo de produção atual porque ele é memória dos modos de produção do passado. Ele sobrevive, pelas suas formas, à passagem dos modos de produção ou de seus momentos. Essa característica do prático-inerte de Sartre que se volta contra seu criador é o fundamento mesmo

da existência do espaço como estrutura social, capaz de agir e de reagir sobre as demais estruturas da sociedade e sobre esta como um todo novo momento de um mesmo modo de produção não pode fazer tábua rasa das condições espaciais preexistentes. (SANTOS, Milton, 1978, p. 21).

Enquanto regionalizado e fragmentado, o espaço nas sociedades capitalistas:

(...) assegura, as atividades econômicas desejosas de instalar-se, uma boa parte dos “overhead capital” e das infra-estruturas necessárias. Além disso, a concentração dos investimentos públicos em certos pontos do espaço, impõe a tendência a uma elevação do coeficiente de capital necessário à instalação de uma nova atividade. (DASGUPTA, 1964 *apud* SANTOS, Milton, 1986).³⁸

Roberto DaMatta (1987), ao tratar dos espaços da casa, da rua e do outro mundo, além de apontar serem esses espaços esferas de significação social, nos informa que esses comportam visões de mundo diferenciadas e éticas particulares.

a casa, a rua e o outro mundo (...) fazem mais que separar contextos e configurar atitudes. É que eles contêm visões de mundo ou éticas que são particulares. (...) esferas de sentido que constituem a própria realidade e que permitem normalizar e moralizar o comportamento por meio de perspectivas próprias. (...) [nos] espaços sociais, o normal – o esperado e o legitimado – é que a casa, a rua e o outro mundo demarquem fortemente mudanças de atitudes, gestos, roupas, assuntos, papéis sociais e quadro de avaliação da existência em todos os membros de nossa sociedade. (DAMATTA, 1987:51-52).

Pelo exposto, fica evidenciado que o espaço geográfico não é um todo homogêneo e que tanto a sua configuração e organização, quanto à percepção que os indivíduos têm dele são fragmentadas. A configuração e organização espaciais, por refletirem as formas de apropriação e de utilização do espaço, evidenciam os modos através dos quais se processaram e se processam as interações espaciais, ou seja, os deslocamentos de capital, mercadorias e pessoas.

Temos, então, que o espaço pode ser subdividido e os subespaços decorrentes dessa divisão tornam-se igualmente unidades de análise. O fato de sobre esses atuar as mesmas leis gerais que atuam sobre o primeiro demonstra que a subdivisão pode se constituir em um recurso metodológico que tem por finalidade facilitar a análise de um objeto de grande complexidade.

³⁸ DASGUPTA, Samir. Underemployment and dualism, a note. **Economic development and cultural change**. XII, n 2. Jan., 1964

2.2 – Região: diferenciação das áreas

O objetivo central desta parte é o de definir o conceito de região. Ressalta-se que, independentemente da matriz teórico-metodológica a que se vinculem, ou da qual se originem, as noções de região são quase sempre enfocadas como uma subdivisão do espaço, fundadas em uma lógica que tem por base a homogeneização e/ou a polarização dos lugares que, por sua vez, permite a diferenciação das áreas. Quanto à homogeneização é necessário salientar que essa é construída a partir da formulação de critérios e, portanto, depende e só adquire sentido a partir desses. Temos, portanto, que em uma mesma área podem co-existir várias regiões, bastando para isso que haja mudanças nos critérios utilizados em sua demarcação, ou seja, em sua regionalização.

Ferreira (1974:152), após demonstrar as dificuldades existentes em se conceituar região, afirma que:

muitos cientistas aceitam que o conceito de região, a escolha de um dado conjunto de regiões, de seus limites, de sua estrutura interna e hierarquização, etc., dependem do problema particular a ser examinado. (...) (...) o conceito de região deve ser dinâmico, pois os limites da região, sua estrutura interna e o sistema ou conjunto das regiões, se alteram com o decorrer do tempo.

Pelo exposto por Ferreira, especialmente quando afirma que o conceito de região “depende do problema particular a ser examinado” (p. 152), pode-se inferir que o conceito de região, assim delimitado, se constitui em um recurso metodológico e não uma evidência do mundo real concreto³⁹.

a região e o lugar, (...), definem-se como funcionalização do mundo e é por eles que o mundo é percebido empiricamente. A região e o lugar não têm existência própria. Nada mais são que uma abstração, se os considerarmos à parte da totalidade. (...) A cada momento histórico, tais recursos [capital, população, força de trabalho, excedente etc.] são distribuídos de diferentes maneiras e localmente combinados, o que acarreta uma diferenciação no interior do espaço total e confere a cada região ou lugar sua especificidade e definição particular. Sua significação é dada pela totalidade dos recursos e muda conforme o movimento histórico.

³⁹ Salienta-se que esta visão não é amplamente aceita pelos geógrafos, exceto os humanistas que definem região como sendo um “quadro de referência fundamental na sociedade (...) produto real, construído dentro de um quadro de solidariedade territorial. Refuta-se, assim, a regionalização e a análise regional, como classificação a partir de critérios externos à vida regional. Para compreender a região é preciso viver a região”. (GOMES, 1995:67).

Tanto a região quanto o lugar são subespaços subordinados às mesmas leis gerais de evolução, onde o tempo empericizado entra como condição de oportunidades. (SANTOS, Milton, 1996:131)

Gomes (1995), ao reconstruir a trajetória da noção de região, enfatizando as controvérsias que essa noção suscitou no âmbito da ciência geográfica, nos informa que é necessário “discernir os sentidos diferentes que podem existir na noção de região nas diversas esferas onde é utilizada (...)” (p. 50). Para tanto, ele retoma os principais debates efetivados entre vários autores e, também, entre marcos teóricos diversos e, ao fazê-lo, indica uma concepção de região que acreditamos ser a mais adequada.

A região não pode ser vista com uma evidência do mundo real concreto, ela sequer pode pretender existir no mundo científico sem estar submetida a critérios explícitos, uniformes e gerais. Podemos perceber claramente aqui a ruptura com o senso comum. Para que esta noção de região se torne um conceito científico é absolutamente necessário que haja uma formulação clara de seu sentido, de seus critérios e de sua natureza. O estabelecimento de região passa a ser uma técnica da geografia, um meio para demonstração de uma hipótese e não mais um produto final do trabalho de pesquisa. Regionalizar passa a ser a tarefa de dividir o espaço segundo diferentes critérios que são devidamente explicitados e que variam segundo as intenções explicativas de cada trabalho (Grigg, 1967). As divisões não são definitivas, nem pretendem inscrever a totalidade espacial, elas devem simplesmente contribuir para um certo entendimento de um problema, colaborar em uma dada explicação. (GOMES, 1995: 62-63).

Pelo apresentado, tem-se que a aplicação de critérios diferentes em uma mesma área dá origem a regiões diferenciadas.

De acordo com Dauphiné (1979:21):

O termo região, conceito central da ciência geográfica, deve e pode ser definido com precisão. A região é um sistema aberto, dialeticamente desequilibrado, onde o princípio de unidade sobrepõe-se sobre as forças (variáveis) da diversidade (...) formada por espaços contíguos. (T.A.)⁴⁰

Ainda segundo Dauphiné (1979), a região deve ser concebida como um sistema aberto, formado por um conjunto de elementos espaciais, descrito por variáveis físicas, humanas, quantitativas ou qualitativas. As variáveis, por definição, podem ser objetos de uma formalização matemática conservando-se a veracidade das relações mesmo quando da ampliação do universo de estudo.

⁴⁰ Tradução da autora.

Também é Dauphiné (1979) que nos informa que no estágio atual do conhecimento é possível propor uma classificação de região baseada nas relações entre as variáveis, sendo as relações intra e extra regional condicionadas pelos preceitos de relações fortes ou fracas a partir da intensidade das mesmas. Por esta classificação, haveria quatro tipos de região. Vejamos:

1º tipo: as que apresentam relações “fracas” ou frouxas. São representadas por uma parcela do globo, onde se valoriza a especificidade e, nem tanto, a unidade regional. Ex: regiões tradicionais africanas.

2º tipo: as que apresentam relações intra-regionais raras e relações extra-regionais fortes ou intensas e nobres. Ex. regiões periféricas de países de economia bem desenvolvida e regiões modernas de países em vias de desenvolvimento. A influência externa é forte, a organização central é externa à região, mesmo essa sendo estruturada por um princípio de unidade.

3º tipo: as que apresentam relações mais fortes entre os subsistemas intra-regionais. Ex. A organização por sistemas autogeridos e federalistas outrora existente na Iugoslávia.

4º tipo: as que se caracterizam pelas fortes relações entre os “subsistemas” intra e extra regionais, nas quais as relações são intensas não sendo possível separar a região de suas relações. Ex: regiões de democracias populares⁴¹ (Espacialização das características sociais).

Já para B. Walliser (1977)⁴² *apud* Dauphiné (1979) seriam possíveis duas classificações: “externalista” e “internalista”. Salieta-se, contudo, que essas classificações têm por base, segundo o seu autor, a direção das relações e não a intensidade das mesmas. Na primeira (“externalista”) sistema e região sofrem

⁴¹ Mantido como colado por Dauphiné (1979).

⁴² WALLISER, B. **Systèmes et modeles**: introduction critique à l'analyse de systèmes. Paris: Editions du Seuil, 1977.

fortes pressões do meio e reagem mecanicamente, enquanto na segunda (“internalista”) a região possui dinâmica interna própria, sendo que esta transforma seus meios. Salienta-se, todavia, que a região e os meios são dialeticamente relacionados em sentidos opostos, mesmo quando o fluxo tende para um dos lados, independentemente se as relações são de natureza material (fluxo de mercadorias) e imaterial (energética e informativa). (Dauphiné, 1979)

A região, enquanto local estabelecido e delimitado a partir de ser ou não portador de um ou mais signos (variáveis), pode ser construída e/ou desconstruída a partir dos interesses de quem a estabelece, em escalas temporais idênticas ou diversas. Pode também ter caráter mais permanente (região geográfica, região climática etc.), ou transitório (região próspera, região administrativa, por exemplo).

Pelo exposto, a noção de região apresenta grande polissemia, não podendo “ser vista como uma evidência do mundo real-concreto, ela sequer pode pretender existir no mundo científico sem estar submetida a critérios explícitos, uniformes e gerais” (GOMES, 1995:63).

2.3 – Lugar: espaço de vivência e de significação

A análise sobre a noção de lugar aqui empreendida tem por premissa que o espaço geográfico não é concebido igualmente por todos os agentes que nele atuam e que a percepção sobre o espaço se constitui a partir das experiências dos indivíduos. As experiências, por sua vez, têm por referência as formas de apropriação e de organização do espaço geográfico, tendo essas à capacidade de indicar qual lugar é mais, ou menos, adequado para a realização das atividades cotidianas.

Também não se pode desconsiderar que o homem, em sua complexidade, é um ator com capacidades reflexivas capaz de diferenciar, de acordo com sua visão de mundo e sua inserção sócio-econômica, política, étnico-cultural e espacial, o lugar ou lugares em que se situa. Nesta perspectiva tem-se que os indivíduos

criam imagens positivas ou negativas sobre os vários lugares integrantes do espaço.

O lugar, enquanto “(...) um centro de significados construído pela experiência” (TUAN, 1974, p. 45), “(...) não se refere a objetos e atributos das localizações, mas tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança”. (RELPH, 1979, p. 39).

Desse modo, os referenciais afetivos, desenvolvidos ao longo da vida dos indivíduos a partir da convivência com o lugar, se destacam. Os lugares são carregados de sensações emotivas principalmente porque permitem segurança e proteção (MELLO, 1990); transmitem boas lembranças e a sensação de lar (TUAN, 1974; BUTTIMER, 1985a). Nas palavras de Buttimer (1985b: 228), “lugar é o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas”.

O lugar, de acordo Tuan (1974), é criado pelos seres humanos para os propósitos humanos. Ressalta que há uma estreita relação entre experiência e tempo, na medida em que o senso de lugar raramente é adquirido pelo simples ato de se passar por ele. Para tanto seria necessário um longo tempo de contato com o mesmo, onde então houvesse um profundo envolvimento. Reconhece, contudo, que seria possível a um indivíduo apaixonar-se a primeira vista por um lugar tal qual por uma pessoa (TUAN, 1983). Em contrapartida, um indivíduo pode ter vivido durante toda a sua vida em determinado local e não ter nenhum enraizamento com o mesmo.

A percepção sobre o espaço, por sua vez, se constitui a partir das experiências dos indivíduos, essas, vias de regra, têm nas formas de apropriação e de organização do espaço geográfico uma referência que, por sua vez, indica qual lugar é mais ou menos adequado, pois “o lugar para Tuan (1979), (...) possui um ‘espírito’, uma ‘personalidade’, havendo um ‘sentido de lugar’ que se manifesta pela apreciação visual ou estratégica e pelos sentidos de uma longa vivência.” (CORRÊA, 1995:31)

Tuan (1980), ao comentar sobre os requisitos para compreender a preferência ambiental de pessoas e de grupos nos informa que essas, devido às suas especificidades, requerem conhecimentos diferenciados.

Para compreender a **preferência ambiental de uma pessoa**, necessitaríamos examinar sua **herança biológica, criação, educação, trabalho e os arredores físicos**. No nível de atitudes e preferências de **grupos**, é necessário conhecer a **história cultural e a experiência de um grupo no contexto de seu ambiente físico**. Em nenhum dos casos é possível distinguir nitidamente entre os fatores culturais e o papel do meio ambiente. Os conceitos “cultura” e “meio ambiente” se superpõem do mesmo modo que os conceitos “homem” e “natureza”. (TUAN, 1983:68). (Grifos nossos).

O lugar, na perspectiva da Geografia Humanista, é recortado afetivamente, e emerge da experiência sendo, assim, um “mundo ordenado e com significado” (TUAN, 1983: 65) e, também, “é fechado, íntimo e humanizado”. (TUAN, 1983: 61). Lugar é aquele em que o indivíduo se encontra ambientado no qual está integrado, que faz parte de seu mundo, de seus sentimentos e afeições, se constituindo, nesse sentido, como centro de significância ou foco de sua ação emocional. O lugar não é, desse modo, toda e qualquer localidade, mas aquela que tem significância afetiva para uma pessoa ou grupo de pessoas.

Apesar de reconhecer a importância do indivíduo nesse processo, salientamos que não se deve colocar a experiência individual como mola propulsora para a tomada de decisão espacial, sem problematizá-la. Se por um lado fica evidenciado que a tomada de decisão sobre localização requer um grande esforço por parte dos indivíduos, já que terão que decidir tendo por referência, tanto as interações e justaposições dos lugares, quanto o estoque de informações a que têm acesso; por outro, fica faltando informar que os indivíduos, enquanto sujeitos (sociais, políticos, econômicos, culturais e afetivos), só assim se constituem tendo por referência os agrupamentos sociais aos quais se vinculam ou se vincularam no passado.

Em outras palavras, o processo através do qual se efetiva a constituição/formação⁴³ dos indivíduos é um processo social que requer a

⁴³ Aprendizado e apreensão dos valores prevaletentes em uma determinada sociedade e, também, das regras, normas e padrões de conduta individuais e grupais. Ver, nesse sentido, Berger (1986), Berger e Luckmann (1978) e Goffman (1975).

participação de muitos. Não sendo, portanto, o indivíduo isolado, desvinculado das relações espaciais, sociais, econômicas, políticas, culturais e afetivas quem toma decisões, ao contrário, ele (indivíduo) o faz com base nas idéias e essas, por sua vez, são resultantes das vivências e experiências, portanto do conhecimento que os indivíduos adquiriram no decorrer de suas existências.

Salienta-se, com o intuito de eliminar possíveis confusões, que o conhecimento e as idéias guardam vínculos diretos com os lugares afetivo, social, político, econômico, cultural e ideológico nos quais os indivíduos se situaram e/ou se situam, pois

O homem é um animal que constitui, através de sistemas simbólicos um ambiente artificial no qual vive e o qual está continuamente transformado. A cultura é, propriamente, esse movimento de criação, transmissão e reformulação desse ambiente artificial. (DURHAM *apud* ARANTES, 1984, p. 68)⁴⁴.

Cabe ressaltar que espaço e lugar são distintos, pois cada qual possui individualidades e singularidades. Um local pode ser um espaço ou lugar em questão de horas. Se, por um lado, o espaço traz em si o que é estranho, distante, por outro, o lugar é indicativo da tranquilidade, da segurança. Nesta perspectiva tempo e lugar são inseparáveis, por isso “se conceitua na Geografia, o espaço-tempo-vivido e os ritmos temporoespaciais”. (MELLO, 1990:104).

Pelo exposto, fica evidenciado que o espaço geográfico não é um todo homogêneo e que tanto a sua configuração e organização, quanto à percepção que os indivíduos têm dele são fragmentadas. A configuração e organização espaciais, por refletirem as formas de apropriação e de utilização do espaço, evidenciam os modos através dos quais se processou e se processa as interações espaciais, ou seja, os deslocamentos de capital, mercadorias e pessoas.

Ressalta-se que tanto a construção dos sistemas simbólicos, quanto do ambiente cultural se expressam no e através do espaço. Ao se expressar reflete a forma

⁴⁴ DURHAM, Eunice. Texto II. In ARANTES, A.A. (Ed.). **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984 p. 23-58.

como se dá a apropriação desse e, concomitante, apresenta o território já que esses são locais de significação e identidade como se verá a seguir.

2.4 – Territórios: locais de significação e de identidade

Os territórios, enquanto locais dotados de significados, são definidos e delimitados por e a partir de relações de poder. Podem ser construídos e/ou desconstruídos a partir de escalas geográficas e temporais diversas e ter caráter permanente ou transitório. E mais, os territórios, ao contrário do espaço global, da região e do lugar, expressam e, ao mesmo tempo, são expressões inequívocas da espacialidade presente nas mais variadas conformações sociais.

A expressão local, aqui é empregada no sentido a ela atribuída por Giddens (1989:304) “uma região física envolvida como parte do cenário de interação, tendo fronteiras definidas que ajudam a concentrar a ação num sentido ou noutro”, não podendo ser entendida como sendo apenas um ponto no espaço, pois se constitui *tópos* privilegiado. Desse modo, o local é, fundamentalmente, um território.

A noção de território tem como premissa que o espaço é multifacetado, fragmentado, com inúmeras possibilidades de recortes, de uso, de significados e de configurações distintas, podendo essas ser, até mesmo, contraditórias. O espaço (...) enquanto fenômeno de análise recobre-se de significados e significantes. Dialeticamente pode-se afirmar que o mesmo é construtor e construção de indivíduos que são por ele condicionados ao mesmo tempo em que, através de suas intervenções, o condicionam.

Dessa forma, tem-se que a cada espaço há correspondentes modos de vida, concepções de mundo e de relações sociais, todos esses reflexos e refletores de atividades e atitudes dos indivíduos que por ele transitam. Enfim, mais que um “lugar” qualquer, o espaço, enquanto permeado de significados e significantes, se configura, antes de qualquer coisa, em um território. (LIBERATO, 2000:33)

A constituição de territórios se dá através da construção e a apropriação do espaço, sendo uma ação eminentemente política. Sendo assim, constituem-se prioritariamente em locais de identidade, de resistência, onde a história do local se confunde com a de seus habitantes. Conforma uma paisagem única na medida em que a configuração do local, a sua representação e, também, a sua imagem detêm traços que marcam a especificidade local que, por mais que possa, à primeira vista, ser parecido com outro, mantém a sua individualidade. Lefébvre

(1974), em sua obra “**La production de l’espace**”, ao discutir a apropriação do espaço, nos remete a uma dimensão que permite enfatizar o quão única é a configuração deste local. Em suas palavras “um espaço apropriado aproxima-se de uma obra de arte sem que ele seja seu simulacro” (p.192)

É, assim, através de sua singularidade que os espaços apropriados podem e devem ser analisados. Não se pode, portanto, negligenciar que tanto em sua apropriação quanto em sua conformação estão presentes várias dimensões: econômica, política, social, afetiva e cultural⁴⁵. As três primeiras possuem caráter mais concreto uma vez que traduzem processos estruturais e estão ligadas diretamente ao modo de produção predominante na sociedade. As dimensões afetiva e cultural, por suas vezes, possuem caráter simbólico que possibilita e/ou permite a construção das diversas identidades. São essas identidades que dão a cada local um sentido e um significado que o diferencia de todos os outros.

Tem-se, então, que a cada território correspondem modos de ser e viver diferenciados, pois a singularidade neles existente traz em si uma diferenciação que permite a construção de uma paisagem típica. Desse modo, através da paisagem de um determinado lugar é possível identificar não só a existência dos territórios como também a dinâmica de consolidação, expansão ou retraimento desses.

(...) o território encerra a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo, descontadas as trocas com o exterior. O espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo, é suporte material da existência e, mais ou menos fortemente, catalisador cultural simbólico – e, nessa qualidade, indispensável fator de autonomia. (SOUZA, 1995, p. 108)

É importante salientar que as fronteiras dos territórios são em sua grande maioria simbólicas e que a demarcação dessas, ou seja, a fixação dos limites territoriais, é decorrente das lutas incessantes entre os vários grupos para ocupar cada vez mais espaço, seja esse último físico e/ou simbólico. De acordo com Mattos e Campos (1996, p.62),

⁴⁵ Haesbaert (1995) em seu artigo “Desterritorialização: entre as redes e aglomerados de exclusão” trata da imbricação das dimensões políticas e culturais presentes quando do fenômeno da desterritorialização.

O território pode ser também apropriado pelo grupo que exerce seu controle para conter o acesso de indivíduos a um determinado local. Ou seja 'a territorialidade' é uma estratégia de estabelecer diferentes graus de acesso a pessoas, coisas e relações (Sack, 1986:20)⁴⁶. [Isso ocorre porque] a função da territorialidade, segundo Soja (1993:183)⁴⁷, é 'segregar e compartimentalizar a interação humana, controlando a presença/ausência e a inclusão/exclusão' de determinados grupos'.

Segregados e compartimentalizados em determinado local, os grupos sociais constroem juntamente com as estratégias de sobrevivência, especialmente no âmbito da economia, formas de organização e resistência política. A identidade grupal, alicerçada nos valores sócio-culturais do agrupamento, acrescida pelos interesses comuns dos membros do grupo, é que dará, por um lado, o caráter específico e singular à localidade. Por outro, possibilitará que essa tenha uma dinâmica própria, ou seja, uma territorialidade. De acordo com Raffestin (1993, p. 160-61),

(...) a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade poder ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível. Compatível com os recursos do sistema. (...) essa territorialidade é dinâmica, pois os elementos que a constituem (...) são suscetíveis de variações no tempo.

O dinamismo é uma das qualidades fundamentais do território não podendo, sob pena de grave negligência, ser desprezadas nas análises que têm o território como conceito-chave. Salienta-se que essa importância reside no fato do território apresentar, de acordo com suas especificidades e singularidades, características próprias que, ao se alterarem no decorrer do tempo, permitem que esses assumam novas feições e dimensões. Essas, por suas vezes, são representativas do conjunto de forças (culturais, demográficas, econômicas, políticas, sociais etc) envolvidas em sua configuração.

É útil dizer, neste caso, que as variações que podem afetar cada um dos elementos não obedecem às mesmas escalas de tempo. Essa territorialidade resume de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica num conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e informação. As relações que a constitui podem ser simétricas ou dessimétricas, ou seja, caracterizadas por ganhos e custos equivalentes ou não. Opondo-se uma a outra, teremos uma territorialidade estável e uma territorialidade instável. Na primeira, nenhum dos elementos sofre mudanças sensíveis a longo prazo, enquanto na

⁴⁶ SACK, Robert. **Human territoriality** – its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

⁴⁷ SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.

segunda todos os elementos sofrem mudanças a longo prazo. Entre essas duas situações extremas teremos os outros casos, nos quais um ou dois dos elementos podem mudar, enquanto o outro ou os outros permanecem estáveis. (RAFFESTIN, 1993, p.160-61).

Matos e Ribeiro (1996) em seu trabalho **“Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio Janeiro”**, quando discutem o território da prostituição informam que:

Para que esse mundo do jogo, do risco permanente e da supressão incessante possa existir, **há uma necessidade de uma ambiência para o exercício de sua atividade. Essa ambiência é demarcada por limites de uma territorialidade, definida como uma tentativa individual ou de grupo (...)**. Assim uma rua, um conjunto de ruas ou um lugar passam a ser um território durante certo período de tempo. Isso acontece porque o **indivíduo ou um determinado grupo de pessoas, ao se apoderar de um local, formaliza um território**. Mas para que este território possa existir como tal é necessário um esforço constante para seu estabelecimento e manutenção. (p. 61-62) (grifos nossos)

Necessário salientar que a segregação sócio-espacial origina-se da exclusão social que por sua vez impõe o confinamento espacial. Esse seria o recurso utilizado para impedir e/ou afastar os indivíduos/grupos indesejáveis evitando assim a contaminação do conjunto da sociedade⁴⁸. Na justificativa desse modo de pensar e agir encontra-se a “anormalidade” do comportamento das pessoas que por não terem recursos, seja esse financeiro, político, social ou cultural, se vêem impossibilitadas, ou melhor, impedidas de participar da sociedade na qual estão inseridas.

A definição de território apresentada por Souza (1995:86) é esclarecedora não só da complexidade desse conceito, como também de sua importância na demarcação das relações sociais.

(...) território será um *campo de força*, uma *teia* ou *rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre ‘nós’ (o grupo, os membros da coletividade ou ‘comunidade’, os *insiders*) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos, os *outsiders*). (Grifos do original).

O conceito de território, assim compreendido, aponta para uma direção que nos parece mais segura, pois indica, não somente, que este detém limites que demarcam – possibilitando ou impossibilitando – relações entre os de dentro

⁴⁸ Sobre esta questão ver, dentre outros, Rago (1997), Richards (1993), Matos e Campos (1997).

(*insiders*) e os de fora (*outsiders*), como, também, encerra uma materialidade que permite a identificação cultural dos grupos sociais e os limites de atuação desses.

Desse modo, tem-se que a(s) análise(s) da(s) cidade(s) deve(m) considerar a sua(s) complexidade(s), pois:

Estudar a(s) cidade(s) implica estabelecer conexões de tipo variado com a própria experiência de viver em cidades. Conexões objetivas de moradia e trabalho, laços afetivos tecendo espaços nos quais as lembranças compõem um acervo especial, nós intrincados que relacionam expectativas e imagens, idealizadas em grande parte e resistentes à passagem do tempo. O interesse intelectual pelo estudo da(s) cidade(s) procede com certeza de questões colocadas no presente, ainda quando nos fazem retroceder para um momento no qual consideramos poder captar um elo significativo que elucide as pouco acolhedoras condições de vida nas cidades contemporâneas. (BRESCIANI, 2004, p. 62).

Os estudos e análises sobre território e territorialidade devem ter como premissa que a configuração desses se dá a partir de uma tríade relacional: território-territorialidade-territorialização. Também não se deve desprezar a dimensão simbólica, tão presente nos estudos e análises sobre o território e a territorialidade, e nem negligenciar a dimensão material.

Em outras palavras, não deve ser aceita sem questionamento a falsa dicotomia entre simbólico e material, pois os indivíduos e, por extensão a sociedade e os grupos sociais constitutivos e integrantes das cidades, só se apropriam daquilo que para eles detém sentido, ao que atribuem significação, sendo, portanto, toda e qualquer apropriação material da cidade, concomitantemente, simbólica.

Pelo exposto, temos que o território não é simplesmente uma localidade que contém recursos naturais e uma população (demografia). Ao contrário, o território é uma categoria densa que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação – territorialização – possibilita a criação de identidades – territorialidades – que, por suas vezes, estão inscritas nos processos sócio-espaciais tendo, portanto, caráter dinâmico e mutável que, a cada momento, permite/possibilita a materialização de ordenações configurações territoriais diferentes.

2.5 – Paisagem: espaços geográficos e cenários

Iniciamos essa parte lembrando que a complexidade não é um fundamento, “[...] é o princípio regulador que não perde de vista a realidade do tecido fenomenal em que estamos e que constitui o nosso mundo”. (MORIN, 1999b, p. 104). A seguir será transcrito um trecho de (CHANTAL e RAISON, 1986) que identifica a complexidade que reveste o conceito de paisagem. Segundo esses autores,

Paisagem, palavra de uso quotidiano, que cada pessoa utiliza a seu modo; o que não impediu de se tornar um vocábulo à moda. Paisagem, uma destas noções utilizadas por um número sempre crescente de disciplinas, que muitas vezes ainda se ignoram. Paisagem, enfim, um dos temas clássicos da investigação geográfica. Conforme o interesse do que é objecto ou uma maneira como se encara a própria noção de paisagem difere. Se um geógrafo, um historiador, um arquitecto se debruçarem sobre a mesma paisagem, o resultado de seus trabalhos e a maneira de os conduzir serão diferentes, segundo o ângulo de visão de cada um dos que a examinam. (p. 138)

Tendo por referência o acima colocado foi aqui efetivada a revisão bibliográfica sobre o conceito de paisagem. Por ser o conceito que apresenta grande polissemia e multiplicidade conceitual tanto entre (e dentre) os paradigmas existentes na Geografia Contemporânea⁴⁹, quanto entre as várias áreas disciplinares tem-se que ter cautela para abordá-lo, caso contrário corre-se o risco de mutilá-lo ao negligenciar aspectos importantes constantes de seu arcabouço conceitual.

Desse modo, tem-se que a noção de paisagem não é conclusiva e, muito menos, exclusiva de ou outro paradigma geográfico, na medida em que adquire diferentes enfoques e conteúdos dependentes do quadro de referência teórico-metodológico a partir do qual se efetiva a análise.

Importante salientar que o conceito de paisagem abrange e abriga significados objetivos e subjetivos, material e mental, tendo, portanto, dimensões fundadas no real⁵⁰ e/ou na representação⁵¹ (CASTRO, 2002), envolvendo tempo e cultura. A

⁴⁹ Humanismo, marxismo, positivismo, etc.

⁵⁰ Aquilo que é.

⁵¹ Aquilo que se acredita ser, ou que se queira que seja.

paisagem é, ainda, portadora dos diversos símbolos prevaletentes na cultura de uma determinada conformação social, e, talvez por isso, seja reveladora de relações de poder, de dominação, pois “a paisagem, indissociável da idéia de espaço, é constantemente refeita de acordo com os padrões locais de produção, da sociedade, da cultura, com os fatores geográficos. (...). (YÁZIGI, 1998, p.11).

Para Tricart (1981 *apud* PASSOS, 1998:57)⁵², “Uma paisagem é uma dada porção perceptível a um observador onde se inscreve uma combinação de fatos visíveis e invisíveis e as interações as quais, num dado momento, não percebemos senão o resultado global”.

Nas palavras de Gomes (2001 *apud* BOLSON, 2004:01)⁵³ “A paisagem como representação resulta da apreensão do olhar do indivíduo que por sua vez é condicionado por filtros fisiológicos, psicológicos, socioculturais e econômicos e da esfera da rememoração e da lembrança recorrente”.

Segundo Menezes (2002) na análise da paisagem não se deve pensar o fenômeno como tendo duas faces, uma material, inerte e outra mental, criadora. Nesse sentido, o autor propõe o que parece ser mais adequado: reconhecer que a paisagem é “um dado tal como percebido, um fragmento do mundo sensível tal qual está dotado de personalidade por uma consciência” (LENCLUD *apud* MENEZES, 2002, p. 32)⁵⁴.

Na mesma linha de pensamento encontram-se Julliard (1992) e Cauquelin (1989).

(...) desde longo tempo, uma das noções mais fecundas da Geografia é aquela das paisagens, isto é, uma combinação de traços físicos e humanos que dá a um território uma fisionomia própria, que o faz um conjunto senão uniforme, pelo menos caracterizado pela repetição habitual de certos traços. (Juillard,1992 *apud* Passos,1989, p.58) ⁵⁵. (Grifos no Original).

⁵² TRICART, Jean. **La tierra, planeta vevente**. Madri: Akal, 1981

⁵³ GOMES, Edvania: **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

⁵⁴ LENCLUD, Gerard. **Les idées de l'anthropologie** Paris: Armand Colin, 1988.

⁵⁵ JUILLARD, E. La region. Essai de définition. **Annales de Géographie**, 1962. p. 483-499.

Para Cauquelin (1989)⁵⁶ citado por Passos (1998, p. 47), “a paisagem está ligada a um lugar e é personalizada por ele (...) não faz paisagem senão quando nós destacamos um fragmento”.

Deve ser salientado que a análise da paisagem permite identificar os processos de construção do espaço geográfico, pois conhecer uma paisagem é reconhecer seus elementos sociais, culturais e naturais e a interação dialética existente entre eles na medida em que:

(...) a paisagem não é a simples adição de elementos geográficos dispartados. É uma determinada porção do espaço, resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. (BERTRAND, 1971, p. 2).

A partir da paisagem é possibilitado compreender o permanente processo de transformação sócio-espacial na medida em que esta abriga, concomitantemente, múltiplos espaços e tempos. Nas palavras de Santos, Milton, (2002, p. 109):

Não existe dialética possível das formas enquanto formas. Nem a rigor entre paisagem e sociedade. A sociedade se geografiza através das formas, atribuindo-lhe uma função que vai mudando ao longo da história. O espaço é a síntese sempre provisória entre o conteúdo social e as formas espaciais. A contradição é entre sociedade e espaço.

Concordando com a colocação de Santos, Milton, (2002) que a contradição principal é entre sociedade e espaço, temos que ter claro que a sociedade e espaço em seu diálogo constante, em suas ações transformadoras de um sobre o outro propiciam paisagens que, por sua vez, possui tanto visualidade quanto visibilidade. Recorreremos a Ferrara (2002) para apresentar a distinção entre os dois vocábulos e a pertinência dos mesmos para as análises sobre paisagem. Segundo a autora:

A **visualidade** corresponde **registro um dado físico e referencial**; a **visibilidade**, ao contrário, **é propriamente, semiótica**, partindo de uma representação visual para gerar um processo perceptivo complexo claramente marcado como experiência geradora de um conhecimento contínuo, individual e social (Jameson, 1994)⁵⁷. **Na visibilidade o olhar e o visual** não se subordinam ou conectam-se

⁵⁶ CALQUELIN, Anne. **L'Invention du paysage**. Paris: Plon, 1989.

⁵⁷ JAMESON, Fredric. **Espaço e imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

um ao outro, como ocorre com a visualidade, ao contrário, ambos **se distanciam um do outro para poder ver mais**. Estratégico e indagativo o olhar da visibilidade esquadrinha o visual para inseri-lo, comparativamente, na pluralidade da experiência de outros olhares individuais e coletivos, subjetivos e sociais, situados no tempo e no espaço. (p. 74). (Grifos nossos)

Importante ressaltar que a paisagem só existe em relação a uma determinada sociedade situada no espaço-tempo, não existindo *a priori*, como um dado da natureza. Nas palavras de Bertrand (1978)⁵⁸ *apud* Passos (1998, p. 45) “A paisagem é, desde a origem, um produto socializado”. A paisagem, por ser social e historicamente produzida, só pode ser entendida tendo por referência sociedades concretas (definidas no tempo-espaço) e também as ações e relações sócio-políticas, econômicas e culturais nessas prevaletentes, pois “(...) a natureza não é paisagem. De um lado a natureza existe em si, enquanto que a paisagem existe somente em relação ao homem, na medida em que este percebe e a elabora historicamente”. (CAUQUELIN, 1981 *apud* PASSOS, 1998, p. 47)⁵⁹. Desse modo, pode-se inferir que a paisagem não é algo estático, mas, ao contrário, um fenômeno – como a sociedade – em constante mutação porque é socialmente produzida.

As colocações de Cosgrove (1998) apresentadas a seguir são ilustrativas desse ponto.

Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isto é as vezes chamado de *hegemonia cultural*. Há, portanto, culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político, mas também em termos de sexo, idade e etnicidade. (COSGROVE, 1998:104-105).

A paisagem enquanto lugar de significação e de significados propicia cenários e espaços geográficos diversos. Esses, por sua vez, podem, ou melhor, devem ser vistos como *palimpsesto*, ou seja, como um texto sempre provisório, cuja escrita se dá, ou se deu, sobre outro texto cujas marcas, total ou parcialmente, continuam presentes, fazendo a junção entre o passado e o presente, ou a

⁵⁸ BERTRAND, G. & BEROUTCHACHVILLI, N. Le geosysteme ou ‘Systeme territorial naturel’. *Revue Géog. pyrénées et du Sud-Ouest*. Toulouse. v 49, n2, p.67-80, 1978.

⁵⁹ Idem.

“presentificação” do passado. Nas palavras de Santos, Milton, (2002:107), “A paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais”.

O conceito de paisagem se reveste de grande complexidade na medida em que está permeado por questões teórico-conceituais. Independentemente de qual posição é tomada pelo analista é fundamental que este tenha claro que, por um lado, com o desenvolvimento da Geografia Cultural a cultura passa a ter grande relevância na análise geográfica. Por outro, e não menos importante, o estudo da cultura está intimamente ligado ao estudo do poder, sendo, portanto revelador das relações de dominação e opressão presentes nas mais variadas conformações sociais.

Belo Horizonte, como se verá a seguir, é um objeto de grande complexidade, pois sua análise, como de outras cidades, exige que se trabalhe a relação entre o material e o simbólico, pois tanto a constituição quanto à configuração se faz a partir dessas duas dimensões. A cidade, enquanto um território, comporta e abriga outros territórios que, como a cidade que os abriga, são também formados e configurados a partir das dimensões material e simbólica, resultando em paisagens que guardam estreitas relações com o espaço-tempo que as engendrou e/ou possibilitou.

Capítulo 3

Cidade: as dimensões material e simbólica

A cidade ocidental contemporânea tem sido pensada sob distintas matrizes teóricas, com diferentes graus de abstração e de generalização. Ressalta-se que colocar a cidade como um objeto exigiu um grande esforço teórico-metodológico na medida em que demandou, por sua complexidade, uma multiplicidade de olhares, todos significativos.

Salienta-se que não é pretensão deste trabalho traçar um panorama das diversas concepções que marcam o pensamento sobre a cidade, pois ao elegê-la como objeto de estudo busca-se enfocá-la a partir da identificação dos locais de moradia dos indivíduos que dela e por ela são excluídos, tendo por referência que

Fragmentada, articulada, reflexo e condicionante social, a cidade é também o lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem. Isso envolve o cotidiano e o futuro próximo, bem como as crenças, valores e mitos criados no bojo da sociedade de classes e, em parte projetados nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, uma rua especial. O espaço urbano assume assim uma dimensão simbólica que, entretanto, é variável segundo os diferentes grupos sociais, etários etc. (...) O espaço da cidade é assim, e também, o cenário e o objeto das lutas sociais, pois estas visam, afinal de contas, o direito à cidade, à cidadania plena e igual para todos. (CORRÊA, 1993, p. 9).

3.1. Os diferentes olhares sobre a cidade e o urbano na teoria social

Na teoria social encontramos a cidade e o urbano⁶⁰ enfocados sob diversos quadros de referência, sendo analisados sob diferentes abordagens teórico-metodológicas nas diversas áreas disciplinares.

⁶⁰ Segundo Santos, Milton, (1992:241), “a cidade é o concreto, o conjunto de redes, enfim a materialidade visível do urbano enquanto que este é o abstrato, porém o que dá sentido e natureza a cidade”.

Nos clássicos Marx, Weber e Durkheim encontram-se diferentes concepções de cidade. Em Marx (1818-1883), a cidade aparece como local da produção e reprodução do capital e, também, como local de exploração do trabalho pelo capital. Max Weber (1864-1920) em "**Conceitos e Categorias da Cidade**"⁶¹, procura compreender o papel da cidade no desenvolvimento do capitalismo moderno. De acordo com o autor, a cidade, em sua forma ideal típica⁶², caracteriza-se por constituir-se como mercado e por possuir autonomia política. Durkheim (1858-1971) não se interessa diretamente pela cidade, enfoca-a na perspectiva de substrato da vida social, ou seja, toma-a como referência para a análise da sociedade.

Já em meados do Século XX, a Escola de Chicago (1915-1940) apresenta grandes contribuições na análise da cidade ao elegê-la como seu principal objeto de investigação. Num primeiro momento, a Escola de Chicago emprega analogias com as ciências naturais (biologia) para analisar a cidade, dando origem à Ecologia Humana. Num segundo momento, autores dessa Escola se destacam: Park (1915)⁶³ que apresenta um programa de estudo da cidade, McKenzie (1921)⁶⁴ com seu esquema conceitual da estrutura urbana, Davie (1937)⁶⁵ com a análise dos padrões irregulares das áreas urbanas, propiciam as bases para pensar a cidade e seus espaços intra-urbanos.

Entre os demais autores da Escola de Chicago merecem destaque, devido as suas contribuições: Burgess (1925 e 1929) com a Teoria das Zonas

⁶¹ Publicado pela primeira vez em 1921 no Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik, com o título 'Die Stadt'.

⁶² "(...) Todo tipo ideal é uma organização de relações inteligíveis próprias ou a um conjunto histórico, ou a um encadeamento de acontecimentos". (ARON, 1967:519, citado por BRUYNE e outros, 1977:181).

⁶³ PARK, Robert. "The city: Suggestions for the investigation of human behavior in the city environment". In. **American Journal of Sociology**. vol. 20, n 5. Mar. 1915. p 577-612.

⁶⁴ MCKENZIE, Roderick D. . "The neighborhood: A study of local life in the city of Columbus, Ohio". **American Journal sociology**. v. 27, n 2, set. 1921. p. 145-168.

⁶⁵ DAVIE, Maurice R. . "The patten of urban growth". In. MURDOC, G. P. (ed.). **Studies in the science of society**. New Haven: Yale University Press, 1937. p. 133-161.

Concêntricas⁶⁶; Hyot (1939) com a Teoria dos Setores⁶⁷; Harris e Ullman (1945) com a dos Núcleos Múltiplos⁶⁸. As teorias elaboradas por esses autores visavam explicar a estrutura e organização das cidades (espaço intra-urbano) através da identificação da distribuição espacial dos vários setores constitutivos dessas. Outros integrantes desta Escola, como por exemplo, Louiz Wirth (1964), dão grande ênfase à cultura urbana. Daí a obra mais marcante deste autor: **“Urbanism as a way of life”** (O urbanismo como modo de vida).

Deve ser salientado que as contribuições dos autores da Escola de Chicago para análise intra-urbana foram de grande importância para os estudos sobre as cidades. Para finalizar esta breve revisão das contribuições de alguns dos autores dessa Escola para análise intra-urbana, recorreremos a Eufrásio (1999). No exame efetivado, por esse autor, sobre a Escola de Chicago fica evidenciado que as teorias sobre a estrutura urbana, por eles desenvolvidas, são complementares e não excludentes.

Cada teoria da estrutura urbana que se seguiu representou um passo adiante em relação à anterior, em algum sentido: a de Burgess em relação à de Hurd e McKenzie; a de Hyot em relação à de Burgess; a de Harris e Ullman em relação à de Hyot. Se ressalta a ênfase que cada uma dá aos diferentes aspectos da estrutura urbana, podem ser vistas não como mutuamente excludentes, mas como teorias complementares, representando as de Hyot e de Harris e Ullman modificações melhoradas da estrutura proposta por Burgess. (EUFRÁSIO, 1999, p. 279).

⁶⁶ Quanto à Teoria das Zonas Concêntricas de Burgess, cabe informar que essa se configura como uma abstração, pois não leva em conta a topografia e nem faz qualquer menção ou previsão para vários tipos de uso da terra.

⁶⁷ Nos estudos efetivados por Hyot (1939), esse, ao constatar que a estrutura interna de algumas cidades se distribuía espacialmente por setores e não de forma concêntrica, desenvolveu o Modelo Setorial do crescimento urbano. O arranjo espacial dos setores constitutivos da cidade proposto por Hyot (1939) apresenta maior complexidade em relação ao desenvolvido por Burgess (1925), sendo indispensável para sua utilização recorrer à codificação dos vários setores para melhor visualizar a distribuição desses pelo espaço intra-urbano. Diferentemente das cidades que se distribuem espacialmente por setores, outras cidades podem apresentar como padrão de distribuição os núcleos. Nesse caso, cada núcleo abrigará uma função específica existente no espaço intra-urbano da cidade.

⁶⁸ Em sua análise do Modelo Multinuclear de Harris e Ullman (1945), Horton e Horton (1975, p.101), informam ser esse “bastante simples, relaciona topografia com o uso da terra. As estradas de ferro tendem a seguir os leitos de rio através das cidades, e a indústria pesada se localiza próximo a ambos. As áreas residenciais da classe baixa surgem perto das indústrias, com as habitações das classes mais elevadas ficando ao longo de altas e vistosas serras e onde quer que o panorama seja belo e os maus-cheiros fiquem distantes”.

Na década de 1960, do outro lado do Atlântico, mais precisamente na França, as contribuições sobre a cidade e o urbano são inúmeras, destacando-se Henri Lefébvre (1968, 1970 e 1974) e Manoel Castells (1972) dentre outros. Para esses autores a cidade, ou melhor, o urbano deveria ser entendido como sendo socialmente produzido, devendo, por isso, ser analisado de acordo com a organização sócio-econômica e política na qual está inserido. Necessário salientar que Lefébvre foi duramente criticado pelos, como ele, neomarxistas. Dentre os críticos destacam-se o francês Manoel Castells (1972) e o americano David Harvey (1973 e 1980). Para esses autores “em sua constituição do urbanismo, Lefébvre lhes parecia estar substituindo o conflito de classes pelo conflito espacial/territorial como força motivadora da transformação social radical”. (SOJA, 1993, p. 98).

Apesar das divergências, autores, como por exemplo, Lefébvre, Castells e Harvey darão grande relevância à “produção social”, o que lhes permitiu focar a cidade de forma mais orgânica e menos mecanicista. De acordo com Harvey (1973, p. 174):

(...) A cidade pode (...) ser olhada como um ambiente tangível construído – um ambiente que é um produto social. (...) Ela é construída com uma tecnologia dada e elaborada no contexto de um dado modo de produção. O urbanismo é uma forma social, um modo de vida, ligado entre outras coisas, a uma certa divisão do trabalho e a uma certa ordem hierárquica de atividades, que é amplamente consistente com o modo de produção dominante.

Paralelamente no Brasil, no mesmo período inicia-se a tradição em pensar a cidade e a questão urbana. Num primeiro momento, as análises produzidas tinham por referência o caráter político da urbanização, uma vez que privilegiavam a migração (transferência do campo para a cidade)⁶⁹ e seus desdobramentos: carência absoluta de infra-estrutura básica nas cidades, representada pela falta de emprego, de água, de rede de esgotamento sanitário, de habitação, de educação, de saúde, de transporte, dentre outros (KOWARICK, 1983; MARICATO, 1996).

⁶⁹ Ver, dentre outros, especialmente: Andrade (1952), Borges (1955), Costa Pinto (1952), Almeida e Mendes Sobrinho (1962), Mata *et alii* (1973), Singer (1968, 1973), Kowarick (1979) e Maricato (1982 e 2000).

Também não pode ser desconsiderado, conforme aponta Maricato (2000), que o processo de modernização no Brasil seguiu os padrões dos países desenvolvidos. Nas palavras da autora: “A importação dos padrões do chamado ‘primeiro mundo’, aplicados a uma parte da cidade (ou da sociedade) contribuiu para que a cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta ou excludente”. (MARICATO, 2000, p. 123). Esse fato trouxe conseqüências inequívocas para a realidade brasileira e, em decorrência, gerou uma forma de urbanização que atendeu somente à parte da sociedade, mais precisamente a elite.

Necessário salientar que o processo de urbanização no Brasil se processou rapidamente. De uma sociedade predominantemente agrária até a década de 1940, quando cerca de 69% dos 41 milhões de habitantes residiam em áreas rurais, passa, no ano de 2000, para uma sociedade urbano-industrial, onde 81,2% dos quase 170 milhões de habitantes residem nas cidades. A tabela abaixo demonstra que em 60 anos há uma inversão entre campo e cidade na sociedade brasileira.

Anos	Total	Urbana		Rural	
		Abs.	%	Abs.	%
1940	41.236.315	12.880.182	31,2	28.356.133	68,8
1950	51.944.397	18.782.891	36,2	33.161.506	63,8
1960	70.070.457	31.303.034	44,7	38.767.423	55,3
1970	93.139.037	52.084.984	55,9	41.054.053	44,1
1980	119.002.706	80.436.409	67,6	38.566.297	32,4
1991	146.825.475	110.990.990	75,6	35.834.485	24,4
1996	157.070.163	123.076.831	78,4	33.993.332	21,6
2000	169.610.693	137.775.550	81,2	31.835.143	18,8

Fonte: Sinopse preliminar do censo demográfico de 2000. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, 2001.

Tabela – 1
População brasileira, urbana e rural de 1940 a 2000

Não se pode deixar de mencionar que na produção intelectual brasileira sobre o urbano das décadas de 1960 e 1970, o Estado tinha um papel de destaque,

sendo que a maioria das análises privilegiava as ações do poder público, seja nos níveis federal, estadual ou municipal⁷⁰.

Deve-se salientar que o modelo de desenvolvimento então em vigor se calcava na indústria que, prioritariamente, se localizava nos espaços urbanos. A concentração populacional em poucas cidades era indicativa do fato de que a população migrante é população à procura de emprego e este só é encontrado onde o capital está, ou seja, na cidade industrial. Como consequência tem-se que por mais que fosse feito em termos de infra-estrutura para os moradores desses espaços, o déficit era sempre crescente, na medida em que as cidades continuavam a crescer desordenadamente. Serra (1991), ao discutir a urbanização recente no Brasil, coloca que:

O processo de urbanização acelerada [no Brasil] promoveu imediatamente uma forte pressão de demanda por espaço urbano. A construção desses espaços, que por tantos anos parecera uma ocorrência quase que natural, passou a tema político, administrativo e científico, A proliferação dos loteamentos e das favelas; a destruição do meio ambiente; o aparecimento de uma periferia de quase todos os serviços urbanos; a dinâmica de substituição e sucessão do uso do solo no espaço urbano, implicando a reciclagem ou demolição de vetustas edificações, por vezes com grande valor artístico, arquitetônico ou histórico, enfim a consciência de que a modificação do quadro urbano tradicional não era algo passageiro mas uma nova característica da vida nas cidades parecia se incorporar ao cotidiano de todos. (SERRA, 1991, p. 36-37)

Não se pode ignorar, e a literatura disponível sobre as cidades no Brasil aponta sobejamente, a importância da presença do Estado na gestão do espaço urbano, o que pode ser a chave para explicar a politização do debate sobre o mesmo. Os movimentos sociais, originados em sua maioria nas grandes cidades industriais respaldados pelas péssimas condições de vida dos moradores de suas áreas pobres, são de inegável importância para o entendimento do papel do Estado. Voltemos um pouco no tempo para situar o papel do Estado nesta questão.

⁷⁰ Ver, dentre outros, Kowarick (1983).

3.1.1. O papel do Estado na produção do espaço urbano brasileiro

Até a década de 1930 o Estado brasileiro participava ativamente na produção do espaço urbano, garantindo um mínimo de infra-estrutura às cidades, atendendo, por um lado, às demandas de funcionamento de unidades industriais e, por outro, às expectativas de conforto das classes dominantes (GOMES, 1979; MARQUES, 1997). Até esse período a responsabilidade com a reprodução da força de trabalho através do fornecimento de moradia, saúde, educação, etc., era dos empresários. Com a instituição do salário mínimo essa responsabilidade passa para o Estado, o que significou uma diminuição com o custo de reprodução da mão de obra. Ao cumprir a lei do salário mínimo, os empresários estavam isentos da necessidade de oferecer serviços coletivos a seus empregados (PEREIRA, 1978a; GOMES, 1979; SILVA, 1990; MARQUES, 1997).

Roberto Lobato Corrêa (1993), ao analisar o papel do Estado no espaço urbano, nos informa o quão complexa é a atuação deste. Segundo esse autor, o Estado, além de regulador dos usos do espaço e alvo dos movimentos sociais urbanos, é também consumidor de espaço, proprietário e promotor fundiário.

O Estado atua também na organização espacial da cidade. Sua atuação tem sido complexa e variável tanto no tempo como no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte.
(...) o Estado atua diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos (...) (CORRÊA, 1993, p. 24)

Continuando sua análise, Corrêa (1993) indica que o dilema vivenciado pelo Estado capitalista está no cerne do mesmo, uma vez que a ação desse não é pautada por uma racionalidade fundada nos princípios de equilíbrio social, econômico e espacial; pelo contrário, em sua lógica de ação sobressaem os interesses da classe dominante.

[A] complexa e variada gama de possibilidade de ação do Estado capitalista não se efetiva ao acaso. Nem se processa de modo socialmente neutro, como se o Estado fosse uma instituição que governasse de acordo com uma racionalidade fundamentada nos princípios de equilíbrio social, econômico e espacial, pairando acima das classes sociais e de seus conflitos. Sua ação é marcada pelos conflitos

de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles. Tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder. (CORRÊA, 1993:26).

Paralelamente às análises sobre o papel do Estado no processo de urbanização, a Teoria da Marginalidade ganha grande espaço na teoria social latino-americana e brasileira. A cidade vista como o local da marginalização decorrente da pobreza de segmentos da população, é um fenômeno que merece ser investigado.

Pelo exposto, tem-se que a intervenção do Estado nas cidades brasileiras não foi, em sua origem, resultante de política fundada com o objetivo de garantir condição de vida para os integrantes das classes trabalhadoras, pelo contrário. A história demonstra que a intervenção estatal atendeu fundamentalmente aos interesses do capital, uma vez que esse, por um lado, se desobrigou de possibilitar as condições necessárias de reprodução do trabalho e, por outro, possibilitou a emergência de uma nova fração do capital – o imobiliário – nas cidades, que, por sua vez, transformou a produção do espaço urbano em um novo espaço de acumulação.

3.1.2. Os movimentos sócio-espaciais: a luta pelo espaço urbano

Na década de 1980, a produção intelectual brasileira se volta para os movimentos sociais que, como novo ator, traz novos parâmetros não só para a análise do urbano como para a própria vida brasileira⁷¹. Nas cidades, em especial nas grandes cidades, os movimentos sociais apresentam, em sua quase totalidade, uma estreita vinculação espacial-territorial, pois como coloca Scherer Warren⁷², citada por Martin (1998).

Neles 'defende-se o direito de participar do consumo de bens e equipamentos coletivos, através dos Movimentos Sociais Urbanos; o direito a permanecer na moradia e na terra ocupada, pelos Movimentos dos Favelados; (...) e assim por diante'. Contudo, mais do que um abstrato 'espaço de cidadania', o ponto comum desses movimentos é, simplesmente, a luta pelo direito ao espaço concreto: o

⁷¹ Cf. Jacobi (1989), Sader (1988), Faria (1992) e Marques (1997).

⁷² Scherer Warren, Ilse. **Movimentos sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

espaço de vida e/ou do trabalho que é sempre a sua base e o seu trunfo, a atividade fundamental desses movimentos. É por esse fato que eles não são somente sociais, mas também espaciais que podem ser denominados de movimentos 'socioespaciais' (...).

Na década de 1990 as cidades continuam a ter lugar de grande relevância na teoria social. Investigam-se, por um lado, suas mazelas (desemprego, fome, poluição, delinqüência, violência, trânsito), entendendo que a pobreza pode ser perigosa para a ordem urbana. Por outro, também são investigadas suas possibilidades enquanto lugar da sociabilidade e da liberdade humana.

É, também, reconhecido que dentro de seus limites existem as redes de ação e de resistência contra a falta de liberdade, contra a desigualdade, na medida em que o espaço da cidade denuncia de modo contundente os processos de opressão e de exclusão social (Santos, 1982; Doimo, 1995), pois, de acordo com Mammarella (2004, p. 38):

À medida que o fenômeno metropolitano foi se constituindo, o movimento de concentração espacial da economia esteve associado ao elevado crescimento populacional e à valorização do solo urbano. O crescimento urbano desordenado e a fragmentação urbana, visíveis nas metrópoles, expõem situações de desigualdades sociais e espaciais intensas, cuja expressão mais cabal se revela na formação, na consolidação e na expansão das periferias, que, via de regra, são segregadas do conjunto urbano. Para os municípios centrais das metrópoles, esse processo implica o extravasamento da ocupação territorial em direção aos municípios vizinhos, em busca de terras de menor preço. Mas, simultaneamente, intensifica-se a ocupação ilegal e precária do solo urbano com a produção generalizada de habitações espontâneas em áreas que não atendem aos requisitos urbanísticos básicos (SOUZA, 2001)⁷³.

Contudo, há de se ressaltar que a literatura disponível sobre a cidade e o urbano retrata a vontade de se compreender as tensões e os dilemas existentes no âmbito das cidades e do urbano.

O espaço urbano (...) é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. (...) a ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação do capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que nela emergem. (...)

⁷³ SOUZA, Ângela Gordilho. Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras: (re)qualificando a questão para Salvador-BA. **Cadernos Metrópole**, n. 1. São Paulo: EDUC, 2001. p. 81-116.

A complexidade da ação dos agentes sociais⁷⁴ inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, realocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade (...). (CORRÊA, 1993, p. 11)

Narrativas e narradores urbanos falam de mundos que, devido a sua extensão e complexidade, não podem ser vistos, apreendidos e interpretados a partir de um único ponto de vista, através de um mesmo olhar.

Como consequência tem-se, por um lado, que a profusão de áreas de conhecimento, empregando enfoques teórico-metodológicos diversos, permite uma gama cada vez maior de estudos sobre a cidade e o urbano. Por outro, constata-se que as análises produzidas são cada vez mais fragmentadas, não sendo possível que tanto a cidade quanto o urbano sejam apreendidos em suas totalidades. Os fragmentos são inúmeros e as tentativas de junção desses, na maioria das vezes, têm por consequência a criação de vários mosaicos que para adquirirem sentido requerem que seu(s) construtor(es) tenha(m) grande sintonia com as trajetórias analíticas nas quais foram forjados.

No entanto, entre esses há reconhecimento de que a metrópole não mais corresponde ao sonhado “Eldorado Urbano”, na medida em que passou a vivenciar dilemas decorrentes da complexidade das relações, do agravamento das contradições sociais e dos efeitos das crises econômicas das últimas décadas (MAMMARELLA, 2004).

Se, por um lado, esses fatores influenciam decisivamente tanto a configuração quanto à re-configuração da estrutura sócio-espacial prevalente nas cidades, por outro, indica o escasseamento, cada vez mais visível, das possibilidades de acesso à cidade. Denotam, ainda, que a luta travada pelo espaço, em especial o urbano, é uma realidade inquestionável e de difícil solução. Não é só por um pedaço de terra que se luta, a disputa envolve muito mais que uma porção de

⁷⁴ Os agentes sociais, de acordo com Corrêa (1993) são cinco: 1) os proprietários dos meios de produção, 2) os proprietários fundiários, 3) os promotores imobiliários, 4) o Estado e 5) os grupos sociais excluídos.

terra na medida em que junto com o acesso à terra se apresenta outros bens a serem apropriados, como, por exemplo, o direito de pertencer e participar ativa e efetivamente da cidade oficial – onde circulam os cidadãos. Para tanto é necessário se apropriar das duas faces da cidade: a real e a simbólica.

3.2. Cidade: mais que um espaço, um lugar real e simbólico

Iniciamos nossas reflexões tendo por referência o colocado por Rocha e Oliveira (1997, p. 47):

A cidade não é só um território artificial composto por ruas, casas, bairros, pessoas, grupos e instituições sociais, mas, sobretudo, um espaço simbólico, porque **'molda coercitivamente os hábitos e costumes do dia-a-dia que, por sua vez, permitem a estruturação comunitária'**.⁷⁵ Mas essa estruturação é algo que se faz cotidianamente, não é algo pronto e acabado, mas processo de constante recriação. Através da representação do dia-a-dia, das representações dos lugares, das ritualizações dos encontros é que a cidade é vivida. A cidade é ao mesmo tempo causa e resultado da sociabilidade cotidiana. (Grifos nossos).

Nesse sentido a cidade também é socialidade, ou seja, é morfologia no sentido definido por Boudon (1995), pois segundo este autor: “a cidade é uma morfologia em uso na Grécia pelo menos desde a época micênica (Século XVII a.C.), e essa morfologia reunia desde o início uma pluralidade e uma diversidade de grupos e redes”. (BOUDON, 1995, p. 103). A cidade, enquanto um local que detém um tipo de coesão social específico, propiciará a seus habitantes uma sociabilidade de maior ou menor grau de intensidade de acordo com a distância entre os indivíduos envolvidos.

Nesse sentido, a partir da distinção entre os extremos da distância e da proximidade espacial – em termos físicos –, ganha relevância às diversas concepções, representações e imagens da cidade. Assim, torna-se imperioso analisar a cidade como espaço real e simbólico na formação e conformação de sociabilidades, de exclusões, de conflitos e transformações sociais.

⁷⁵ MAFFESOLI, Michel. **A conquista do presente**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

Bernard Lepetit (2001), em sua obra “***É possível uma hermenêutica urbana***” nos informa sobre a complexidade da cidade e do urbano. De acordo com esse autor:

As variações culturais, os processos de imitação social, a raridade dos momentos de ruptura que fazem dos usos da cidade, sempre, um misto de reprodução de comportamentos de inovação, complicam desmesuradamente a tarefa. Além do mais, os estudos internos dos usos da cidade comportam um risco semelhante ao que ocorre a análise interna das formas. Dissociar os estudos sobre a urbanidade e as pesquisas sobre morfologia urbana acarreta a perda da questão urbana em sua especificidade. A cidade não dissocia: ao contrário, faz convergirem, num mesmo tempo, fragmentos de espaço e de hábitos vindos de diversos momentos do passado. Ela cruza a mudança mais difusa e mais contínua dos comportamentos citadinos com os ritmos mais sincopados da evolução de certas formas produzidas. (LEPETIT, 2001, p.141)

Nesta perspectiva, a leitura da cidade e do urbano só adquire sentido se os seus leitores tiverem claro que, além do esforço de colagem dos fragmentos por eles encontrados, é imprescindível ter em mente que a cidade é um fenômeno que se recria a cada momento. Também não se pode desconsiderar que é um lugar de tensões diversas (culturais, políticas, econômicas, sociais, etc.) que, por suas dinâmicas próprias, acabam por impor transformações de tal forma vertiginosas, velozes e brutais que mal há tempo para acompanhá-las. Deve ser ainda salientado que tanto os deslocamentos (de pessoas, de funções, de mercadorias etc.), quanto os enfrentamentos existentes na cidade, por mais diminutos que possam parecer à primeira vista, acabam por produzir alterações significativas que, devido à velocidade na qual ocorrem, podem ser imperceptíveis num primeiro momento já que a cidade abriga cronologias diversas.

A cidade, (...) nunca é absolutamente sincrônica: o tecido urbano, o comportamento dos citadinos, as políticas de planificação urbanística, econômica ou social desenvolvem-se em cronologias diferentes. Mas, ao mesmo tempo, a cidade está inteira no presente. Ou melhor, ela é inteiramente presentificada por atores sociais nos quais se apóia toda a carga temporal. (LEPETIT, 2001, p. 145).

Não pode ser negligenciado que os indivíduos, enquanto habitantes das cidades, são os responsáveis pela construção e desconstrução dessas. E mais, que o fazem tendo por referência a condição de sujeitos históricos concretos, sendo, portanto, portadores de especificidades e de histórias. Essas, por suas vezes, se constituem e, ao mesmo tempo, se relacionam com os modos de ver e viver de cada época e segmento social.

(...) tanto os sujeitos quanto os sentidos são determinados histórica e ideologicamente; (...) [e] finalmente, e de forma particular, a noção de que nossa vida intelectual está intimamente relacionada aos modos e efeitos de leitura de cada época e segmento social. (ORLANDI, 1993, p. 8).

Essas especificidades, pelo exposto, não estão desvinculadas do lugar social e ideológico⁷⁶ o que, certamente, lhes confere importância significativa em todo o processo de vivência da e na cidade, que, por sua vez, engloba interpretação e análise desta ou de parte desta na medida em que: “A própria idéia de cidade (...) é uma abstração para seus habitantes ou, no mínimo um conceito que envolve concretizações, significados e vivências totalmente diversas e discrepantes”. (AZEVEDO JÚNIOR, 2001, p. 23).

A cidade, por suas peculiaridades, se constitui em um espaço real e simbólico. Como real se situa em um sítio e tem conformação física que indica a sua localização, a sua morfologia e os seus limites. Como simbólica, avança para além do sítio, evoca passado, presente e futuro, possibilita vivências e experiências diversas e mesmo discrepantes. Enfim, a cidade congrega várias cidades, tantas quantas os seus habitantes são capazes de construir (LIBERATO, 2000). Aqui está, a nosso ver, a riqueza e a beleza da cidade enquanto fenômeno.

A complexidade do espaço urbano, principalmente nas metrópoles, tem sido objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento (sociologia, antropologia, urbanismo, geografia, história, política, economia, dentre outras) possibilitando a apreensão dos problemas citadinos, sob diferentes prismas, olhares, representações, permitindo analisar o imaginário construído sobre as cidades e entender o modo como os homens têm interagido no espaço urbano.

Também não pode ser desconsiderado que a atual organização da vida social, especialmente nas grandes metrópoles, apresenta novos dilemas. Não é apenas a cidade que se ampliou, para além dessa questão, temos que nessas há uma

⁷⁶ Ideológico aqui entendido como representação do mundo, que em sua configuração retém e atribuem significados a pessoas, lugares e acontecimentos tendo por referência o segmento sócio-econômico, político e cultural ao qual o indivíduo está vinculado.

nova forma de organização do espaço e das relações sociais. O espaço metropolitano das grandes metrópoles, constituído por realidades radicalmente descontínuas e fragmentadas não consegue justapor as fragmentações e romper ou mesmo reduzir as discontinuidades, especialmente as sócio-econômicas, políticas e culturais. Nos dizeres de Haesbaert (2002, p. 88):

O espaço metropolitano é extremamente enfático na medida em que revela as múltiplas conexões dos sentidos atribuídos a espacialidade e incorpora sinteticamente a mudança e a permanência, o caos e a ordem, sem os justapor, congregando-os em uma dinâmica comum que constitui, em certo sentido, a própria natureza dos processos de metropolização (...).

As cidades, especialmente as megas e grandes, além de congregar a maioria das atividades humanas, tornando mais complexas tanto a organização quanto os modos de vida de seus habitantes, concentra a grande maioria dos problemas sociais como, por exemplo, o desemprego, as diversas formas de manifestação de violência, segregações e exclusões.

Tendo por referência, como já apontado acima, que a cidade é, de fato, um lugar de tensões de toda ordem e matizes, e que o seu espaço permite uma visibilidade absolutamente primorosa da sociedade, temos que a mesma se configura como local que possibilita a visualização da realidade social, pois escancara no dia-a-dia as desigualdades e as diferenças, desmascarando os discursos ideológicos da igualdade. Este fato não é visível apenas no nível do não acesso a bens materiais de consumo, pois esse se constitui, com certeza, na parte mais gritante desta questão e impossível de se esconder. Ao lado dele é, na percepção dos indivíduos sobre a realidade citadina, que o fenômeno urbano atinge sua maior complexidade. Haesbaert (2002), em sua análise sobre o espaço metropolitano, relata que:

A cartografia da metrópole moderna é (...) muito mais rica e controversa do que nossos genéricos modelos podem suportar. Além da grande diferenciação no tecido urbano, que cria espaços singulares, e da distribuição desigual dos equipamentos e serviços, e para além desta configuração física, há uma complexa rede de relações entre grupos que traçam laços de identidade com o espaço que ocupam, criam formas de apropriação e lutam pela ocupação e garantia de seus territórios. (HAESBAERT, 2002, p. 93)

Os estímulos cotidianos a que os habitantes das cidades estão submetidos atuam como indutores de ideologias em constante mutação. Submetidos a um bombardeio literal de múltiplos e diversificados estímulos, é impossível aos habitantes da cidade negligenciá-los ou mesmo mantê-los à distância. Nessa perspectiva tem-se que a vida urbana encontra-se entre as tensões que a constituem: tensões entre a distância e a proximidade, entre a fixação e a mobilidade, entre a heterogeneidade e a homogeneidade, entre as linhas de força que comandam o passado, o presente, o futuro das cidades e a gestão coletiva das questões urbanas.

Não se pode ignorar que a vida urbana é, toda ela, calcada sob o signo da mobilidade: migrações, mudanças residenciais, deslocamentos diários decorrentes da especialização dos espaços intra-urbanos. Estes fatores de mobilidade, enquanto indutores de desestabilizações, se constituem como elementos centrais e indicativos da incerteza de pertencimento. Por outro lado, são eles também os meios e os signos de adaptações mais ou menos viabilizadas das exigências de um indivíduo urbano.

Esta característica, à qual todos são submetidos, independente da posição ocupada na hierarquia social, é indicativa da urbanização da sociedade como o fato cultural por excelência da modernidade (HAESBAERT, 2002). Para tanto contribuem de modo decisivo os meios de comunicação de massa, em especial a mídia eletrônica, que a despeito da heterogeneidade sócio-econômica manifestada, sobretudo, no padrão desigual de consumo de bens e serviços disponíveis pelos diversos grupos sociais, impõem a todos, indistintamente, informações e imagens de mundos fantásticos valorizando um padrão de vida cosmopolita, generalizando o modo de vida urbano.

O processo de urbanização tende a afetar de forma muito mais abrangente o conjunto das atividades culturais, econômicas, sociais, políticas das populações e dos espaços. Este movimento impregna as condições de existência, as maneiras de viver e de pensar dos indivíduos das megas e grandes cidades, causa e conseqüência dos arranjos espaciais.

A diferenciação do espaço geográfico assume muitas formas, mas fundamentalmente expressa a diferenciação social que é a verdadeira do capital: a relação entre capital e trabalho. À medida que o desenvolvimento desigual se torna necessidade para se evitar as crises, a diferenciação geográfica se torna cada vez menos um subproduto e mais uma necessidade central para o capital. A história do capitalismo não é simplesmente cíclica, mas é profundamente progressiva e se expressa na paisagem. (SMITH, 1988, p. 217)

Não se pode negligenciar a cidade como constituída por representações, e o fenômeno urbano como formado por um acúmulo de bens culturais (ARGAN, 1992). Tendo por referência que a cultura é uma rede de significados socialmente estabelecidos (GEERTZ, 1981), a cidade é o local, por excelência, para a construção tanto dos símbolos quanto dos significados, expressos nos bens culturais.

Salienta-se que através da "leitura da cidade" ou de suas representações nos é possível resgatar a cidade real, pois partimos do pressuposto que as representações são partes integrantes da realidade, na medida em que são, por um lado, matrizes geradoras de práticas sociais, e, por outro, porque demonstram um esforço de revelação e/ou ocultamento permitido e possibilitado tanto pelas imagens reais (cenários e paisagens) quanto pelas imagens metafóricas (literatura, pintura, discurso técnico e higienista etc.) (PECHMAN, 1992).

A paisagem urbana, enquanto a própria imagem da cidade, é indicativa, dentre outros, de sua forma, de sua morfologia, de sua posição na rede urbana, de seu processo de construção histórica, das alterações vivenciadas ao longo do tempo, e, também, das diversas territorialidades nela presentes. É através da paisagem urbana que as práticas dos atores sociais em seus territórios ganham visibilidade.

Nessa perspectiva a análise da paisagem da cidade deve evidenciar as dinâmicas de suas transformações, buscando identificar o que permaneceu ou foi transformado, isto é, os elementos do passado e do presente que nela convivem e que podem ser compreendidos através da análise dos processos tanto de produção quanto de organização do espaço. Ressalta-se, contudo, que a paisagem urbana, enquanto reflexo e refletora da organização do espaço socialmente produzido, é portadora das marcas das formas de ocupações

passadas e, também, das contradições e desigualdades sociais encontradas no presente.

Contudo, deve ser salientado que a cidade é um objeto de grande complexidade e em constante transformação. Sendo, por excelência, como já comentado, o *locus* da sociabilidade humana, na medida em que, dentre as suas funções, se destaca a de ser o lugar do encontro, da convivência, das relações entre indivíduos e grupos, sejam essas: sociais, econômicas, culturais, políticas e/ou afetivas, a cidade requer que em sua análise sejam empregadas várias variáveis. Ao se eleger apenas uma variável para efetivar a análise sobre a cidade corre-se o risco de cometer uma grande arbitrariedade, pois se estaria reduzindo a cidade a apenas um de seus múltiplos aspectos.

Clark (1991), em sua análise sobre o sistema urbano contemporâneo, ao comentar sobre sua complexidade, afirma que: “Nenhum índice único decide a que classe uma cidade pertence; em vez disso, a alocação é determinada pelos efeitos conjuntamente atuantes de duas ou mais variáveis”. (p. 167)

Nesta perspectiva tem-se que a análise do fenômeno cidade requer o emprego de várias categorias analíticas o que, por sua vez, exige a contribuição de várias áreas disciplinares. Nesse sentido a análise da cidade, enquanto fenômeno, é fundamentalmente um projeto interdisciplinar que, para sua efetiva realização, requer a presença dos conhecimentos advindos da antropologia, da economia, da geografia, da história, da política, da sociologia, do urbanismo, dentre outras. Salienta-se, contudo, que essa perspectiva só ganha destaque a partir dos anos de 1990, sendo o período anterior a esse marcado por acalorados debates, entre os estudiosos da cidade, sobre qual instância – econômica ou social – deveria ser privilegiada nas análises/estudos sobre cidades⁷⁷.

Se, por um lado, e não há como negar, como afirma Liberato (2000), que as relações econômicas são de grande relevância para o aparecimento e

⁷⁷ Nesse sentido ver, especialmente, Liberato (2000).

desenvolvimento das cidades, na medida em que possibilitam aos homens se desligarem do campo que, por sua vez, tem como principal característica a dispersão e o não agrupamento de pessoas, equipamentos, serviços etc. Por outro, a base econômica não pode, por si só, ser a única variável responsável pelo surgimento da vida urbana, já que os aspectos sociais, culturais, políticos, religiosos, administrativos têm um importante papel que não pode, sob pena de negligência histórica, serem deixados de lado, na medida em que

o espaço da cidade é também um condicionante da sociedade.(...) O condicionamento se dá através do papel que as obras fixadas pelo homem, as formas espaciais, desempenham na reprodução das condições de produção e das relações de produção. (...). (CORRÊA, 1993, p. 8-9).

Mas o estudo da cidade não pode ficar restrito às relações prevalentes no nível intra-urbano. É preciso analisá-la também no nível interurbano, ou seja, identificar e analisar sua posição absoluta (geodésica), sua situação do quadro natural (relevo, hidrografia, fitogeografia, condições climáticas etc.)⁷⁸, suas redes e fluxos (comunicações, transportes e energética). Essas, por se situarem no nível interurbano, possibilitam análises da expansão da cidade, do grau de influência que exerce ou recebe de outras cidades, enfim, de sua posição na hierarquia urbana, o que, por sua vez, em um mundo globalizado requer o emprego de outras variáveis.

3.3. Cidades: Tipologias e Hierarquias

No estudo sobre a cidade torna-se imprescindível enfocá-la não só em termos da sua centralidade, decorrente de sua organização interna e de sua posição na hierarquia regional, já que ela (cidade), além de estar intimamente relacionada com a região, é o lugar que a preside. Ressalta-se que é através da cidade que se dá à relação da região com o mundo. Compreender o papel desempenhado pela cidade no âmbito regional e/ou mundial requer que se analise a rede de relações que essa estabelece no lugar onde está situada e também fora dele.

⁷⁸ Essas questões serão tratadas no Capítulo 4, que tem a Cidade de Belo Horizonte como objeto de análise.

A cidade não tem poder para forçar a evolução regional de que depende o seu próprio desenvolvimento. As possibilidades de evolução regional são criadas fora da região e da cidade, de acordo com os interesses do mundo industrial (...) tanto maior o subdesenvolvimento regional, tanto menos a cidade tem força para modificá-lo, tanto mais ela se ressentida da pobreza de sua zona de influência. (SANTOS, 1965, p. 7).

Mesmo não tendo poder para forçar a evolução regional da qual é dependente, a cidade se constitui no elemento central do lugar para onde são canalizados os recursos econômicos, financeiros, sociais e culturais que irão fomentar o desenvolvimento da região e, conseqüentemente, da própria cidade.

Nesta perspectiva torna-se necessário aos que se propõem a estudar o fenômeno cidade buscar compreender como se processou e em que patamar se situa o desenvolvimento da região e da própria cidade. Para tanto, as contribuições dos estudos e análises produzidos pela Análise Regional são decisivas⁷⁹.

As teorias da Análise Regional têm como referências que o espaço é homogêneo e/ou polarizado e que tanto a aglomeração quanto a fragmentação da atividade econômica, que nele se insere, seguem prioritariamente as regras do mercado. De modo algum enfocam o espaço como dimensão material das relações sociais e, muito menos, trabalham com a idéia de que são as relações humanas que constituem a substância do espaço, e menos ainda, com a concepção de ser o espaço um campo de lutas onde interagem os fatores históricos e físicos com a ação múltipla dos vários agentes sociais. Reduzir o espaço ao mercado é condená-lo a um papel secundário, esquecendo que o mesmo, como anteriormente colocado, é uma estrutura ou instância dotada de autonomia relativa que juntamente com as estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, cujas qualidades e idades não são as mesmas, têm importância inquestionável na análise do desenvolvimento e/ou subdesenvolvimento regional ou local.

⁷⁹ A questão do desenvolvimento regional assumiu importância crescente no Século XX. Nesse mesmo período, para tratar da problemática e buscar compreender os caminhos e descaminhos do desenvolvimento regional foi criada uma área de conhecimento específica: a Análise Regional. Sobre este assunto ver mais detalhes em: Isard (1956, 1960 e 1973).

Ressalta-se que não é a homogeneidade e sim a heterogeneidade que prevalece entre regiões e/ou nações. E mais que essa decorre do nível de desenvolvimento sócio-econômico, político e cultural nessas prevaletentes, da quantidade de capital investido e, por último e também como conseqüência desses, do lugar que ocupam na divisão do trabalho, podendo se debitar à heterogeneidade esses fatores que em conjunto são capazes de explicar as diferenças entre nações e/ou regiões. Tendo por referência o exposto, evidencia-se que não se pode desconsiderar o papel da cidade no processo de desenvolvimento e de crescimento regional.

3.3.1. Tipologia: as tipicidades e os tipos de cidades

Nos estudos e análises sobre a cidade encontram-se referências sobre a que categoria e tipo esta ou aquela cidade pertence. Naqueles que privilegiam a hierarquia urbana encontram-se, fartamente, expressões como mega, grande, média e pequena cidade, que objetivam apresentar, por um lado, o tamanho da cidade e, por outro, a posição dessa na hierarquia urbana.

Paralelamente a esses, há os estudos e análises que enfocam as cidades de acordo com a função nela prevaletente. Nesses encontram-se expressões como, por exemplo, cidade industrial, comercial, portuária, turística, administrativa, financeira, religiosa, etc.

Independentemente da tipologia, temos que a cidade:

(...) é o símbolo capaz de exprimir a tensão entre a racionalidade geométrica [econômica, política etc.] e emaranhado das existências humanas (...)

A cidade como ambiente construído, como necessidade histórica, é resultado da imaginação e do trabalho coletivo do homem que desafia a natureza (...). (GOMES, 1994, p. 23).

Contudo, não pode ser desconsiderado que as cidades, em especial, as mega, grandes e médias, são polifuncionais, ou seja, em seu território convivem e são exercidas várias funções ao mesmo tempo, sejam essas: sociais, econômicas, políticas, culturais, administrativas, religiosas, simbólicas, recreativas, afetivas,

etc. Nesse sentido, a denominação atribuída à cidade (industrial, comercial, financeira, administrativa, agrícola, turística, religiosa, etc.) decorre de nela (cidade) prevalecer essa ou aquela função. O que não quer dizer que outras funções, em nível ou expressão menor, não sejam ali efetivadas. Salienta-se, entretanto, que esses termos muitas vezes não têm por finalidade somente informar sobre a função prevalecente em determinada(s) cidade(s), na medida em que se configuram como conceitos ou mesmo categorias⁸⁰.

3.3.2. Hierarquia urbana: centralidade e polarização

A Teoria dos Lugares Centrais⁸¹, desenvolvida pelo alemão Christaller em 1933, tinha por objetivo determinar a centralidade e áreas de influência das cidades. Através da observação de mapas Christaller descobriu que cidades maiores polarizavam outras menores em um sistema que se reproduzia em muitas regiões. A partir dessas observações surgiu a Teoria dos Lugares Centrais que colocou em discussão conceitos importantes para a análise espacial, como os de: centralidade (há sempre uma grande cidade como pólo central em determinada região), hierarquia (a distribuição e a localização das cidades obedece a um padrão) e polarização (área de influência).

Além da homogeneização do território, a Teoria dos Lugares Centrais tem como pressupostos a existência de economias de aglomeração, a ausência de barreiras (obstáculos) entre as cidades e a existência de redes de transportes entre as mesmas. Nessas condições, a posição da cidade na hierarquia urbana seria resultante da concorrência entre as empresas pelas áreas dos mercados e,

⁸⁰ Sobre o conteúdo e distinção entre conceitos e categorias na Geografia ver, dentre outros, Haesbaert, (2002).

⁸¹ CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice-Hall, 1966. Foi a primeira teoria com base matemática produzida por um geógrafo e, talvez por isso, tenha um grande poder de aplicação. Pressupostos da teoria: planície ilimitada dotada de recursos uniformes, distribuição igual de população e de poder de compra, liberdade de movimento igual em todas as direções, mercadorias e serviços com o mesmo preço básico em qualquer ponto de venda, equilíbrio entre demanda e oferta, minimização de distâncias percorridas, maximização de lucros e, por fim, o número total de centros servindo a área deve ser o menor possível.

também, pelo valor da mercadoria (produtos e/ou serviços), sendo esse último relacionado diretamente ao custo do transporte.

Benko e Lipietz (1994), em suas análises sobre a Teoria dos Lugares Centrais, ressaltam que:

(...) Cada bem a fornecer, cada serviço a prestar, possui um limiar ótimo de escala de produção. A esse ótimo corresponde uma procura repartida pelo espaço homogêneo. Os custos de transporte (das mercadorias, dos clientes e dos utentes) serão minimizados se o produtor servir um determinado círculo do espaço homogêneo. As produções urbanas tenderão, pois a organizar-se em redes de *lugares centrais* cujas áreas de influência cobrirão o espaço, o que se fará da melhor maneira se a rede for de tipo hexagonal. (p.6)

Considerando-se A e B duas cidades. Sabe-se que A e B têm entre si uma determinada distância. De acordo com a Teoria dos Lugares Centrais as Cidades A e B influenciam as demais cidades que se localizam em suas proximidades. Devido a esse fato, há um arranjo espacial que, por sua vez, vai propiciar uma série de pequenos arranjos que, em seu conjunto, determinam uma organização geométrica do espaço.

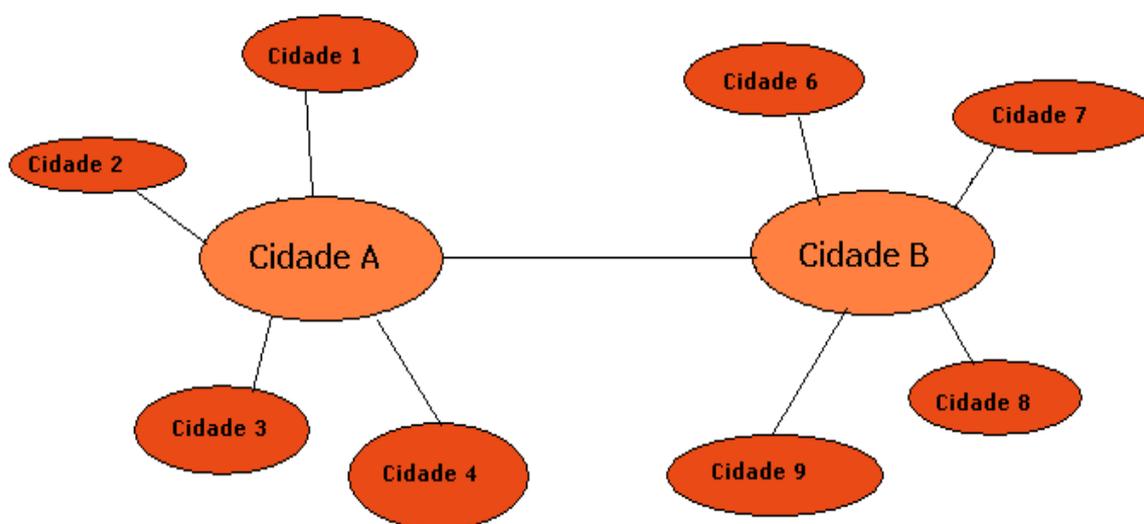


Figura 1 - Hierarquia de cidades

Ainda segundo Benko e Lipietz (1994, p. 6):

(...) A serviços cada vez mais raros (ou a produções com economias de escala cada vez maiores) corresponderão redes de hexágonos (ditos de Christaller) com uma malha cada vez mais larga. Supondo que uma cidade se situa no nó da maior parte das redes, e fazendo rodar as redes em torno do centro desses nós,

veremos surgir regularmente concentrações de nós, esboços de cidades de segunda categoria.

O conceito de centralidade urbana desenvolvido por Chirstaller (1966) objetiva explicar os determinantes da concentração urbana, em função da natureza e das características produtivas de atividades que exigiam escala e consumo simultâneos à produção, especialmente os serviços. Como conseqüência, tem-se que as áreas localizadas no entorno e sob a influência das cidades mantêm, com essas, relações de dependência. A dependência, por sua vez, será maior ou menor em função do leque de serviços oferecidos pelas mesmas. Tem-se, então, que a área de influência de uma cidade pode variar enormemente: de parte do globo terrestre⁸² até uma área restrita⁸³.

Dentre os opositores da Teoria dos Lugares Centrais, as críticas de maior poder corrosivo situam-se nos pressupostos básicos desta Teoria, quais sejam: 1) “não ter um modelo causal e poder ser entendida como uma mera descrição de uma organização espacial” (Fujita, Krugman e Venables, 1999 *apud* Ruiz, 2003:5)⁸⁴ e 2) operar com espaço homogêneo. De acordo com Benko e Lipietz (1994, p.7)

A grande fraqueza da teoria da hierarquia dos lugares centrais é evidentemente o pressuposto do espaço homogêneo. Num espaço homogêneo, a estruturação de uma hierarquia urbana (pelo mercado, os efeitos externos ou a decisão administrativa) é, com efeito, plausível. **O problema está em que as regiões, e ainda menos as nações, não são homogêneas (...).** (Grifos nossos)

Pelo exposto, ficam evidenciados os limites teóricos e metodológicos da Teoria dos Lugares Centrais, pois, ao contrário da homogeneidade (premissa que embasa os estudos realizados por essa Teoria), o que prevalece nas e entre as regiões e/ou nações é a heterogeneidade.

De todos os modelos e teorias o que ainda, apesar das críticas, resguarda poder explicativo é, a nosso ver, a Teoria Centro-Periferia. Essa tem um modelo causal

⁸² Como as megacidades localizadas nos países desenvolvidos. Como exemplo dessas têm-se Nova York, Tóquio, Londres e Paris.

⁸³ Como as vilas e lugarejos situados nos países subdesenvolvidos.

⁸⁴ FUJITA, Masahisa, KRUGMAN, Paul, VENABLES, Anthony J.. **The spatial economy: cities, regions, and international trade.** Massachusetts: The MIT Press, 1999.

que permite identificar e analisar a posição da cidade, região ou nação a partir de suas relações com o entorno, os níveis de influência que detém em seu espaço e, também, o seu grau de dependência. Na formulação original da Teoria Centro-Periferia, tem-se que:

(...) as relações entre o centro e a periferia é (...) resultante da divisão territorial do trabalho, da concentração produtiva e da centralização financeira durante o processo de formação do 'mercado interno' para o capitalismo. (...) as relações centro-periferia são, desde a origem, um processo dinâmico de aprofundamento vertical e expansão horizontal das forças produtivas e das relações de produção capitalistas. (EGLER, 1995, p. 216-217).

Tendo como pressuposto que o centro é o *locus* do poder de comando, que controla o excedente das cadeias produtivas, além de produzir e difundir novas tecnologias, a Teoria Centro-Periferia afirma que a periferia, por não ser local de produção e difusão de produtos, serviços e tecnologia, se subordina ao centro, mantendo com esse uma relação de dependência.

Lipietz (1988, p. 81) em sua análise da Teoria Centro-Periferia sublinha duas características da periferia:

- a tendência a 'marginalização das massas': persistência de uma massa de mão-de-obra excedente, saída dos modos de produção pré ou paleocapitalistas em via de dissolução, reduzida ao estado de desemprego mais ou menos disfarçado, e sobrevivendo parasitariamente (quando ela própria não se exporta);
- a dependência tecnológica: todo desenvolvimento industrial possível só é concebível no quadro do desdobramento da divisão internacional do trabalho, sob a égide do capital financeiro e da engenharia do centro.

Devido à natureza assimétrica, as relações entre as áreas centrais (de mais alta hierarquia) e os centros de nível inferior apresentam uma dualidade: para os sistemas espaciais sob sua dependência atuam como centros; para os países/regiões/cidades centrais de hierarquia superior, comportam-se como periferia. Entre esses dois níveis situa-se a semi-periferia⁸⁵, ou seja, países/regiões/cidades localizados nos níveis intermediários entre os dois extremos da hierarquia.

⁸⁵ Também denominadas por peri-centrais, dependendo da matriz teórico-conceitual.

Salienta-se que apesar de ter sido elaborada para análise de espaços interurbanos, a Teoria Centro-Periferia, também foi (e ainda é) amplamente empregada em estudos do espaço intra-urbano. A análise se torna possível na medida em que nas áreas centrais das cidades, especialmente das mega, grandes e médias – independentemente da função predominante –, há uma maior densidade (concentração) de equipamentos, serviços etc. que vai se diluindo quando se distancia de suas áreas centrais em direção às suas periferias.

Sobre o seu emprego nas análises sobre as cidades brasileiras são ilustrativas as observações de Caldeira (1997, p.156):

Da década de 40 à de 80, a divisão entre centro e periferia organizou o espaço da cidade. Durante a vigência desse padrão, grandes distâncias separavam diferentes grupos sociais: as classes média e alta ocupavam os bairros centrais e bem-equipados em termos de infra-estrutura urbana, enquanto os pobres habitavam a precária periferia.

Chama-se a atenção para o fato de que a periferia, por se distanciar das áreas centrais, torna-se importante na produção e reprodução econômica da cidade, na medida em que é o local de moradia dos integrantes da classe trabalhadora (KOWARICK, 1983). Deve ser salientado, que apesar de contribuir para produção e reprodução da vida econômica da cidade, esses locais são carentes de benefícios urbanos, não tendo acesso aos bens, aos equipamentos e à própria cidade.

3.4. Cidade: local da reprodução e de aglomeração

Iniciamos nossas reflexões tendo por referência que a cidade é de suma importância para a formação e reprodução do capital, na medida em que historicamente o capitalismo, para poder formar o capital, busca, incessantemente, conquistar, incorporar e integrar espaços ainda não-capitalistas. Esse processo de formação do capital se encontra, sem dúvida, incrustado na organização das cidades e na relação dessas com as regiões mais próximas ou mais distantes, tanto em termos geográficos quanto em termos culturais, sociais, históricos e econômicos.

Desse modo, as cidades localizadas nos países periféricos que experimentaram um crescimento econômico acentuado, paulatinamente passam a expressar, em sua forma e estrutura espaciais, relações predominantemente desiguais, conflituosas e, mesmo, antagônicas. Os movimentos sociais, enquanto fenômeno mais visível da luta travada cotidianamente pelo espaço urbano, terão influência marcante no processo de produção e apropriação do espaço das e nas cidades capitalistas que são resultantes de um modelo econômico concentrador, fundado na desigualdade. Por sua vez, a “desordem” dos arranjos espaciais, imposta pelas estruturas de poder, é reflexo da luta dos vários agentes sociais por um lugar na cidade e o aparente “caos” urbano resulta da lógica de acumulação capitalista.

Há, contudo, de se ressaltar que há diferenças significativas entre as cidades e, também, no interior dessas. No primeiro caso, as diferenças decorrem da inserção no cenário mundial do país em que estão localizadas. No segundo, porque é possível em um determinado local coexistir temporalidades históricas diferentes que, por suas vezes, determinam relações sociais, políticas, econômicas e culturais distintas. Saliencia-se que essas duas questões estão diretamente relacionadas, pois as diferenças nas relações são decorrentes da forma através da qual se dá a acumulação e organização do capital que, por sua vez, faz com que a estrutura sócio-espacial, política, econômica e cultural das cidades não seja homogênea.

Esse fato pode ser mais claramente percebido nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos, onde existem pólos de tecnologia muito avançados, centros empresariais e financeiros completamente inseridos no contexto mundial ao lado de locais de temporalidades históricas muito diferentes da do capitalismo pós-grande indústria. Essas diferentes temporalidades históricas são importantes na acumulação e formação do capital, na medida em que essas se dão através da exploração da mão-de-obra e da acumulação de riquezas que se realiza em determinado local.

Como é típico do capitalismo tardio, entretanto, assim como coexistem e se inter-relacionam diferentes estruturas produtivas, da mesma forma, em nível do espaço,

diversas configurações se sucedem e se complementam, cada uma fruto de um determinado momento e de uma determinada forma de produção do espaço urbano. Assim, qualquer deslocamento diametral pela cidade evidencia uma multiplicidade de paisagens e imagens arquitetônicas, ambientais e sociais. (MOURA, 1994, p. 69)

A literatura sobre as grandes cidades demonstra que as relações sócio-econômicas, políticas, culturais e espaciais prevalecentes não podem ser consideradas como distintas em relação às formas de acumulação e organização do capital e, também, em relação à divisão do trabalho, sendo que ambas devem ser considerados tanto no nível local quanto global.

Ele [Castells] chama as megacidades de nós da economia global que concentram as funções superiores de direção, produção e gestão de todo o planeta, ou seja, o controle dos meios de comunicação, o poder da política real e a capacidade simbólica de criar e difundir mensagens. São centros de dinamismos econômicos, tecnológicos e sociais em seus países e, na escala global, centros de inovação (cultural e política) e pontos de conexão com redes globais de todo o tipo. (DUPAS, 2000, p. 48).

Desta forma, tem-se que as megacidades são as representantes incontestáveis do processo de globalização principalmente por serem detentoras da capacidade simbólica de criar e difundir mensagens, sendo essas últimas representativas de uma nova ordem, que tem sua base na concepção de mundo interligado e conectado em tempo real. As inovações e os novos hábitos são repassados instantaneamente, via meios de comunicação, em especial os eletrônicos – TVs, rádios, internet -, para o mundo e passam a fazer parte do dia-a-dia de um número cada vez maior de pessoas. Se assim é para as megacidades, o que dizer das demais, em especial para aquelas localizadas nos países subdesenvolvidos?

Pelo apresentado, fica evidenciado que as cidades, em especial, as grandes cidades dos países subdesenvolvidos, além de estarem subordinadas hierarquicamente as megacidades localizadas nos países do capitalismo central, absorvem os modismos ditados por essas. Consumidoras e não produtoras de inovações no nível global, as cidades dos países subdesenvolvidos, salvo raras exceções, integram, assim como os países em que se situam, a periferia do sistema capitalista de produção. Desse modo, pode-se denominá-las como metrópole duplamente periférica. Nas palavras de Moura (1994, p. 68), “Diz-se

metrópole duplamente periférica porque está situada na periferia do sistema capitalista mundial e estruturada internamente a partir de anéis de ‘periferias’ urbanas, historicamente definidas”.

Situadas na periferia do sistema capitalista de produção, as cidades dos países periféricos desenvolvem com o seu entorno, assim como as localizadas nos países centrais, relações que obedecem às variáveis como, por exemplo: tamanho, leque de serviços oferecidos e, portanto, de riquezas. Mas seriam as riquezas repartidas igualmente pelas várias cidades? Sabe-se que não, pois essas são construídas e/ou estimuladas por decisões administrativas superiores. Nesse sentido, salientamos o poder das empresas capitalistas e do Estado, para citar apenas os dois agentes econômicos de maior porte, que, por suas vezes, decidem de acordo com seus interesses as localizações ideais das atividades.

Nessa discussão não se pode negligenciar o papel do poder público tanto no planejamento da distribuição do espaço, quanto na colocação de infra-estrutura como, por exemplo, rede viária e equipamentos de uso coletivo (escolas, hospitais).

Atraídas pelas vantagens existentes na localidade, as empresas se instalam e, com a instalação dessas, outras empresas se estabelecem na mesma localidade. A cidade que abriga essas empresas passa, por conseguinte, a oferecer uma série de produtos e serviços, que devido à demanda crescente pelos mesmos, diversifica e qualifica cada vez mais o leque de produtos e serviços colocados à disposição dos consumidores, se constituindo dessa forma como um centro. Em sua volta se situam cidades de menor porte que dela dependem, formando uma rede que ao se distanciar da cidade central apresenta um leque de produtos e serviços menor – em termos de quantidade e de qualidade –, configurando o que se denomina na literatura como hierarquia urbana. Em outras palavras, na medida em que se distancia da cidade central as opções de produtos e serviços tornam-se mais raras.

É na periferia das grandes cidades localizadas nos países subdesenvolvidos, carente de infra-estrutura básica – serviços de água tratada, rede de esgotamento sanitário, energia elétrica, ruas pavimentadas etc. – o local de moradia da maioria dos excluídos da e pela cidade. De acordo com Moura (1994, p. 61):

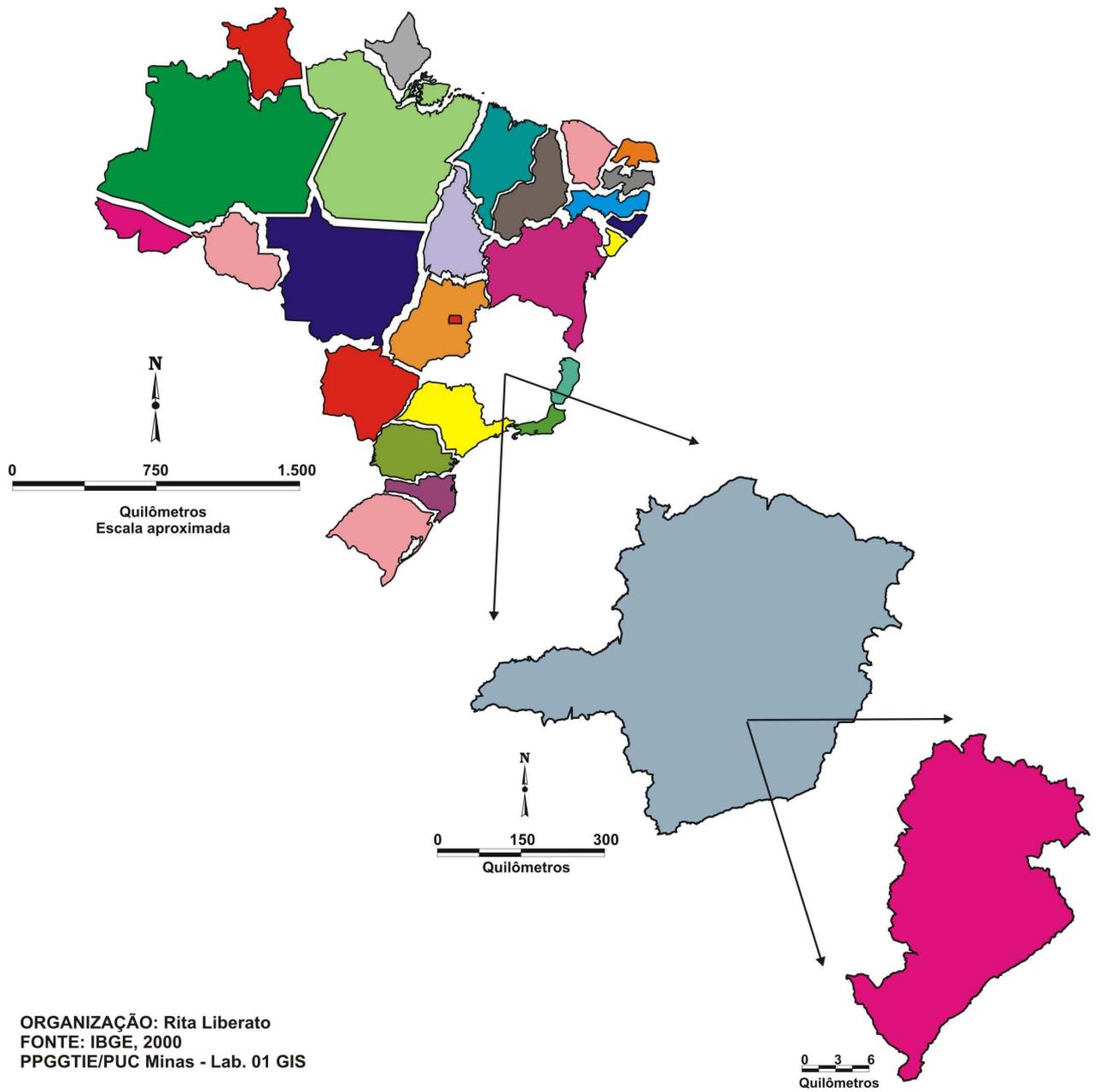
(...) as chamadas periferias são frutos de uma ação claramente orquestrada por parte de uma fração específica do capital imobiliário que, num determinado momento, vislumbra as condições favoráveis para um produto específico: o lote popular.

Não se trata, portanto, de um movimento espontâneo ou informal. Pelo contrário, essa é a versão capitalista periférica do processo de suburbanização que, desde o pós-guerra, caracterizou a estruturação do espaço, através da produção em massa de habitação, em boa parte dos países centrais.

A área central das cidades, enfim, se destaca na paisagem, pois, além de sua verticalização, congrega e “concentra as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada e os terminais de transporte inter-regionais e intra-urbanos” (CORRÊA, 1993:38) e, também, “o emprego, a moradia das classes médias e superiores e os equipamentos e serviços urbanos” (LAGO, s/d, p. 5) constituindo-se “no foco principal não apenas da cidade, mas também de sua hinterlândia” (CORRÊA, 1993, p. 38).

A periferia, por sua vez, é o lugar onde predominam as carências: de emprego, de serviços, de equipamentos urbanos (água tratada, iluminação, ruas pavimentadas, rede de esgotamento sanitário, transporte urbano etc.).

A Cidade de Belo Horizonte, localizada na área central de um Estado também central, por ser uma Cidade planejada, irá apresentar uma dinâmica específica. Ressalta-se, contudo, que em sua morfologia, desde a sua construção, prevalece a mesma estruturação encontrada em outras cidades capitalistas localizadas, em especial, nos países subdesenvolvidos.



ORGANIZAÇÃO: Rita Liberato
FONTE: IBGE, 2000
PPGGTIE/PUC Minas - Lab. 01 GIS

Mapa 1
Localização do Estado de Minas Gerais e do Município de Belo Horizonte

Capítulo 4

Os caminhos trilhados: o contexto da pesquisa

Há que se definir os caminhos a serem trilhados e, concomitantemente, proceder à escolha dos interlocutores com os quais se pretende dialogar. Essa postura faz-se necessária na medida em que esse empreendimento se constitui em uma tarefa de grande complexidade, pois, além de despojar dos dogmas, exige domínio das contradições e complementaridades existentes entre os marcos teórico-metodológicos com os quais se pretende trabalhar.

4.1. Os interlocutores: a busca do diálogo

Dentre as várias possibilidades, decidiu-se por trabalhar com a Geografia Crítica – que tem o materialismo histórico como doutrina e a dialética materialista como método – e a Geografia Humanista – que tem suporte nas correntes filosóficas fenomenologia, existencialismo, idealismo e hermenêutica⁸⁶ que, como a Geografia Crítica, detém, em seus fundamentos, posição radical contra o positivismo.

A escolha desses dois quadros de referência teórico-conceitual decorreu do fato de o primeiro, por suas peculiaridades, permitir efetivar análises no nível macro. Mesmo reconhecendo o poder das críticas à abordagem, salientamos que a mesma não pode ser de todo negligenciada ou mesmo negada, na medida em que ainda tem contribuições efetivas para análises, no nível macro, que objetivam compreender e explicar a dinâmica do modo de produção capitalista e a formação social⁸⁷ correspondente.

⁸⁶ Sobre essa questão ver, dentre outros, especialmente: Santos, Milton (1978), Capel (1981) e Mello (1990).

⁸⁷ O modo capitalista de produção tem fundamento classista, ou seja, a sua estruturação e o seu desenvolvimento baseiam-se na criação e na reprodução de uma sociedade dividida em classes. De acordo com a teoria marxista, a sociedade capitalista “ideal” se divide somente em duas classes: proletariado – vendedores da força de trabalho – e capitalista – proprietários dos meios de produção – porém, em seu desenvolvimento, as sociedades capitalistas geraram grupos de pessoas que se situam nos níveis intermediários. O conjunto desta sociedade particular pode ser chamado, de acordo com a teoria marxista, de “Formação Social”.

Ainda em relação a essa abordagem deve ser destacado que dentre seus críticos a acusação mais significativa é a referente ao reducionismo econômico ou economicismo e o conseqüente mecanicismo prevalecente em determinados estudos/análises sobre a realidade, que não raro atribuem valor excessivo ao econômico em detrimento das demais instâncias. Gregory (1978), em sua análise sobre as teorizações das estruturas sociais e espaciais, é extremamente claro ao informar que não deve haver sobre-determinação de uma estrutura sobre a outra.

A análise da estrutura espacial não é derivada e secundária à análise da estrutura social, como sugeriria a problemática estruturalista: antes, uma exige a outra. A estrutura espacial não é, por conseguinte, meramente a arena em que os conflitos de classe se expressam (Scott, 1976,104), mas é também o campo no qual – e, em parte, através do qual – as relações de classe se constituem, e seus conceitos devem ter lugar na construção dos conceitos de determinadas formações sociais (...) as estruturas espaciais não podem ser *teorizadas* sem as estruturas sociais, e *vice-versa*, e (...) as estruturas sociais não podem ser praticadas sem as estruturas espaciais, e *vice-versa*. (Grifos do autor). (GREGORY, 1978, p. 120-1 *apud* SOJA, 1993, p. 74)⁸⁸.

A Geografia Humanista, ao permitir trabalhar no nível micro – no nível do indivíduo –, colocou-se como possibilidade de complementar as análises efetivadas no nível macro. Necessário esclarecer, como faz (MELLO, 1977, p. 93), que: “no Brasil, a Geografia Humanística continua sendo estranhamente confundida com as tendências positivistas (...)”.

Continuando sua análise, Mello (1977) clarifica os termos nos quais residem às ambigüidades, particularmente no Brasil:

A maioria dos profissionais e estudantes brasileiros não sabe distinguir, de um lado, as geografias da percepção e do comportamento e, de outro, o antipositivismo da Geografia humanística. Em outras palavras, confundem a teoria da percepção – que segundo Milton Santos (1978, p. 69)⁸⁹ é ‘incompleta, senão inútil’ e ainda o behaviorismo ou neobehaviorismo da Geografia comportamental – com os suportes filosóficos do enfoque humanístico, tais como fenomenologia, existencialismo, idealismo, hermenêutica, etc. (...). (MELLO, 1977, p. 93-94)

No bojo desse equivoco, as críticas mais contundentes, ao tomarem por referência estudos/análises efetivados no âmbito das geografias da percepção e

⁸⁸ GREGORY, Derek. **Ideology, science and human geography**. Londres: Hutchinson, 1978.

⁸⁹ SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

do comportamento, apontam para o fato desses ficarem reféns do empiricismo⁹⁰ subjetivista, na medida em que não problematizam as condições sociais, econômicas, políticas, culturais e afetivas a partir das quais os indivíduos produzem e expressam suas opiniões.

Necessário salientar que, na realização deste trabalho, ficamos vigilantes para não permitir que este estudo enveredasse por esses caminhos, mais explicitamente, não ficasse reduzido ao economicismo e nem refém do empiricismo subjetivista. Para tanto, foi mantido o foco na premissa de que a descrição da cidade e/ou de partes dessa, como dito anteriormente, apresenta variações de acordo com o lugar, com o nível sócio-econômico, político e étnico-cultural de seus habitantes já que esses têm grande influência tanto na forma quanto no conteúdo das descrições que esses fazem da cidade ou de partes dela.

A descrição é o relato sensível das formas de ver a cidade, não enquanto uma disposição física, mas como cidade simbólica, que cruza lugar e metáfora, produzindo uma cartografia dinâmica, tensão entre a realidade geométrica e emaranhado de existências humanas. (GOMES, 1994:24)

Indispensável informar que na realização deste trabalho duas premissas foram fundamentais na orientação das análises efetivadas. A primeira tem por referência que a favelização consiste em uma alternativa para solucionar os problemas de moradia de parte significativa dos habitantes da Cidade de Belo Horizonte, na medida em que “(...) favelas e invasões (...) podem ser consideradas como uma estratégia de ‘solução’ da questão habitacional, através da ocupação intensiva de espaços de certa forma preteridos em algum momento do processo de expansão da cidade”. (Moura, 1994, p. 61). A segunda reside procurar não reproduzir e/ou reforçar a produção discursiva empregada em estudos sobre os locais de moradia dos integrantes das classes populares. Esse discurso, como demonstra Queiroz

⁹⁰ Segundo Thiollent (1985, p. 57) “Na prática de pesquisa marcada de empiricismo, a preocupação do [pesquisador] é voltada para a obtenção e o processamento de dados sem suficiente problematização das condições de produção dos mesmos. (...). Os dados seriam apenas elementos de distinção entre fato e opinião. Os dados seriam apenas elementos de descrição de um fato ou de verbalização de ma opinião. As condições sociais de verbalização e as condições de produção das opiniões, que variam consideravelmente em função das classes e das conjunturas, não são levadas em consideração, a não ser como questão de deficiência dos indivíduos de “baixo nível cultural” ou como questão de diferença de “quadros de referência” empiricamente constatável no contexto da verbalização”.

Ribeiro e Alves dos Santos Junior (2003), indica serem esses locais vistos como ameaças à manutenção da coesão social.

(...) Diríamos com Wacquant (2001)⁹¹ que existe no Brasil o verdadeiro pânico moral em relação aos territórios das classes populares, as favelas, as periferias, os cortiços que neles localizam os riscos à manutenção da coesão social. Estes discursos são artefatos fundados na realidade que chamam a atenção de especialistas e produzem intervenções públicas, gerando um verdadeiro 'mercado de problemas sociais' cuja dinâmica termina por difundir e tornar real estas próprias idéias. Assim, por vezes o discurso crítico do "bom senso", cheio de "senso bondoso" sobre a segregação urbana e seus impactos ameaçadores à democracia, ao denunciar a anomia, a exclusão, individualismo agnóstico e suas repercussões sobre a capacidade moral dos indivíduos das classes populares, este discurso pode estar contribuindo para a exclusão urbana e participando do processo de produção dos 'condenados da cidade'. (p. 91)

4.2. A coleta das informações: o diálogo com várias fontes

Pela própria característica da temática deste estudo e, também, para evitar os equívocos que podem ocorrer em estudos de grande amplitude temporal e que, como esse, busca complementar análise efetivada no âmbito da Geografia Crítica com as contribuições da Geografia Humanística foi empregada como procedimento metodológico, na seleção das fontes e na coleta dos dados, a pesquisa exploratória e descritiva.

De acordo com Salomon (1979, p. 141)

Pesquisas exploratórias e descritivas são as que têm por objetivo definir melhor o problema, proporcionar as chamadas intuições de solução, **descrever comportamentos de fenômenos**, definir e classificar fatos e variáveis. Não atingem ainda o nível da explicação nem o da predição encontrados nas pesquisas 'puras' ou 'teóricas' nem do diagnóstico e/ou solução adequada ao problema, deparados nas pesquisas 'aplicadas' (Grifos nossos)

Como as informações que permitiam identificar ao longo da história da Cidade de Belo Horizonte (1897 até 2000) a localização das favelas não estavam sistematizadas e ser o objetivo deste trabalho verificar a relação entre a expansão da Cidade de Belo Horizonte e o crescimento e dinâmica das favelas, foi necessário trabalhar com inúmeras fontes: especialistas e estudiosos da Cidade de Belo Horizonte, administradores públicos – em especial os da administração

⁹¹ WACQUANT, L. **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro: Revan, FASE, 2001

municipal –, e documentos, sobre a Cidade, existentes em órgãos públicos, bibliotecas, museus e arquivos públicos e particulares.

No trabalho de coleta de dados junto aos estudiosos/especialistas e administradores públicos utilizou-se como técnica a entrevista. A opção pela entrevista decorreu do fato dessa, ao contrário dos demais instrumentos, permitir a livre expressão dos entrevistados; possuir maior flexibilidade e possibilitar a checagem de informações já coletadas.

No roteiro de entrevista foi solicitado a cada um dos entrevistados que indicasse os locais da Cidade de Belo Horizonte em que se situavam as favelas, ao longo da história da Cidade, e, também, como o fenômeno foi tratado pelo poder público. Quando ocorreram disparidades entre as informações dos entrevistados, essas foram checadas com um terceiro, e quando se mantinham significativas, voltou-se aos informantes iniciais para rever a(s) informação(ões). Todas as entrevistas foram realizadas tendo por referência que: “o fato de acumular opiniões que não têm absolutamente a mesma força real leva a uma distorção muito profunda”. (BOURDIEU, 1985, p. 138).

Foram realizadas, ao todo, 24 (vinte e quatro) entrevistas. Dentre os integrantes do primeiro segmento (estudiosos, especialistas) buscaram-se representantes de cada uma das seguintes áreas: ciências sociais (antropólogos, cientistas políticos, sociólogos e urbanistas), ciências humanas (geógrafos e historiadores), que tinham atuado diretamente com o fenômeno em Belo Horizonte, a fim de ter uma visão geral do problema das áreas de moradia dos excluídos, como também indicações sobre possíveis fontes de informação sobre o fenômeno em estudo. Os integrantes do outro segmento (administradores públicos) foram identificados a partir das entrevistas com os estudiosos e especialistas, e selecionados de acordo com as experiências pessoais desses e período de atuação.

Paralelamente à realização das entrevistas foi efetivado levantamento junto aos órgãos públicos – em especial os da administração municipal –, museus, arquivos e bibliotecas de material bibliográfico e documental sobre o processo de

favelização de Belo Horizonte. As informações, obtidas através do levantamento, permitiram encontrar além da localização das favelas em Belo Horizonte, identificar a dinâmica de crescimento e expansão dessas e, também, as formas como o fenômeno foi tratado pelo poder público local ao longo da história da Cidade.

No computo geral, após realizar as entrevistas e recolher o material encontrado nos arquivos de diversos setores da administração pública, nos arquivos pessoais de alguns dos estudiosos/especialistas, em bibliotecas e museus, o volume de material se configurou como extremamente grande. Passou-se, então, a selecionar as fontes, buscando em cada uma o material que ainda não havia sido encontrado em outras. Aos poucos os cenários da cidade de Belo Horizonte para cada década iam se delineando em nossas mentes e a cada momento uma nova cidade surgia, mantendo na construção das diversas paisagens uma postura excludente e segregatória que a acompanha desde a sua inauguração em 1897.

Dessa forma, ao final do processo de coleta de dados, apenas 5% do total de informações sobre a área de localização das favelas de Belo Horizonte apresentaram diferenças. Em outras palavras, do total de informações coletadas, 95% (noventa e cinco por cento) indicaram a mesma área.

4.3. Cartografia: localizando as favelas e os conjuntos habitacionais populares

Para a identificação do local das favelas em Belo Horizonte no período em estudo havia, inicialmente, duas alternativas: 1) a descrição dos bairros onde essas se localizavam e 2) a representação gráfica, através de mapas.

A opção pela primeira possibilidade implicaria em proceder a uma descrição nominal dos bairros. Contra esse procedimento duas razões, ambas de cunho metodológico, se colocaram. Em primeiro lugar, a simples denominação dos bairros onde se localizavam as favelas não permitiria aos que não conhecem a Cidade de Belo Horizonte, ou mesmo, aqueles que conhecem, mas que, por vários motivos (que não

cabe aqui discutir), não são familiarizados com os nomes dos bairros⁹², pudessem entender a dimensão do fenômeno evidenciada pela extensão da área ocupada. Em segundo, não seria a descrição, efetivada dessa forma, capaz de permitir a visualização do fenômeno em estudo como, também, a sua abrangência.

A segunda opção, representação gráfica, que, de acordo com Martinelli (1991:9), "(...) Expressa-se mediante a construção da IMAGEM", eliminaria os problemas apresentados pela primeira. A eliminação dos problemas decorreria do fato desta forma não exigir dos leitores conhecimentos e/ou familiaridade com os nomes dos bairros existentes na Cidade, concretizando, assim, a possibilidade de visualização de sua localização no tecido urbano, tendo por referência os períodos (décadas) pré-definidos.

Desse modo, a partir da visualização da área onde se localizaram/localizam as favelas no conjunto do espaço urbano de Belo Horizonte, a cada década⁹³, foi possível inferir os motivos dessas se situarem em determinadas áreas e não em outras.

As considerações, acima apresentadas, indicaram que a melhor forma para efetivar a proposta deste trabalho foi a de conjugar as duas alternativas. Dessa forma, a partir dos depoimentos dos entrevistados e da análise das fontes documentais foram identificados os locais. Em seguida, esses foram repassados para a planta cadastral da Cidade, formando os Mapas da localização do lugar de moradia dos excluídos de e por Belo Horizonte no período de 1897 a 2000.

Na confecção dos mapas foram utilizadas várias plantas cadastrais da Cidade de Belo Horizonte. Como as anteriores a 1990 não ofereciam condições de trabalho em computador, optou-se por superpor essas à planta cadastral de 1990, em formato digital, e proceder nessa última às alterações que possibilitassem reconstruir a

⁹² Necessário salientar que a quase totalidade dos bairros de Belo Horizonte, devido à extensão temporal do estudo (1897 a 2000), foram criados nesse período.

⁹³ Ressalta-se que entre 1910 e 1920 não foram encontradas informações sobre favelas em Belo Horizonte e que os documentos referentes à década 1920 a 1929 fazem referência apenas às favelas Alto da Estação e Córrego do Leitão.

localização das favelas ao longo do período. Nessa reconstrução procurou-se indicar a localização das favelas encontradas no decorrer da pesquisa, mesmo as que foram extintas.

Deve-se salientar que o traçado da Cidade de Belo Horizonte, no período em estudo, sofreu alterações significativas decorrentes do crescimento da Cidade e também das intervenções urbanísticas efetivadas ao longo de sua existência. Por conseqüência, na planta cadastral de 1990 algumas vias apresentam traçadas diferentes, outras, apesar de manterem o traçado têm denominações diferentes e, por fim, há o aparecimento de novas vias e supressão total ou parcial de outras.

Chama-se a atenção para a estratégia de apresentação dos mapas e de análise dos mesmos, pois tanto na confecção desses com a localização das favelas, quanto nas análises efetivadas, optou-se, objetivando facilitar a leitura e compreensão dos mesmos, utilizar as regiões administrativas como referência.

Salienta-se que no início da década de 1980, o poder público municipal, seguindo a política de descentralização que ocorre na maioria das grandes cidades brasileiras, em especial nas capitais, estabelece, através do Decreto 4523⁹⁴, de 12 de Setembro de 1983, a regionalização do município de Belo Horizonte em sete novas regiões administrativas. Essas sete novas regionais somadas as do Barreiro e de Venda Nova, já existentes naquele período, totalizam nove regiões⁹⁵.

⁹⁴ Dispõe sobre a estrutura administrativa e o funcionamento de órgãos da administração direta do Município de Belo Horizonte.

⁹⁵ De acordo com Artigo 8º do referido Decreto, compet e às administrações regionais:

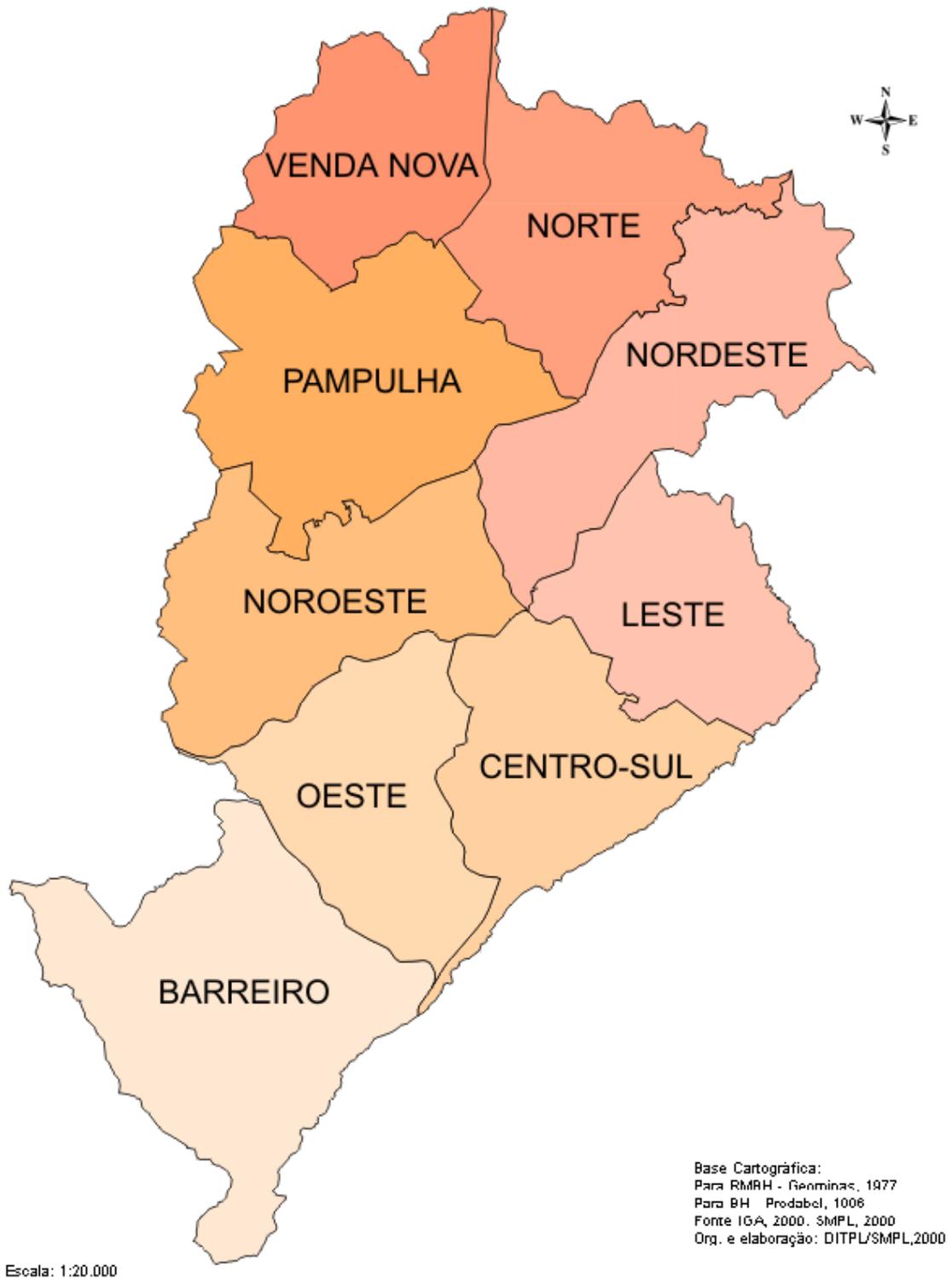
Art. 8º - Às Administrações Regionais, dirigidas por Administrador Regional, incumbem as atividades de desconcentração administrativa no âmbito de suas respectivas jurisdições, para atendimento ao público e a municípios, especialmente quanto a:

(...)

§ 1º - Além das Administrações Regionais sediadas em Venda Nova e no Barreiro, ficam criadas mais 7 (sete) novas unidades administrativas dessa natureza, para o desempenho das atividades previstas neste artigo.

§ 2º - A sede, a área e os limites de jurisdição de cada uma das 9 (nove) unidades administrativas mencionadas no parágrafo anterior, serão definidos em estudo técnico conclusivo, por Comissão Especial designada por ato do Prefeito. (Decreto 4.523 de 12 de Setembro de 1983). (Grifos nossos).

Desse modo, todos os mapas e as análises desses, mesmo quando inexistiam as regiões administrativas – período compreendido entre 1897 e 1982 –, foram elaborados tendo por referência as regiões administrativas. A figura a seguir indica a localização de cada uma das nove regiões administrativas, nas quais é subdividida a Cidade de Belo Horizonte.



Mapa 2
Regiões Administrativas de Belo Horizonte

No próximo capítulo será efetivada revisão da história de Belo Horizonte, tendo por referência as idéias de seus planejadores/construtores e as posições assumidas pelo poder público, buscando indicar os processos de rupturas e descontinuidades vivenciados.

Capítulo 5

Rupturas e descontinuidades: os percursos de uma cidade planejada

Mesmo pensada, planejada e esquadrihada no papel e imposta ao sítio, a Cidade de Belo Horizonte, ainda em seus primeiros anos de existência, iniciará trajetória diferente da preconizada pelos seus idealizadores e construtores.

Os processos de ruptura e de descontinuidade com a proposta inicial logo se fizeram perceber e as marcas que permitem identificar e analisar como se processaram a ocupação e expansão podem ser encontradas, ainda hoje, em sua paisagem. Concebida para ser referência de uma nova ordem, Belo Horizonte, ainda em sua construção passou a conviver com problemas e mazelas que naquele período, fim do Século XIX, já se faziam presentes em outras cidades brasileiras como, por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro. Na primeira sobressaíam os cortiços e na segunda já se faziam presentes às favelas. Em Belo Horizonte, devido à legislação, o fenômeno cortiço não aconteceu⁹⁶.

5.1. Belo Horizonte: planejamento e elitização

A Cidade de Belo Horizonte⁹⁷, hoje contando com pouco mais de 100 anos de existência, foi planejada - concebida e projetada - no papel e imposta ao sítio em que se situa⁹⁸, mesmo que para isso fossem realizadas alterações no relevo.⁹⁹

⁹⁶ Sobre esta questão ver especialmente RELATÓRIO DA PESQUISA METODOLOGIAS E EXPERIÊNCIAS DE RECUPERAÇÃO SÓCIO-URBANÍSTICA DE ÁREAS URBANAS MARGINAIS: Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Belo Horizonte: PUC Minas, Ministério das Relações Exteriores da Itália e AVSI (Associação Voluntários para o Serviço Internacional), março de 1995. Primeira etapa (mimeo.)

⁹⁷ Antes da Construção de Belo Horizonte, a localidade era denominada como Curral Del Rei e, posteriormente, Cidade de Minas e, em 1901, de acordo com Faria e Grossi (1982, p. 165) através da Lei Estadual n° 302, de 1° de junho de 1901, a capital mineira voltou à denominação de Belo Horizonte.

Cidade pensada e planejada para ser a Capital do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte representou quando de sua construção e inauguração a ruptura com o velho representado por Ouro Preto (cidade colonial) e a celebração do novo: a modernidade. A dicotomia entre o tradicional e o moderno parece ser a questão central que norteia a construção e implantação da nova cidade. O País, a partir da abolição da escravidão, em 1888, e da Proclamação da República, em 1889, vive intensas transformações econômicas, políticas e culturais que terão reflexos em todas as áreas. É nesse contexto de mudanças, de rupturas com o passado, que se dá o nascimento de Belo Horizonte.

É sintomático que a decisão da transferência da Capital coincidisse com a convicção de que se vivia uma era inaugural. A instituição de um novo tempo pressupunha uma nova espacialidade, capaz de dar um sentido material e simbólico à idéia de ruptura. A necessidade de distinguir-se da antiga ordem impunha um deslocamento, uma mudança de lugar, capaz de demarcar a emergência de um novo tempo de alteração social. Se o advento da República era o elemento chave na concepção dessa nova temporalidade, a cidade foi, por excelência, o espaço de sua representação. Opondo-se a sociedade rural e arcaica, ela sugeria uma vida cosmopolita, racional, em incessante transformação. Sobretudo, constituía o espaço público legitimador do novo poder, adequado à sociedade formada por indivíduos emancipados. (JULIÃO, 1992, p. 23).

É nesse cenário político, que traz consigo a necessidade de reestruturar a sociedade e dar a essa uma nova feição, procurando romper com o que até então vigora, que se concebe e projeta a Nova Cidade.

Belo Horizonte, (...), nasceu buscando a síntese entre Paris e Washington, Haussmann e L'Enfant (Lemos, 1988)¹⁰⁰. E para que isso pudesse acontecer, na ruptura com o passado para a construção do futuro, o que antes existia devia ser

⁹⁸ Segundo Liberato (2000, p. 52) "O sítio onde se situa Belo Horizonte está localizado numa espécie de anfiteatro, formado pelas serras do Curral e da Contagem, na altura do paralelo 19° 55' Sul e do meridiano 43° 55' Oeste, na denominada Depressão de Belo Horizonte que, por sua vez, localiza-se na Depressão Sanfranciscana. O Município de Belo Horizonte uma altitude média de 857 metros. A estrutura geológica indica que o sítio, no qual localiza-se Belo Horizonte, está situado no Núcleo Atlântico do Escudo Brasileiro, que tem sua origem no pré-cambriano indiviso. As unidades morfoestruturais indicam que o Município está localizado no contato do planalto sedimentar (Bacia do Bambuí) e o maciço antigo (estrutura do Espinhaço); e as unidades morfoclimáticas o apontam como tendo floresta seca e campos e clima tropical, com inverno seco e verão úmido. A biogeografia indica o cerrado como vegetação predominante, tendo como fronteiras, a Oeste, a mata tropical latifoliada e a mata ciliar e, a Leste, os campos alpinos".

⁹⁹ Nesse sentido ver, dentre outros, Le Ven (1977), Lemos (1988), Guimarães (1991), Julião (1992), Leite (1994), Freitas, (1997), Lara (1997), Salgueiro (1997) e Liberato 2000.

¹⁰⁰ LEMOS, Celina Borges. **Determinações do espaço urbano**: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte. (Dissertação de Mestrado). Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1988.

destruído. Do antigo arraial, pouco ou quase nada restou. A nova capital foi edificada sobre o terreno e as ruínas do Arraial de Belo Horizonte, desconsiderando o que antes ali havia existido. (IGLESIAS, 1987, p. 24).

A Cidade se constitui representação inequívoca de uma nova ordem que se inaugura, de um novo modelo que se deseja para todos indistintamente. Para tanto, em sua concepção e construção encontra-se a busca da síntese do que de mais moderno e atual existia na época.

5.1.1. A concepção dos planejadores e construtores

Símbolo da modernidade, de uma nova concepção de espacialidade, de estruturação da vida econômica, política, social e cultural, procurando conjugar e interligar beleza e higiene, é que é projetada no papel, a partir dos saberes técnicos e científicos, a Cidade que representa o novo. Na base de sua concepção encontra-se o positivismo, paradigma¹⁰¹ que naquele momento exercia grande influência no Brasil. No caso de Belo Horizonte, os pressupostos teórico-conceituais e metodológicos do positivismo exerceram grande influência nos idealizadores e planejadores da Cidade.

A criação, incluindo concepção e construção, e, também, as reformas realizadas posteriormente à sua inauguração, evidenciam que Belo Horizonte foi concebida a partir do paradigma positivista (...) Os membros da Comissão Construtora, influenciados pelos pressupostos do positivismo que, naquele momento, século XIX, era o paradigma prevalecente na formação dos profissionais das diversas áreas do conhecimento podiam, em nome da ciência, do progresso e do desenvolvimento propor e realizar alterações em suas respectivas áreas de atuação. Os engenheiros, especialmente os formados pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que integraram as comissões de Estudos e de Construção de Belo Horizonte, terão nesse paradigma a sua base de sustentação teórica. (LIBERATO, 2000, p. 60).

Silva (1986, p. 941-942), em sua análise sobre a influência do positivismo no Brasil, informa que:

Segundo I Benrubi, não é positivismo uma teoria abstrata, mas um sistema de vida típico do séc. XIX. Penetra todo o conjunto do pensamento e da ação: teoria do

¹⁰¹ De acordo com Khun (1987, p. 30) “(...) ‘paradigma’, termo estreitamente relacionado com ‘ciência normal’. Com a escolha do termo pretendo sugerir que alguns exemplos aceitos na prática científica real, exemplos que incluem, ao mesmo tempo, lei, teoria, aplicação e instrumentação - proporcionam modelos dos quais brotam as tradições coerentes e específicas da pesquisa científica. (...)”.

conhecimento, sociologia, moral estética, religião arte, política, pedagogia. Nas palavras de R. Pririer, encontram-se no positivismo os elementos de uma doutrina profunda, procedendo dele um esforço contemporâneo para fundar na história das ciências uma filosofia da razão. 'O positivismo é uma meditação sobre o décimo nono século', na expressão de H. G. Gouhier. (...)

(...) O positivismo no Brasil constitui um dos raros exemplos de uma doutrina dotada de certa coerência, que formou escola e influenciou a sociedade nos planos cultural e político. Não foi um movimento fugaz nem superficial, procurou penetrar a alma brasileira, para modificá-la segundo os seus critérios de filosofia de vida. (...).

A década de 1870 foi decisiva para o positivismo neste lado do Atlântico. Por toda parte, graças ao entusiasmo despertado pelo progresso das ciências, a reação contra o tradicionalismo e espiritualismo eclético começa por Comte. Praticamente, sem exagero, não houve um só pensador jovem que não fizesse do positivismo seu instrumento de luta e de renovação (...).

Nesse sentido, pode-se inferir que a concepção e construção da Cidade de Belo Horizonte obedeceram aos rigores dos pressupostos teórico-conceituais e metodológicos da técnica e da filosofia positivista.

Nesses anos [final do século XIX], a palavra de ordem é 'civilizar', romper com os resquícios de um passado colonial e colocar o País em sintonia com a grande matriz de comportamentos e idéias que era a Europa. Sob a égide do paradigma moderno, entram em evidência a medicina, a educação e a engenharia, enquanto saberes técnicos e científicos capazes de conformar corpos, mentes e espaços sociais. Em torno da ciência é construída toda uma rede discursiva e uma vasta área de intervenção, cujo maior exemplo são as reformas sanitárias, pedagógicas e arquitetônicas da virada do século. Em tal contexto insere-se a criação de Belo Horizonte e a trajetória da comissão técnica encarregada de sua construção. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996, p.13).

Cabe ressaltar que o saber científico¹⁰², até então disperso, é sistematizado no Século XIX. Dessa forma, o conhecimento científico será, para aqueles que tinham por pretensão produzir e/ou aplicar saberes, uma forma inquestionável, sem a qual seriam impossíveis descobertas, realizações e, também, a criação do novo.

Nessa perspectiva, a ciência alcança seu patamar de conhecimento rigoroso, cabendo a cada um dos campos/áreas do conhecimento a reflexão fundada no rigor da teoria e a busca de métodos e técnicas cada vez mais apurados para produção, ou mesmo, intervenção na realidade. Essa concepção está presente de

¹⁰² Entendido aqui como conjunto organizado de conhecimentos relativos a uma área/campo do saber obtido especialmente através da observação e experimentação a partir de um método próprio.

forma muito explícita no ideário que perpassa a concepção e construção da Nova Capital.

A Capital, enquanto símbolo das múltiplas possibilidades do movimento civilizador, tinha funções realmente amplas, consubstanciando-se no impulso que iria modernizar Minas Gerais. Em sintonia com as transformações que agitavam o País e o mundo, a cidade cosmopolita e moderna deveria ser um incremento para as atividades industriais, um campo de experimentação para as inovações tecnológicas e científicas e, sobretudo, exercer um papel pedagógico no sentido de inculcar os novos hábitos urbanos. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996, p.14).

A idéia de modernidade, presente desde a concepção, irá marcar o itinerário da Cidade de Belo Horizonte. Concebida e projetada para ser moderna, Belo Horizonte, inicia sua existência tendo por referência o que de mais novo havia em termos de arquitetura e educação sanitária. A Cidade congrega desde sua concepção a articulação entre política e ciência. Desse modo, tanto a sua estrutura quanto sua conformação urbana são resultantes do planejamento que obedeceu aos rigores dos saberes técnicos próprios do Século XIX e que, no Brasil, refletem a ruptura com a Monarquia e a inauguração da República.

5.1.2. Política e Ciência: idéias basilares da Nova Capital

A localização da nova sede administrativa do Estado de Minas Gerais é motivo de grande disputa entre os membros do Congresso Estadual no final do Século XIX. A sede administrativa situada até 1897, data da inauguração da Nova Capital, na Cidade de Ouro Preto, tem, por força do Artigo 13 das Disposições Transitórias da Constituição de 1891¹⁰³, de mudar-se.

(...) Dentro do agitado clima de disputas políticas que se segue ao 15 de novembro, avulta em Minas Gerais a luta entre novos e expressivos grupos econômicos (...); disputa de poder político que envolve definitivamente a questão da localização da sede administrativa do Estado. (...) A solução [da mudança da capital] parecia, porém, extremamente difícil. As numerosas indicações de locais, a ausência de estudos sobre outras localidades que não Belo Horizonte tudo caminhava para que o Congresso, terminada a tarefa de elaborar a Constituição deixasse a questão em suspenso. (...) A solução surgiu de uma proposição do deputado Adalberto Ferraz, (...) que, aprovada, transformou-se no Artigo 13 das disposições transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1891. (...) Sem indicar o local, conseguiu-se transformar a 'mudança' uma determinação

¹⁰³ Constituição do Estado de Minas Gerais de 1891.

constitucional. (...)”. (RESENDE, 1974 *apud* PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 1994)¹⁰⁴.

Além da questão política, a escolha do local para instalação da Nova Capital do Estado de Minas Gerais seguiu o que, em termos de saberes, havia de mais atual no Século XIX. De acordo com Salgueiro (1997, p.151):

Da matematização dos fenômenos naturais e dos inscritos na estatística aplicada, a Comissão d’Estudo das Localidades examina especificamente o seguinte: considerações topográficas (sítio e paisagem); climatologia (levantamentos meteorológicos); condições nosológicas (epidemias e moléstias comuns); qualidade dos mananciais, calculando-se tecnicamente a viabilidade do suprimento regular de água em função do número futuro de habitantes (análise bacteriológicas e potabilidade) sistemas de esgoto (saneamento interno) e sistema de coleta de lixo (saneamento externo); facilidade de edificação e construção em geral (das condições de desapropriação à existência de pedreiras e possibilidades de extração e fabricação de demais materiais de construção); recursos de vida (comércio e indústria); iluminação pública e particular; e viação urbana e suburbana.

Além de Belo Horizonte (área pertencente ao município de Sabará¹⁰⁵, no Vale do Rio das Velhas), outras localidades¹⁰⁶ foram apontadas pela Comissão de Estudos encarregada de indicar o local para a construção da Nova Capital (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1997).

A decisão do local da Nova Capital foi marcada por amplos e acalorados debates entre os membros do Congresso Estadual¹⁰⁷, tendo, ao final, vencido Curral Del Rei. Apesar de os estudos apontarem nas demais localidades condições favoráveis à implantação da Nova Capital, na decisão por Curral Del Rei pesou,

¹⁰⁴ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. **Revista brasileira de estudos políticos**. Belo Horizonte: n.39, 1974, p. 129-162.

¹⁰⁵ Segundo Monte-Mór (1994, p.13), “está contida nas microbacias dos ribeirões Arrudas e do Onça, ambos afluentes do Rio das Velhas”.

¹⁰⁶ Barbacena (município da Zona da Mata mineira), Juiz de Fora (município também localizado na Zona da Mata mineira), Paraúna (município localizado à margem direita do Rio Paraúna, zona próxima às margens do Rio Doce) e Várzea do Marçal (subúrbio de São João del-Rei).

¹⁰⁷ Conforme o JORNAL ESTADO DE MINAS (1997, p.8) “No debate político, três grupos se posicionaram em relação à mudança. O primeiro grupo, ‘do centro’, defendia Belo Horizonte e era liderado por Augusto de Lima, que dizia: ‘nenhum outro lugar reúne maior soma de condições para o fim em vista do que o planalto denominado Belo Horizonte, no vale do Rio das Velhas. O segundo grupo, ‘do norte’, era liderado pelo então senador da República, Affonso Pena, e defendia a zona mais próxima às águas do rio Doce, na cidade de Paraúna. O terceiro grupo reunia as elites das zonas da Mata e do Sul e era minoria no Congresso Constituinte. Defendia que a Nova Capital fosse instalada em local que respondesse aos interesses econômicos e políticos da região. Sua sugestão era a Várzea do Marçal”.

dentre outros motivos, o quadro natural onde esta se localiza (clima, topografia, existência de mananciais de água de boa qualidade solo e subsolo) e a sua posição geográfica.

Em sua localização, além das questões de salubridade representadas pelo clima, mananciais de água de boa qualidade e topografia (propícia para a implantação de rede de esgotamento sanitário), pesou, de modo decisivo, a posição geográfica. Essa última, segundo os planejadores e construtores, favorecia o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, particularmente, a Norte, a Leste e a Nordeste¹⁰⁸.

Através das análises produzidas sobre a mudança da Capital, conclui-se que dentre os objetivos sobressaiu o de ser o pólo reordenador da economia mineira. Em seu relatório à Comissão de Estudos, Bicalho¹⁰⁹ afirma:

(...) **A Nova Capital vai forçosamente irradiar benéfica luz por todo o Estado**, mostrando que os gozos sociais não se coadunam com a simplicidade patriarcal da vida mineira e, ao despertar louváveis ambições, **instigará o trabalho, as indústrias, a lavoura, o comércio, a necessidade de relações de toda a sorte e, em última análise, o desenvolvimento da produção e da riqueza geral.** (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996. p. 13) (Grifos nossos).

Desse modo, Belo Horizonte, ao se localizar na Região Central do Estado, irradiaria os ares da modernidade e do crescimento econômico – calcado prioritariamente na industrialização – às demais regiões do Estado, até então carentes de pólos que favorecessem o crescimento e desenvolvimento.

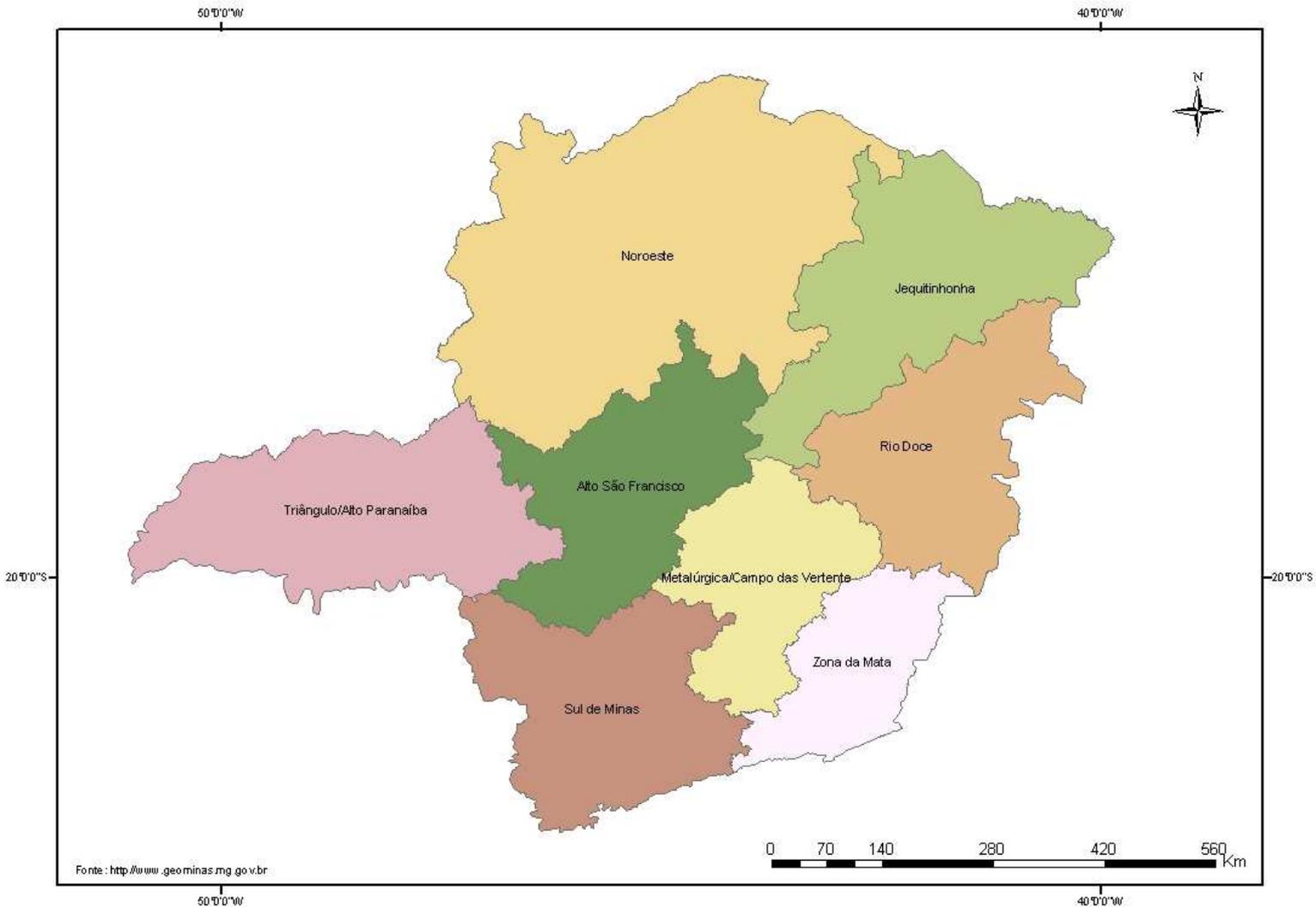
Pelo exposto, tem-se que a Nova Cidade nascia (concepção e planejamento) com objetivos para além de seu limite político-administrativo. Nesta perspectiva a organização regional constitui uma de suas principais funções.

A figura 4, a seguir, indica a localização das atuais 8 (oito) macro-regiões de planejamento: Alto São Francisco, Jequitinhonha, Metalúrgica/Campo das

¹⁰⁸ Ressalta-se que as regiões do Triângulo Mineiro e Sul já, naquele período, eram polarizadas pelo Estado de São Paulo e a da Mata pelo Estado do Rio de Janeiro.

¹⁰⁹ Francisco Bicalho era o engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital e substituto de Aarão Reis.

Vertentes (onde se localiza Belo Horizonte), Noroeste, Rio Doce, Sul de Minas, Triângulo/Alto Paranaíba e Zona da Mata).



5.1.3 – A Nova Cidade: a técnica a serviço da política

Segundo o fascículo “Saneamento básico em Belo Horizonte: trajetória de 100 anos - Os serviços de água e esgoto - A comissão construtora e o saneamento da nova capital”, publicado pela FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, em 1996: “Samuel Gomes Pereira¹¹⁰ abordou as excelentes condições climáticas do povoado que situado numa espécie de anfiteatro - formado pelas serras do Curral e da Contagem -, ficava protegido dos ventos frios e úmidos (...)” (p. 16).

Quanto à constituição geológica do solo e do subsolo, a conclusão do engenheiro Samuel Pereira foi a de que a “localidade oferecia sólidas garantias quanto à salubridade e condições extremamente favoráveis para as fundações dos edifícios e para as escavações necessárias para a rede de água e galeria de esgotos”. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996, p. 18).

Como o desenvolvimento da técnica não estava dissociado do paradigma e da filosofia positivista que acredita poder conformar corpos, mentes e espaços e tratando-se de Brasil, o mais importante talvez seja que o positivismo é a filosofia da República nascente que, por sua vez, visa contrapor ao Império (representado pelas cidades coloniais) uma nova conformação e estruturação de cidade.

(...) o plano urbanístico da sede administrativa não poderia trazer sinais do velho, do arruamento irregular e as condições de saneamento das cidades coloniais, devendo incorporar os mais modernos preceitos sanitários e higiênicos, saberes jurídicos e médicos na construção do novo horizonte. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996, p. 10).

Dessa forma, o sítio não é encarado como empecilho, pelo contrário, sobre ele o homem, detentor do saber, pode e deve desfigurá-lo, cortá-lo, alterando-o para que uma concepção diferente da anterior – na qual as cidades se constituíam respeitando o sítio – torne-se possível. De acordo com Salgueiro (1977, p. 155),

“Uma cidade fundada a partir do nada só pode ter uma planta regular; e essa planta, desenhada por um engenheiro geômetra, leva em conta sua prática

¹¹⁰ Samuel Gomes Pereira era engenheiro sanitarista e membro da Comissão de Construção da Nova Capital.

profissional, respondendo ao ideal de regularização em vigor no meio dos politécnicos progressistas”.

Mas o sítio onde se localiza Belo Horizonte, apesar da aplicação do saber técnico não foi de todo alterado e a sua configuração acabará por impor à Cidade uma topografia acidentada que irá influenciar e, por que não, definir o tipo de uso do solo.

O plano original concebeu a cidade dividida em três zonas: Urbana, suburbana e Rural. A Zona Urbana destacava-se pela simetria do traçado em dupla malha ortogonal diagonalmente ajustada, com ruas e avenidas largas constituindo-se o espaço destinado à localização dos principais equipamentos coletivos e institucionais e pelo qual se iniciaria a implantação das infra-estruturas. Circundada por uma avenida de contorno e tendo como eixo monumental a Avenida Afonso Pena, a Zona Urbana foi concebida para ser o núcleo central da cidade. Esta zona foi implantada ao sul do Ribeirão Arrudas, em área de topografia diversificada, apresentando grandes trechos com baixa declividade, apesar de topograficamente privilegiada em relação ao restante da cidade, verifica-se em diversos pontos incompatibilidade entre o traçado - mais adequado a terrenos planos - e o relevo local, impondo-se em diversos trechos vias com rampas acentuadas. (...) A Zona Suburbana, que circundava a Urbana desenvolvia-se em terreno mais acidentado, dispoendo de um traçado mais adaptado à topografia, com quadras e lotes irregulares e maiores dimensões, ruas mais estreitas (...). A Zona Rural, que, por sua vez, circundava a Zona Suburbana destinava-se a sítios de pequenas lavouras. (PLAMBEL, 1986 *apud* PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 1994)¹¹¹.

A planta original da Cidade define a proposta de planejamento desenhada para o novo espaço urbano que surgia e apresentava três setores com especificações e exigências urbanísticas diferenciadas. São eles:

- 1) **área urbana** – área de cerca de 9 km², traçado regular¹¹², concentrava os equipamentos urbanos e tinha alta exigência urbanística;
- 2) **área suburbana** – área de aproximadamente 25 km², de traçado irregular, sem infra-estrutura urbana e, também, sem exigência urbanística; e

¹¹¹ PLAMBEL, 1986, citado por PBH. **Cenas de um Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1994. p.16.

¹¹² De acordo com Salgueiro (1977, p. 155), “Quarteirões padronizados de 120 x 120 metros, ruas de vinte metros de largura (bem orientadas e arborizadas) que se cruzavam em ângulos retos e avenidas que as cortavam em ângulo de 45°. O traçado adotado, baseado no xadrez, era consagrado para as cidades novas provavelmente devido à facilidade de loteamento; enquanto a superposição de diagonais que obedecia à ‘lógica dos fluxos’, da areação e da comunicação, adotadas na Paris haussmanniana, já era comum na tradição americana”.

3) **área rural** – de cerca de 18 km², circundava a anterior e destinava-se à produção de gêneros alimentícios, em especial hortifrutigranjeiros, para abastecimento da Cidade.

Colocar

Figura 2

Planta de Belo Horizonte

Nessa planta faz-se alusão, ao mesmo tempo, aos princípios utopistas e higienistas (que muitas vezes são os mesmos), ao se hierarquizar o espaço em termos de equipamentos, da localização funcional dos serviços em nome da tríade salubridade, comodidade, embelezamento. Reis demonstra conhecer o que significa 'equipar' a cidade; prevê dispositivos técnicos indispensáveis, marcando sua colocação na planta: nos subúrbios ficava o cemitério, matadouro, hipódromo, lavanderia municipal e banhos públicos, incinerador de lixo, estação de tratamento de água e até mesmo um forno crematório – tudo isso na parte mais baixa, ao longo do rio, seguindo a lógica higienista –, enquanto os reservatórios de água seriam colocados do lado oposto, a mais de 1.000m de altitude. (SALGUEIRO, 1977, p. 155).

O planejamento previa, além da localização dos edifícios públicos (Palácio do Governo, secretárias de Estado etc.), igrejas, escolas, hospitais, clubes, parques, os locais para moradia de funcionários públicos, de proprietários de terrenos oriundos de Ouro Preto, e para os integrantes das forças da brigada policial do Estado. Os operários, em especial da construção civil, que chegavam em número significativo para a construção da Nova Capital, não tinham espaço definido para morar. Tem-se, a partir desse fato, o início do processo de exclusão social e segregação sócio-espacial em e por Belo Horizonte.

Nesta perspectiva, torna-se imprescindível para o entendimento das segregações funcionais e sociais existentes na cidade proceder à análise dos arranjos espaciais resultantes tanto da variedade de adaptações, quanto das diversidades dessas, tendo por referência as formas de apropriação do espaço urbano pelos vários agentes sociais.

5.2. Os de dentro e os de fora: a Avenida do Contorno como limite

A construção da Cidade se dá sobre a demolição do antigo Arraial de Curral Del Rei, e para tanto, a população então residente é retirada. De acordo com Somarriba (1984, p. 30),

(...) era preciso desalojar os antigos moradores do arraial e transferir os habitantes de Ouro Preto. Os primeiros receberam uma indenização fixada pelo Estado, instalando-se na periferia da zona prevista no plano juntamente com os migrantes vindos do interior do Estado. Os funcionários de Ouro Preto e os que lá eram proprietários foram atendidos com reservas de lotes (...).

A população do Arraial que em 1890 era de 600 habitantes, passa para 2.650 habitantes em 1893 (início da construção) e 12.000 habitantes em 1897 (inauguração da Cidade). Isso equivale a uma taxa de crescimento superior a 4 vezes a população inicial entre 1890-93 e pouco inferior a 6 vezes no período entre 1893 e 1897.

Ano	População
1890	600
1893	2.650
1897	12.000
1900	13.472
1905	17.615
1910	33.245
1912	38.822
1920	55.563

Fonte: Guimarães (1991, p. 66).

Tabela 2
População de Belo Horizonte
Período: 1890/1920

O poder público, desde o início da construção da Cidade, procurou dirigir o processo de ocupação do espaço. Moura (1994), ao tratar dos primeiros anos de existência da Cidade de Belo Horizonte, demonstra a dificuldade que alguns segmentos enfrentaram para ter acesso à Cidade, na medida em que os construtores tinham uma política em relação ao tipo de população que se queria para a nova cidade.

Diversos estudos que abordam a fase inicial de constituição da cidade apontam, nos discursos da época¹¹³, referências ao tipo de população que seria considerada adequada e condizente com a imagem de cidade que se queria cunhar. Assim, por exemplo, os habitantes do Curral Del Rei, bem como os que trabalhavam na construção da cidade, ou os pobres em geral não se enquadravam na categoria acima (...). (MOURA, 1994, p. 51).

De acordo com a proposta da época, a ocupação deveria se dar de forma planejada: no sentido centro-periferia. Dentre as outras preocupações dos

¹¹³ Aarão Reis, citado por Magalhães e Andrade (1989) e Relatórios de Prefeitos – Meirelles, 1912, citado por Le Ven (1977).

planejadores nos parecem significativas para esse período: a) o embelezamento da cidade e b) a manutenção da cidade sempre limpa.

A idéia da higiene, entendida a partir dos cânones da assepsia, em todos os sentidos, inclusive o da moralidade, é fundamental para o entendimento da configuração do tipo de população que se deseja para a nova cidade. As leis, criadas especialmente para impor a ordem à nova cidade, tratam de assuntos que, em outras cidades que se configuraram a partir de uma dinâmica própria, não são objetos de legislação específica. Assim, há leis que impõem regras para a mendicância.

Todo o indivíduo que não puder ganhar a vida pelo trabalho, que não tiver meios de fortuna, nem parentes nas condições de lhe prestar alimentos nos termos da lei civil, e implorar esmolas, será considerado mendigo. Nenhum indivíduo poderá pedir esmolas, no distrito da cidade, sem estar inscrito como mendigo, no livro respectivo da Prefeitura. Feita a inscrição será entregue a cada mendigo:

Uma placa com a designação de Mendigo e o número de inscrição, para trazer no peito e por forma bem visível;

Um bilhete de identidade contendo o número de inscrição, o nome, idade, residência e designação do local destinado a estacionar, bilhete este que será assinado pelo Doutor Diretor de Higiene (...). (DECRETO n. 1435, de 27 de dezembro de 1900).

A cidade, pensada e planejada para ser modelo, enfrenta seus primeiros problemas ainda no seu nascimento.

A falta de acomodações para aqueles que chegavam e a imprevisão de lugar para os trabalhadores levaram ao surgimento de cafuas e barracos por todo o lado. A própria Comissão Construtora, diante da impossibilidade de resolver o problema, abriu mão da proibição de edificações provisórias e passou ela própria a construir. (GUIMARÃES, 1991, p. 69).

Não pode ser desconsiderado o papel da Comissão Construtora e, posteriormente, do poder público¹¹⁴ em relação à questão da moradia popular, pois coube a eles dirigir o processo de ocupação do solo urbano.

Desde o início da implantação da cidade, poder público preocupou-se em dirigir o processo de ocupação do solo urbano do centro para a periferia e em embelezar e manter limpa a cidade. Entretanto, o alto padrão de urbanização exigido para a zona central elevou o preço dos lotes, impedindo a maior parte da população de aí se localizar e, conseqüentemente, dificultando o adensamento populacional da área planejada para ser ocupada em primeiro lugar. Assim, diferentemente do

¹¹⁴ “[Até 1930] Belo Horizonte foi administrada por Prefeitos nomeados e por um Conselho Deliberativo eleito com função de assessorar e executar” (AFONSO E AZEVEDO, 1987, p. 114).

planejado, o que se vai ter é uma ocupação descontínua, que se processava predominantemente da periferia para o centro (...).(AFONSO e AZEVEDO, 1987, p. 111).

Como conseqüência, o crescimento e a expansão da Cidade ocorrerão no sentido inverso do preconizado pelos seus idealizadores e construtores.

O crescimento de Belo Horizonte ocorrendo, desde o início, no sentido inverso colocou o poder público diante da seguinte situação: por um lado, a zona urbana mais bem dotada de infra-estrutura, mas com uma ocupação restrita, por outro lado, as zonas suburbana e rural, carentes de infra-estrutura, mas com uma população já expressiva, que exigia esses serviços da Prefeitura. (LEITE, 1994, p. 21).

A partir desse momento, apesar do poder público local insistir em regular a dinâmica de expansão e ocupação da Cidade, essa inicia novo percurso, já que as formas de expansão e ocupação das áreas localizadas fora do perímetro urbano e, também, em algumas situadas dentro do perímetro da Avenida do Contorno, não seguirão as diretrizes constantes do plano original. Quanto ao perímetro urbano, deve ser salientado que a Comissão Construtora e depois o poder público não limitaram esforços para manter o previsto na planta original, promovendo "(...) sucessivas ondas de 'limpeza' da cidade e de 'expulsão dos 'invasores' para fora do perímetro urbano (...)". (AFONSO E AZEVEDO, 1987, p. 113).

Paralelamente Belo Horizonte vive uma de suas piores crises financeiras decorrente da construção da Cidade. De acordo com Barreto (1950, p.115),

Durante muitos anos a Capital vegetou e debateu-se na maior penúria financeira, dada a deficiência de rendas em relação as suas despesas, tendo sido necessário, algumas vezes que o Estado viesse em seu auxílio (...). Em conseqüência dos grandes gastos que tinham sido feitos com a construção da cidade, logo nos primeiros dias de existência desta, patenteou-se tremenda crise financeira com que teve que lutar por muito tempo. (...).

A crise financeira que se abate sobre a Cidade, ainda em sua construção, atinge de modo contundente os operários que trabalhavam na sua edificação. Se as condições de vida e trabalho desses não eram, até então, as melhores, a partir desse momento se deterioram de modo impressionante. Tem-se nesse período, conforme descrito por Barreto (1950, p. 116), que os "Operários perambulavam pelas ruas, sem trabalho (...) Empreiteiros fugiam sem solver seus compromissos

com os operários e com o comércio”. Teulières (1957), ao descrever esse período, informa que:

a crise financeira de 1898 contribuiu muito para a expansão das favelas: os empreiteiros no receio de não serem pagos por seus trabalhos, abandonaram os edifícios em construção, não se tinha confiança no sucesso de uma cidade edificada há pouco tempo num lugar novo e pouco transformado pelo homem. (...) Os pedreiros, os operários, na maior penúria, construíram para si e suas famílias, miseráveis cabanas em Santa Tereza, Lagoinha, Barroca”. (TEULIÈRES, 1957, p. 8-9).

De acordo com a literatura disponível, os problemas das populações de baixa renda não são decorrentes apenas da crise financeira que se abate sobre a Cidade. A crise financeira somente põe em evidência uma questão que está presente na sua concepção e planejamento, ou seja, o descaso com os trabalhadores que vieram para construir a Cidade. Segundo Liberato (2000, p. 69),

De fato nem tudo foi pensado pelos idealizadores da Nova Capital, esqueceram de um ponto sem muita relevância para os construtores, naquele momento, que as pessoas vindas para construir a cidade, o arruamento, as obras de construção dos edifícios que abrigariam os órgãos públicos, as casas dos funcionários públicos (transferidos junto com a Capital) etc., ao terminarem a obra não iriam embora e teriam que residir em algum lugar.

Os problemas que essa população enfrenta são inúmeros. Além da falta de moradia habitável, conviviam juntamente com o restante dos moradores de Belo Horizonte com a falta sistemática de água e de energia elétrica.

Além da dispersão da população que onerava a provisão de serviços de infraestrutura, Belo Horizonte não contava, desde a inauguração, com água e energia elétrica suficientes para atender as múltiplas demandas. Esses dois problemas só iriam ser resolvidos satisfatoriamente nas décadas de 50 (energia) e 60 (água), com a criação de companhias estatais responsáveis pela provisão desses bens. (AFONSO E AZEVEDO, 1987, p. 113).

O crescimento desordenado da Cidade de Belo Horizonte será, deste modo, acompanhado pelo aprofundamento das desigualdades sociais, que se manifestam nas carências por parte das camadas populares, das condições básicas de vida e da infra-estrutura geral de serviços de consumo coletivo. Como reflexo direto deste quadro tem-se, desde a criação da Cidade, a formação de favelas e o crescimento da periferia. “A formação de favelas, o crescimento

desordenado da periferia, os loteamentos e as construções clandestinas constituem as principais características da dinâmica do desenvolvimento da cidade desde a época de sua fundação”. (GUIMARÃES, 1991, p. 01).

Em decorrência desta situação, a zona suburbana, em 1912, terá população superior à da Zona Urbana conforme demonstra a tabela 3, a seguir. Ressalta-se que Moura (1994, p. 53), comentando sobre o Censo de 1912, informa que “68% dos 39 mil habitantes [de Belo Horizonte] viviam nos espaços exteriores à Avenida do Contorno. (...)”.

Zona	População	%
Urbana	12.033	32,0
Suburbana	14.842	38,0
Rural	11.947	30,0
Total	38.822	100,0

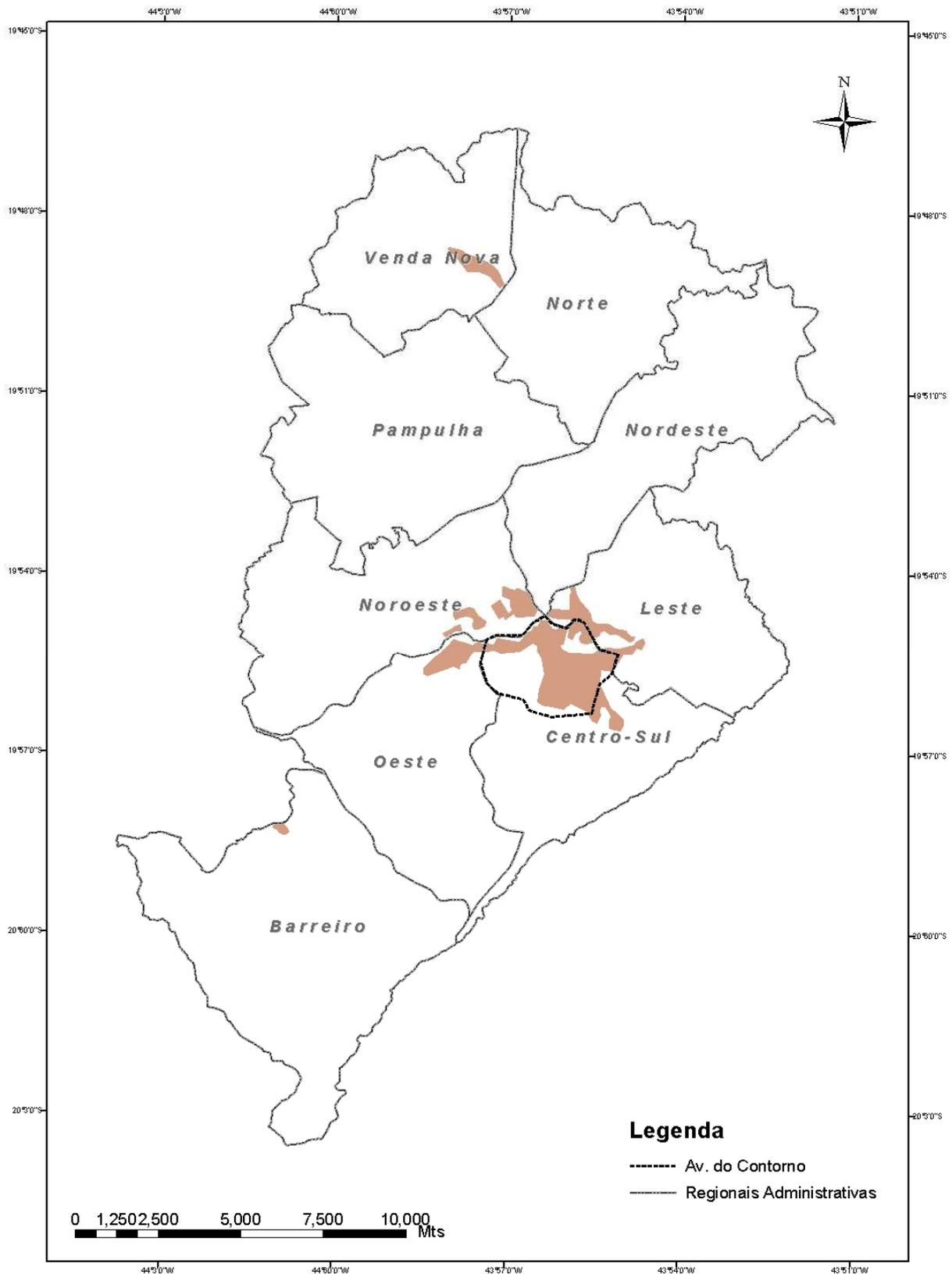
Fonte : Le Ven (1977, p. 90) *apud* Moura (1994, p. 53)

Tabela 3
Distribuição Espacial da População de Belo Horizonte
1912

Pelo exposto, tem-se que já em 1912, ano no qual a Cidade completou 15 anos de existência, o seu percurso já havia se invertido. Segundo Somarriba (1984), Afonso e Azevedo (1897) e Guimarães (2001) este fato ocorre devido às imposições e especulações que ocorriam no perímetro urbano, na medida em que

todas as exigências para se morar na zona urbana (.) expulsavam para as áreas suburbanas os candidatos a morar no centro da cidade. Como artifício para controlar a expansão para áreas distantes – o que onerava a Prefeitura – empreenderam-se modificações no plano da cidade, transformando-se, por decreto ora uma parte da área suburbana em urbana, ora parte da zona rural em suburbana. Mas, (...) a população tendia-se a concentrar-se fora do perímetro central. (SOMARRIBA, 1984, p. 32).

O mapa a seguir mostra a mancha urbana de Belo Horizonte em 1918. Nesse é possível ver que esta, quando a Cidade completa 21 anos, ultrapassa os limites da Avenida do Contorno em direção ao Norte e à Oeste. Além de apresentar outras duas concentrações: a maior, ao Norte da Cidade (atualmente Venda Nova) e a menor, à Sudoeste (divisa de Belo Horizonte com Contagem).



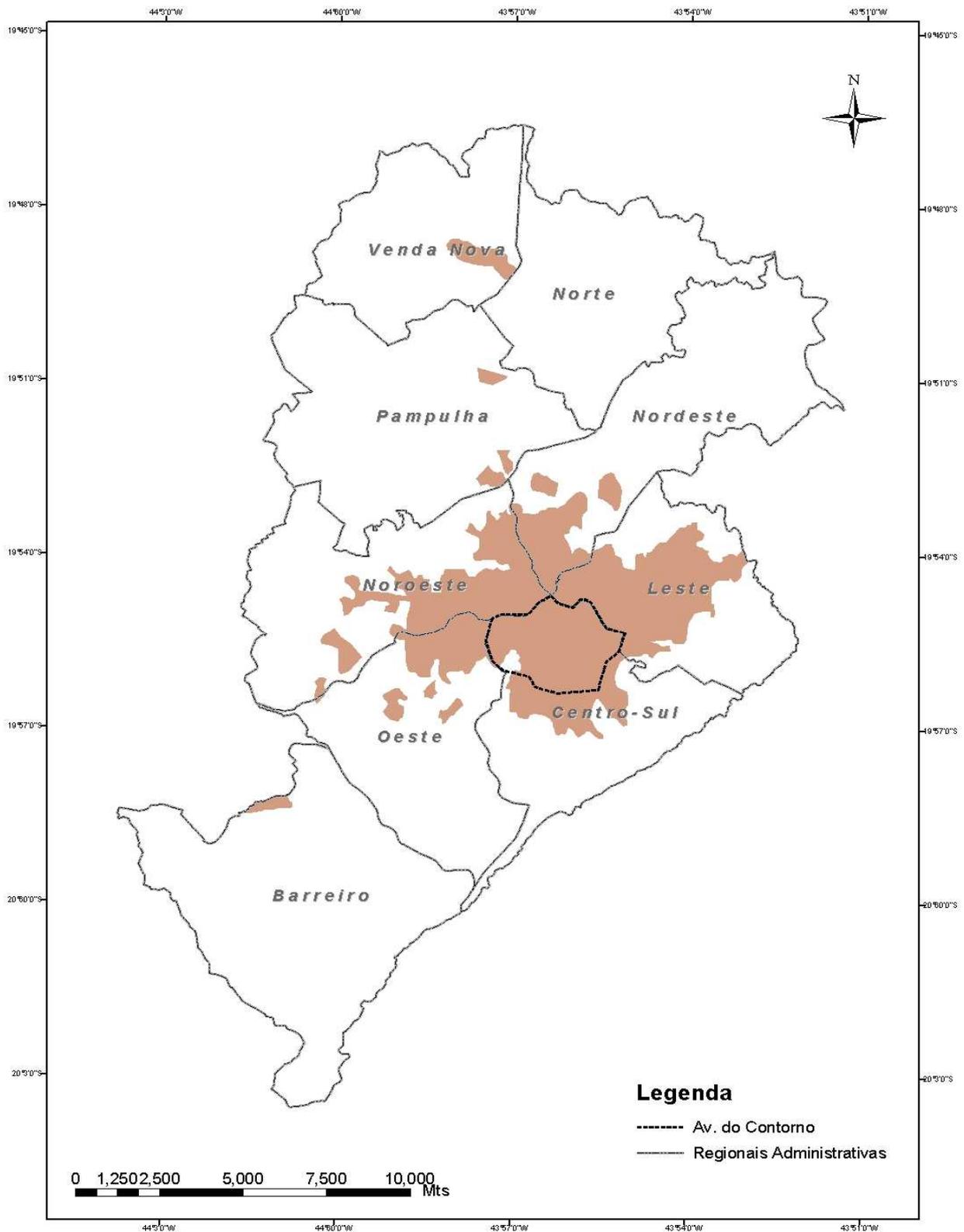
Fonte: Extraído e adaptado de <http://www.pbh.gov.br>

Figura 3
Mancha Urbana de Belo Horizonte - 1918

Tem-se, então, que a cidade de Belo Horizonte, contrariando o objetivado por seus idealizadores e construtores, cresce desordenadamente e a periferia (área suburbana e rural), nos primeiros anos de existência da Nova Capital, concentra mais do dobro da população residente na área urbana.

Caracterizados pela falta integral de infra-estrutura (arruamento, água, energia elétrica, esgotamento sanitário, transporte, etc.) esses locais congregam aqueles que não possuíam recursos financeiros para a aquisição de lotes na área urbana, (perímetro interno a Avenida do Contorno) que, ao contrário da periferia, concentra a maioria da infra-estrutura e dos equipamentos de uso coletivos existentes na Cidade.

O mapa a seguir mostra a mancha urbana de Belo Horizonte em 1935. Nesse é possível visualizar o crescimento da Cidade em toda extensão da área central (perímetro interno à Avenida do Contorno) como, também, no entorno dessa. Ressalta-se que em 1930 a ocupação à Leste já havia alcançado o limite do Município.



Fonte: Extraído e adaptado de <http://www.pbh.gov.br>

Figura 4
Mancha Urbana de Belo Horizonte - 1935

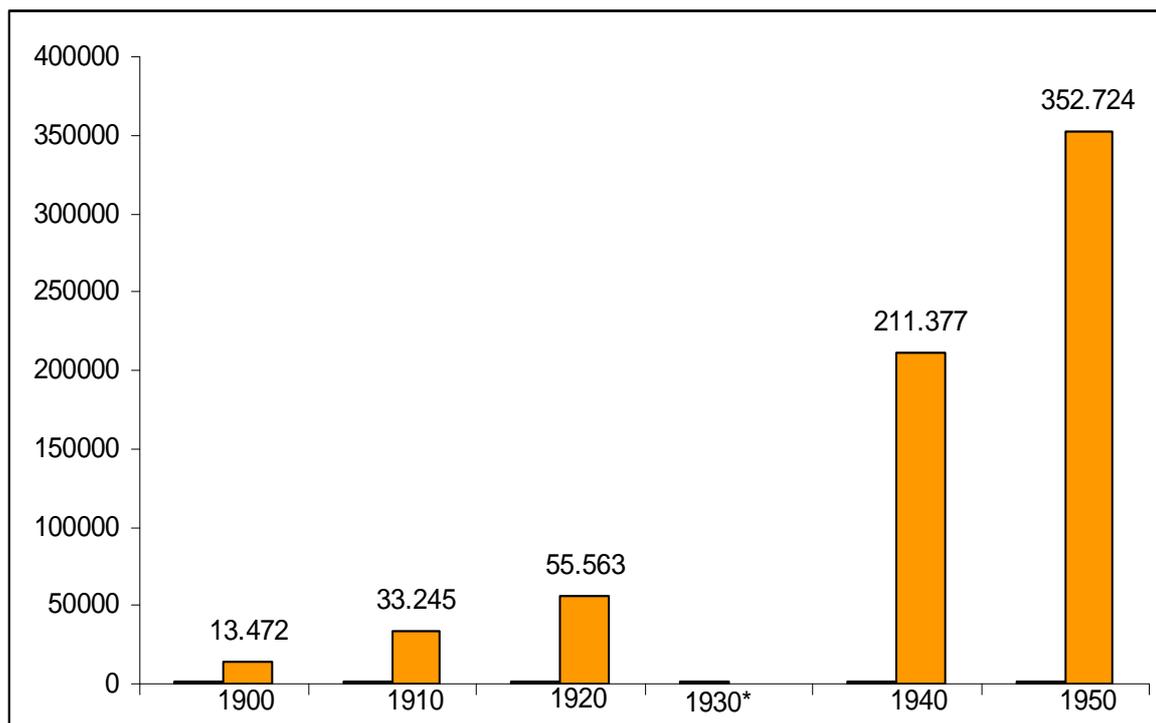
5.3 – A expansão do perímetro urbano e a favelização

Os problemas, decorrentes da dinâmica de crescimento da Cidade, vão se avolumando devido à insuficiência de infra-estrutura urbana (arruamento, iluminação, água, esgotamento sanitário, transporte, etc.) em especial nas áreas fora do perímetro da Avenida do Contorno decorrente da forma de ocupação.

De acordo com o Relatório do Prefeito Otacílio Negrão de Lima, (1936) “A solução técnica imposta à administração (...) é mais onerosa pelo fato dela atravessar zonas despovoadas, de escasso rendimento fiscal, para ligar entre si núcleos de população disseminados na área suburbana”.

Procurando acompanhar o processo de industrialização do país, é implantado em Belo Horizonte, na década de 1940, o pólo industrial de Belo Horizonte e Contagem que, por sua vez, gera forte migração rural. Segundo o relatório da pesquisa **Metodologias e experiências de recuperação sócio-urbanística de áreas urbanas marginais: Região metropolitana de Belo Horizonte** “a expansão das favelas é intensa nas décadas de 40/50, pois ocorre forte migração rural, causada pelo surto industrial caracterizado pela implantação do pólo industrial nos municípios de Belo Horizonte e Contagem”. (p.36).

A população de Belo Horizonte passa de 13.472 habitantes em 1900 para 352.724 habitantes em 1950. Superando, em muito, os 200 mil habitantes previstos por Araújo Reis no projeto original.



* informação não disponível
 Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1989 – IBGE.

Gráfico 1 População de Belo Horizonte 1900 – 1950

Ainda nas décadas de 1940 e 1950 a Cidade de Belo Horizonte, após a sua criação, experimenta reformas urbanas que começam por alterar o seu traçado original. “É a partir da década de 40 que são iniciadas, de modo sistemático, as intervenções urbanísticas no espaço em foco, que provocarão alterações significativas, chegando mesmo a alterar sua configuração”. (LIBERATO, 2000, p. 70).

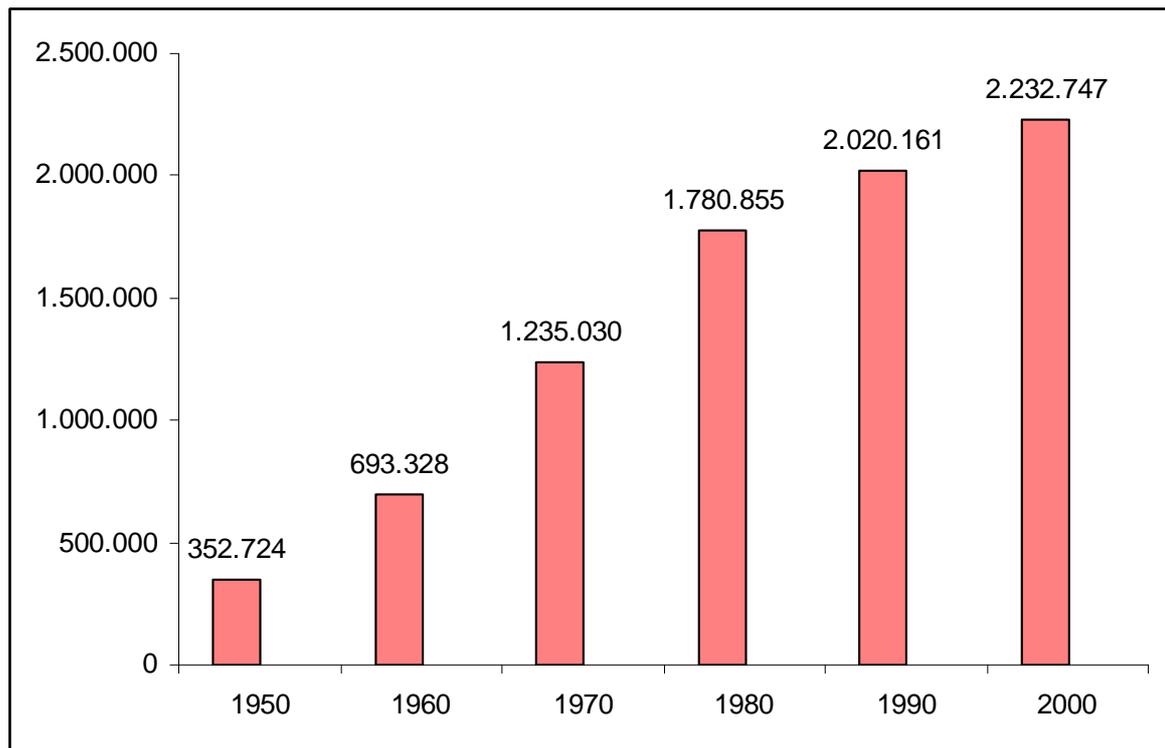
É também na década de 1940 que a verticalização da área central de Belo Horizonte se intensifica. O crescimento demográfico e a explosão urbana tornaram-se preocupantes e os assentamentos informais proliferaram.

É deste período a criação, pelo governo estadual, da CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais – com o objetivo de ampliar o potencial elétrico e viabilizar a implantação de novas indústrias. A criação de novos eixos viários ou expansão dos já existentes promoveu a remoção de parte da população que residia,

irregularmente, ao longo do vale do Ribeirão Arrudas, dos córregos do Onça e do Leitão. A população removida será deslocada para áreas cada vez mais periféricas, mais afastadas da área central e de difícil acesso, ou se fixará nas encostas dos morros existentes na área suburbana. Já nesse momento a organização sócio-espacial da Cidade é caótica.

A Cidade, nesse período, se expandiu para o Norte (construção do complexo da Pampulha) e para o Oeste (implantação da Cidade Industrial). Quanto às áreas situadas no setor suburbano (fora do perímetro da Avenida do Contorno) a ocupação se deu de modo desordenado e em condições precárias, pois nessas não havia infra-estrutura e equipamentos urbanos de uso coletivo.

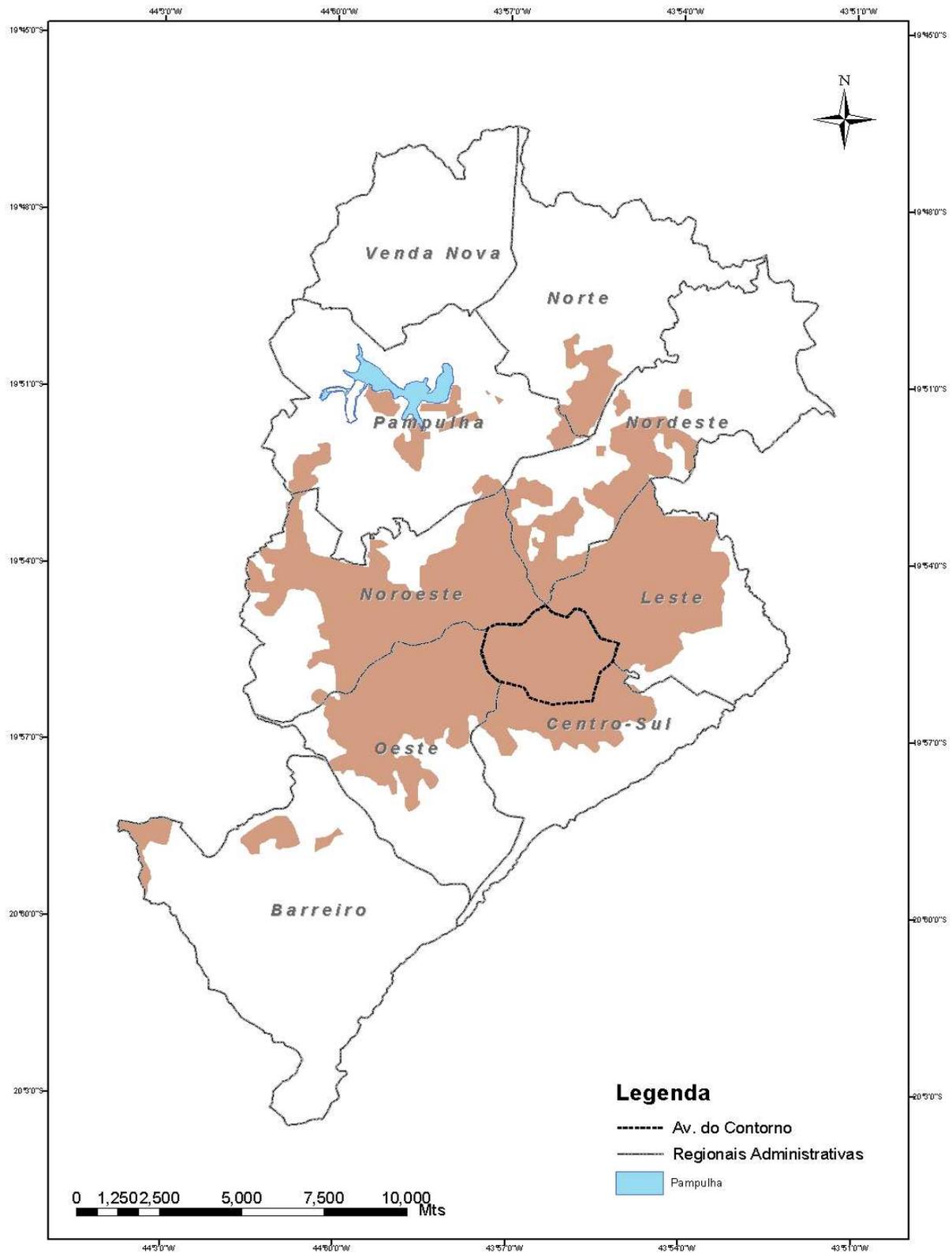
O crescimento populacional é contínuo. Entre 1950 e 1960 o número de habitantes de Belo Horizonte cresce aproximadamente 96%, ou seja, passa de 352.724, em 1950, para 693.328 habitantes, em 1960. Entre 1960 e 1970 o crescimento é da ordem de 78%. Já no período entre 1970 e 1980 o crescimento populacional é, pela primeira vez desde a inauguração da Cidade, inferior a 50%. Entre 1980 e 1991 o crescimento da população é menor do que 15% e entre 1991 e 2000 é de cerca de 10,5%. O Gráfico a seguir, demonstra o crescimento da população entre 1950 e 2000.



Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1989 – IBGE e Censo demográfico, 2000 – IBGE.

Gráfico 2 **População de Belo Horizonte 1950 – 2000**

A figura a seguir demonstra que o crescimento da mancha urbana em 1950 se deu no entorno da área central. As áreas mais distantes do perímetro central, nesse período, encontravam-se desabitadas.



Fonte: Extraído e adaptado de <http://www.pbh.gov.br>

Figura 5
Mancha Urbana de Belo Horizonte – 1950

Monte-Mór (1994), ao analisar o processo de industrialização de Minas Gerais, e em especial de Belo Horizonte, ocorrido no pós-guerra informa que:

Os impactos de toda essa articulação regional fizeram-se sentir de várias formas na cidade, desde o fortalecimento e embelezamento do centro e das periferias imediatas, até a proliferação das favelas e a expansão de uma periferia mais distante; para o oeste, seguindo a industrialização [Cidade Industrial]; para o norte, em direção à Pampulha. A profusão de arranha-céus na área central, as grandes avenidas arborizadas, o asfaltamento do sistema viário principal, as muitas linhas de bonde que ligavam o centro aos bairros, mesmos os mais distantes, as cidades-satélites em expansão, enfim, o pós guerra também dourou Belo Horizonte, conferindo-lhe modernidade e dela fazendo a 'Cidade Jardim'.

De fato o principal bairro residencial da (nova) classe dominante, construído nesse período, foi a Cidade Jardim. Ao lado e abaixo dos colégios das Paulinas e dos Jesuítas proliferam ainda as mansões daqueles tempos (...) exemplares ecléticos de chalés e casas de campo e, principalmente, as novas casas modernas dos arquitetos de vanguarda (...). Os lotes, com áreas generosas, permitiam piscinas, quadras de esporte, maior liberdade no uso do espaço externo e interno, marquises e pérgolas passeando pelos terrenos, planos alongados e arrojados, pilares revestidos ou nus, e, concreto, criando pilotis para garagens de dois, três, até mesmo cinco carros, adaptando a arquitetura aos declives da encosta da Bacia do Leitão. (MONTE-MÓR, 1994, p. 21-22).

A Cidade concebida para ser modelo, símbolo da modernidade, desde o seu início, como exposto acima, convive com os contrastes entre a riqueza, incrustada nas regiões Centro-Sul e Pampulha¹¹⁵, e a pobreza localizada nas muitas favelas e loteamentos populares existentes por quase toda a Cidade.

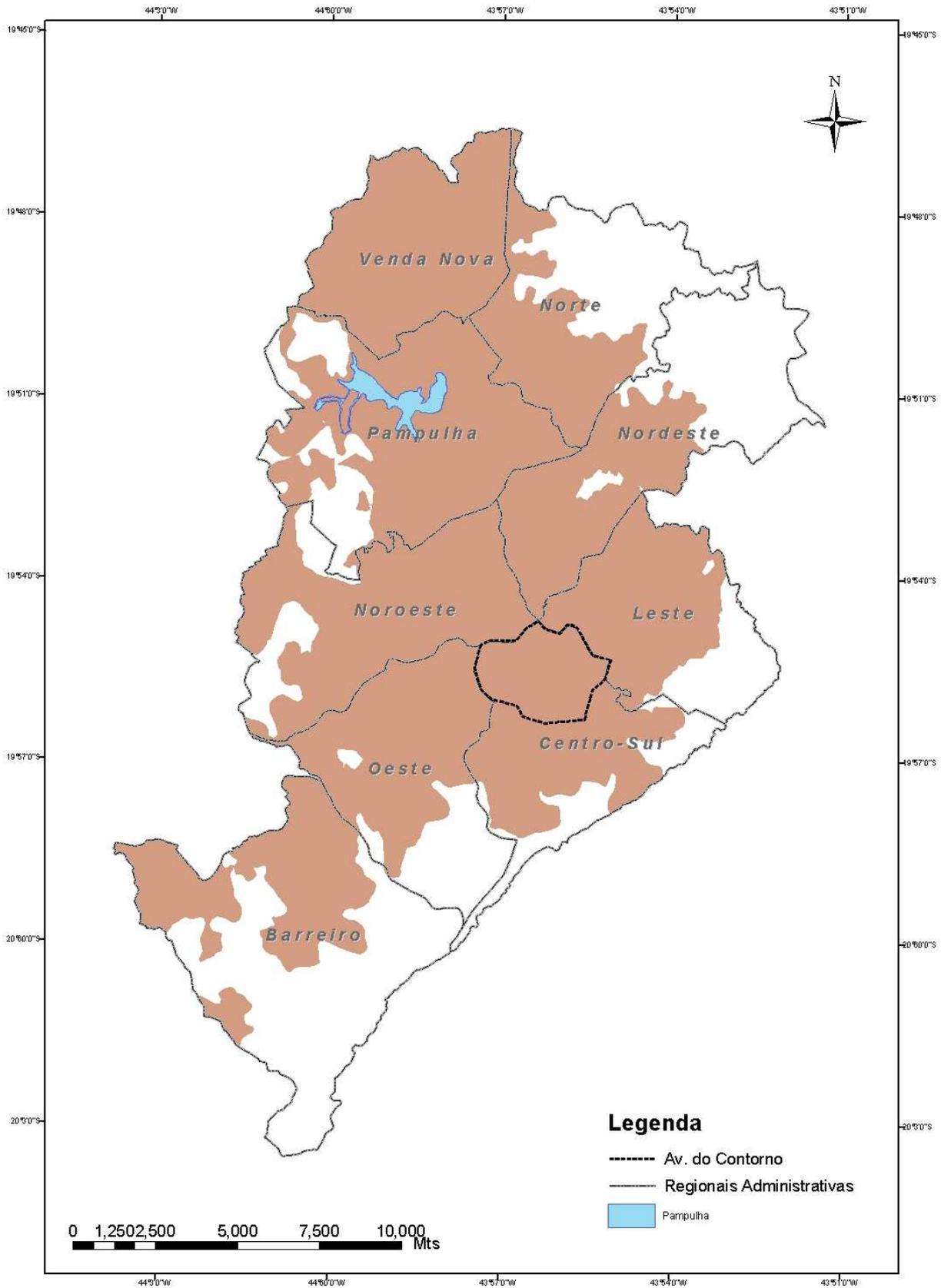
Moura (1994, p.57), ao discutir as questões que envolviam os proprietários de terra e os promotores imobiliários, afirma:

A expansão econômica dos anos 50 é também uma expansão sem precedentes do espaço urbano de Belo Horizonte, principalmente através da produção de loteamentos. Nesse período foram lançados 22 loteamentos novos, além de outros 50 que foram regularizados (...)

(...) A produção do espaço comercializado através do mercado não significa sua ocupação, como atesta a existência de 2,5 lotes vagos para cada lote ocupado ao final da década de 50, enquanto que, a população favelada já atingia a elevada proporção de 10% do total (...).

A dinâmica de crescimento e expansão da Cidade nos anos seguintes não foi diferente. A figura a seguir mostra o tamanho da mancha urbana de Belo Horizonte na segunda metade da década de 1970.

¹¹⁵ Fruto da intervenção urbanística realizada na década de 1940 quando Juscelino Kubitschek era Prefeito da Cidade.



Fonte: Extraído e adaptado de <http://www.pbh.gov.br>

Figura 6
Mancha Urbana de Belo Horizonte – 1977

Criada para ser o centro político e administrativo do Estado no final do século XIX e planejada para 200 mil habitantes, Belo Horizonte abriga hoje [1996] cerca de 2,2 milhões pessoas.

A evolução histórica e o processo de ocupação da cidade contrariam em diversos aspectos o plano original concebido pela Comissão Construtora da Nova Capital. Seu traçado geométrico, rígido, de tamanho prefixado, ordenado e funcional, não previa, dentre outras coisas, espaços e moradias para operários. Em decorrência disso, a cidade passa a conviver, desde os seus primeiros anos, com favelas, loteamentos clandestinos e habitações improvisadas. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996, p. 13).

Mas serão os assentamentos informais (favelas e os loteamentos populares e/ou clandestino e conjuntos populares) que irão imprimir a tônica de crescimento e expansão da Cidade de Belo Horizonte. As dinâmicas de expansão e de crescimento da Cidade continuam desordenadas.

Por outro lado, as intervenções urbanas (ampliação de eixos viários, canalização de córregos, construção de avenidas sanitárias, novos loteamentos) requereram, na maioria das vezes, a remoção da população¹¹⁶ residente em favelas. Essa, ao ser retirada de uma determinada área, passa a ocupar outras áreas, o que também faz aumentar o número de favelas.

No final da década de 1970, são criados leis e regulamentos nos âmbitos federal¹¹⁷ e municipal com o objetivo de disciplinar o parcelamento, a ocupação e uso do solo.

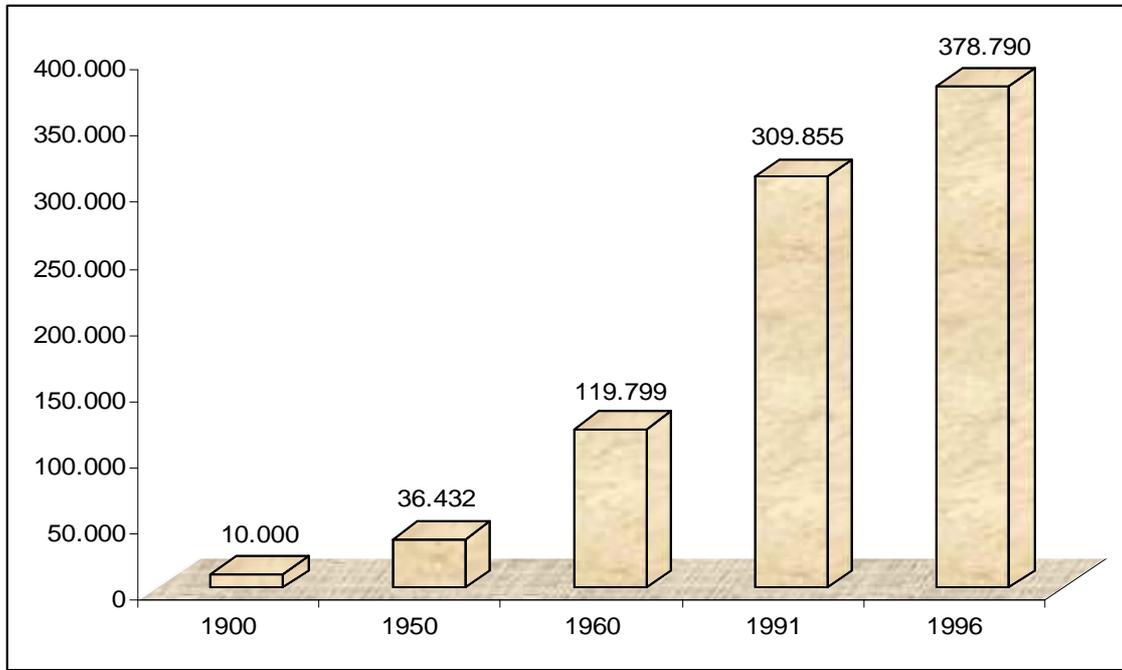
(...) a partir dos anos 80, a introdução de legislações mais severas, aliada à conjuntura econômica e elevação generalizada do preço da terra, entre outras razões, vai reduzir de modo drástico essa forma particular de produção do espaço. Não vai, entretanto, desfazer o que já está cristalizado: os vastos e cada vez mais densos espaços de segunda categoria envolvendo a metrópole e transformando-se nela. (MOURA, 1994, p. 63-64).

Os loteamentos populares que já existiam, mesmo não sendo mais permitidos pela legislação em vigor, permanecem, em sua quase totalidade, sem infraestrutura, o mesmo pode se dizer em relação aos conjuntos habitacionais populares. Esses, juntamente com as favelas, congregam um número crescente

¹¹⁶ Na região de Venda Nova, ocupantes do Vale do Onça foram deslocados para permitir a abertura da Avenida Vilarinho, o mesmo ocorrendo com os moradores dos bairros 1º de Maio e São Paulo, para a abertura da Avenida Cristiano Machado.

¹¹⁷ Lei Federal 6.766 de 1979. Lei de Parcelamento do Solo Urbano.

de habitantes no final do Século XX. A população residente nesses cresce enormemente. O gráfico a seguir indica o número de moradores dos assentamentos informais no período de 1900 a 1996.



Fonte: IBGE

Gráfico 3

População de Belo Horizonte residente em assentamentos informais

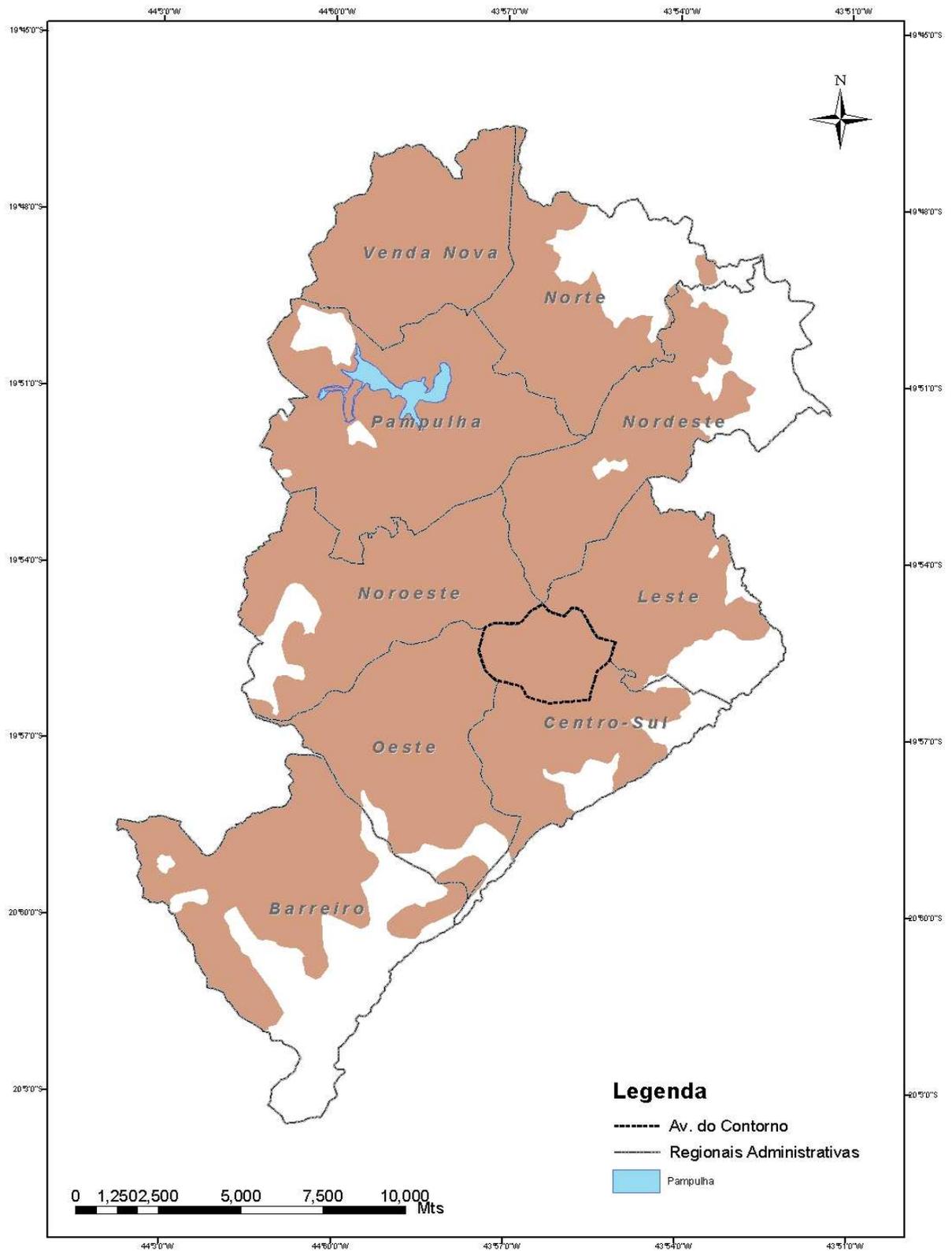
Período 1900 a 1996

Foi no início dos anos 80 que Belo Horizonte terá uma política sistematizada para moradia popular. Os assentamentos informais, em especial as favelas – como será visto no próximo capítulo –, a partir do Programa de Regularização de Favelas (PROFAVELA)¹¹⁸ passaram a ter novo enfoque por parte do poder público municipal e os que conseguiram sobreviver até esse período não mais serão erradicados¹¹⁹.

¹¹⁸ Programa instituído através da Lei Municipal N°3.532, de 1983, e regulamentado pelo Decreto Municipal n°Decreto N°4.845 de 8 de Novembro de 1984.

¹¹⁹ Excetuando-se os localizados em áreas de risco ou de projetos de melhoria urbana.

A Serra do Curral (localizada a leste da Cidade), enquanto barreira natural, no final do Século XX (a partir da segunda metade da década de 1980) não mais se configurou como impeditiva da ocupação dessa área. Se de um lado (à Leste), tem-se o Conjunto Taquaril com todas as suas carências e péssimas condições de habitação de seus moradores, mais para o Sul encontram-se bairros de alto padrão urbanístico (Mangabeiras e Belvedere) destinados aos integrantes da elite da Cidade, tendo infra-estrutura e equipamentos urbanos adequados para seus residentes.



Fonte: Extraído e adaptado de <http://www.pbh.gov.br>

Figura – 7
Mancha urbana de Belo Horizonte em 1995

No final do Século XX, a Cidade de Belo Horizonte expandiu-se para os Municípios de seu entorno, adensando o processo de urbanização e de ocupação. Essas novas localidades, por apresentarem, tipologias, infra-estrutura e equipamentos de uso coletivo diferenciados acabam por gerar diferentes paisagens. Surgem cidades dormitórios como, por exemplo, Nova Lima, Ribeirão das Neves, Sabará e Vespasiano.

Nos bairros localizados nas regiões Sul e Sudoeste, como Anchieta e Gutierrez, a população pobre foi substituída por prédios, atendendo a demanda dos setores médios da sociedade belo-horizontina. Nos bairros Serra e Santo Antônio, também localizados na Região Sul da Cidade, as favelas como, por exemplo, Cafezal, Pindura Saia, Papagaio e Querosene tornaram-se morros cravados nas encostas, no meio da população de alto poder aquisitivo.

As favelas que conseguiram sobreviver à erradicação e às intervenções urbanísticas realizadas principalmente na segunda metade do Século XX, como por exemplo, Cafezal, Santa Lúcia, Pindura Saia, Papagaio, Pedreira Prado Lopes e Querosene, dentre outras, concentraram-se em áreas estratégicas que favorecem o acesso de seus moradores à área central de Belo Horizonte. Essas, aos poucos, estão sendo regularizadas e urbanizadas. Os loteamentos populares, localizados em áreas cada vez mais distantes da área central, dificultam o acesso ao centro e, internamente, a partir da ocupação desordenada e adensamento populacional sofrem processo de favelização crescente, o mesmo ocorrendo com os conjuntos habitacionais populares, situados, em sua maioria, longe da área central.

Em termos sócio-político e cultural, cabe salientar que, seguindo a tradição prevalecente na cultura política brasileira, as relações dessas populações com o poder público se darão sob a égide do clientelismo. Aqui, o paternalismo, o assistencialismo e o apadrinhamento serão a tônica central sobre a qual se assentarão as relações.

Ressalta-se que em Belo Horizonte, desde os primeiros anos de existência da Cidade – exceção ao período 1955 a 1959 – Gestão do Prefeito Celso Melo Azevedo – até a década de 1980 nem as leis nem os planos foram concebidos e executados no sentido de dar encaminhamento aos problemas urbanos vivenciados pela população pobre da Cidade, não se constituindo em respostas, portanto, às questões conflitantes existentes no contexto socioespacial e, por isso, não contribuíram para o acesso de grande parcela da população ao mercado imobiliário legal. De acordo com Maricato (2001, p. 42),

Um dos motivos pelo qual isso acontece é que entre a Lei e sua aplicação há um abismo que é mediado pelas relações de poder na sociedade. É por demais conhecido, inclusive popularmente, no Brasil, o fato de que a aplicação da lei depende de a quem ela (a aplicação) se refere. Essa “flexibilidade” que inspirou também o “jeitinho brasileiro” ajuda a adaptar uma legislação positivista, moldada sempre a partir de modelos estrangeiros, a uma sociedade onde o exercício do poder se adapta às circunstâncias.

Nesses termos, tem-se que os elementos da cidadania são de configuração frágil, ou melhor, dizendo, quase inexistentes. As classes populares, para conseguirem qualquer benefício do Estado, têm que se organizar em associações e seus líderes têm necessariamente de ter “boas relações” com os representantes do poder público. Aqui, além do apadrinhamento, aparece de forma clara um outro traço presente na cultura política brasileira: a cooptação.

Segundo Guimarães (1995)¹²⁰, “O acesso de indivíduos de baixa renda, cidadãos portadores de direitos, ao poder público sempre foi difícil. Quase sempre são aceitos apenas como clientes, como aqueles que recebem benesses, vistos sempre de forma infantilizada”.

Foi uma prática comum na história de Belo Horizonte o poder público permitir que as pessoas ocupassem uma área, até o momento em se tornava necessária sua desocupação, em decorrência do processo de crescimento da cidade e da valorização do terreno. A população expulsa invadia áreas mais distantes; anos depois era novamente removida. E sempre com apoio da Prefeitura que ajudava no transporte e na reconstrução dos barracos, desde 1902, o processo de ocupação-remoção passou a ser usual. (GUIMARÃES, 1991, p. 158).

¹²⁰ GUIMARÃES, Berenice. Entrevista. Pesquisa Metodologia e experiência de recuperação sócio-urbanística de áreas urbanas marginais: Região Metropolitana de Belo Horizonte. Relatório da primeira etapa. Belo Horizonte: PUC Minas e AVSI, março de 1995, (mimeo). p. 36.

O que se pode inferir é que há diferenças de *status* de cidadania entre os estratos médios e altos e as populações de baixa renda. Para os primeiros, a cidadania não exige o associativismo. Já para os segundos, essa é a condição básica para se ascender ao *status* de cidadão: **o pobre se faz cidadão quando se associa**¹²¹.

Desde a concepção de Belo Horizonte a área central e, posteriormente, a Zona Sul e a Pampulha – onde se situam as moradias das classes médias e superiores –, foram privilegiadas, pois nessas foram/são concentrados a infra-estrutura e os equipamentos urbanos de uso coletivo, enquanto nas favelas e na periferia – que desde a fundação desta em 1897 concentra e congrega os integrantes da classe trabalhadora e os pobres em geral –, prevaleceu/prevalece à carência que, por sua vez, é indicativa da exclusão desses segmentos da e pela cidade.

Pelo exposto, infere-se que o crescimento de Belo Horizonte foi acompanhado pela geração de favelas e loteamentos populares sendo, portanto, reflexo da desigualdade social prevalente na sociedade.

¹²¹ Deve-se ressaltar que o associativismo serve tanto a formas democráticas como autoritárias, e que o exercício da cidadania é que é condição para a prática democrática e não o contrário.

Capítulo 6

Cidade e exclusão social: dos marginais de ontem aos excluídos de hoje

Na literatura sobre o urbano encontramos, dependendo da época, pelo menos duas denominações para as áreas habitadas pelos marginalizados ou excluídos: áreas marginais urbanas (até a década de 1970) e assentamentos periféricos (a partir da década de 1980). Na primeira, que a literatura especializada designa como tradicional, dentre as características desses espaços sobressaem: 1) serem espaços essencialmente desorganizados, onde predominam comportamentos anti-sociais; 2) os habitantes seriam em termos culturais marcados pela passividade e autodestruição e as áreas por eles ocupadas, em termos econômicos, apontadas como drenos da economia urbana e agregadoras de grupos não produtivos e 3) seriam locais, em cujo seio, haveria ausência de formas associativas e os seus ocupantes, por sua vez, seriam não integrados à vida pública¹²².

Na segunda visão, que a literatura especializada denomina como moderna, os assentamentos informais são vistos e analisados como sendo periféricos em relação ao centro, e que uma das diferenças mais expressivas entre os habitantes desses e o das áreas centrais seria em relação ao acesso diferenciado aos benefícios urbanos. Além disso, que tanto as áreas quanto os habitantes das áreas periféricas seriam integrados à cidade, pois, nas modernas sociedades de mercado, seriam funcionais à mesma. Desse modo, tem-se que esses indivíduos seriam resultantes da não absorção pelo sistema econômico vigente de uma parcela da população e as áreas denominadas como periféricas seria apenas no sentido de não fazerem parte do centro, mesmo que localizadas nesse ou em suas imediações¹²³.

¹²² Nessa perspectiva ver, dentre outros, Pearlman (1977), Kowarick (1983) e Frank, (1961).

¹²³ Nessa perspectiva ver, dentre outros, Taschner e Mautner (1982), Santos, Milton, (1979 e 1982).

Pelo exposto, temos que a primeira visão está permeada pelas idéias constantes nas quatro primeiras concepções de marginalidade social apresentadas, ou seja, como situação ecológica, como passividade em suas duas concepções: “dualidade cultural” e “cultura da pobreza” e/ou como resíduo no desenvolvimento econômico ou atraso no desenvolvimento econômico.

A segunda visão, por sua vez, apresenta-se como decorrente das concepções de marginalidade que a apresentam como falta de integração, como conseqüência do desenvolvimento desigual e combinado dos chamados países periféricos e, por fim, como não-pertencimento ao sistema dominante numa sociedade. Apesar dessas três concepções abarcarem questões diversas, em comum têm que o problema da marginalidade social é estrutural, e mais, que os indivíduos assim denominados e os espaços por eles ocupados fazem parte da sociedade, sendo, por sua vez, funcionais à mesma.

A funcionalidade acima referida se relaciona diretamente à incorporação de parcela desses indivíduos em atividades em sua quase totalidade manuais, de baixa remuneração, enfim, os pobres.

Salienta-se que a pobreza, enquanto fenômeno, possui várias causas e conseqüências que não raro se confundem. Dentre os indicadores diretos mais empregados nas análises sobre a pobreza destaca-se a renda monetária reduzida e/ou a desigualdade em sua distribuição. Também se considera uma série de fatores que, presumivelmente, tem um impacto direto sobre a situação de pobreza, como por exemplo, o nível de escolaridade, o tipo de trabalho (formal ou informal), se os domicílios são chefiados por mulheres ou por pessoas de idade avançada. Os limites entre estas dimensões não são nítidos. Assim, ser analfabeto é ao mesmo tempo uma causa e um indicador de pobreza, ou de privação.

É importante salientar que, dentre as categorias integrantes da exclusão social, a pobreza, entendida como: “(...) estado de carência em que vivem indivíduos ou grupos populacionais, impossibilitados, por insuficiência de rendas ou inexistência

de bens de consumo, de satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação” (SANDRONI, 1999, p. 274), destaca-se como uma das formas mais antigas de indicação das desigualdades extremas existente entre os indivíduos.

Contudo, há que se ressaltar que a questão da exclusão social na atualidade se vincula à capacidade das economias desenvolvidas (capitalismo central) em absorver os integrantes de diversos estratos sociais, pois, além dos pobres de um modo geral, o desemprego e a falta de emprego atinge os setores médios da sociedade. Quanto às sociedades dos denominados países subdesenvolvidos (periferia) a marginalidade ou exclusão se manifesta mais intensamente.

Em relação aos marginalizados de ontem ou aos excluídos de hoje no Brasil e em Belo Horizonte, como é o caso deste estudo, além do aumento significativo de indivíduos, tem-se que o lugar de moradia pouco mudou.

6.1. Assentamentos informais: a pobreza segregada

Nas grandes cidades brasileiras, e nas latino-americanas em geral, e, com Belo Horizonte não foi diferente, o local de moradia possível para os pobres foram às favelas e, a partir da primeira metade do século XX, os loteamentos clandestinos. Salienta-se que esses dois fenômenos representam a territorialização da ilegalidade urbana e da marginalidade social, já que para esses – favelas e os assentamentos informais – convergiram aqueles que, devido à falta de recursos financeiros, não podiam participar ativa e integralmente do consumo de produtos, dentre esses, o da moradia e buscaram formas alternativas para realizar o direito básico de morar. Devido ao não acesso à moradia por parte dessa população, essa passa a ser segregada social, econômica e espacialmente.

O escasseamento das possibilidades de acesso, com qualidade, aos bens social e culturalmente produzidos e o encarecimento da terra urbana, dificultando sobremaneira as condições de localização da moradia, foram revelando o quão seletivos e restritos são os grupos sociais que usufruem plenamente das benesses da metrópole. Os processos desordenados e fragmentados de expansão urbana, frutos da concentração das atividades econômicas e da insuficiência, quando não da ausência, de políticas de ocupação do espaço, foram intensificando a

segregação socioeconômica e espacial. Cada vez mais, a cidade foi se revelando como não sendo de todos (...). (MAMMARELLA, 2004, p. 39)

Como consequência tem-se a aglomeração desses indivíduos em determinadas áreas, via de regra sem valor fundiário, sem infra-estrutura e, em sua totalidade, formadas por ocupações ilegais, pois a maioria dos moradores não possui a posse do terreno.

(...) os que não têm terra e não dispõem de recursos para pagar aluguel ou para ingressar no mercado imobiliário formal ocupam e disputam as terras vazias e ainda pouco valorizadas das cidades, em terrenos não ocupados e em áreas de risco, como encostas de morro, beirais de rios, de rodovias e de linhas férreas, áreas alagadas e insalubres, não poupando sequer as áreas de preservação ambiental. (MAMMARELLA, 2004, p. 40).

Esses aglomerados, em maior ou menor número, de maior ou menor extensão territorial passaram a fazer parte da paisagem da cidade de Belo Horizonte antes mesmo de sua inauguração em 1897. Nessa perspectiva, a pobreza urbana se relaciona diretamente e de modo inexorável com a ilegalidade e a representação predominante sobre esses locais é a “favela” e os “assentamentos informais” como lugares da pobreza, da marginalidade¹²⁴, da ilegalidade¹²⁵ e, também, da criminalidade urbana.

Os assentamentos informais representam, por um lado, o acesso à cidade por parte daqueles que não possuem recursos financeiros para adquirir a moradia e, por outro, a marginalização ou exclusão e a consequente segregação da pobreza urbana, pois “a favelização é um fenômeno essencialmente metropolitano e revela forte demanda reprimida por acesso a terra e à habitação nas grandes cidades”. (Morais, s/d, p. 113). Localizados e segregados em algumas áreas da cidade os assentamentos informais passam a ser estigmatizados como locais de concentração da criminalidade e os seus moradores como não-cidadãos.

¹²⁴ Termo aqui empregado no sentido de criminalidade.

¹²⁵ “É tendo em vista principalmente esse último que os formuladores de programas de regularização fundiária em grande escala vêm, desde a Constituição de 1988, atuando no campo das políticas urbanas, visando a “integração” da moradia ilegal na cidade formal entendendo que esta teria a função de incluir os socialmente “excluídos” na economia urbana”. (DE SOTO, 2001).

As favelas, localizadas em áreas centrais da cidade, são a marca, em ampla escala, da distribuição/redistribuição perversa no espaço urbano, definindo uma configuração sócio-espacial particular, caracterizada pela proximidade física entre ricos e pobres. Já os demais, em especial os loteamentos clandestinos, localizados na periferia da cidade¹²⁶, indicam, paralelamente, a expansão da carência e da ilegalidade. Esses dois modos de apropriação e integração ao espaço urbano numa sociedade fundada na desigualdade sócio-econômica têm como resultado um padrão de estruturação espacial excludente, segregador e reprodutor, na esfera do consumo, das desigualdades de classes.

Desse modo, os assentamentos informais são a forma e a condição de integração na economia urbana dos trabalhadores pobres, condição essa que se dava fundamentalmente pelo não acesso à situação de proprietários fundiários e, concomitantemente, permitia a circulação casa/trabalho (KOWARICK, 1983).

Tem-se, então, que a existência de favelas em áreas centrais é uma resposta à imposição das relações de mercado capitalista para o acesso à moradia por parte dos integrantes desse segmento. Isso pode ser explicado pelo fato de que a cidade capitalista, de acordo com Singer (1979, p. 33-34),

(...) não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do solo urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura o mínimo de renda a todos. Antes, pelo contrário, este funcionamento tende a manter uma parte da força de trabalho em reserva, o que significa que uma parte correspondente da população não tem meios para pagar pelo direito de ocupar um pedaço de solo urbano. Esta parte da população acaba morando em lugares em que, por alguma razão, os direitos da propriedade privada não vingaram: áreas de propriedade pública, terrenos em inventário, glebas mantidas vazias com fins especulativos, etc., formando as famosas invasões, favelas, mocambos, etc. Quando os direitos de propriedade privada se fazem valer de novo, os moradores das áreas em questão são despejados, dramatizando a contradição entre a marginalidade econômica e a organização capitalista do uso do solo.

Em sua análise sobre as favelas e os loteamentos clandestinos na cidade do Rio de Janeiro, Lago (2003, p. 6) informa que:

¹²⁶ Fenômeno que se repete nas grandes cidades brasileiras, não sendo exclusivo de Belo Horizonte.

A existência de favelas em áreas centrais respondia à (...) lógica segregadora, rompendo, no entanto, com a distância física que separava os pobres dos demais residentes e com a imposição das relações de mercado para o acesso à moradia. A precariedade extrema das condições de reprodução do migrante que chegava na metrópole, sua incapacidade de endividamento e, portanto, de se tornar proprietário e a importância da proximidade do mercado de trabalho para atividades informais e rotativas explicava as particularidades desses espaços. (...)

A precariedade extrema das condições de produção e reprodução da vida material por parte dos pobres nas grandes cidades se constitui em uma das fontes explicativas para a existência das favelas próximas às áreas centrais das cidades como local de habitação por parte dos integrantes deste segmento, dando a essas localidades particularidades. Ressalta-se, contudo, que essas particularidades, por sua vez, “nutriram a auto-representação construída pelos moradores de favela como responsáveis pela ilegalidade (...)”. (LAGO, 2003, p. 06)

Responsabilizados pela ilegalidade de suas moradias, os moradores dos assentamentos informais são a parte mais visível da pobreza urbana e dos problemas habitacionais brasileiros. Morais, no ensaio “Breve diagnóstico sobre o quadro atual da habitação no Brasil”, afirma que:

os problemas habitacionais brasileiros são particularmente visíveis nas aglomerações urbanas. **Os problemas habitacionais urbanos incluem exclusão social e a segregação espacial da população pobre nas favelas e assentamentos informais**, a carência de moradias, a escassez de serviços de infra-estrutura urbana, de acesso às oportunidades de emprego produtivo, e a ocupação de áreas de risco e legalmente protegidas (...)” (p. 113). (Grifos nossos).

A literatura disponível aponta a exclusão social como sendo a principal conseqüência da pobreza, indicando ainda, que a exclusão, independentemente de época, pode e deve ser entendida como a soma da exclusão econômica com a exclusão política. Conforme expõe Demo (1996, p. 3):

A condição mais aguda de pobreza é a exclusão de caráter político, historicamente produzida, mantida, cultivada (...) a exclusão mais radical que a história conhece é a política, ou seja, aquela que faz o excluído não perceber sua exclusão, tornando-se o objeto dos privilégios e das ajudas.

Nesse sentido, cabe salientar que o não acesso à propriedade urbana em condições dignas representa, por um lado, o não acesso à cidade formal e, por

outro e não menos importante, o não reconhecimento aos integrantes desse segmento do direito à moradia adequada¹²⁷ como preconizado na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

A habitação é um bem meritório, que apresenta elevadas externalidades positivas em termos de bem-estar social. A provisão de habitação para a população de baixa renda representa um aspecto fundamental das políticas públicas de combate à pobreza¹²⁸, o que garante o acesso da população em estado de exclusão social a serviços sociais mínimos, como moradia e serviços de infra-estrutura urbana adequados. (MORAIS, s/d. p. 112)

6.2. O lugar de moradia dos excluídos de e por Belo Horizonte

A cidade de Belo Horizonte, inaugurada em 1897, convive, mesmo antes de sua inauguração, com a exclusão e a conseqüente segregação sócio-espacial de parte de sua população. E o local de moradia dos integrantes desse segmento é a conseqüência mais visível desta face da Cidade.

A evolução histórica e o processo de ocupação da cidade contrariam em diversos aspectos o plano original concebido pela Comissão Construtora da Nova Capital. **Seu traçado** geométrico, rígido, de tamanho prefixado, ordenado e funcional, **não previa**, dentre outras coisas, **espaços e moradias para operários**. Em decorrência disso, a **cidade passa a conviver, desde os seus primeiros anos, com favelas, loteamentos clandestinos e habitações improvisadas**. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996, p. 13). (Grifos nossos)

Nos primeiros anos de existência da Cidade as habitações improvisadas são parte integrante da paisagem. Segundo Barreto (1995) o problema habitacional, ainda na construção da cidade, era tão grave que a Comissão Construtora não só autoriza a construção, através de concessão de licenças, como ela própria passa a construir habitações improvisadas para os trabalhadores. Nas palavras de Barreto (1995, p. 396), “pequenas casas de pau a pique, cobertas de zinco, com acomodações para famílias e solteiros, as quais se acham todas alugadas por módica mensalidade”.

¹²⁷ Conforme Morais (s/d, p. 112) “O conceito de moradia adequada varia de acordo com as especificações locais e a evolução das necessidades da população.”

¹²⁸ A probabilidade de ser pobre é reduzida quando se tem acesso a algum tipo de capital físico, como habitação e infra-estrutura. (NÉRI et ali, 2000)

Quanto às licenças, ainda segundo Barreto (1995, p. 571) “de janeiro de 1896 a maio de 1897 foram concedidas 1.111mil licenças de construção de cafuas e barracos provisórios, destinados à residência de famílias, hotéis, restaurantes e casas de pensão”.

Sem recursos financeiros que lhes permitissem adquirir lotes em local urbanizado resta aos trabalhadores instalarem suas moradias em áreas que, naquele momento, estavam disponíveis por não oferecerem condições de habitabilidade (topografia acidentada e total falta de infra-estrutura) e, por isso mesmo, recusadas pelos integrantes dos demais segmentos sociais.

Segundo Monte-Mór (1994, p.15), quando da construção da Nova Capital,

Pretendia-se implantar a cidade a partir do centro em direção à periferia, do espaço central ordenado, moderno e dominante, para os espaços periféricos, dominados, do urbano para o suburbano. Mas foi a população trabalhadora, excluída do espaço central da cidade, do poder, da cidadania, da ágora estendida, que de fato determinou a produção da cidade. E Belo Horizonte cresceu no sentido oposto, da periferia para o centro, num processo que se repetiu em inúmeras cidades planejadas no Brasil.

Em 1902, o Prefeito Bernardo Pinto Monteiro, através do Decreto 1.516, de 02 de maio de 1902, altera a 8ª seção urbana (atual Barro Preto) para que se possa nessa área construir a primeira Vila Operária da Capital. De acordo com Afonso e Azevedo (1987, p. 113):

Esse decreto exigia, dos moradores, a observância de inúmeras normas de comportamento, inclusive a apresentação de atestado ideológico, e proibia a venda de terrenos. Transformava, ainda, parte da zona urbana (aquela em que estava inserida a mencionada 8ª seção) em suburbana, reduzindo, assim, as exigências legais para construção na área. **Mantinha-se, dessa forma, as diretrizes da planta inicial que não comportava o uso da área urbana pelas camadas de baixa renda.** (Grifos nossos)

Nos primeiros anos de existência da Cidade, e com o intuito de minimizar o problema habitacional da população de baixa renda, o poder público propôs alterações na proposta original.

6.3. As trajetórias das favelas de Belo Horizonte: da erradicação à consolidação

Como já colocado, os trabalhadores que vieram para construir a Nova Capital, planejada e projetada no papel e imposta ao sítio onde passou a se situar, não tinham lugar para morar, sendo o problema habitacional, da população de baixa renda existente mesmo antes da inauguração da Nova Cidade.

As habitações improvisadas (cafuas e barracos) que insistiam em aparecer na paisagem da cidade nascente eram a representação da pobreza que o poder público procurava expulsar. Segundo Watanabe e Braga (1960, p. 70) “(...) o favelado [naquele momento] foi mais um deserdado da sorte, que a cidade expulsava para suas zonas periféricas, do que um produto de transformações sociais que afetassem toda a sociedade”.

Deve ser salientado que a expressão “deserdados da sorte” empregada por Watanabe e Braga (1960), para designar os habitantes das cafuas e barracões que proliferavam nos primeiros anos de existência da Cidade de Belo Horizonte não é a denominação mais adequada para tratá-los, pois de acordo com Le Ven (1977, p. 118), “Em Belo Horizonte a classe operária nasceu controlada. Isto se deu em dois níveis: físico-social e sócio-político”.

De fato, esses indivíduos, desprovidos de recursos financeiros, são os integrantes da classe trabalhadora que migraram em busca de trabalho nas obras de edificação da Nova Cidade, sendo os barracos e as cafuas que proliferavam por toda a Cidade a forma por eles encontrada para se apropriarem do espaço. Deve, contudo, ser reconhecido que essa forma de apropriação do espaço urbano que surgia, era vista, como diz Julião (1992, p. 141): “Como algo que fugia ao controle, cafuas e barracões iam brotando pelas ruas e avenidas, expressando uma luta silenciosa por um lugar na cidade e desfazendo cotidianamente a utopia das elites de erguerem um mundo moderno”.

A segregação de parte dessa população em algumas áreas da Cidade é, por sua vez, indicativa do controle que o poder público exerceu ou procurou exercer sobre esses habitantes. Ainda conforme Julião (1992, p. 138) as políticas públicas da época: “tratavam muito mais de impedir que a pobreza não se alastrasse, contaminando a cidade com suas doenças e hábitos condenáveis que, de fato, oferecer soluções para o problema”.

O problema habitacional desse segmento da população irá perdurar, sendo recorrentes as políticas de remoção e erradicação das cafuas e barracões que, por se aglomerarem ou serem segregadas em determinada(s) área(s), deram origem às primeiras favelas de Belo Horizonte.

Como se verá a seguir o crescimento do número de favelas em Belo Horizonte nos 106 (cento e seis) anos – período de realização deste levantamento – foi constante. Das duas favelas existentes quando da inauguração da Cidade (locais de residência dos operários), Belo Horizonte chega ao Século XXI com cerca de 188 favelas, 46 (quarenta e seis) conjuntos habitacionais populares e um grande número de loteamentos populares.

6.3.1. De 1897 a 1919 - As duas primeiras favelas: Alto da Estação e Córrego do Leitão

Segundo Guimarães (1991, p. 70), “Dois anos antes da inauguração, a cidade já possuía duas áreas de aglomerados de cafuas – o Córrego do Leitão (no Barro Preto) e Favela ou Alto da Estação (em Santa Tereza), ambas na zona Urbana.”

A favela do Leitão formou-se ao longo do Córrego do Leitão¹²⁹ que corta a Cidade desde a Avenida Prudente de Moraes, atual Bairro de Lourdes até chegar ao Barro Preto. Ressalta-se que a ocupação ocorreu primeiramente no Bairro Barro Preto. Quanto à favela Alto da Estação, esta se localizava no Bairro atualmente denominado por Floresta na parte mais próxima à Estação Ferroviária, ou seja, a partir da Rua Sapucaí.

¹²⁹ Este Córrego hoje se encontra canalizado.

A ocupação dessas áreas, próximas ao local de trabalho, foi a forma encontrada por seus ocupantes para resolver seu problema habitacional. Assim se dá o surgimento das primeiras favelas da Cidade. Esse tipo de ocupação, por sua vez, é visto como problema e a política do poder público, já em 1898, é de efetuar a remoção dessas populações.

Guimarães (1991, p. 19), ao comentar sobre esta questão, informa que no Jornal Minas Gerais de 21 de abril de 1898 consta que o então Prefeito da Capital, Senhor Adalberto Ferraz, designou uma das áreas da Cidade para ser loteada e os lotes vendidos aos habitantes dos “bairros” do Leitão e Alto da Estação.

Em 1898, o ‘incômodo’ provocado pela presença de duas áreas de aglomeração de cafuas e barracos, na zona urbana levou o Prefeito Adalberto Ferraz a designar o quarteirão 16 da 6ª secção suburbana (Lagoinha) para ser vendido em lotes aos habitantes provisórios dos bairros do Leitão e Alto da Estação nesta Capital”. (MINAS GERAIS, 21 de abril de 1898, p.3 *apud* GUIMARÃES, 1991, p. 91).

Pela literatura consultada fica evidenciado que o problema perdura por mais tempo, pois no Relatório do Prefeito de Belo Horizonte Bernardo Pinto Monteiro de 1902¹³⁰ *apud* Somarriba (1984, p. 32) conta que: “(...) cerca de seiscentas cafuas do Leitão e trezentas no lugar denominado ‘favela’ e em outros pontos foram removidos, com uma população de dois mil habitantes”.

Salienta-se que desde o início da década de 1900 a política do poder público para as favelas – até então só existiam duas (Córrego do Leitão e Alto da Estação) –, é de remoção e erradicação. A partir desse momento serão recorrentes as remoções de favelados e o aparecimento de novas favelas localizadas em áreas fora do perímetro da Avenida do Contorno. Segundo Afonso e Azevedo (1987, p. 113),

Paralelamente ao desfavelamento, o poder público começou a se preocupar com a localização das camadas de baixa renda, destinando, às mesmas, áreas especiais fora do centro urbano. Exemplo disso é o Decreto 1.516, de 2 de maio de 1902, que destinava a 8ª seção urbana (atual Barro Preto) para a construção da primeira vila Operária da Capital.

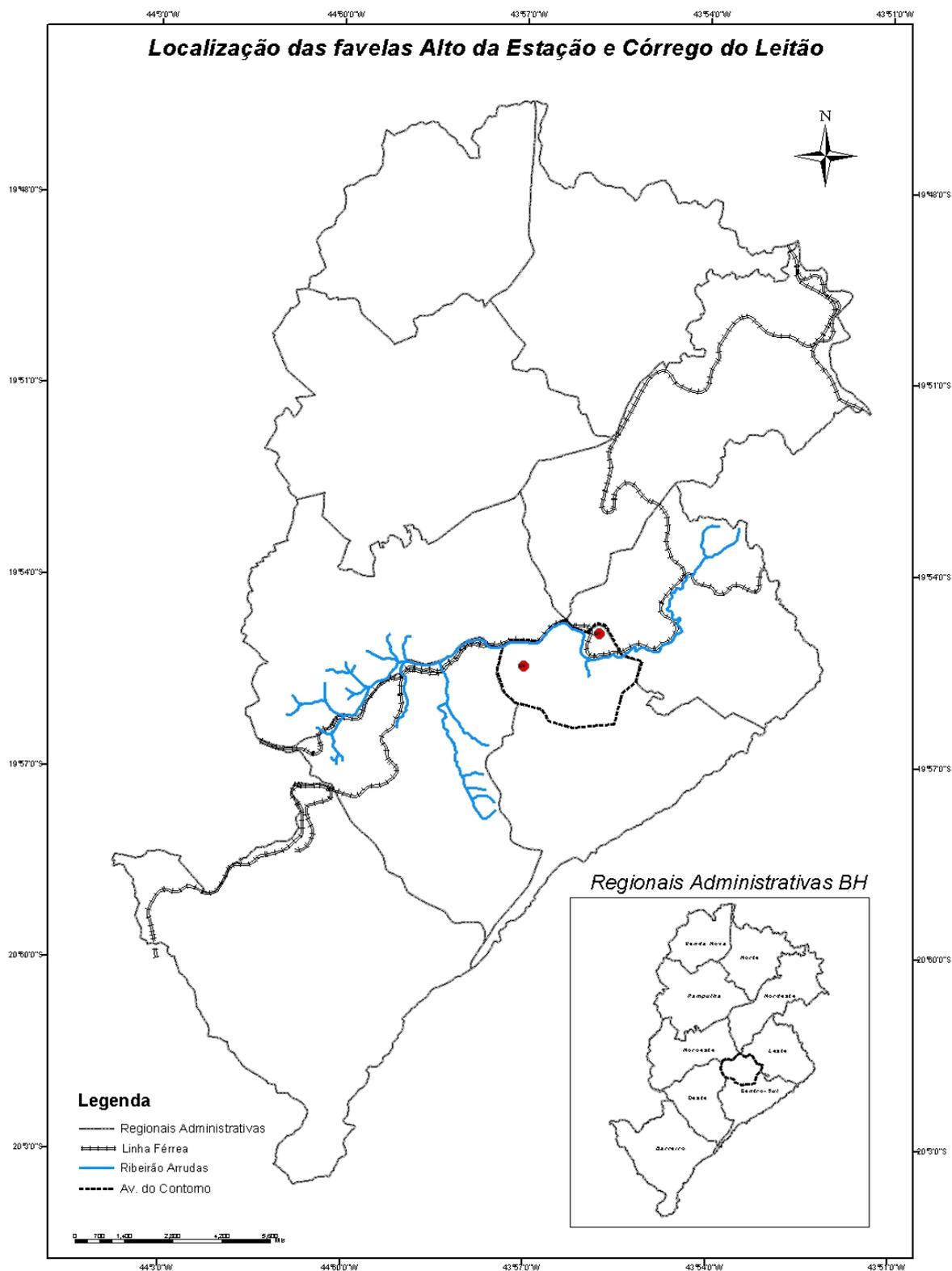
¹³⁰ Relatório do Prefeito Bernardo Pinto Monteiro apresentado ao Conselho Deliberativo da capital pelo prefeito em setembro de 1902, referente ao período 1899-1902. Belo Horizonte: **Imprensa Oficial**, 1902.

A seguir transcrevemos parte do Relatório do Prefeito Affonso Vaz de Melo, de 1918, que é representativo dos problemas enfrentados pelos integrantes das classes trabalhadoras nos primeiros anos de vida da Cidade.

No intuito de localizar definitivamente o proletariado desta Capital, que se acha na sua quase totalidade instalado provisoriamente em terrenos da zona urbana, que esta Prefeitura não poderá ceder para construção de casinhas de valor mínimo, senão a título precário, como até agora foi feito, deseja esta administração criar Vilas Proletárias, precisando, tal fim, que o digno Conselho legisle a respeito. A Prefeitura precisa preparar-se para poder oportunamente remover grande número de operários instalados provisoriamente na área operária — Barro Preto — os quais, à vista das disposições da lei n.138, de 16 de outubro de 1917, não poderão mais conseguir domínio definitivo dos lotes que ocuparem, nem por compra, como ficou estabelecido nos títulos provisórios, expedidos de acordo com o dec. n. 1516, de 2 de maio de 1902, nem por cessão gratuita de conformidade com a lei n.33 de 11 de fevereiro de 1909 e dec. n. 2486 de 30 de março do mesmo ano e nem por aforamento, por faltar condições previstas em lei.

Ressalta-se que essas duas favelas (Alto da Estação e Córrego do Leitão), ambas localizadas no que se passou a denominar Regional Centro-Sul, foram totalmente erradicadas nos primeiros anos da década de 1920, não restando, atualmente, nenhum vestígio de suas existências na paisagem da Cidade.

Mapa 4



Fonte: Pesquisa realizada por Rita de Cássia Liberato, 2004-2006.
 Cartografia: D'artagnan Lino Viana / Base Cartográfica PBH.

6.3.2. De 1920 a 1929 - A expansão das favelas: o surgimento de novas favelas no cenário da cidade

Os habitantes das favelas Córrego do Leitão e Alto da Estação, quando da erradicação dessas favelas, passaram a ocupar as áreas denominadas por Barroca (Bairro Gutierrez/Santo Agostinho) e Pedreira Prado Lopes (Bairro Lagoinha). (TEULIÈRES, 1957; GUIMARÃES, 1999).

A partir de 1920 e, sobretudo de 1925, as zonas ocupadas pelas primeiras favelas de Belo Horizonte foram obrigadas a serem evacuadas por seus habitantes, porque a cidade se desenvolvia muito depressa pelo lado Norte e Leste. Assim nasceu a enorme 'Favela da Barroca' sobre os limites Oeste do perímetro urbano. Vieram povoá-las, os habitantes das antigas favelas do 'Alto da Estação e do 'Leitão', e, depois, novos imigrantes. (...). (TEULIÈRES, 1957, p. 13).

Formadas na década de 1920, as favelas Boa Vontade, Barroca, Estrela, Maravilhas, Mendonça, Pedreira Prado Lopes e Praça Raul Soares são as que abrigaram os moradores oriundos das favelas Alto da Estação e Córrego do Leitão¹³¹ e outras pessoas que chegavam à Cidade e não possuíam rendimentos para adquirir imóveis ou mesmo para pagar aluguel.

As favelas da Barroca e Praça Raul Soares localizavam-se no perímetro urbano, a primeira no limite Oeste e a segunda nas proximidades da atual Praça Raul Soares no Barro Preto. As demais favelas existentes no período (Boa Vontade, Estrela, Maravilhas, Mendonça, Pedreira Prado Lopes) se situavam fora do perímetro urbano. A primeira e a terceira ficavam mais a Oeste da Cidade. O aparecimento da primeira é resultante da remoção pelo poder público da população de outra favela, daí a sua denominação: Boa Vontade. Essa juntamente com a Maravilha, entre todas existente naquele momento, as mais distantes da área central. As favelas Estrela e Mendonça situavam-se na parte Sul da Cidade, enquanto a Pedreira Prado Lopes localizava-se à Noroeste “em uma enorme área pertencente à Prefeitura de Belo Horizonte no Bairro Lagoinha”. (GUIMARÃES, 1991, p. 24). Essas favelas irão abrigar um número de cada vez maior de moradores. Segundo Guimarães (1991, p.151), “Em 1926, a Pedreira

¹³¹ As denominações Boa Vontade é decorrente do fato dessa ter se originado a partir de “acordo” entre o poder público e os moradores removidos das favelas Alto da Estação e Córrego do Leitão (GUIMARÃES, 1991; TEULIÈRES, 1957).

Prado Lopez já tinha 600 barracos e a Barroca 300, 10% da população de Belo Horizonte viviam em favelas”.

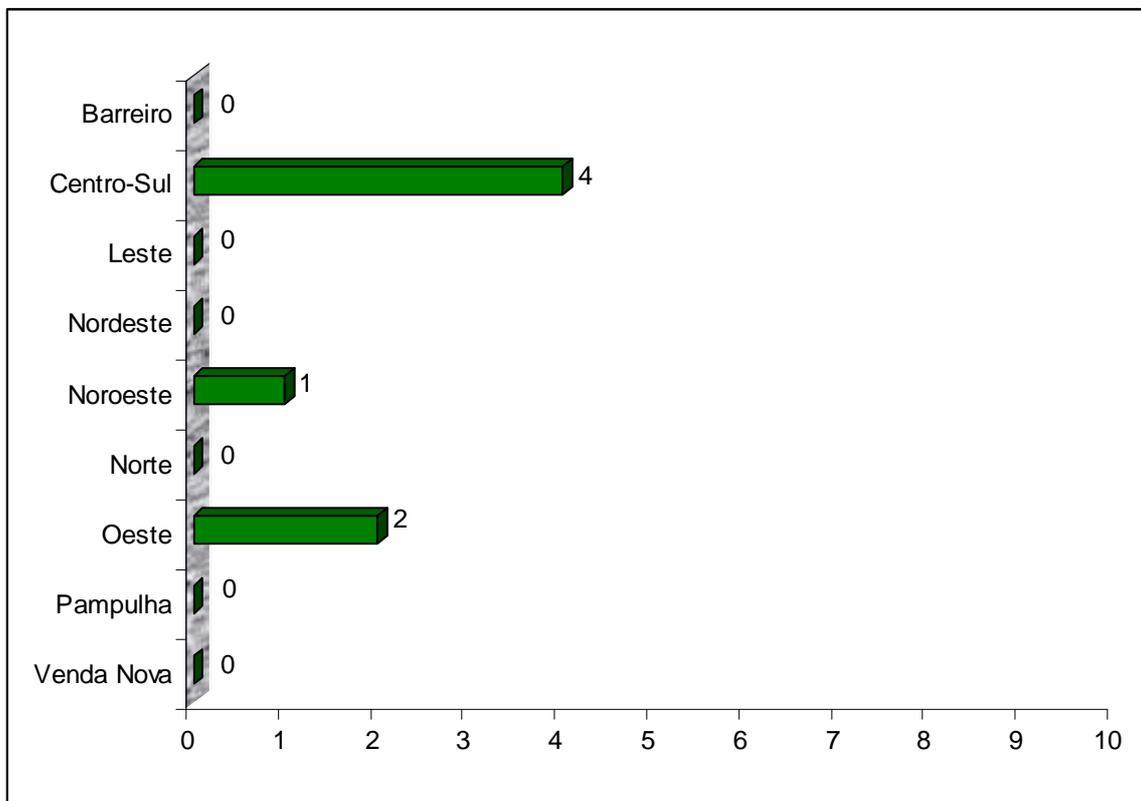
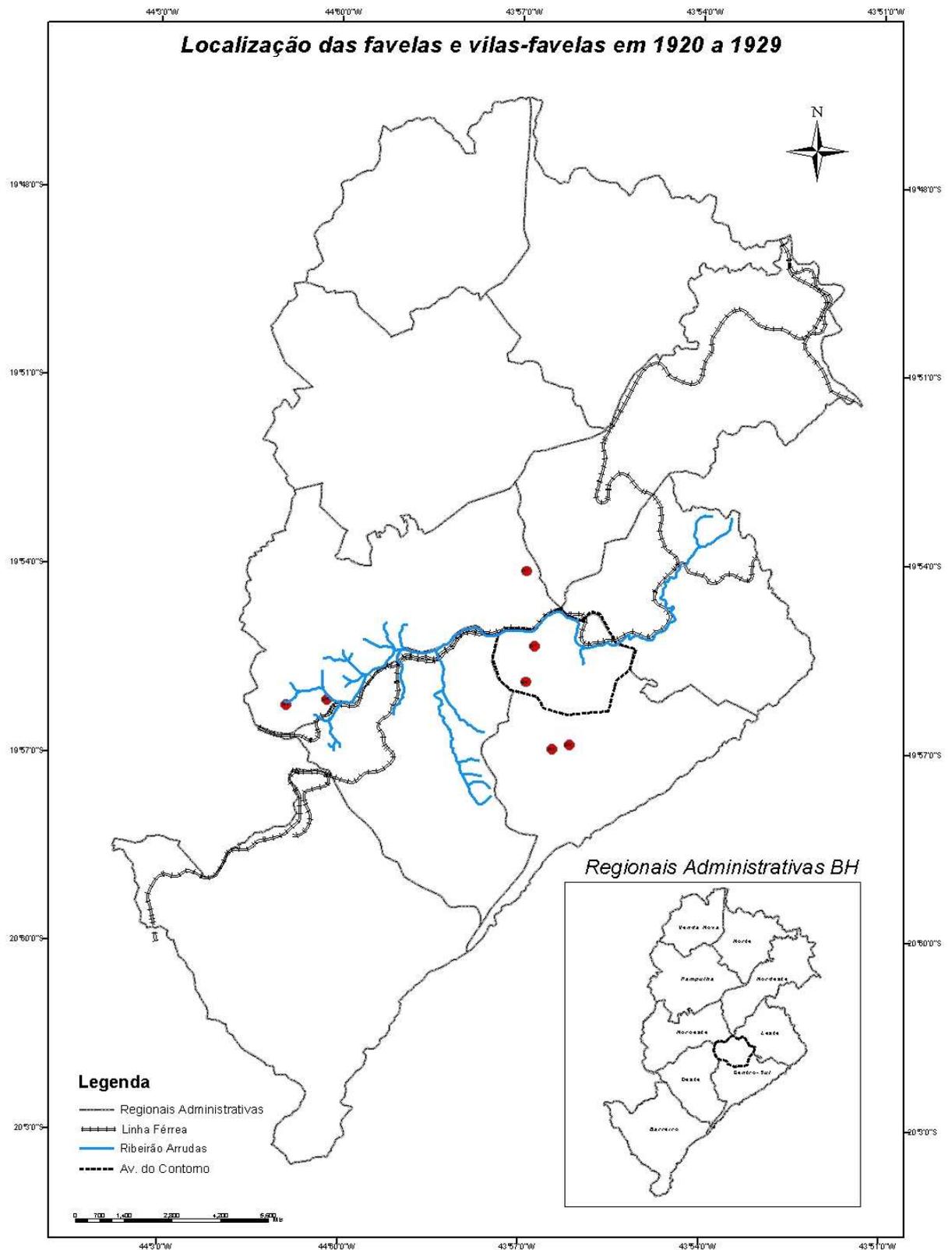


Gráfico 4
Número de favelas segundo a Regional Administrativa
1920 – 1929

Através do gráfico acima se verifica que entre 1920 e 1929 as favelas se concentravam prioritariamente na Regional na Regional Centro-Sul (Barroca, Estrela, Mendonça e Praça Raul Soares), seguida pela Regional Oeste (Boa Vontade e Marvilhas). Na Regional Noroeste só havia uma favela (Pedreira Prado Lopes).

Mapa 5



Nº	Regional	Denominação
01	CS	Barroca
02	OT	Boa Vontade
03	CS	Estrela
04	OT	Maravilha
05	CS	Mendonça
06	NO	Pedreira Prado Lopes
07	CS	Praça Raul Soares

Tabela 4
Relação das favelas e vilas favelas no período de 1920 a 1929

6.3.3. De 1930 a 1939 - As vilas-favela: a aglomeração consentida

Desde 1902 o poder público em Belo Horizonte tem como política a ocupação/remoção de favelas¹³². Se em um primeiro momento (até 1902) essas favelas situavam-se no perímetro interno da Avenida do Contorno (favelas do Leitão e Alto da Estação), no momento seguinte, somente a Favela Barroca irá se manter dentro dos limites da Avenida do Contorno, mais precisamente: “na Avenida Paraopebas, onde hoje se localiza a Assembléia Legislativa”. (GUIMARÃES, 1991, p. 213). As demais estavam situadas próximas da Avenida do Contorno.

Foi uma prática comum na história de Belo Horizonte o poder público permitir que as pessoas ocupassem uma área até o momento em que se tornava necessária sua desocupação, em decorrência do processo de crescimento da cidade e da valorização do terreno. A população expulsa invadia áreas mais distantes, anos depois era novamente removida. E, sempre com apoio da Prefeitura que ajudava no transporte e na reconstrução dos barracos, desde 1902, o processo de ocupação-remoção passou a ser usual. (GUIMARÃES, 1991, p. 158).

Necessário chamar a atenção para o fato que os locais onde se situavam as favelas, em especial a Barroca, devido a sua proximidade da área central, iniciava-se um processo de valorização fundiária, o que impossibilitou a sua manutenção no local.

(...) desde 1930, tem sido loteado o espaço que ela [Favela Barroca] ocupava, (...) [e a] favela da Barroca começou a se desagregar, a se repartir em uma série de

¹³² Ver, nesse sentido, especialmente: Guimarães (1991); Teulière, (1957); Somarriba (1984); Afonso e Azevedo (1987).

pequenas favelas que se estabeleceram longe do centro urbano, notadamente em cachoeirinha, sobre um espaço ainda sem valor, onde a construção parecia não querer processar-se senão muitos anos depois, e ao longo da zona industrial ribeirinha do Arrudas. (TEULIÈRES, 1957, p. 13-14).

Paralelamente, o poder público de Belo Horizonte, através da política de ocupação/remoção, contribui decisivamente para o aparecimento de novas favelas na paisagem da Cidade. Com o objetivo de retirar os moradores de determinadas áreas, o poder público, naquele momento, passa a oferecer lotes, criando o que na época se denominava por vilas. Assim surgiram as Vilas Conceição, Concórdia, Dom Carmelo, Santo André, São Jorge e São Vicente. Essas vilas, localizadas em áreas cada vez mais distantes do centro, em pouco tempo, devido ao adensamento e total falta de infra-estrutura passam a se constituir em “vilas-favela”. Segundo Guimarães (1991, p. 193), a partir de 1930,

(...) surgem às Vilas São Jorge (Morro das Pedras), Santo André, Vila Conceição, Vila São Vicente, Vila Dom Carmelo, Vila Concórdia, entre outras. Devido a inúmeras invasões de terrenos estas [vilas] tornaram-se muito desorganizadas originando “vilas-favelas”, ao mesmo tempo em que aumentaram o número de favelas como, por exemplo, às favelas da Barroca, que em 1932 estava situada nas proximidades do Bairro Gutierrez, Prado Lopez, favela Pindura Saia (Cruzeiro) e a da Praça Raul Soares¹³³. Surgem também a Vila Maria Angélica e Vila Palmital (Lagoinha). (...).

Pelo exposto por Guimarães, na década de 1930 já existiam 12 (doze) favelas espalhadas pela Cidade. A essas favelas acrescentaram-se mais 13 (treze) passando o total para 25 (vinte e cinco). Quanto à localização dessas favelas tem-se que a maioria se concentrava na regional Centro-Sul (10), seguida pelas regionais Noroeste (6), Oeste (4), Leste (4) e Nordeste (1). Salienta-se que nesse período inexistiam favelas nas regionais administrativas do Barreiro, Norte, Pampulha e Venda Nova.

¹³³ Removida em 1935 para a construção da Praça Raul Soares, local onde, naquele ano, foi realizado o Congresso Eucarístico. (GUIMARÃES, 1991, p. 196)

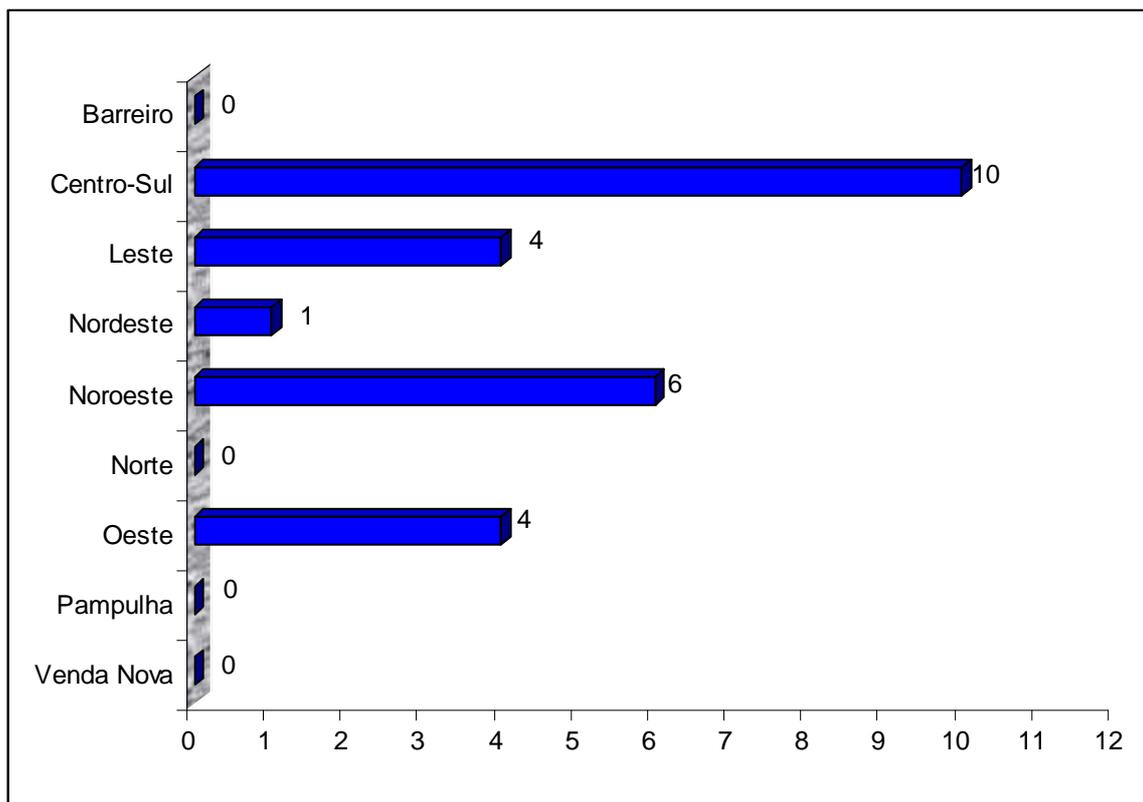
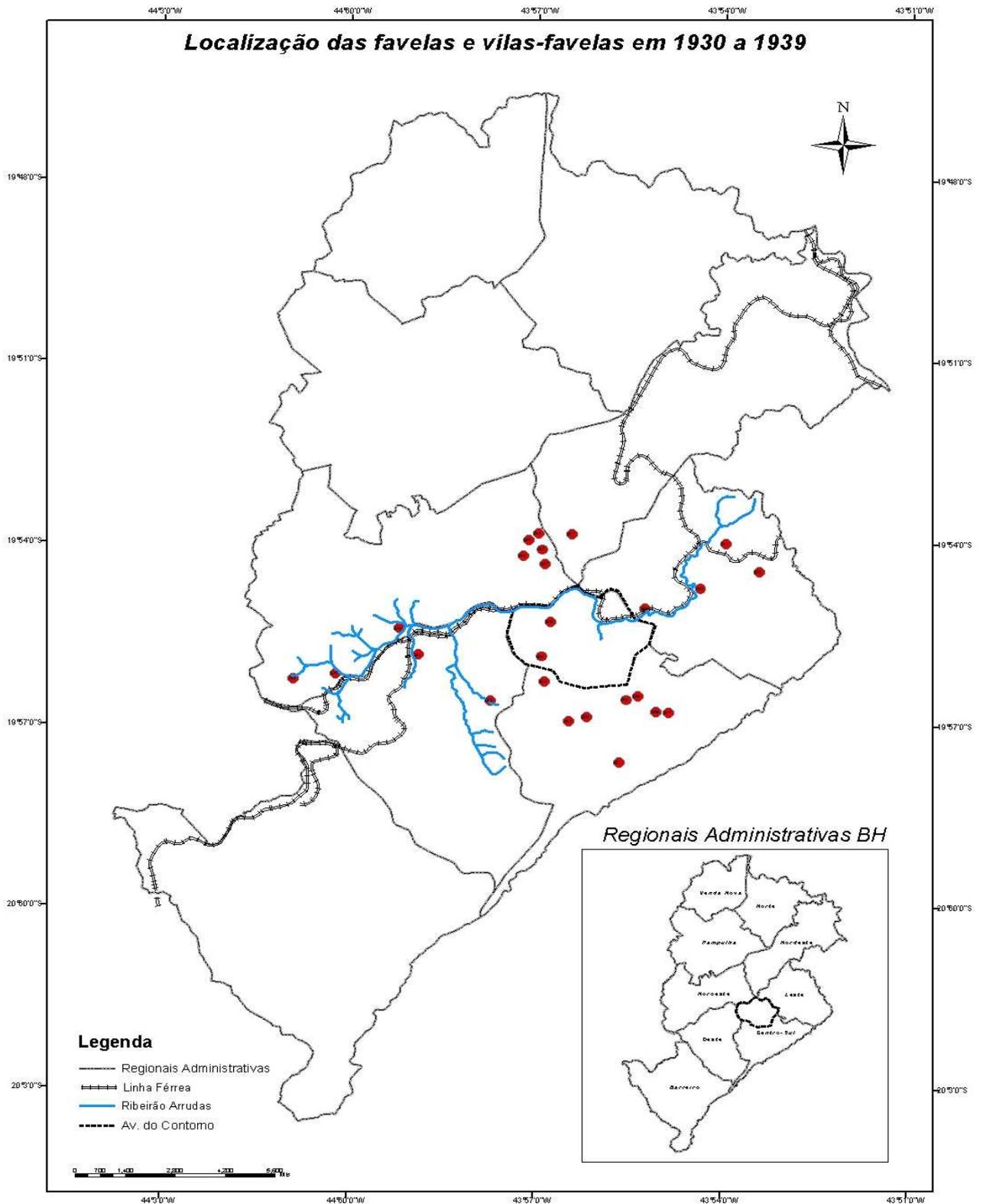


Gráfico 5
Número de favelas segundo a Regional Administrativa
1930 – 1939

Indispensável informar que as vilas Santo André e Palmital, por se situarem em áreas muito próximas formavam junto com a favela Pedreira Prado Lopes um único conjunto. *São três favelas em formação ocupando um morro inteiro, no fim da Rua Mariana: na base a Vila Santo André; no meio, a Vila Palmital e no alto a Pedreira Prado Lopes.* (JORNAL ESTADO DE MINAS, 9 de agosto de 1935, p. 10 *apud* GUIMARÃES, 1991, p. 198)

Concomitantemente, na periferia, surgiram novos bairros como, por exemplo, Barreiro, Gameleira, Nova Suíça, Parque Riachuelo, Renascença e Sagrada Família. A expansão da Cidade continua a se processar sem controle ou planejamento por parte do poder público local. Cabe salientar que a maioria dos novos bairros não possuía os serviços básicos de água, arruamento, coleta de lixo, energia elétrica, esgotamento sanitário e transporte coletivo. A área central, por sua vez, permaneceu relativamente vazia.

Mapa 6



N°	Regional	Denominação
01	CS	Acaba Mundo
02	LE	Alto Vera Cruz
03	CS	Alvorada (Av. Prudente de Moraes)
04	CS	Barroca
05	OT	Boa Vontade
06	CS	Buraco Quente (Carmo)
07	NO	Buraco Quente (Lagoinha)
08	CS	Copacabana Pombal
09	CS	Estrela
10	LE	Gogó da Ema
11	LE	Grota
12	OT	Maravilha
13	CS	Mendonça
14	NO	Palmital
15	NO	Pedreira Prado Lopes
16	CS	Pindura Saia
17	CS	Pombal
18	CS	Praça Raul Soares
19	NO	Santo André
20	OT	São Vicente
21	NO	Tereza Cristina
22	NO	Vila Conceição
23	NE	Vila Concórdia
24	LE	Vila São Vicente
25	OT	Vilas São Jorge

Tabela 5
Relação das favelas e vilas favelas no período de 1930 a 1939

6.3.4. De 1940 a 1949 - O fim da Favela Barroca e a expansão das favelas

A favela Barroca é extinta em 1942, por determinação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e a maioria de seus moradores foi morar, de acordo com Guimarães (1991) e Teulières (1957), na recém formada favela dos Marmiteiros.

Segundo levantamentos realizados para consecução deste trabalho foram identificadas na Cidade de Belo Horizonte, no período de 1940 a 1949, 44 (quarenta e quatro) favelas. Nessas, além das 25 (vinte e cinco) favelas e vilas-favela identificadas no período de 1930 a 1939, excetuando-se Barroca que desapareceu nesse período, outras 19 (dezenove) favelas surgiram no cenário da Cidade. Acompanhando a tendência de ocupação da Cidade, a maioria das favelas se concentrava nas Regionais Administrativas Centro Sul (11) e Leste (10). As demais favelas estavam localizadas nas regionais: Oeste (8), Nordeste (6), Noroeste (5), Norte (3) e apareceu a primeira favela na Regional Administrativa da Pampulha.

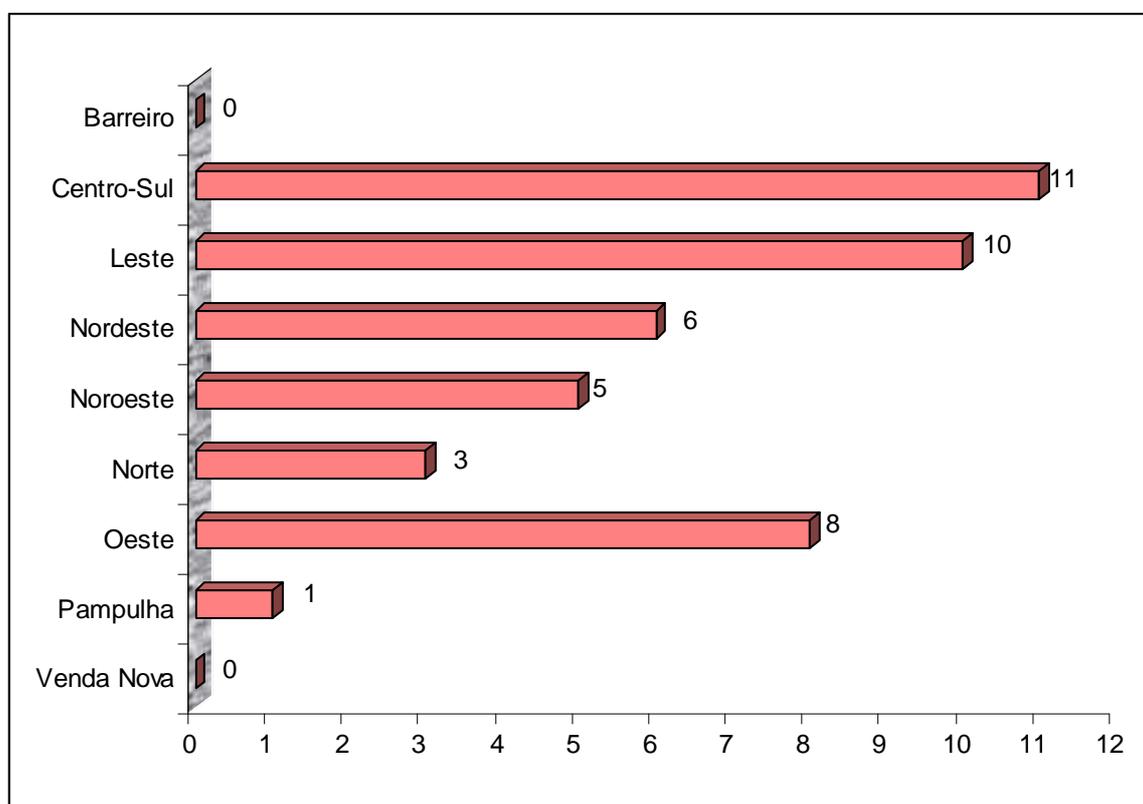


Gráfico 6
Número de favelas segundo a Regional Administrativa
1940 – 1949

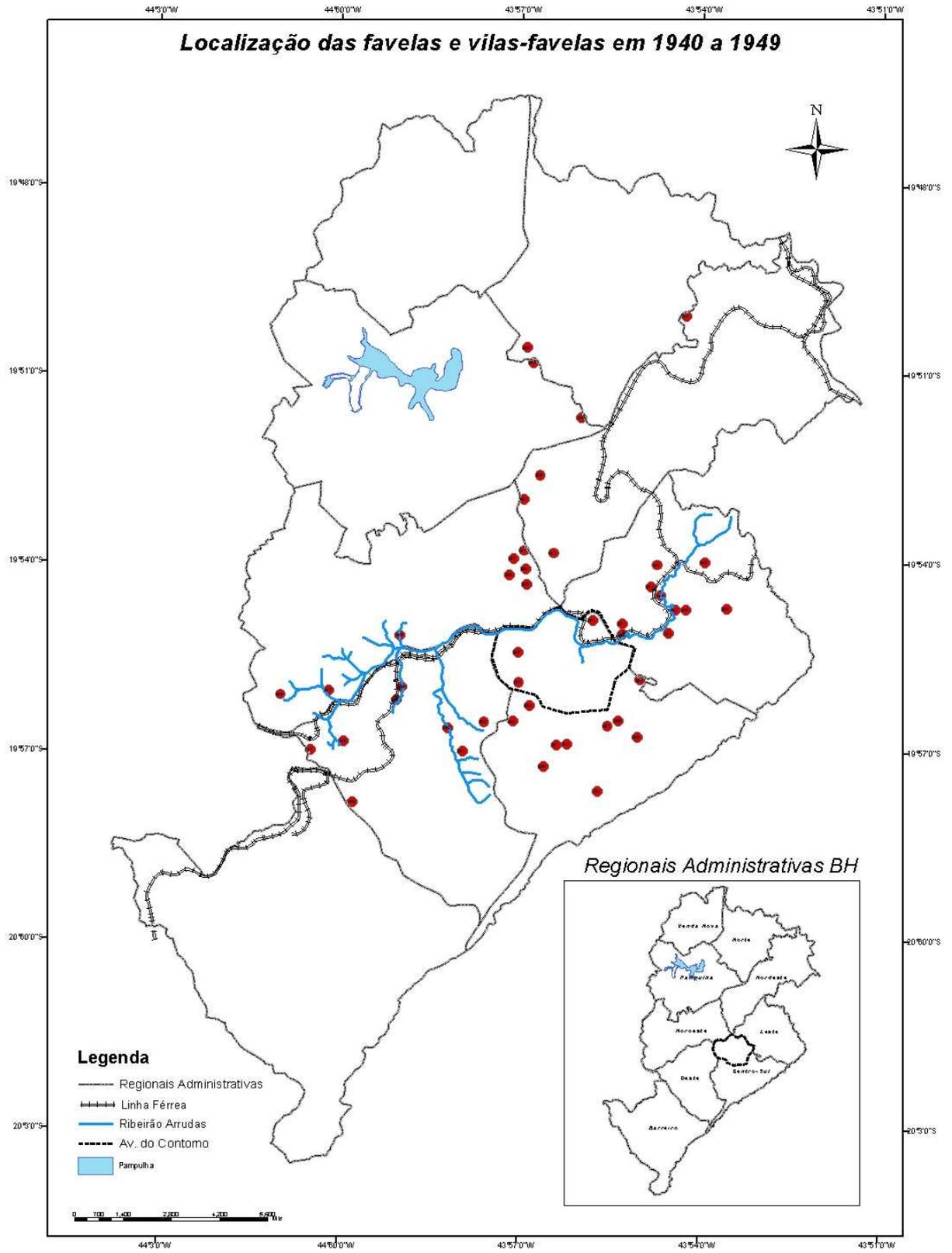
Por iniciativa de Juscelino Kubitschek – Prefeito de Belo Horizonte de 1940 a 1945 – foi construído, nesse período, o Conjunto Habitacional IAPI (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários), no bairro São Cristóvão, na Avenida

Pampulha¹³⁴. O Conjunto IAPI surgiu como uma alternativa para o problema da moradia na Cidade e como uma tentativa da Prefeitura de ordenar a ocupação da região da Lagoinha na qual havia, naquele período cinco favelas (Buraco Quente–Lagoinha, Palmital, Prado Lopes, Santo André e Vila Conceição).

No final dessa década, entre 1946 e 1949, são aprovados pela prefeitura 29 (vinte e nove) loteamentos, totalizando 23.258 lotes aprovados. Salienta-se que a maioria desses loteamentos se situava em áreas ocupadas clandestinamente e aprovação do loteamento por parte da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte não se configurava em garantia do reconhecimento de direitos quanto à posse e domínio, conforme colocado nos decretos de suas aprovações.

¹³⁴ Atual Avenida Presidente Antônio Carlos.

Mapa 7



Nº	Regional	Denominação
01	CS	Acaba Mundo
02	LE	Alto Vera Cruz
03	CS	Alvorada (Av. Prudente de Moraes)
04	OT	Ambrosina
05	OT	Atrevidos do Nova Granada
06	NO	Atrevidos do Santo André
07	OT	Boa Vontade
08	CS	Buraco Quente (Carmo)
09	NE	Buraco Quente (Lagoinha)
10	OT	Cabana do Pai Tomas
11	LE	Cônego Pinheiro
12	LE	Edgar Werneck
13	CS	Estrela
14	LE	Gogó da Ema
15	LE	Grota
16	LE	Ilha dos Urubus
17	LE	João Alfredo
18	OT	Maravilha
19	NO	Marmiteiros
20	NO	Mata da Lenha
21	CS	Mendonça
22	CS	Morro do Querosene
23	NE	Nova Cachoeirinha
24	NO	Palmital
25	CS	Pau-Comeu
26	NE	Pedreira Prado Lopes
27	CS	Pindura Saia
28	CS	Pombal (Copacabana)
29	NT	Ribeiro de Abreu
30	CS	Santa Lúcia
31	OT	Santa Sofia
32	NE	Santo Antônio
33	NT	São Bernardo
34	OT	São Jorge
35	LE	São Rafael
36	NT	São Tomas
37	LE	São Vicente
38	PA	Suzana

Cont.

Tabela 6
Relação das favelas e vilas-favela no período de 1940 a 1949

N°	Regional	Denominação
39	NO	Tereza Cristina
40	CS	Universidade
41	LE	Vai-Quem-Quer (Horto)
42	NE	Vila Conceição
43	NE	Vila Concórdia
44	OT	Vila Dom Carmelo

Tabela 6
Relação das favelas e vilas-favela no período de 1940 a 1949

6.3.5. De 1950 a 1959 - A Migração e aumento das favelas

No período de 1951 a 1960 houve um grande crescimento do número de favelas na Cidade de Belo Horizonte totalizando nesse período mais de 76 (setenta e seis).

O crescimento do número de favelas é explicado pela maioria dos autores pesquisados¹³⁵, como decorrente da forte migração ocorrida no referido período devido à instalação do pólo industrial em Belo Horizonte – Cidade Industrial –, e pela inexistência de políticas públicas em relação à moradia dos integrantes da classe trabalhadora.

Importante salientar que nesse período a população residente em favelas em Belo Horizonte é, segundo a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte *apud* Watanabe e Braga (1961, p. 34), de cerca de 41 mil habitantes. O que corresponde a 11,71% da população total da Cidade

Dentre as favelas se destacam pelo tamanho da população: Marmiteiros (4.529 hab.), Pedreira Prado Lopes (3.792 hab.), São Jorge (3.472 hab.), Papagaio (2.530 hab.), Pindura Saia (2.475 hab.) e Morro do Querosene (2.360 hab.) (PBH *apud* WATANABE e BRAGA, 1961, p. 34)

¹³⁵ Ver, especialmente: Teulières (1957); Guimarães, (1991); Watanabe e Braga (1961); Plambel (1988).

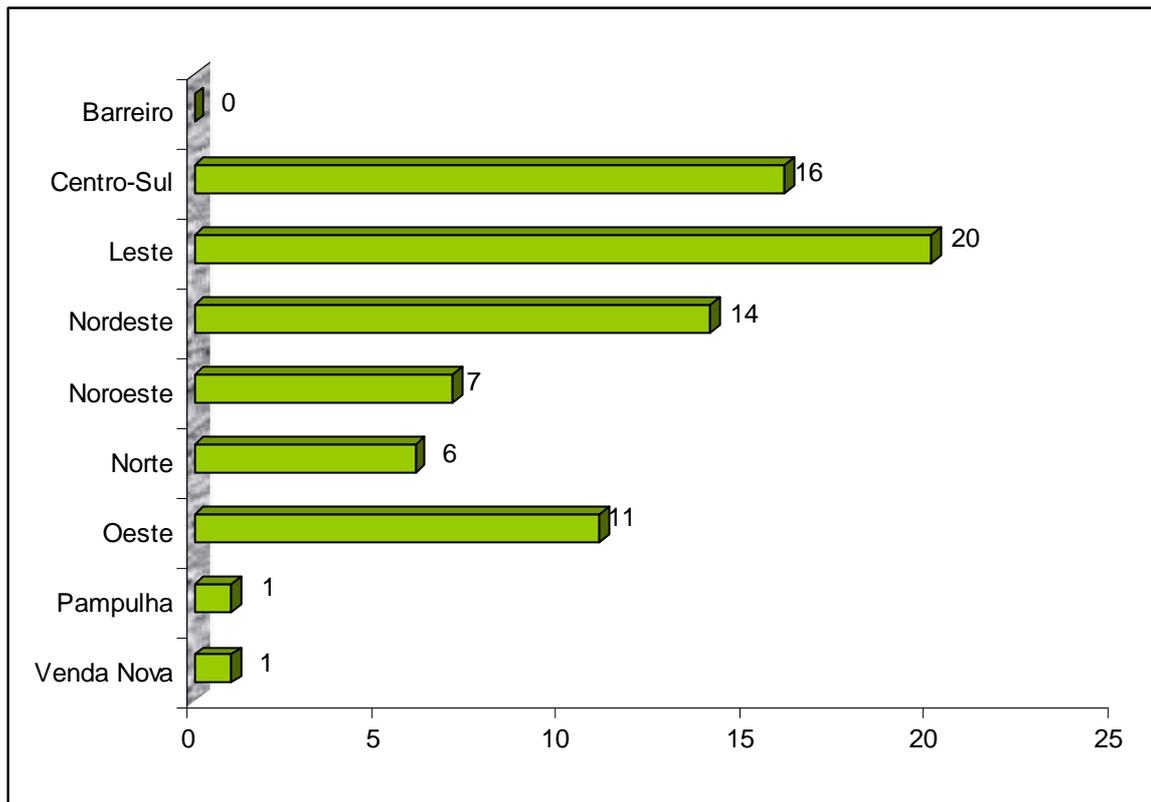


Gráfico 7
Número de favelas segundo a Regional Administrativa
1950 – 1959

Indispensável informar que algumas favelas existentes entre 1940 e 1949 desapareceram e outras surgiram nos anos 50, totalizando 76 (setenta e seis) favelas, de acordo com o levantamento realizado. Esse fato pode ser explicado pelo tipo de política por parte do poder público. É esclarecedor desse ponto o constante no inciso II que trata da competência dos Distritos e Fiscalização constantes da Lei Municipal N°333, de 23 de maio de 1953. Conforme o Artigo 64 da referida Lei:

Art. 63 - Aos Dt - FI compete:

I - fiscalizar a observância das posturas municipais e impor sanções legais aos infratores;

II - **exercer a repressão às construções clandestinas e à formação de favelas ou agrupamentos semelhantes;**

(...). (LEI MUNICIPAL N°333, de 23 de Maio de 1953) (Grifos nossos)

Em novembro de 1955, o então Prefeito de Belo Horizonte, Celso Melo de Azevedo, através da Portaria N° 557, de 2 de Abril de 1955, nomeia uma

comissão “para o fim especial de fazer completo levantamento das favelas existentes em Belo Horizonte, estudar soluções viáveis e humanas no que concerne ao assunto e oferecer ao Executivo as necessárias sugestões para a urgente solução do problema”. Em novembro de 1955, através da Lei Municipal N° 517, de 29 de novembro de 1955, foi criado o Departamento de Bairros Populares (DBP).

No ano seguinte (1956), através da Lei n° 0557, de 10 de Agosto de 1956, foi estruturado o Departamento Municipal e Bairros Populares (DBP), que dentre as suas competências tem a de: “a) planejar e executar todos os serviços concernentes à edificação de bairros e habitação popular”. A mesma Lei, em seu Art. 2º, define qual é a função precípua do Departamento então criado:

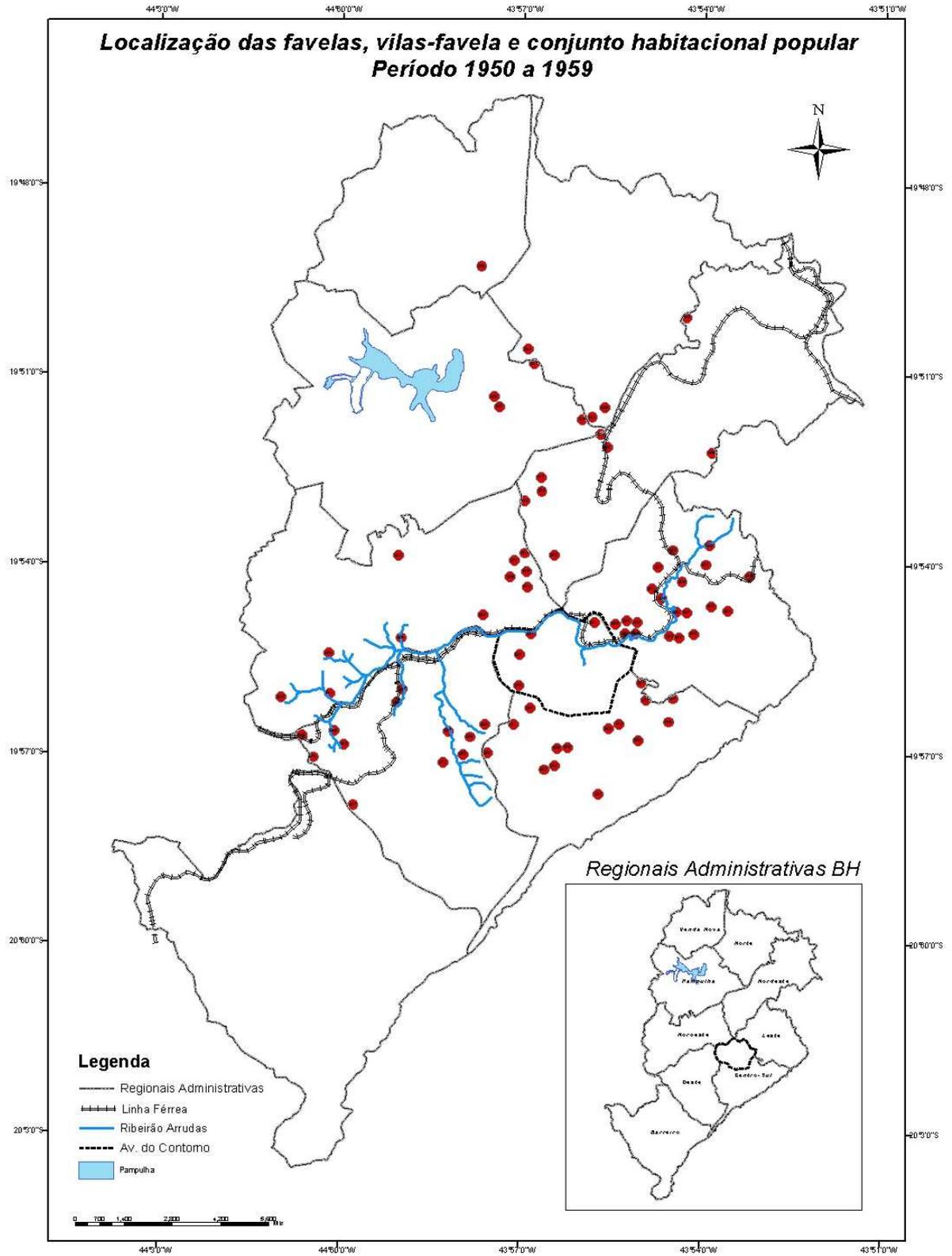
Art. 2º- **Compete ao D.B.P.**, na forma do disposto no art. 2º da Lei 517, de 1955, **a execução dos serviços e obras que visam fundamentalmente, a criar condições de recuperação moral e econômica dos habitantes das favelas**, por via de eliminação destas e sua substituição por bairros populares e moradias de baixo custo, planejadas e construídas com observância dos requisitos mínimos de higiene e conforto. (LEI MUNICIPAL N° 557, de 10 de agosto de 1956) (grifos nossos).

A criação e implantação do DBP não foram suficientes para conter a expansão das favelas, que continuaram a crescer por toda a Cidade. A Prefeitura de Belo Horizonte aprova 52 (cinquenta e dois) loteamentos nesse período, perfazendo um total de 34.764 lotes aprovados, cerca de 10 mil a mais que no período anterior.

O DBP (Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares), criado em 1955, tinha como intuito construir habitações de baixo custo. O objetivo da Prefeitura de Belo Horizonte era desfavelar com realocação, para tanto criou uma Comissão de Desfavelamento. “A favela da Barragem Santa Lúcia e a Vila dos Marmiteiros são os alvos principais, seguidas da favela do Querosene que, em 1958, chegou a ser ameaçada de remoção pelo Exército”. (RELATÓRIO DA PESQUISA METODOLOGIA E EXPERIÊNCIA DE RECUPERAÇÃO SÓCIO-URBANÍSTICA DE ÁREAS URBANAS MARGINAIS, 1995, p. 8).

Ainda nessa década, caracterizada pela forte onda migratória, a população da Cidade dobra de tamanho, passa de 350 mil para 700 mil habitantes. Como consequência, os problemas urbanos e a falta de moradia tornam-se mais graves. A construção do Conjunto Habitacional Santa Maria, em 1956, não é suficiente para equacionar a questão.

Mapa 8



N°	Regional	Denominação
01	CS	Acaba Mundo
02	NT	Aeroporto
03	LE	Alto Vera Cruz
04	CS	Alvorada (Av. Prudente de Moraes)
05	OT	Ambrosina
06	NT	Atrevidos do Aeroporto
07	OT	Atrevidos do Nova Granada
08	NE	Atrevidos do Santo André
09	LE	Barroca Santa Teresa
10	LE	Belém Ribeiro
11	OT	Boa Vontade
12	NO	Buraco do Peru
13	CS	Buraco Quente (Carmo)
14	NE	Buraco Quente (Lagoinha)
15	OT	Cabana do Pai Tomas
16	CS	Cabeça de Porco
17	NE	Cachoeirinha
18	LE	Caetano Furquim
19	CS	Cafezal
20	LE	Camponesa
21	CS	Cardoso (Raul Soares)
22	NE	Carioca
23	LE	Cônego Pinheiro
24	LE	Cônego Pinheiro A
25	NE	Copacabana (Vila do Pombal)
26	NO	Delta
27	LE	Edgar Werneck
28	LE	Esplanada
29	CS	Estrela
30	LE	Gogó da Ema
31	LE	Grota
32	LE	Ilha dos Urubus
33	NO	Jardim Montanhês
34	LE	João Alfredo
35	OT	Maravilha
36	NO	Marmiteiros
37	NO	Mata da Lenha
38	CS	Mendonça

Cont.

Tabela 7
Relação de favelas, vilas-favela e conjunto habitacional popular
Período de 1950 a 1959

N°	Regional	Denominação
39	NE	Minaslândia
40	LE	Morro da Favela
41	CS	Morro do Querosene
42	NE	Nova Cachoeirinha
43	NE	Palmital
44	CS	Papagaio
45	LE	Paraíso
46	VN	Parque São João Batista
47	CS	Pau Comeu
48	NE	Pedreira Prado Lopes
49	CS	Pindura Saia
50	CS	Pombal (Copacabana)
51	NT	Primeiro de Maio
52	NT	Ribeiro de Abreu
53	CS	Santa Lúcia
54	NE	Santa Maria (Conjunto)
55	OT	Santa Sofia
56	NE	São Benedito
57	NT	São Bernardo
58	OT	São Domingos
59	LE	São Geraldo
60	OT	São Jorge
61	NE	São Paulo – Matadouro
62	LE	São Rafael
63	NT	São Tomas
64	LE	São Vicente
65	NO	Sport Club
66	PA	Suzana
67	NO	Tereza Cristina
68	OT	Terreno do Luciano
69	LE	Travessa do Cardoso
70	CS	Universidade
71	LE	Vai Quem Quer (Horto)
72	CS	Vai Quem Quer (Serra)
73	OT	Ventosa
74	NE	Vila Conceição
75	NE	Vila Concórdia
76	OT	Vila Dom Carmelo

Tabela 7
Relação de favelas, vilas-favela e conjunto habitacional popular
Período de 1950 a 1959

6.3.6. De 1960 a 1969 - O agravamento das desigualdades sociais e o aumento da segregação sócio-espacial da pobreza

Na década de 1960 o crescimento das áreas faveladas continua acelerado. O agravamento da questão é tão grande que o próprio poder público assume sua gravidade nas considerações constantes do Decreto Municipal N°1.369 de 1965:

considerando **a ininterrupta proliferação de novas favelas, no centro urbano e nas áreas periféricas da Capital, bem como a desordenada e crescente ampliação das já existentes;**
 considerando **a gravidade dos problemas sociais inerentes à formação e ao desenvolvimento das favelas;**
 considerando, ainda, **as implicações urbanísticas resultantes do problema, tendentes a constantes e imprevisíveis agravamentos;**
 considerando que ao Poder Público Municipal cabe o dever de equacionar o problema e de lhe dar solução no âmbito de sua faculdade legal e nos limites de sua capacidade econômico-financeira;
 considerando, finalmente, que a formulação dos planos e a adoção de providências dependem da conjugação de órgãos e serviços diversos, nem sempre aglutinados em torno de um sistema comum de trabalho e sob a coordenação de um único centro de decisões (...)" (Grifos nossos)

Nesse período o número de favelas é de 143 (cento e quarenta e três), e se espalham por toda a Cidade. A política do poder público local continua sendo de desinteresse sobre os problemas habitacionais da população de baixa renda, exceção ao período 1955 – 1959 (Gestão Celso Melo Azevedo).

Como demonstrado no gráfico a seguir o maior número de favelas se concentra na Regional Leste (38), seguida pelas regionais: Oeste (24), Nordeste (20), Centro-Sul e Noroeste cada uma com 17 (dezessete) favelas. As regionais Venda Nova e Pampulha apresentam 7 (sete) e 6 (seis) favelas respectivamente e aparecem 5 (cinco) favelas na Regional Barreiro.

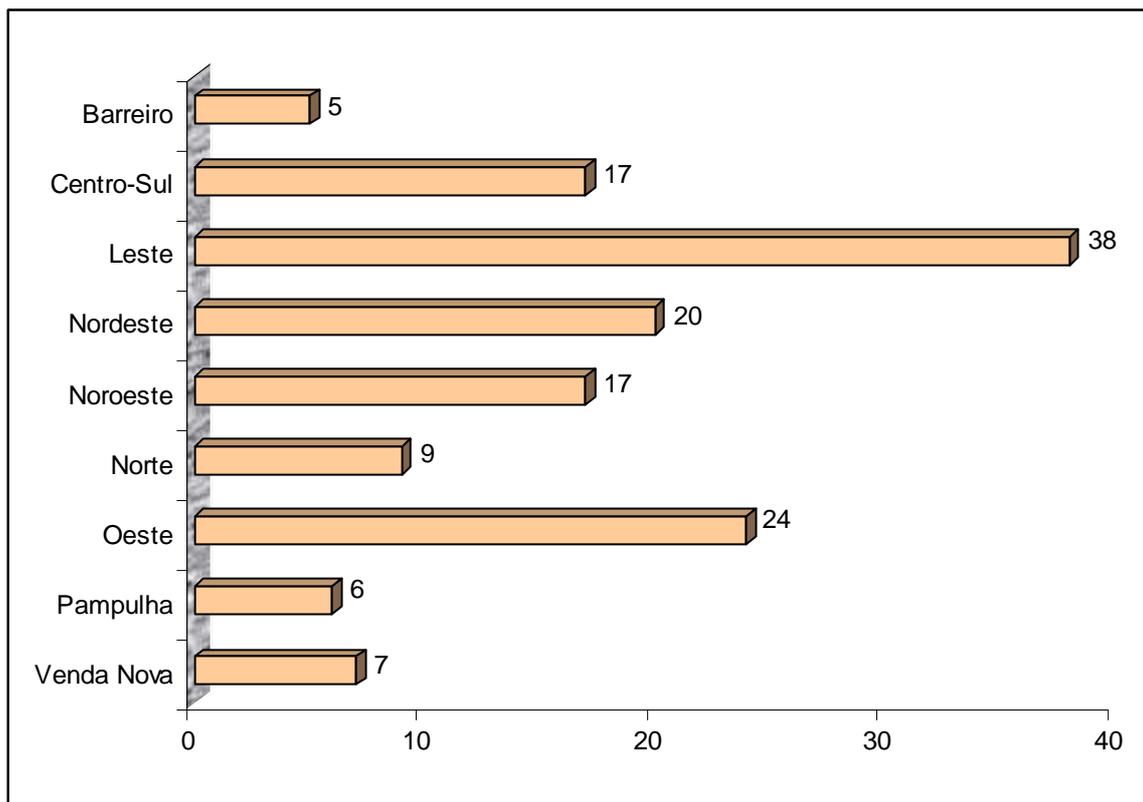


Gráfico 8
Número de favelas segundo a Regional Administrativa
1960 – 1969

A política em relação às favelas volta a ser a de remoção e de erradicação. Nesse sentido é criada em 1965, através do Decreto Municipal N° 1.369, de 7 de dezembro de 1965, a CHISBEL (Coordenação Municipal de Órgãos e Serviços), que tinha por atribuição: “superintender tanto a planificação como a execução das providências de qualquer natureza, destinadas ao desfavelamento de áreas e logradouros públicos da Capital”. (ART. 1º DO DECRETO MUNICIPAL N° 1.369, de dezembro de 1965), em substituição ao DBP (Departamento de Bairros Populares).

A Coordenação, ainda de acordo com o Artigo 4º do Decreto de sua criação, tinha por finalidade:

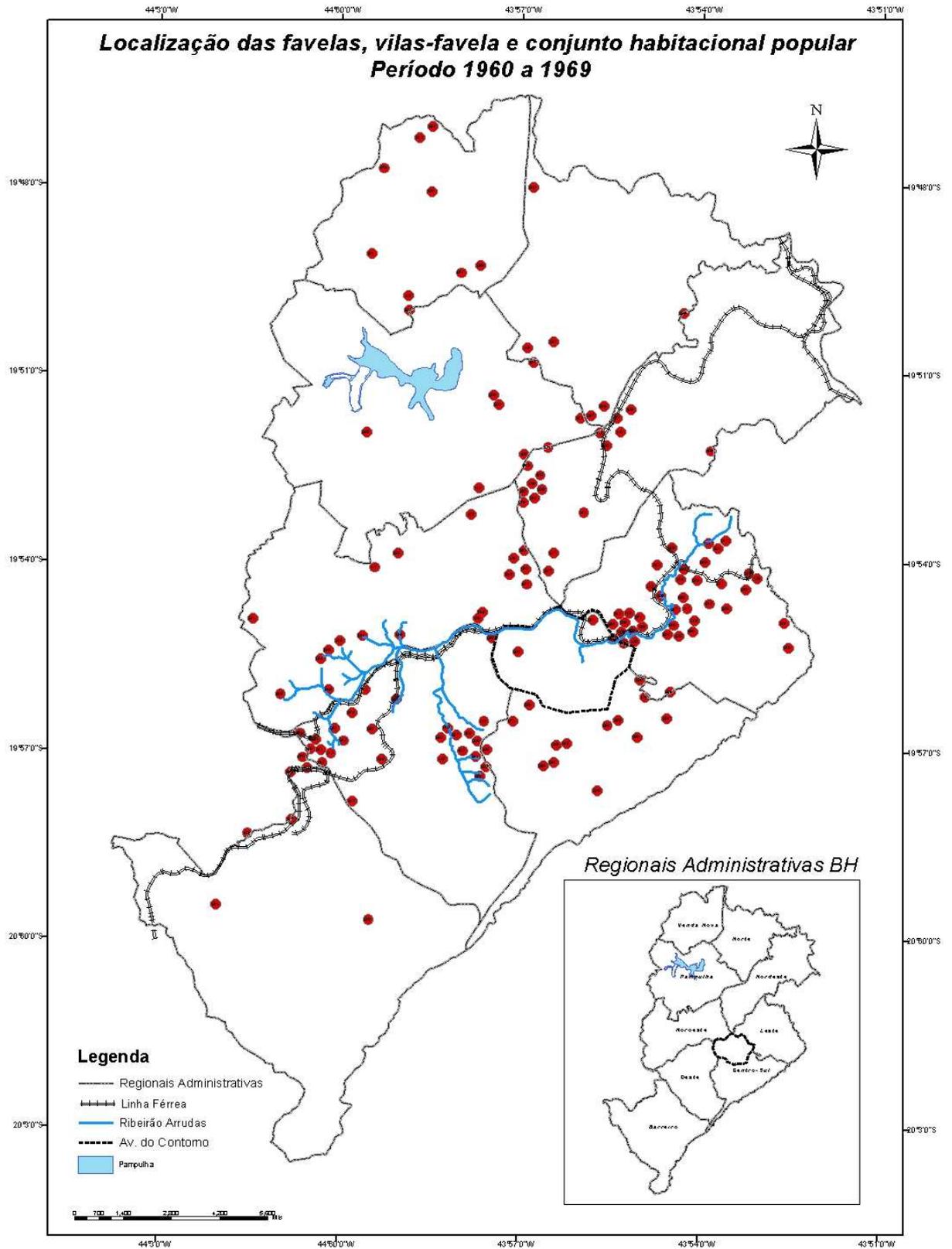
Art. 4º - A Coordenação deverá tomar imediatamente as seguintes providências:

- a) Planejar e executar o desfavelamento das vias públicas, cais e córregos;
- b) Promover o levantamento das áreas vagas dos Bairros São Bernardo, São Vicente e Santa Lúcia;
- c) Estudar a construção de moradias para proteger as famílias desabrigadas;
- d) **Promover uma ação fiscalizadora imediata e real, de modo a não permitir o aparecimento de novas favelas;**
- e) Estudar e executar um plano global de obras, atendendo os requisitos urbanísticos, sanitários e sociais;
- f) Coordenar medidas que visem a legalização definitiva da situação dos ocupantes de imóveis existentes nos Bairros São Bernardo, Santa Lúcia e São Vicente;
- g) Promover o entrosamento dos diversos órgãos e serviços com o Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares, visando à execução das medidas que se tornarem necessárias à consecução dos objetivos da Coordenação;
- h) Realizar entendimentos com os órgãos congêneres das esferas Estadual e Federal, para obter a sua colaboração. (Grifos nossos)

A urgência apresentada no caput do artigo 4º é indicativa da gravidade da questão. Não menos importante é o previsto na alínea d. A partir desse momento o poder público teve uma ação repressora na fiscalização que, mesmo não conseguindo impedir a formação de novas favelas em muito contribuiu para que o número dessas não se elevasse exponencialmente, como vinha ocorrendo nos anos anteriores.

Na reforma administrativa, realizada em 1967, é criada a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, a qual passa a abrigar o Departamento Habitacional, que por sua vez, era encarregado de tratar dos problemas das favelas no âmbito do Município, nos termos utilizados no Decreto: “Recuperação de Favelas”. (DECRETO MUNICIPAL Nº 1.562, de 28 de setembro de 1967).

Mapa 9



Nº	Regional	Denominação
01	LE	Abadia
02	CS	Acaba Mundo
03	NT	Aeroporto - São Sebastião
04	NO	Alto dos Pinheiros
05	LE	Alto Vera Cruz
06	CS	Alvorada (Av. Prudente de Moraes)
07	OT	Ambrosina
08	OT	Antena
09	NT	Atrevidos do Aeroporto
10	OT	Atrevidos do Nova Granada
11	LE	Atrevidos do Parque Vera Cruz
12	NE	Atrevidos do Santo André
13	LE	Barroca Santa Teresa
14	LE	Belém Ribeiro
15	LE	Belém Saudade
16	LE	Bias Fortes
17	LE	Boa Vista
18	OT	Boa Vontade
19	NO	Buraco do Peru
20	NE	Buraco Quente (Carmo)
21	CS	Buraco Quente (Lagoinha)
22	LE	Buraco Quente (Santa Teresa)
23	OT	Cabana do Pai Tomas
24	CS	Cabeça de Porco
25	LE	Caetano Furquim
26	CS	Cafezal
27	NE	Campo do Pitangui
28	LE	Camponesa
29	LE	Carapuça
30	NE	Carioca
31	NO	Castelo (Frei Josafá)
32	BA	Cemig
33	OT	Chácara Leonina
34	LE	Cônego Pinheiro
35	LE	Cônego Pinheiro A
36	LE	Conselheiro Rocha
37	CS	Copacabana
38	NE	Copacabana (Vila da Paz)

Cont.

Tabela 8
Relação de favelas, vilas-favela e conjunto habitacional popular
Período de 1960 a 1969

Nº	Regional	Denominação
39	NO	Delta
40	LE	Dias
41	OT	Divinéia
42	BA	Dom Bosco
43	LE	Edgar Werneck
44	LE	Esplanada
45	CS	Estrela
46	LE	Flamengo
47	LE	Gogó da Ema
48	LE	Grota
49	NE	Humaitá
50	LE	Ilha dos Urubus
51	OT	Imperial
52	OT	Invasão
53	NO	Jardim América
54	VN	Jardim Comercial
55	NO	Jardim Montanhês
56	OT	Jardim Pantanal
57	OT	Jardim Pombal
58	LE	João Alfredo
59	OT	João XXIII
60	NT	Juliana
61	OT	Leonina
62	NE	Mangabeira
63	VN	Mantiqueira
64	OT	Maracás
65	OT	Maravilha
66	NO	Marmiteiros
67	NO	Mata da Lenha
68	CS	Mendonça
69	NE	Minaslândia
70	OT	Moinho
71	LE	Morro da Favela
72	LE	Morro do Minério
73	CS	Morro do Querosene
74	CS	Nossa Senhora Aparecida
75	LE	Nossa Senhora dos Anjos
76	VN	Nova América

Cont.

Tabela 8
Relação de favelas, vilas-favela e conjunto habitacional popular
Período de 1960 a 1969

Nº	Regional	Denominação
77	NE	Nova Brasília
78	NE	Nova Cachoeirinha
79	OT	Nova Gameleira
80	NO	Novo Santa Cruz
81	BA	Olaria (Marieta I)
82	OT	Operária-Estudantil
83	NO	Palmital
84	CS	Papagaio
85	PA	Paquetá
86	LE	Paraíso
87	NT	Parque da Aviação
88	VN	Parque São João Batista
89	LE	Pátio do Horto
90	CS	Pau Comeu
91	NO	Pé de Vento (Coqueiral)
92	LE	Pedreira da Pompéia
93	NE	Pedreira Prado Lopes
94	CS	Pindura Saia
95	NT	Pio XII
96	CS	Pombal – Copacabana
97	NT	Primeiro de Maio
98	NT	Ribeiro de Abreu
99	CS	Santa Lúcia
100	CS	Santa Maria (Conjunto)
101	VN	Santa Mônica (Mãe dos Pobres)
102	PA	Santa Rosa
103	OT	Santa Sofia
104	PA	Santa Teresinha
105	NE	Santo Antônio
106	NE	São Benedito
107	NT	São Bernardo
108	NE	São Dimas
109	OT	São Domingos
110	PA	São Francisco
111	LE	São Geraldo
112	OT	São Jorge

Cont.

Tabela 8
Relação de favelas, vilas-favela e conjunto habitacional popular
Período de 1960 a 1969

Nº	Regional	Denominação
113	NO	São José -Gameleira
114	NO	São José
115	NE	São Paulo (Matadouro)
116	NE	São Paulo (Praça da Associação)
117	LE	São Rafael
118	NT	São Tomas
119	LE	São Vicente
120	VN	Sesc
121	NO	Sport Club
122	NO	Sumaré/Inferninho
123	PA	Suzana
124	LE	Taquaril
125	BA	Teresa Cristina (Barreiro)
126	NO	Tereza Cristina (Carlos Prates)
127	BA	Tito Fulgêncio – Barreiro
128	LE	Travessa do Cardoso
129	NO	Trinta e Um de Março
130	LE	União
131	PA	Universitários
132	VN	Universo
133	LE	Vai-Quem-Quer (Horto)
134	CS	Vai-Quem-Quer (Serra)
135	OT	Ventosa
136	NE	Vila Conceição
137	NE	Vila Concórdia
138	NE	Vila Coqueiro da Paz
139	LE	Vila da Área
140	OT	Vila Dom Carmelo
141	NE	Vila Ipiranga
142	LE	Vila Itaú
143	OT	Vila Oeste/Nova Gameleira

Tabela 8
Relação de favelas, vilas-favela e conjunto habitacional popular
Período de 1960 a 1969

6.3.7. De 1970 a 1979 - CHISBEL: a política de erradicação de favelas

Na década de 1970, Belo Horizonte continuou crescendo desordenadamente e sem políticas públicas para enfrentar o problema habitacional para a população de baixa renda. O número de favelas, nesse período, é de 180 (cento e oitenta).

Na tentativa de resolver os problemas causados pela falta de planejamento, é criado no nível estadual o PLAMBEL (Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte) órgão responsável pelo planejamento da RMBH (Região Metropolitana de Belo Horizonte) e, no nível municipal a CHISBEL (Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte) criada em 1965. Nos primeiros anos da década de 1970, houve ampliação de suas atribuições por meio da Lei Municipal Lei Municipal N° 1.996, de 22 de setembro de 1971. A partir dessa Lei, a CHISBEL passou:

- a) - promover estudos e pesquisas, bem como **elaborar planos e programas sobre o problema do favelamento na área de Belo Horizonte;**
 - b) - promover o levantamento sócio-econômico e territorial da população favelada, podendo, para tanto, contratar o serviço com entidades de direito público ou privado;
 - c) - **propor medidas necessárias à execução de um programa continuado de desfavelamento a curto, médio e longo prazo;**
 - d) - coordenar suas atividades com as de órgão da União, Estado Município ou com entidades de caráter privado, **visando à execução de uma política de desfavelamento**, em todas as suas fases, até a fixação do homem em moradia condigna;
 - e) - credenciar, dentre os órgãos referidos na alínea anterior, aquele que terá a responsabilidade, em cada caso, de executar programa específico de desfavelamento;
 - f) (...)
 - g) - promover o levantamento de recursos financeiros para a execução da projeto específico de desfavelamento, de construção de centros de triagem, e, ainda, de habitações de interesse social, podendo, para isso, contratar com Agentes Financeiros da União, do Estado e outros;
 - h) - propor a utilização de áreas de terrenos pertencentes ao Poder Público, bem como a desapropriação, por interesse social, de áreas pertencentes a terceiros, para a execução dos programas aprovados;
 - i) - promover licitação, na forma prevista no Decreto-Lei Federal n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967 para a execução de obras e serviços ou aquisição de material credenciando entidades idôneas para o acompanhamento, fiscalização, pagamento, recebimento das obras e venda das habitações concluídas.
- (...) (grifos nossos)

Nesse período inúmeras favelas são removidas e o fato de o País estar sob uma ditadura militar impede a reação dos favelados. Através do Decreto Municipal N° 2.430, de 11 de outubro de 1973, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte cria,

naquele ano, o Setor de Fiscalização e Posturas no âmbito do Departamento de Fiscalização de Posturas Municipais que dentre as suas competências tinha a de **“III - exercer a repressão às construções clandestinas e à formação favelas ou agrupamentos semelhantes”**. (ARTIGO 9º DO DECRETO MUNICIPAL N° 2.430, de 11 de outubro de 1973) (Grifos nossos).

Enquanto algumas favelas eram erradicadas, através do processo de desfavelamento, outras apareciam no cenário da Cidade. Das 143 (cento e quarenta e três) favelas existentes na década anterior (1960-1969) Belo Horizonte passou entre 1970 e 1979 a ter 181 (cento e oitenta e uma) favelas.

A Regional Administrativa Leste continua com o maior número de favelas (32). Ressalta-se que em relação à década anterior 6 (seis) favelas desapareceram. Também na Regional Centro-Sul houve diminuição do número de favelas, essas passaram de 17 (dezesete) para 15 (quinze). Nas demais regionais, exceção as Norte e Oeste que nesse período tem aumento de uma favela a mais que no anterior, o aumento de favelas foi expressivo. A Regional Barreiro, que na década de 1960 a 1969 tinha 5 (cinco) favelas, passa para 18 (dezoito). Fato idêntico acontece nas demais regionais administrativas de Belo Horizonte, sendo o crescimento mais acentuado nas regionais administrativas de Venda Nova (passa de 7 para 14) e Pampulha que passa de 6 (seis) para 12 (doze). Na Regional Nordeste as favelas passam de 20 (vinte) para 30 (trinta) e na Noroeste de 17 (dezesete) para 24 (vinte e quatro).

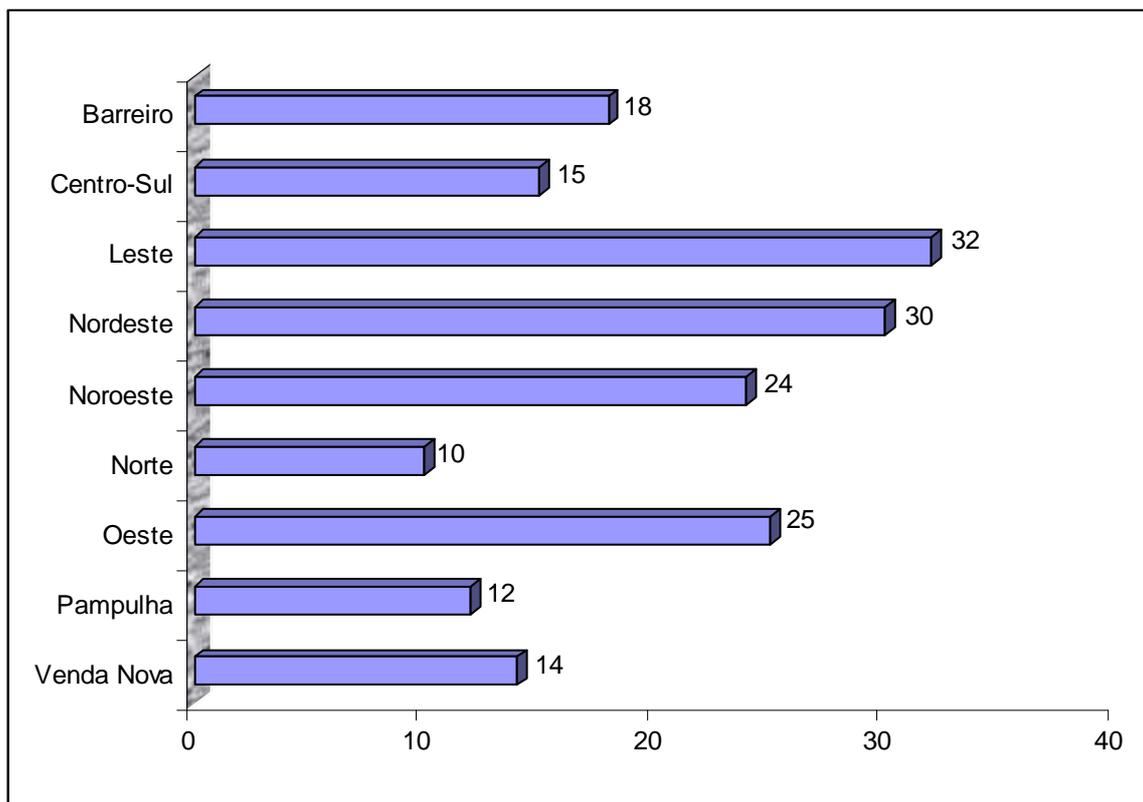


Gráfico 9
Número de Favelas segundo a Regional Administrativa
Período 1970 a 1979

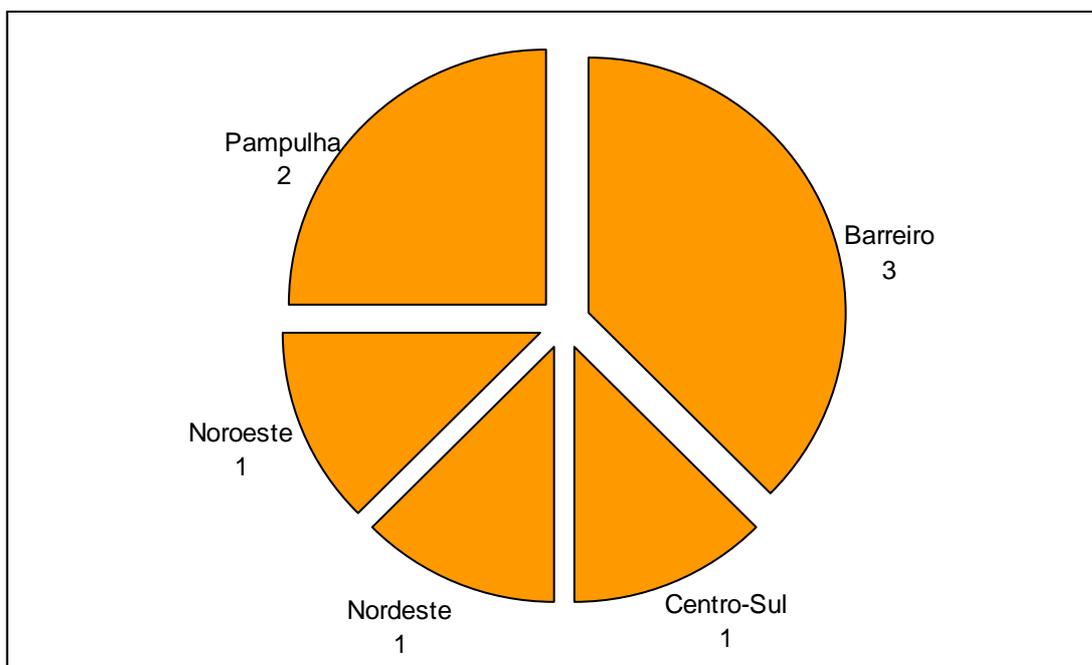
Nesse contexto, ocorreu mudança no encaminhamento da questão habitacional e, em 1976, através do Decreto Municipal N° 2.932, de 10 de setembro de 1976, a CHISBEL foi reestruturada e passou a ter como competência, conforme descrito no Art. 3° do referido decreto:

- I - administrar os sistemas de desfavelamento e de fixação do favelado em nova moradia;**
- II – realizar estudos, pesquisas e análises visando ao cumprimento de suas finalidades e ao aperfeiçoamento dos sistemas de sua área de atuação;
- III - prestar assessoramento ao Prefeito, nas atividades específicas dos sistemas de sua atuação;
- IV - colaborar com outras instituições públicas encarregadas, a qualquer título, de desocupações de áreas faveladas no Município;
- V - assistir, em caráter de emergência, às pessoas atingidas por calamidade pública em suas moradias;
- VI - executar o levantamento sócio-econômico e territorial da população favelada, diretamente ou através de terceiros. (grifos nossos)

Tem-se que a finalidade da CHISBEL, não foi mais a mesma de sua criação. Se no primeiro momento o objetivo prioritário da CHISBEL era o de desfavelizar, no

segundo, a tônica na desfavelização arrefeceu e a CHISBEL passa a se preocupar com a “fixação do favelado em nova moradia”.

É desse período a retomada da construção dos conjuntos habitacionais populares e 10 (dez) são construídos nessa década, exceto o Conjunto Santa Maria que é de 1956. A maioria desses nas regionais Barreiro (3) e Pampulha (2). Dos três demais 1 (um) foi construído na Regional Nordeste, 1 (um) na Regional Norte e o outro na Regional Noroeste. Dentre esses, encontram-se os conjuntos habitacionais: Ribeiro de Abreu (1975), Vale do Jatobá (1975), Califórnia (1976) e Tirol (1977), dentre outros. Todos eles, sem exceção, em poucos anos, se transformaram em verdadeiras favelas.



* O Conjunto Habitacional da Regional Centro-Sul (Conjunto Santa Maria) foi construído em 1956

Gráfico 10
Número de Conjuntos Habitacionais Populares
Por Região Administrativa
Período 1970 a 1979

Quanto às políticas públicas relativas à moradia popular, somente no final da década de 70 foram encontradas formulações sistemáticas. É dessa época a formulação de programas voltados para a urbanização de vilas e favelas, edificações e melhoria de conjuntos habitacionais populares, e também legislação

de regulamentação de loteamentos populares e/ou clandestinos. Dentre as políticas sobressai, por sua finalidade, o Programa de Desenvolvimento de Comunidade (PRODECOM)¹³⁶ que atuou, entre 1979 e 1982, na urbanização de algumas das muitas favelas existentes em Belo Horizonte.

O PRODECOM foi pioneiro em diversos aspectos. Ele buscava atender às necessidades das comunidades carentes bem como possibilitar a essas participarem de projetos que visassem melhorias em suas condições de vida. Estimulava a participação e criava mecanismos participativos para as associações comunitárias; facilitava o acesso das populações pobres ao sistema financeiro de habitação; organizava mutirões envolvendo as famílias em todas as etapas de construção; estimulava a auto-construção, garantindo aos moradores direito de organizar-se em seu próprio espaço e definir sua própria paisagem. (RELATÓRIO DA PESQUISA METODOLOGIAS E EXPERIÊNCIAS EM RECUPERAÇÃO SÓCIO-URBANÍSTICAS DE ÁREAS MARGINAIS URBANAS, 1995, p.10).

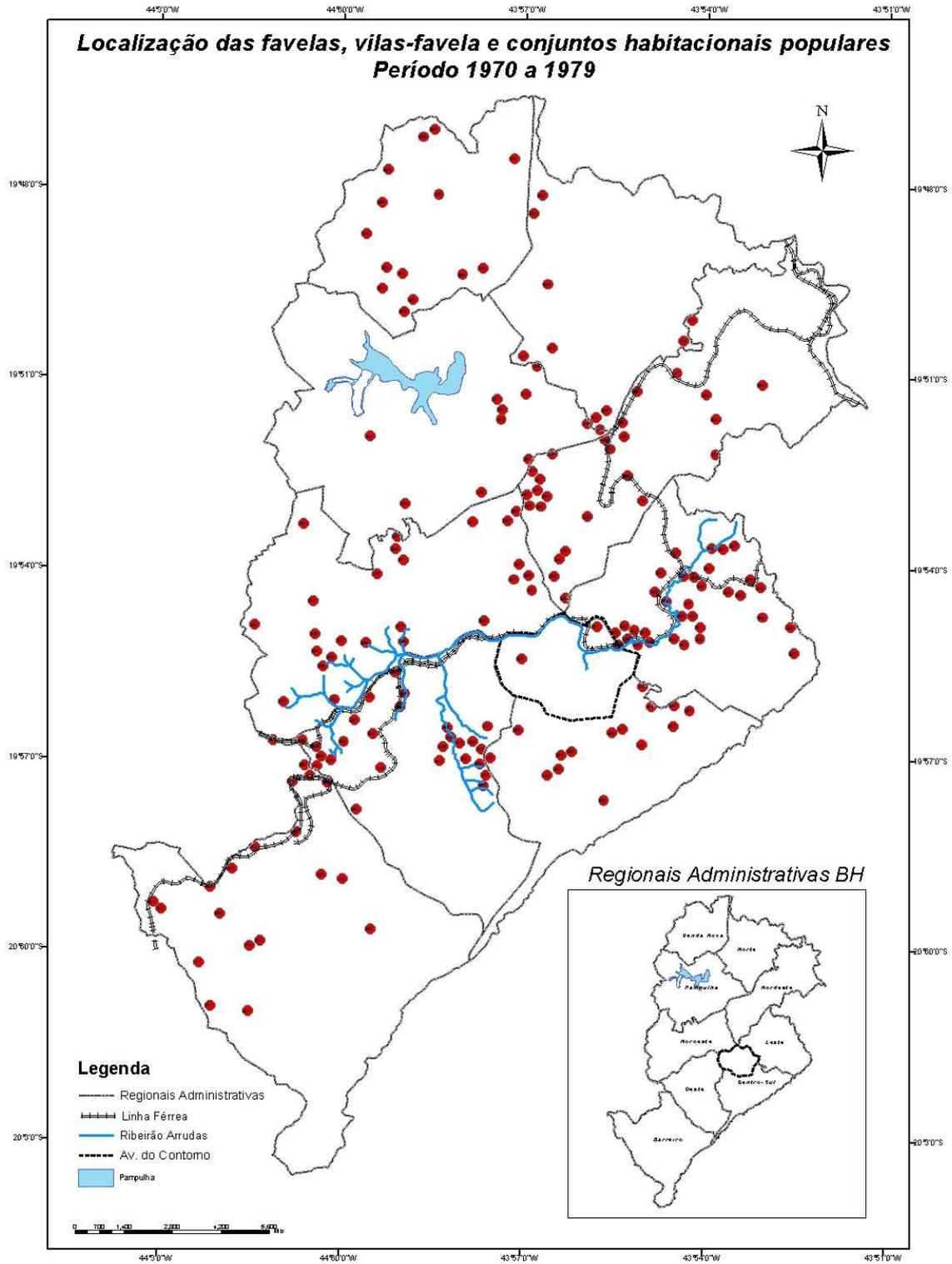
Ainda de acordo com o Relatório da Pesquisa Metodologias e Experiências em Recuperação sócio-urbanísticas de Áreas Urbanas Marginais:

O PRODECOM previa a construção de 30.739 moradias, chegou a concluir 14.189 unidades, ficando inacabadas 1.140 casas, deixando de construir 15.510 moradias. São apontados como principais problemas desse Programa o fato de que parte do financiamento previsto para a compra de lotes, em áreas já urbanizadas, mostrou-se insuficiente. Isto determinou a prática da construção de pequenos conjuntos em um só lote e obrigou a presença de pequenas empreiteiras no projeto, o que encareceu o custo. Um dos maiores problemas enfrentado pelo Programa foi o desvio de verbas que ocorreu, seja por falta de fiscalização por parte do Programa sobre as associações, seja por parte dessas sobre seus membros. (GUIMARÃES, 1984, p. 17)¹³⁷ (p. 12)

¹³⁶ Programa desenvolvido pelo Governo Estadual, sendo o seu promotor a Secretaria de Estado do Planejamento de Minas Gerais (SEPLAN - MG). Em 1983, o Programa foi transferido para a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social (SETAS - MG).

¹³⁷ GUIMARÃES, Berenice. **Os programas de habitação para a população de baixa renda no Estado de Minas Gerais - 1965/1983**. Comunicação apresentada no VIII Encontro Anual da ANPOCS, 1984. (mimeo).

Mapa 10



N°	Regional	Denominação
01	LE	Abadia
02	CS	Acaba Mundo
03	PA	Aeroporto
04	PA	Aeroporto - São Sebastião
05	NO	Alto dos Pinheiros
06	LE	Alto Vera Cruz
07	NO	Alvorada
08	OT	Ambrosina
09	NO	Antena
10	OT	Antena
11	BA	Antenas
12	VN	Apolônia
13	BA	Átila de Paiva
14	NT	Atrevidos do Aeroporto
15	OT	Atrevidos do Nova Granada
16	LE	Atrevidos do Parque Vera Cruz
17	NE	Atrevidos do Santo André
18	NT	Bacurau (Clóris)
19	OT	Barão Homem de Melo
20	LE	Barroca de Santa Teresa
21	LE	Belém
22	OT	Betânia
23	LE	Boa Vista
24	NO	Buraco da Cobra (Filadélfia)
25	NO	Buraco do Peru
26	OT	Cabana do Pai Tomas
27	CS	Cabeça de Porco
28	LE	Caetano Furquim
29	CS	Cafezal
30	NE	Caixa D'Água (Ipiranga)
31	NO	Califórnia (Conjunto)
32	NE	Campo do Pitangui
33	LE	Camponesa
34	LE	Carapuça
35	NE	Carioca
36	LE	Casa Branca
37	OT	Cascalho (São Jorge II)

Cont.

Tabela 9
Relação das favelas, vilas-favela e conjuntos habitacionais populares
Período de 1970 a 1979

N°	Regional	Denominação
38	NO	Castelo (Frei Josafá)
39	NT	Celestino
40	BA	Cemig
41	OT	Chácara Leonina
42	LE	Cônego Pinheiro
43	LE	Cônego Pinheiro A
44	LE	Conselheiro Rocha
45	VN	Copacabana
46	NE	Copacabana (Vila da Paz)
47	BA	COPASA
48	NO	Delta
49	LE	Dias (Buraco Quente I e II)
50	OT	Divinéia
51	BA	Dom Bosco
52	NE	Esplanada
53	LE	Esplanada A
54	LE	Estação do Horto Florestal
55	CS	Estrela
56	NE	Favela do Túnel
57	LE	Flamengo
58	VN	Flamengo
59	LE	Gogó da Ema
60	NE	Gorduras (Vila Maria)
61	LE	Grota
62	NE	Guanabara
63	NE	Humaitá
64	LE	Ilha dos Urubus
65	OT	Imbaúbas - João XXIII
66	OT	Imperial
67	BA	Independência
68	NO	Jardim América
69	VN	Jardim Comercial
70	VN	Jardim Leblon
71	NO	Jardim Montanhês
72	OT	Jardim Pantanal
73	OT	Jardim Pombal
74	LE	João Alfredo
75	NT	Juliana
76	OT	Leonina

Cont.

Tabela 9
Relação das favelas, vilas-favela e conjuntos habitacionais populares
Período de 1970 a 1979

Nº	Regional	Denominação
77	NO	Lorena
78	VN	Mantiqueira
79	NO	Maravilha
80	NO	Marmiteiros (São Vicente)
81	CS	Mendonça
82	NT	Minaslândia
83	OT	Moinho
84	LE	Morro do Minério
85	CS	Morro do Querosene (Monte São José)
86	VN	Nossa Senhora da Aparecida
87	CS	Nossa Senhora de Fátima
88	LE	Nossa Senhora dos Anjos
89	VN	Nova América
90	NE	Nova Brasília
91	NO	Nova Cachoeirinha I
92	NO	Nova Cachoeirinha II
93	NE	Nova Cachoeirinha III
94	NE	Nova Cachoeirinha IV (Bananal)
95	OT	Nova Gameleira
96	PA	Novo Ouro Preto
97	NE	Novo Santa Cruz
98	BA	Olaria (Marieta I)
99	OT	Oliveiras
100	CS	Papagaio (Santa Rita de Cássia)
101	PA	Paquetá
102	LE	Paraíso
103	NT	Parque da Aviação (Biquinha)
104	LE	Pátio do Horto
105	CS	Pau Comeu (Nossa Senhora Aparecida)
106	NO	Pé de Vento (Coqueiral)
107	LE	Pedreira da Pompéia (Nossa Senhora do Rosário)
108	NE	Pedreira Prado Lopes
109	CS	Pindura Saia
110	NT	Pio XII
111	BA	Piratininga
112	CS	Pombal (Copacabana)

Cont.

Tabela 9
Relação das favelas, vilas-favela e conjuntos habitacionais populares
Período de 1970 a 1979

N°	Regional	Denominação
113	LE	Ponta Porã
114	NT	Primeiro de Maio
115	NE	Ribeiro de Abreu (Conjunto)
116	NT	Ribeiro de Abreu
117	CS	Santa Isabel
118	CS	Santa Lúcia
119	CS	Santa Maria (Conjunto)
120	VN	Santa Mônica (Mãe dos Pobres)
121	PA	Santa Rosa
122	OT	Santa Sofia
123	PA	Santa Teresinha
124	NE	Santo Antônio- Cachoeirinha
125	PA	Santo Antônio -Indaiá
126	NO	Santo Antônio
127	NE	São Benedito
128	PA	São Bernardo
129	OT	São Domingos
130	PA	São Francisco
131	NE	São Gabriel (Beira Linha)
132	LE	São Geraldo (Olaria)
133	VN	São João Batista
134	OT	São Jorge
135	NO	São José
136	OT	São José
137	PA	São Miguel (Vietnã)
138	NE	São Paulo (Modelo)
139	NE	São Paulo (Praça da Associação)
140	LE	São Rafael
141	NT	São Tomás
142	LE	São Vicente
143	NO	Senhor dos Passos
144	VN	Serra Verde
145	VN	Sesc
146	NO	Sport Club
147	NO	Sumaré/Inferninho
148	NO	Sovaco da Cobra (Califórnia)
149	PA	Suzana
150	LE	Taquaril

Cont.

Tabela 9
Relação das favelas, vilas-favela e conjuntos habitacionais populares
Período de 1970 a 1979

N°	Regional	Denominação
151	BA	Teresa Cristina – Barreiro
152	OT	Tereza Cristina – Carlos Prates
153	BA	Tirol (Conquista da União - Conjunto)
154	BA	Tirol
155	BA	Tito Fulgêncio - Barreiro
156	NE	Três Marias
157	NO	Trinta e Um de Março
158	NE	Universitários
159	VN	Universo
160	LE	Vai Quem Quer (Horto)
161	CS	Vai Quem Quer (Nossa Senhora da Conceição)
162	BA	Vale do Jatobá
163	VN	Várzea da Palma
164	OT	Ventosa
165	NE	Vila Conceição
166	NE	Vila Concórdia (Tiradentes)
167	NE	Vila Coqueiro da Paz
168	NE	Vila da Área
169	NE	Vila de Sá
170	NE	Vila do Pombal
171	OT	Vila Dom Carmelo
172	PA	Vila Isabel
173	BA	Vila Itaú
174	BA	Vila Maria
175	BA	Vila Nova dos Milionários
176	NO	Vila Oeste
177	OT	Vila Oeste/Gameleira
178	BA	Vila Pinho
179	NE	Vila Reunida
180	BA	Vila São Paulo
181	OT	Virgínia

Tabela 9
Relação das favelas, vilas-favela e conjuntos habitacionais populares
Período de 1970 a 1979

6.3.8. De 1980 a 1989 - A mudança na política e a política para os assentamentos informais

No início dos anos 80, a partir da reforma administrativa promovida pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a CHISBEL é extinta. (Decreto Municipal N° 4.489, de 13 de julho de 1983). A Secretaria de Serviços Urbanos também deixou de existir e em seu lugar entrou a Secretaria de Desenvolvimento Urbano com as seguintes atribuições:

planejamento urbano e execução da política de desenvolvimento urbano do município; coordenação dos trabalhos de elaboração e edição de normas técnicas urbanísticas; estudos técnicos inerentes ao desenvolvimento urbano do Município; programação, coordenação e compatibilização da realização das obras públicas do Município. (INCISO V, ARTIGO 12, DECRETO MUNICIPAL N° 4.489, de 13 de julho de 1983).

Através do mesmo Decreto criou-se a Secretaria Municipal de Ação Comunitária que tinha por atribuições realizar:

trabalhos diversos de interesse da comunidade; programas e projetos gerais e específicos relacionados com o público de baixa renda do Município; execução de programas e projetos relacionados com prestação de serviços públicos urbanos nas periferias; execução de programas, projetos e atividades relacionados com serviços sociais de natureza comunitária; programas, projetos e atividades relativos à habilitação popular para as comunidades de baixa renda; programas, projetos e atividades relativos à nutrição, abastecimento, educação, saúde e lazer das comunidades de baixa renda, em estreita articulação com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal. (INCISO II, ARTIGO 12, DECRETO MUNICIPAL N° 4.489, de 13 de julho de 1983)

Ainda no início de década de 80, através da Lei Municipal N° 3.532, de 6 de Janeiro de 1983, criou-se o Programa Municipal de Regularização de Favelas – Profavela¹³⁸, com o objetivo de efetivar o processo de legalização, regularização e urbanização de áreas faveladas no município de Belo Horizonte. Segundo Guimarães (1990, p. 4- 5),

Um dos méritos desse Programa está no reconhecimento, por parte do poder público, do direito do favelado à propriedade de sua moradia. Outro é o fato de que, das 138 favelas do município de Belo Horizonte, 126 foram legalmente declaradas *Setores Especiais (SE-4)*¹³⁹, o que, pela Lei de Uso e Ocupação do Solo, significa o reconhecimento de sua existência. (Grifos no original)

¹³⁸ Programa regulamentado pelo Decreto Municipal N°. 4.762, de 10 de agosto de 1984.

¹³⁹ “Caracterizam-se como Setor Especial 4 (SE4) os espaços ocupados por favelas com populares economicamente carente, observadas as normas constantes da Lei Municipal N.º 3.995, de 16.01.85”. (ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL N°5.09 4, de 19 de Setembro de 1985).

Para implantar o Profavela foi criada a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL). A URBEL assumiu, em relação aos assentamentos irregulares, as funções antes de competência das antigas secretarias municipais de Ação Comunitária, de Desenvolvimento Urbano e de Obras Civas, no que se refere às obras, acompanhamento social, regularização fundiária e preparação das normas urbanísticas de uso e ocupação do solo, específicas para cada assentamento.

A partir do Profavela a política em relação aos assentamentos informais passou a ser a de atenção e os processos de erradicação de favelas, via desfavelamento, foram definitivamente afastados, exceção àquelas localizadas em áreas de risco, ou em áreas de interesse público, como por exemplo: para abertura ou alargamento de vias.

Contudo, o problema de moradia era agudo na década de 1980: além da falta de moradia para uma parcela da população, soma-se a esse problema os dos desabrigados das enchentes¹⁴⁰, o alto valor dos aluguéis e a crise do BNH (Banco Nacional de Habitação). O número de favelas existente nesse período é de 196 (cento e noventa e seis). A grande maioria dessas favelas se localizava nas regionais administrativas: Nordeste (33), Barreiro (28), Leste, Noroeste e Oeste com 24 (vinte e quatro) em cada, seguidas pelas regionais: Venda Nova com 19 (dezenove), Centro-Sul com 17 (dezessete), Norte com 16 (dezesesseis) e, por último, a Regional Pampulha com 11 (onze). Salienta-se que no final dessa década a população favelada se situava em mais de 200 (duzentos) mil integrantes.

¹⁴⁰ No período de 1979 a 1982, ocorreram fortes chuvas em Minas Gerais desabrigando em Belo Horizonte várias famílias. Por iniciativa do poder público, essas foram alocadas, temporariamente, em escolas e igrejas da cidade. Posteriormente foram removidas para Vila Maria (Gorduras) e Conjunto Habitacional Morro Alto localizado no município de Vespasiano.

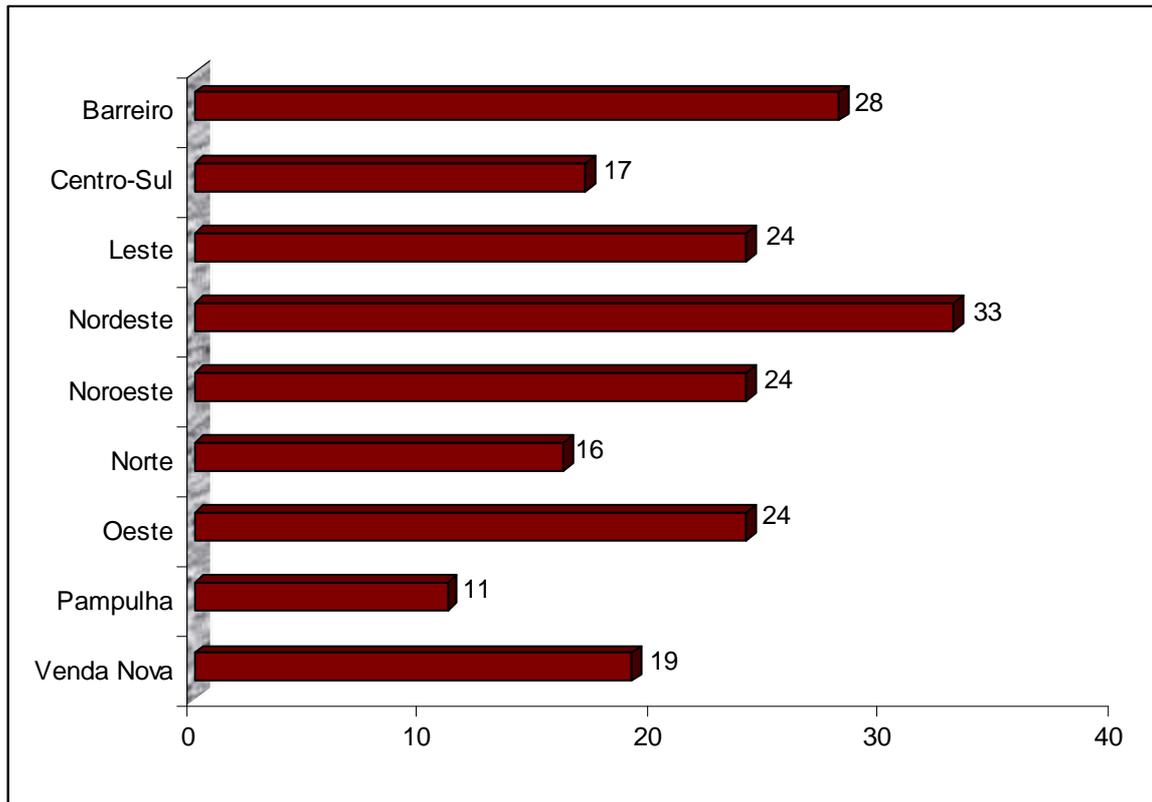


Gráfico 11
Número de Favelas segundo a Regional Administrativa
Período 1980 a 1989

O número de conjuntos habitacionais populares construídos no período é de 19 (dezenove) e se distribuem pelas Regionais, exceto a Centro-Sul e Venda Nova, que não tiveram nenhum conjunto habitacional popular construído no período.

Na Regional Barreiro foram instalados mais 5 (cinco) conjuntos habitacionais populares, enquanto que na Regionais Nordeste e Pampulha mais 2 (dois) em cada uma e na Noroeste foi erguido mais 1 (um). Na Regional Oeste foram construídos 4 (quatro) conjuntos habitacionais populares no período. Nas Regionais Leste e Norte e foram edificadas os 2 (dois) primeiros conjuntos habitacionais localizados nessas regionais. Nas regionais administrativas Centro-Sul e Venda Nova nenhum conjunto foi edificado no período.

A esses 18 (dezoito) devem ser acrescentados os 8 (oito) edificados na década anterior perfazendo um total de 26 (vinte e seis) conjuntos habitacionais

populares. Salienta-se que no final dessa década os conjuntos habitacionais populares abrigavam cerca de 45 (quarenta e cinco) mil moradores.

Contudo, deve ser salientado que as condições de habitabilidade desses conjuntos eram precárias, muitos não possuíam infra-estrutura básica (pavimentação das ruas, água encanada, esgotamento sanitário, transporte coletivo, etc.) e na quase totalidade desses inexistiam postos de saúde e escolas. A luta dos moradores é constante, mesmo conseguindo a habitação, faltam-lhes as condições indispensáveis para viverem dignamente.

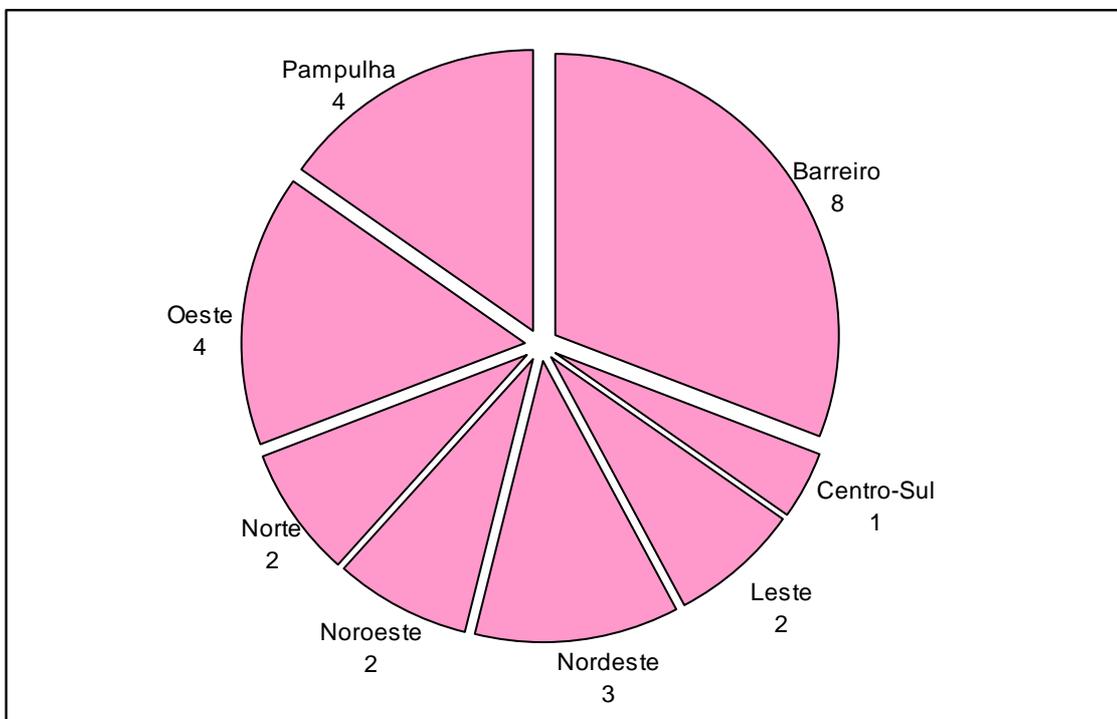


Gráfico 12
Número de Conjunto Habitacionais Populares Por Regional Administrativa
Período 1980 a 1989

Nesse contexto, as associações de moradores começaram a trabalhar no sentido de centralizar suas ações em torno das questões de habitação. O movimento por moradia, especialmente nas favelas já consolidadas e nos conjuntos habitacionais populares, teve, nesse período, como reivindicações básicas: a colocação de infra-estrutura urbana e regularização da posse da terra.

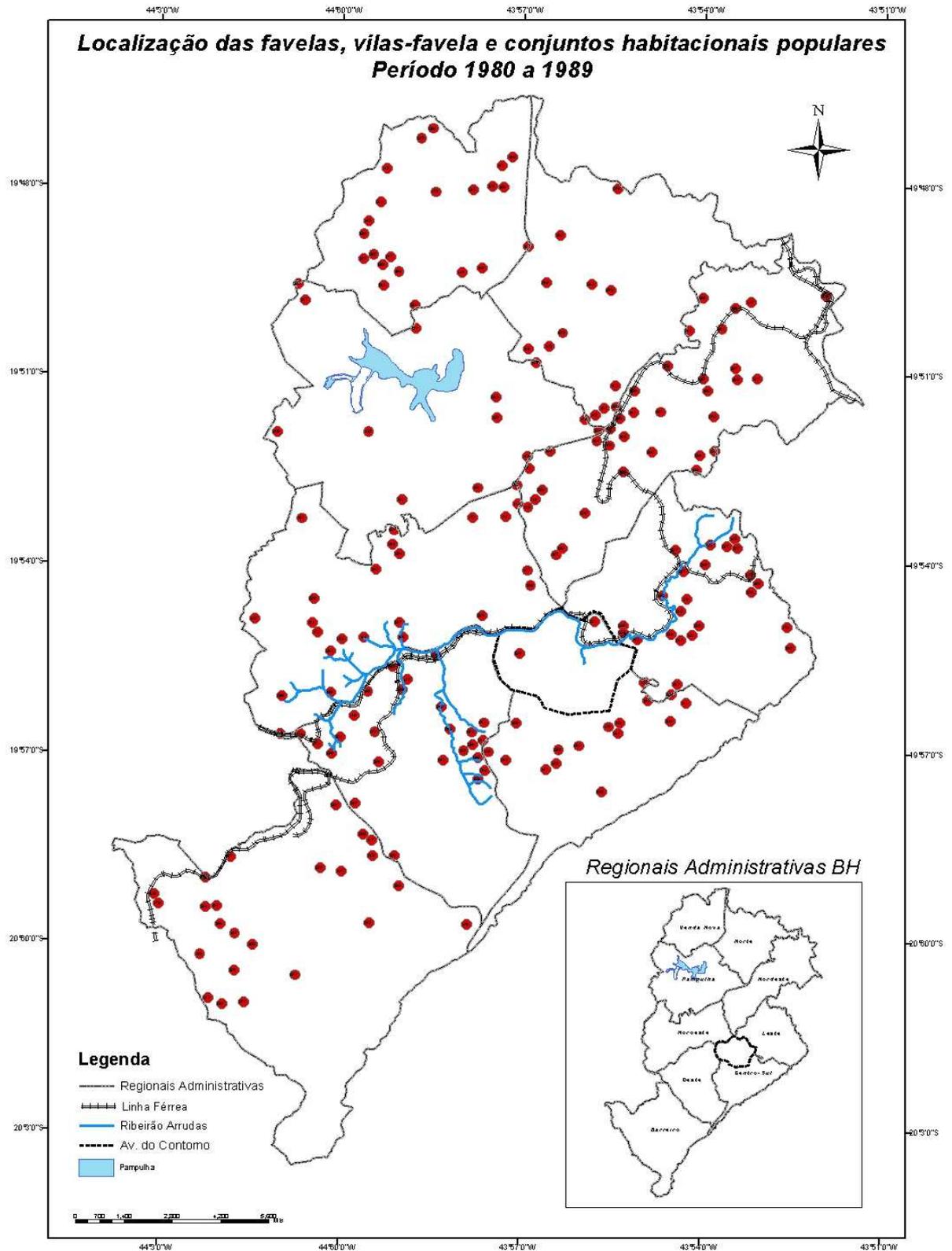
Em 1980 foi criada a UTP (União dos Trabalhadores da Periferia), em 1983 se deu a criação da FAMOBH (Federação das Associações de Moradores de Belo Horizonte), em 1985 do Movimento dos Sem Casa e, no ano seguinte, 1986, da AMBEL (Associação dos Moradores de Aluguel de Belo Horizonte). Somarriba (1994) informa que na década de 1980 haviam 202 associações comunitárias registradas em Belo Horizonte.

No que se refere às reivindicações, constata-se a seguinte evolução. No início dos anos 80, no caso específico das favelas permanecem, os dois campos reivindicativos - saneamento básico e regularização da posse. No que se refere ao movimento de moradia, a reivindicação básica era a casa. No segundo momento, meados de 80, o movimento coloca como prioridade as reivindicações relativas à implantação de infra-estrutura básica e equipamentos de uso coletivo nas áreas já ocupadas. Propõe mutirões como forma de baratear custos de produção; programas de autogestão (que no caso de Belo Horizonte nunca foram implementados) e programas de iniciativa popular. Hoje, o movimento denuncia programas paternalistas, não defende casa de graça para ninguém; propõe atender primeiro às demandas do movimento organizado, evitando o atendimento individual; faz cadastro para identificar os que já possuem algum imóvel na cidade; sugere pesquisa na área de construção alternativa; propõe modelos alternativos na ocupação de espaços.” (Relatório da Pesquisa Metodologias e Experiências em Recuperação sócio-urbanísticas de Áreas Urbanas Marginais. (SOMARRIBA, 1994, p 43).

Em 1985 foi sancionada a Lei Municipal N° 3.995, de 16 de Janeiro de 1985, que apresentava como novidade a instituição do Setor Especial 4 (SE4). Segundo o artigo 2° desta Lei: “Fica criado no zoneamento municipal o Setor Especial 4 (SE-4), que compreende as áreas faveladas definidas por esta Lei. (...)§ 2° - O SE-4 destina-se à urbanização específica de favelas e deverá observar, tanto quanto possível, as características da ocupação espontânea”.

Importante salientar que apesar dos avanços efetivados, especialmente no nível da legislação, a realidade das populações de baixa renda continuava a ser dramática não sendo resolvida de modo efetivo, pois a construção de conjuntos habitacionais, iniciada na década anterior, não foi suficiente para garantir condições dignas de moradia para grande parcela dos residentes em Belo Horizonte.

Mapa 11



Nº	Regional	Denominação
1	NT	Aarão Reis
2	LE	Abadia
3	CS	Acaba Mundo
4	NT	Aeroporto
5	BA	Alta Tensão
6	BA	Alta Tensão I
7	LE	Alto Vera Cruz
8	NO	Alvorada
9	OT	Ambrosina
10	NO	Anel Rodoviário (Maloca)
11	NO	Antena
12	OT	Antena
13	BA	Antenas
14	CS	Ápia
15	VN	Apolônia
16	BA	Átila de Paiva
17	NT	Bacurau (Clóris)
18	NT	Barão Homem de Melo
19	NE	Beira Linha
20	LE	Belém
21	OT	Bento (São Jorge I)
22	OT	Betânia
23	NT	Boa União
24	LE	Boa Vista
25	NO	Buraco da Cobra (Filadélfia)
26	NO	Buraco do Peru
27	LE	Buraco Quente (São Vicente)
28	OT	Cabana do Pai Tomas
29	CS	Cabeça de Porco (Marçola)
30	LE	Caetano Furquim
31	CS	Cafezal (Santana do Cafezal)
32	NE	Caixa D'Água (Ipiranga)
33	NO	Califórnia (Conjunto)
34	LE	Camponesa
35	NE	Capitão Eduardo (Conjunto)
36	NE	Carioca

Cont.

Tabela 10
Relação de favelas, vilas-favela e conjuntos habitacionais populares
Período de 1980 a 1989

N°	Regional	Denominação
37	OT	Cascalho (São Jorge II)
38	NT	Celestino
39	BA	Cemig
40	OT	Chácara Leonina
41	NO	Cicobe (Trinta e Um de Março)
42	LE	Cônego Pinheiro
43	LE	Cônego Pinheiro A
44	BA	Conjunto Ferrara (Bom Sucesso)
45	VN	Copacabana
46	NE	Copacabana (Vila da Paz)
47	BA	Copasa
48	BA	Corumbiara
49	LE	Dias (Buraco Quente I e II)
50	BA	Dom Bosco
51	NE	Dom Silvério
52	LE	Esplanada
53	NE	Esplanada A
54	CS	Estrela-Mendonça
55	VN	Flamengo
56	LE	Flamengo – Taquaril
57	CS	Fumec
58	LE	Gogó da Ema
59	NE	Gorduras (Vila Maria)
60	LE	Grota
61	NE	Guanabara
62	OT	Imbaúbas (João XXIII)
63	OT	Imperial
64	BA	Independência
65	NE	Inestan
66	NT	Jaqueline (Ziláh Spósito - Conjunto)
67	OT	Jardim América
68	VN	Jardim Comercial
69	NT	Jardim Felicidade (Conjunto)
70	VN	Jardim Leblon
71	NO	Jardim Montanhês
72	LE	João Alfredo

Cont.

Tabela 10
Relação de favelas, vilas-favela e conjuntos habitacionais populares
Período de 1980 a 1989

N°	Regional	Denominação
73	NO	João Pinheiro (Delta)
74	NT	Juliana
75	VN	Laranjeiras
76	OT	Leonina
77	OT	Lixão (São Jorge III)
78	NO	Lorena
79	CS	Mala e Cuia
80	BA	Mangueiras
81	VN	Mantiqueira
82	NO	Maravilha
83	LE	Mariano de Abreu (Conjunto)
84	NT	Mariquinhas (Conjunto)
85	NO	Marmiteiros (São Vicente)
86	VN	Minas Caixa
87	VN	Minas Caixa (Conjunto)
88	NT	Minaslândia
89	OT	Moinho
90	CS	Morro do Querosene (Monte de São José)
91	NE	Morro Santa Cruz
92	VN	Nossa Senhora da Aparecida
93	CS	Nossa Senhora de Fátima
94	VN	Nova América
95	NO	Nova Cachoeirinha I
96	NO	Nova Cachoeirinha II
97	NE	Nova Cachoeirinha III
98	NE	Nova Cachoeirinha IV (Bananal)
99	OT	Nova Gameleira I
100	OT	Nova Gameleira II
101	OT	Nova Paraíso
102	PA	Novo Ouro Preto
103	CS	Novo São Lucas
104	BA	Olaria (Marieta I)
105	BA	Olhos d'Água
106	NO	Oliveiras
107	OT	Pantanal
108	CS	Papagaio (Santa Rita de Cássia)
109	PA	Paquetá
110	LE	Paraíso

Cont.

Tabela 10
Relação de favelas, vilas-favela e conjuntos habitacionais populares
Período de 1980 a 1989

N°	Regional	Denominação
111	NT	Parque da Aviação (Biquinhas)
112	CS	Pau Comeu (Nossa Senhora Aparecida)
113	NE	Paulo VI (Conjunto)
114	NO	Pé de Vento (Coqueiral)
115	LE	Pedreira da Pompéia (Nossa Senhora do Rosário)
116	NE	Pedreira Prado Lopes
117	CS	Pindura Saia
118	BA	Piratininga
119	BA	Piratininga A
120	NT	Primeiro de Maio
121	NT	Providência (Conjunto)
122	NO	PUC
123	NE	Ribeiro de Abreu (Conjunto)
124	NT	Ribeiro de Abreu
125	LE	Rock In Rio
126	CS	Santa Isabel
127	CS	Santa Lúcia
128	CS	Santa Maria (Conjunto)
129	VN	Santa Mônica (Mãe dos Pobres)
130	PA	Santa Rosa
131	OT	Santa Sofia
132	NO	Santo Antônio-Cachoeirinha
133	PA	Santo Antônio (Indaiá)
134	NE	Santo Antônio
135	NE	São Benedito
136	PA	São Bernardo
137	PA	São Francisco
138	PA	São Francisco de Assis (Conjunto)
139	NE	São Gabriel (Beira Linha)
140	NE	São Gabriel (Conjunto)
141	NE	São Gabriel (Nova Brasília)
142	NE	São Gabriel (São Dimas)
143	LE	São Geraldo (Olaria)
144	VN	São João Batista
145	OT	São José
146	NO	São José A
147	PA	São Miguel (Vietnã)
148	NE	São Paulo (Modelo)
149	NE	São Paulo - Praça da Associação

Cont.

Tabela 10
Relação de favelas, vilas-favela e conjuntos habitacionais populares
Período de 1980 a 1989

N°	Regional	Denominação
150	LE	São Rafael
151	NT	São Tomás
152	VN	Satélite
153	NO	Senhor dos Passos
154	VN	Serra Verde
155	VN	Sesc
156	NO	Sport Club
157	NO	Sumaré/Inferninho
158	NO	Suvaco da Cobra (Califórnia)
159	PA	Suzana
160	LE	Taquaril (Conjunto)
161	BA	Tereza Cristina (Barreiro)
162	OT	Tereza Cristina I e II
163	BA	Tirol I (Conquista da União - Conjunto)
164	BA	Tirol
165	NE	Três Marias
166	NE	Triba
167	LE	União
168	NE	Universitários
169	VN	Universo
170	CS	Vai Quem Quer (Nossa Senhora da Conceição)
171	VN	Várzea da Palma
172	OT	Ventosa
173	BA	Vila Bernadete
174	BA	Vila Castanheira (Jatobá III)
175	NE	Vila Concórdia (Tiradentes)
176	NE	Vila Corococó
177	LE	Vila da Área
178	NE	Vila de Sá
179	PA	Vila do Índio
180	NE	Vila do Pombal
181	VN	Vila dos Anjos (Céu Azul)
182	BA	Vila Formosa
183	BA	Vila Itaú
184	NE	Vila Maria (Jatobá IV)
185	BA	Vila Nova dos Milionários
186	OT	Vila Oeste-Gameleira
187	NO	Vila Oeste
188	BA	Vila Pinho (Jatobá)

Cont.

Tabela 10
Relação de favelas, vilas-favela e conjuntos habitacionais populares
Período de 1980 a 1989

N°	Regional	Denominação
189	NE	Vila Reunida
190	BA	Vila Santa Rita (Jatobá I)
191	PA	Vila São Francisco de Assis
192	BA	Vila São Paulo
193	BA	Vilinha (Marieta II)
194	OT	Virginia
195	OT	Vista Alegre
196	NE	Vista do Sol

Tabela 10
Relação de favelas, vilas-favela e conjuntos habitacionais populares
Período de 1980 a 1989

6.3.9. De 1990 a 1999 – A consolidação e preservação das favelas no cenário da Cidade

Em 1990 foi sancionada a Lei Municipal N° 0, de 21 de março de 1990 – Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte – que tem em seu artigo 204: “Compete ao Poder Público formular e executar política habitacional visando à ampliação da oferta de moradia destinada prioritariamente à população de baixa renda, bem como à melhoria das condições habitacionais”. Nos anos 90 toda a política habitacional para a população de baixa renda foi efetivada tendo por base essa Lei.

A Lei Orgânica do Município manteve o Fundo Municipal de Habitação Popular¹⁴¹ e disciplinou a atuação do poder público municipal no tocante a moradia popular. De acordo com o Artigo 2005 da referida Lei:

Poder Público poderá promover licitação para execução de conjuntos habitacionais ou loteamentos com urbanização simplificada, assegurando:
I - a redução do preço final das unidades;
II - a complementação pelo Poder Público da infra-estrutura não implantada;
III - a destinação exclusiva àqueles que não possuam outro imóvel.

A atenção do poder público municipal em relação à moradia popular foi reafirmada através da Lei Municipal N°6.508, de 12 de janeiro de 1994, que cria o

¹⁴¹ O Fundo Municipal de Habitação Popular foi criado em 1955 – Lei Municipal N°517, de 29 de novembro de 1955.

Conselho Municipal de Habitação. Nos termos desta Lei: “compete a URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – a responsabilidade pela execução da política habitacional do município”.

Em 1993, através da Lei Municipal N° 6.326, de 18 de janeiro de 1993, foi dada nova regulamentação ao Fundo Municipal de Habitação Popular. De acordo com a nova regulamentação:

Art. 2º - O Fundo Municipal de Habitação Popular será destinado a **financiar e implementar programas e projetos habitacionais de interesse social**, considerando-se como tais aqueles **que atendam:**

I - à **população em precárias condições de habitação, residente em áreas de risco, favelas e habitações coletivas;**

II - à população que tenha renda familiar igual ou inferior a 5 (cinco) salários mínimos.

Art. 3º - **Os recursos do Fundo Municipal de Habitação Popular**, em consonância com as diretrizes da política municipal de habitação, **serão aplicados em:**

I - **urbanização de vilas e favelas;**

II - construção ou recuperação de unidades habitacionais;

III - urbanização de lotes;

IV - aquisição de imóveis destinados a programas habitacionais de interesse social;

V - melhoria das condições de moradia de habitações coletivas;

VI - regularização fundiária;

(...). (Grifos nossos)

Neste mesmo ano, mais precisamente em junho, através do Decreto Municipal N° 7.613, a URBEL passou a ser encarregada da elaboração e execução da política Habitacional do Município e responsável pela gestão do Fundo Municipal de Habitação Popular (FMHP).

A Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Belo Horizonte, sancionada em agosto de 1996, instituiu a feição ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) em substituição ao SE4 (Setor Especial 4). De acordo com o artigo 12 dessa Lei:

São ZEISs as regiões nas quais há interesse público em ordenar a ocupação, por meio de urbanização e regularização fundiária, ou em implantar ou complementar programas habitacionais de interesse social, e que se sujeitam a critérios especiais de parcelamento, ocupação e uso do solo, subdividido-se nas seguintes categorias:

I - ZEISs-1, regiões ocupadas desordenadamente por população de baixa renda, nas quais existe interesse público em promover programas habitacionais de urbanização e regularização fundiária, urbanística e jurídica, visando à promoção

da melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e a sua integração à malha urbana;

II - ZEISs-2, regiões não edificadas, subutilizadas ou não utilizadas, nas quais há interesse público em promover programas habitacionais de produção de moradias, ou terrenos urbanizados de interesse social;

III - ZEISs-3, regiões edificadas em que o Executivo tenha implantado conjuntos habitacionais de interesse social. (LEI MUNICIPAL N° 7.166, de 27 de Agosto de 1996).

No final da década de 1990, mais precisamente em 1998, foi criado o Programa de Assentamento de Famílias Removidas em Decorrência de Execução de Obras Públicas (PROAS) (Lei Municipal N°. 7.597, de 6 de novembro de 1998). De acordo com o artigo 2º da Lei Municipal N° 7.597:

O Programa de Assentamento de Famílias Removidas em Decorrência, e tem seu espaço delimitado pelo território do Município de Belo Horizonte, sendo indeterminado seu prazo de vigência.

Art. 3º - O PROAS beneficiará as famílias que deverão ser transferidas de áreas municipais em virtude da execução de obras públicas ou que, tendo sido vítimas de calamidade, forem removidas de áreas públicas municipais consideradas de risco, sem condição de aí retornarem.

§ 1º - O benefício de transferência efetivar-se-á, a critério da URBEL, ou sob a forma de assentamento das famílias em unidade habitacional ou de auxílio financeiro, mantido, em ambos os casos, o teto máximo permitido pelo art. 6º, da Lei n°. 7.597, de 6 de novembro de 1998.

Apesar de existir vasta legislação para a habitação popular e haver normas para urbanização e regularização fundiária dos assentamentos informais existentes, as políticas públicas em relação à habitação popular não são suficientes para atender à demanda por moradia. Muitos dos conjuntos habitacionais populares, devido ao adensamento populacional e falta de infra-estrutura, passaram a se constituir em favelas. Fechamos esse levantamento totalizando, de acordo com as informações disponíveis, 206 (duzentos e seis) favelas, localizadas em todas as regionais administrativas e com uma população superior a 312.000 (trezentos e doze mil) habitantes¹⁴².

¹⁴² Dados relativos a 1996 (URBEL; UFMG; FUNDEP; FAFICH & CEURB, 2000)

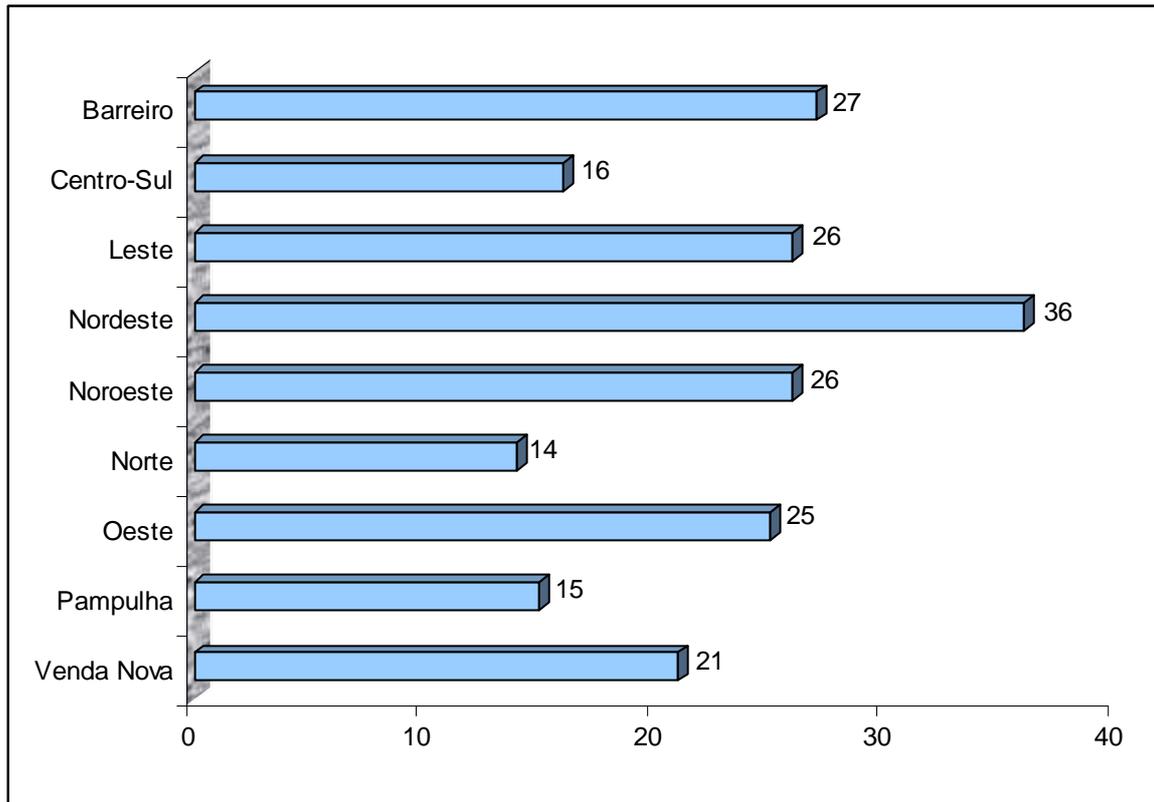


Gráfico 13
Número de Favelas segundo a Regional Administrativa
Período 1990 a 1999

Nesse mesmo período foram erguidos mais 6 (seis) conjuntos habitacionais populares, sendo 4 (quatro) na Regional Norte, 1 (um) na Regional Leste e outro na Regional Venda Nova. A esses conjuntos devem ser acrescentados os 26 (vinte e seis) construídos anteriormente totalizando 32 (trinta e dois) conjuntos habitacionais populares.

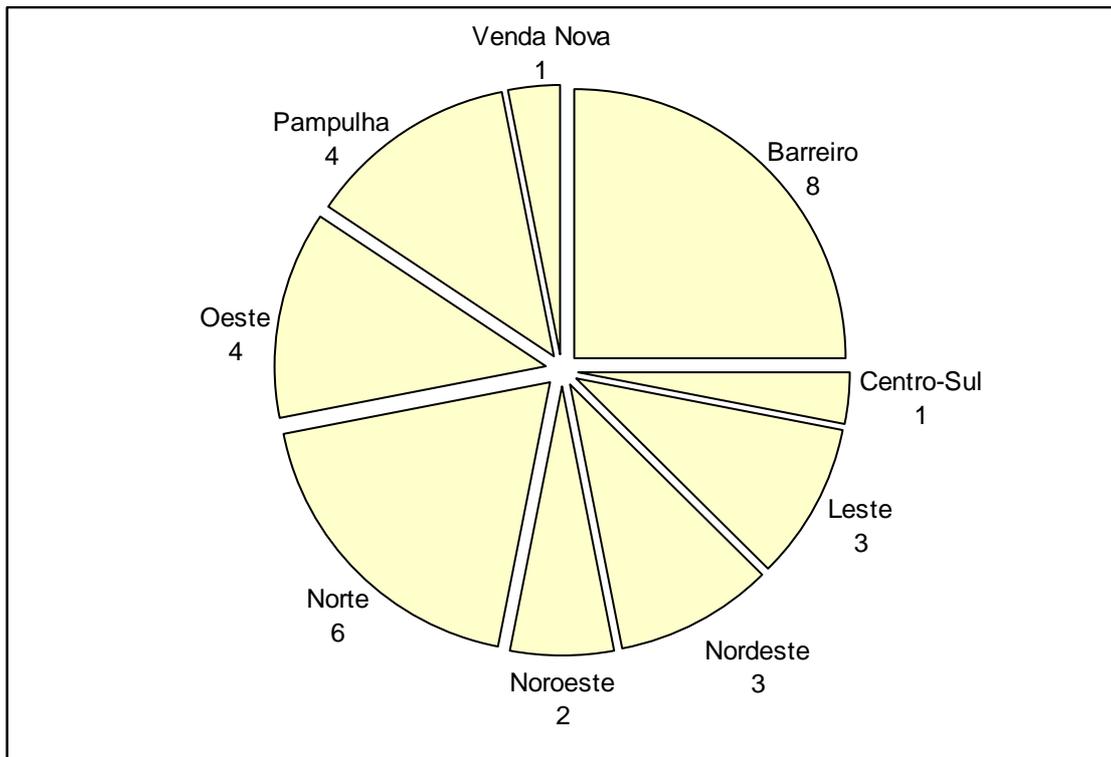
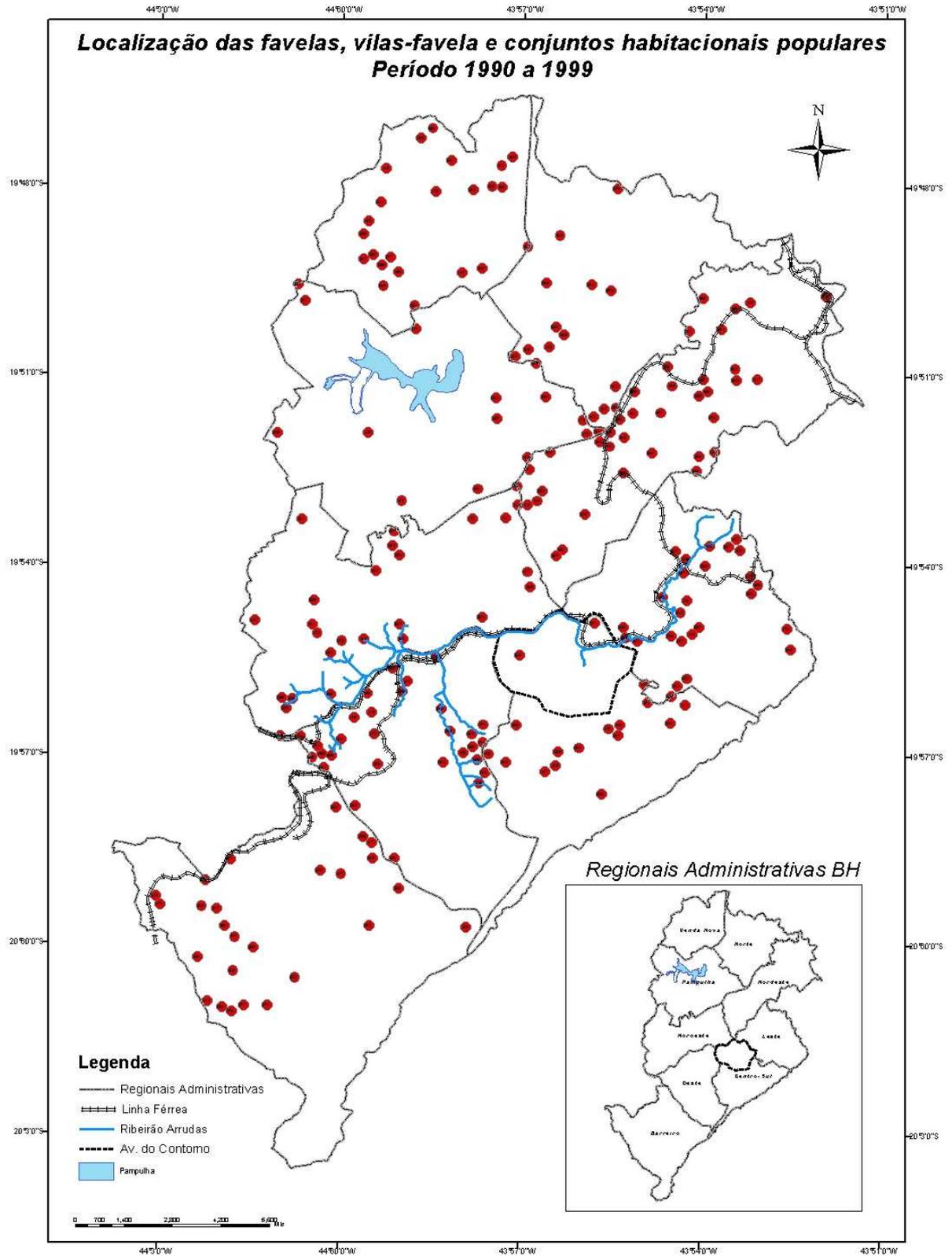


Gráfico 14
Número de Conjuntos Habitacionais Populares por Regional Administrativa
Período 1990 a 1999

Salienta-se que esses 32 (trinta e dois) conjuntos habitacionais fazem parte das áreas de atuação da URBEL e têm número de moradores superior a 66.000 (sessenta e seis mil)¹⁴³. Entre esses a grande maioria se encontra em péssimas condições, não tendo infra-estrutura básica e os seus moradores sem garantia da posse do terreno, pois o processo de regularização fundiária ainda não foi efetivado, excetuando os conjuntos Mariano de Abreu (Regional Leste), Jardim Felicidade (Regional Norte) e Confisco (Regional Pampulha), nos quais os referidos processos estão programados segundo informações constante do Plano Estratégico de Diretrizes de Intervenção em Vilas, Favelas e Conjuntos Habitacionais de Interesse Social da URBEL.

¹⁴³ Idem p.137

Mapa 12



Nº	Regional	Denominação
01	NE	Aarão Reis
02	CS	Acaba Mundo
03	PA	Aeroporto
04	BA	Alta Tensão
05	BA	Alta Tensão I
06	LE	Alto Vera Cruz
07	NO	Alvorada
08	OT	Ambrosina
09	LE	América/Fazendinha (João Pio de Souza - Conjunto)
10	NO	Anel Rodoviário (Maloca)
11	OT	Antena
12	NO	Antena
13	BA	Antenas
14	NE	Antônio Ribeiro de Abreu
15	CS	Ápia (Bandeirantes)
16	VN	Apolônia
17	BA	Átila de Paiva
18	NT	Bacurau (Clóris)
19	OT	Barão Homem de Melo
20	NT	Baronesa de Santa Luzia A
21	NE	Beira Linha
22	LE	Belém
23	OT	Bento (São Jorge I)
24	OT	Betânia
25	NT	Biquinhas (Baronesa de Santa Luzia)
26	NT	Boa União
27	LE	Boa Vista
28	NO	Buraco da Cobra (Jardim Filadélfia)
29	NO	Buraco do Peru
30	LE	Buraco Quente (São Vicente)
31	OT	Cabana do Pai Tomas
32	CS	Cabeça de Porco (Vila Marçola)
33	LE	Caetano Furquim
34	CS	Cafezal (Santana do Cafezal)
35	NE	Caixa d'Água (Vila Ipiranga)
36	NO	Calafate
37	LE	Camponesa I e II
38	LE	Camponesa III

Cont.

Tabela 11
Relação das favelas, vilas-favela e conjuntos habitacionais populares
Período 1990 a 1999

N°	Regional	Denominação
39	NE	Capitão Eduardo (Conjunto)
40	NE	Carioca
41	OT	Cascalho (São Jorge II)
42	BA	Cemig
43	OT	Cercadinho (Ventosa)
44	OT	Chácara Leonina
45	NO	Cicobe (Trinta e Um de Março)
46	LE	Cônego Pinheiro
47	LE	Cônego Pinheiro A
48	PA	Confisco (Conjunto)
49	BA	Conjunto Ferrara (Bonsucesso)
50	NE	Copacabana (Vila da Paz)
51	VN	Copacabana II
52	BA	Copasa
53	BA	Corumbiara
54	LE	Dias (Buraco Quente I e II)
55	NE	Dom Silvério
56	NE	Dom Silvério (Beira Linha)
57	LE	Esplanada
58	NE	Esplanada A
59	CS	Estrela
60	NE	Fernão Dias
61	VN	Flamengo
62	LE	Flamengo-Taquaril
63	NT	Floramar (Conjunto)
64	CS	Fumec
65	LE	Gogó da Ema/São Rafael
66	NE	Goiânia
67	NE	Gorduras (Vila Maria)
68	LE	Grota
69	NE	Grotinha
70	NE	Guanabara
71	NE	Humaitá (Inestan)
72	OT	Imbaúbas (João XXIII)
73	OT	Imperial
74	BA	Independência I
75	BA	Independência II e III
76	BA	Independência IV (Conquista da União)
77	VN	Itamarati

Cont.

Tabela 11
Relação das favelas, vilas-favela e conjuntos habitacionais populares
Período 1990 a 1999

Nº	Regional	Denominação
78	NT	Jaqueline (Ziláh Souza Spósito – Conjunto)
79	NT	Jardim Felicidade (Conjunto)
80	VN	Jardim Leblon
81	NO	Jardim Montanhês
82	LE	João Alfredo
83	NO	João Pinheiro (Delta)
84	VN	Laranjeiras
85	OT	Leonina
86	OT	Lixão (São Jorge III)
87	NO	Lorena
88	OT	Madre Gertrudes (Divinéia)
89	OT	Madre Gertrudes (Maracás)
90	OT	Madre Gertrudes (Moinho)
91	OT	Madre Gertrudes (São José)
92	VN	Mãe dos Pobres (Santa Mônica)
93	CS	Mala e Cuia
94	BA	Mangueiras
95	VN	Mantiqueira
96	VN	Mantiqueira A
97	VN	Mantiqueira II
98	NO	Maravilha I
99	NO	Maravilha II (Santa Maria)
100	NO	Maravilha III (Santa Maria)
101	NE	Maria Virgínia
102	LE	Mariano de Abreu (Conjunto)
103	NT	Mariquinhas (Conjunto)
104	NO	Marmiteiros (São Vicente)
105	VN	Minas Caixa
106	VN	Minas Caixa (Conjunto)
107	NT	Minaslândia
108	CS	Morro do Querosene (Monte São José)
109	NE	Morro dos Macacos
110	CS	Nossa Senhora de Fátima
111	VN	Nossa Senhora da Aparecida
112	VN	Nova América
113	NO	Nova Cachoeirinha I
114	NO	Nova Cachoeirinha II
115	NE	Nova Cachoeirinha III
116	NE	Nova Cachoeirinha IV (Bananal)

Cont.

Tabela 11
Relação das favelas, vilas-favela e conjuntos habitacionais populares
Período 1990 a 1999

Nº	Regional	Denominação
117	BA	Nova das Indústrias
118	OT	Nova Gameleira I
119	OT	Nova Gameleira II
120	BA	Nova Paraíso
121	PA	Novo Ouro Preto
122	LE	Novo São Lucas
123	BA	Olaria (Marieta I)
124	LE	Olaria (São Geraldo)
125	BA	Olhos D' Água
126	NO	Oliveiras
127	OT	Pantanal
128	CS	Papagaio (Santa Rita de Cássia)
129	PA	Paquetá (Conjunto)
130	LE	Paraíso
131	NT	Parque da Aviação (Biquinhas)
132	CS	Pau Comeu (Nossa Senhora Aparecida)
133	NE	Paulo VI (Conjunto)
134	NO	Pé de Vento (Coqueiral)
135	LE	Pedreira da Pompéia (Nossa Senhora do Rosário)
136	NO	Pedreira Prado Lopes
137	CS	Pindura Saia
138	BA	Piratininga
139	VN	Piratininga A
140	LE	Ponta Porã (União)
141	NT	Primeiro de Maio
142	NT	Providência (Conjunto)
143	NO	PUC
144	LE	Rock In Rio
145	CS	Santa Isabel
146	CS	Santa Lúcia
147	CS	Santa Maria (Conjunto)
148	PA	Santa Rosa
149	OT	Santa Sofia
150	NE	Santo Antônio (Cachoeirinha)
151	PA	Santo Antônio (Indaiá)
152	LE	São Benedito
153	NT	São Bernardo
154	PA	São Bernardo – Aeroporto
155	PA	São Francisco

Cont.

Tabela 11
Relação das favelas, vilas-favela e conjuntos habitacionais populares
Período 1990 a 1999

N°	Regional	Denominação
156	PA	São Francisco de Assis (Conjunto)
157	NE	São Gabriel (Beira Linha)
158	NE	São Gabriel (Conjunto)
159	NE	São Gabriel (Jacuí)
160	NE	São Gabriel (São Dimas)
161	VN	São João Batista
162	NO	São José A
163	PA	São Miguel (Vietnã)
164	NE	São Paulo (Modelo)
165	NE	São Paulo (Praça da Associação)
166	NT	São Tomas
167	VN	Satélite
168	NO	Senhor dos Passos
169	VN	Serra Verde
170	VN	Sesc (Vilarinho)
171	NO	Sport Club
172	NO	Sumaré/Inferninho
173	NO	Suvaco de Cobra (Califórnia)
174	PA	Suzana I
175	PA	Suzana II
176	LE	Taquaril
177	OT	Tereza Cristina I e II
178	BA	Tirol
179	BA	Tirol (Conquista da União - Conjunto)
180	NE	Três Marias
181	NE	Triba
182	NE	Universitários
183	CS	Vai Quem Quer (N.Sra. da Conceição)
184	VN	Várzea da Palma
185	BA	Vila Bernadete
186	BA	Vila Castanheira (Jatobá III – Conjunto)
187	NE	Vila Cocorocó
188	NE	Vila Concórdia – Atual Tiradentes
189	LE	Vila da Área
190	NE	Vila de Sá
191	PA	Vila do Índio
192	NE	Vila do Pombal
193	VN	Vila dos Anjos (São José/Céu Azul)
194	BA	Vila Formosa

Cont.

Tabela 11
Relação das favelas, vilas-favela e conjuntos habitacionais populares
Período 1990 a 1999

N°	Regional	Denominação
195	PA	Vila Isabel
196	BA	Vila Maria (Jatobá IV – Conjunto)
197	BA	Vila Nova dos Milionários
198	NO	Vila Oeste
199	OT	Vila Oeste-Nova Gameleira
200	BA	Vila Pinho (Jatobá II – Conjunto)
201	BA	Vila Santa Rita (Jatobá I – Conjunto)
202	PA	Vila São Francisco de Assis
203	BA	Vilinha (Marieta II)
204	OT	Virginia
205	OT	Vista Alegre (Nova Cintra)
206	NE	Vista do Sol

Tabela 11
Relação das favelas, vilas-favela e conjuntos habitacionais populares
Período 1990 a 1999

Os dados coletados na pesquisa informam que no final da década de 1990 existiam 174 (cento e setenta e quatro) favelas e 32 (trinta e dois) conjuntos habitacionais populares, totalizando 206 (duzentos e seis) áreas de exclusão social. Ressalta-se que os conjuntos habitacionais populares se transformaram em verdadeiras favelas e que os loteamentos populares, mesmo aprovados pela Prefeitura Municipal, não garantem a posse do terreno, conforme consta dos decretos de suas aprovações, e não possuem infra-estrutura urbana.

A tabela a seguir mostra que o crescimento do número de favelas é uma constante na Cidade de Belo Horizonte no período de realização deste estudo. Através da tabela pode-se perceber que à medida que os anos passam o número de favelas aumenta significativamente, estando localizadas em todas as regionais administrativas.

	Regionais Administrativas									Total
	Barreiro	Centro-Sul	Leste	Nordeste	Noroeste	Norte	Oeste	Pampulha	Venda Nova	
1897 a 1919	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2
1920 a 1929	-	4	-	-	1	-	2	-	-	7
1930 a 1939	-	11	4	7	1	-	5	-	-	29
1940 a 1949	-	11	11	6	5	3	8	1	-	46
1950 a 1959	-	16	20	14	7	6	11	1	1	78
1960 a 1969	5	17	38	20	17	9	24	6	7	145
1970 a 1979	18	15	32	30	24	10	25	12	14	182
1980 a 1989	28	17	24	33	24	16	24	11	19	196
1990 a 1999	27	16	26	36	26	14	25	15	21	206

Tabela 12
Número de Favelas por Regional Administrativa, segundo a década

No início do ano 2000 temos uma cidade excludente, sem moradia adequada para grande parcela de seus residentes. Essa é a realidade perversa de uma cidade fundada na exclusão de parte significativa de seus habitantes.

Considerações Finais

“Cabe (...) reconhecer que, se por um lado o cientista e o planejador não podem oferecer respostas teóricas ou técnicas acabadas para todos os problemas sociais e impasses políticos – é imprescindível, obviamente, que as forças sociais ponham em marcha o encaminhamento de soluções, através de conflitos que abrirão novas possibilidades e cujas resultantes realimentarão o labor dos intelectuais – por outro o homem de planejamento ou pesquisa não se pode furtar a contribuir com recomendações técnicas para o balizamento da luta”. (SOUZA, 1994, p.133).

Belo Horizonte, dentre as várias possibilidades de estudo sobre os processos de exclusão, foi analisada a partir da localização dos assentamentos informais (favelas e conjuntos habitacionais populares). Através da localização e da dinâmica de expansão dessas áreas na Cidade de Belo Horizonte, no período de 1897 (ano de fundação da Cidade) a 2000, foi identificada, tendo esses locais como referência, a dinâmica de crescimento da Cidade de Belo Horizonte já que concebemos o espaço da cidade como um produto resultante, entre outros fatores, de um processo de criação e recriação dos indivíduos em seu cotidiano.

Contrariando o planejado pelos construtores da Cidade, a população de baixa renda ocupou a Cidade do modo que lhe foi possível. Desse modo, antes mesmo da inauguração da Cidade em 1897, em Belo Horizonte já havia duas favelas (Alto da Estação e Córrego do Leitão). A partir dessas e como resposta à não existência de políticas públicas habitacionais para essa população, a Cidade conviveu em toda sua existência com os assentamentos informais (favelas, loteamentos populares e/ou clandestinos e, mais tarde, com os conjuntos habitacionais populares).

Se por um lado, os assentamentos informais representaram a exclusão de parte da população da cidade oficial, por outro – e não menos importante –, esses impuseram à Cidade de Belo Horizonte uma dinâmica de crescimento e expansão específicos, ou seja, o crescimento e expansão da Cidade ocorreram concomitantemente à instalação desses. É nessa perspectiva que estudos como este obtêm relevância, pois desmistificam e, paralelamente, indicam a importância

do segmento excluído da cidade formal para a construção e consolidação da cidade real.

Importante salientar que até a década de 1980 poucos são os estudos e análises sobre os assentamentos informais. Só a partir dessa década que são encontrados nos órgãos públicos registros sistematizados sobre esses locais. A Cidade procurou até 1980 esconder dela mesma a perversidade que ela cometeu cotidianamente por mais de 90 (noventa) anos.

Excluídos da cidade oficial, os moradores dos assentamentos informais terão no clientelismo, prática na qual se assentou, e ainda se assenta, grande parte das relações políticas brasileiras, o modo prevalecente para a busca de soluções de seus problemas habitacionais e de instalação da infra-estrutura básica nos locais já habitados. É sob essa égide de troca de favores e clientelismos que a cidade “legal” foi se solidificando. Paralelamente, e através da mesma forma, outras etapas intrínsecas à produção urbana como, por exemplo, a fiscalização, a regulação e a aplicação da legislação urbanística, foram se colocando e se firmando.

Cabe salientar que as políticas públicas em relação às favelas em Belo Horizonte no período entre 1897 e início da década 1980 são de erradicação. Como alternativa à favela os moradores dessas áreas tinham como única opção a aquisição de lotes em loteamentos populares cada vez mais distantes da área central da Cidade. Apesar de toda repressão às favelas e aos seus moradores essas resistem e aumentam em número e tamanho a cada década estudada representando uma alternativa viável de moradia para parte significativa (em torno de 10%) dos residentes de Belo Horizonte.

Das duas primeiras favelas – Córrego do Leitão e Alto da Estação – passou-se em pouco mais de 30 (trinta) anos (1897 a 1929) para 7 (sete). Esse foi o período de menor crescimento do número de favelas da história da Cidade. O que pode ser explicado pelo fato da Cidade ainda nesse período estar em construção e

consolidação e ter, nesse período, vivenciado uma grande crise financeira que paralisou a sua construção.

Nos demais períodos estudados o crescimento do número de favelas foi acelerado. Chegando a 145 (cento e quarenta e cinco) na década de 60, quando a Cidade completava 63 anos de existência. A tendência de crescimento se manteve, chegando o número de favelas a 206 (duzentos e seis) no final da década de 1990. Salieta-se que esse número pode ser maior que o aqui apresentado, pois algumas favelas, em especial as pequenas, não são consideradas nos estudos e documentos utilizados na análise efetivada neste trabalho.

As duas primeiras favelas (Alto da Estação e Córrego do Leitão) se situavam da área central do perímetro interno da Avenida do Contorno. Entre 1920 e 1929 o número de favelas é de 7 (sete) sendo que a quantidade de favelas existente na posteriormente denominada Regional Centro-Sul dobra (passa de duas para quatro) e aparecem outras três, uma na Regional Noroeste próxima à divisa dessa Regional com a Centro-Sul e outras duas na Regional Oeste, sendo uma dessas (Boa Vontade) decorrente de acordo entre moradores de outras favelas e a Administração Municipal. Essa dinâmica de crescimento será constante tanto em relação ao número de favelas quanto à sua localização nos períodos seguintes.

Desse modo, no período entre 1930 e 1939, mais 5 (cinco) favelas apareceram na Regional Centro-Sul totalizando 11 (onze) e outras 3 (três) passam a existir na Regional Oeste totalizando 5 (cinco). Surgem as primeiras 4 (quatro) favelas da Regional Leste e, também, as primeiras 7 (sete) da Regional Nordeste. É mantida a já existente na Regional Noroeste.

Através dos mapas da localização das favelas percebe-se que todas as favelas existentes nesse período se situam nas imediações da área central da Cidade. Esse fato pode ser explicado, por um lado, pela proximidade dos serviços urbanos e a não necessidade de efetuar grandes deslocamentos e, por outro, pela não

interferência do poder público local, preocupado com a manutenção da área central planejada, não atuando nas áreas adjacentes a essa e, também, devido à falta de políticas públicas em relação à moradia popular.

Nas décadas seguintes (1940 e 1950) o número de favelas continua crescente, passando de 29 (vinte e nove) década de 1930, para 46 (quarenta e seis) década de 1940 e depois para 76 (setenta e seis) década de 50. As 11 (onze) favelas existentes na Regional Centro-Sul são mantidas no período entre 1940 e 1949 e passam para 16 (dezesesseis) na década seguinte. A Regional Leste é a que apresenta o maior crescimento do número de favelas no período. Essas passam de 11 (onze) década de 1940 para 20 (vinte) década de 1950. Paralelamente, encontram-se as regionais Nordeste onde o número de favelas passa de 8 (oito) para 14 (quatorze), a Oeste que passa de 6 (seis) para 14 (quatorze) favelas, a Noroeste que passa de 5 (cinco) para 7 (sete), a Regional Norte que passa de 3 (três) para 6 (seis), e Regional Oeste de 8 (oito) para 11 (onze) e, por fim a Regional Pampulha na qual a primeira favela surge na década de 1940 e se mantém na década seguinte. A primeira favela de Venda Nova só apareceu, segundo o levantamento realizado para a consecução deste trabalho, na década de 1950.

Na década de 1960 o número de favelas cresce em todas as Regionais Administrativas. São dessa década as primeiras 5 (cinco) favelas da Regional Barreiro. Nas demais regionais o número de favelas continuou a crescer. A Regional Leste na década de 1960 concentrava o maior número delas (38), seguida pelas regionais: Oeste (24), Nordeste (20), Noroeste e Centro-Sul, ambas com 17 (dezesete), Norte (9), Venda Nova (7) e Pampulha (6).

Nas décadas seguintes (1970, 1980 e 1990) o número de favelas das regionais Barreiro e Venda Nova apresenta grande crescimento. Na primeira as favelas passam para 18 (dezoito), 28 (vinte e oito) e 27 (vinte e sete) e na segunda para 14 (quatorze), 19 (dezenove) e 21 (vinte e um).

Nas demais regionais há oscilação no número de favelas, sendo que na Centro-Sul as favelas diminuem para 15 (quinze), passam, na década seguinte, para 17 (dezesete) e chegam ao final da década de 1990 à 16 (dezesesseis). A mesma tendência é encontrada na Regional Leste, ou seja, na década de 1970 o número de favelas cai para 32 (trinta e dois), continua em decréscimo na década seguinte, passando para 24 (vinte e quatro), e volta a ter pequeno crescimento no período de 1990 a 1999, passando para 26 (vinte e seis). Nas demais regionais, excetuando a Regional Oeste onde o número de favelas entre as décadas de 1970, 1980 e 1990 apresenta-se estável (25, 24 e 25 respectivamente), a tendência é de crescimento constante.

Indispensável salientar que nas décadas de 1940, 1950 e 1960, devido ao forte movimento migratório em decorrência da implantação da Cidade Industrial e, paralelamente, a inexistência de políticas públicas em relação à moradia o número de favelas aumentou. Como a Cidade Industrial localiza-se a Oeste da Cidade de Belo Horizonte era de se esperar que o número de favelas crescesse nas regionais Oeste e Barreiro por serem as mais próximas à Cidade Industrial. Mas os dados mostram crescimento elevado nas regionais Leste e Nordeste, situadas do outro lado da Cidade. A explicação para esse fato reside em três fatores complementares. O primeiro se relaciona diretamente com o fato das regionais Leste e Nordeste estarem mais distantes da área central onde estava, e ainda está, concentrado a maior parte da infra-estrutura urbana; o segundo está relacionado ao preço da terra. Esse, devido à localização dessas duas regionais, era menor e na época não havia interesse por parte do capital imobiliário em atuar nessas localidades. Em terceiro e, de grande importância para viabilizar a ocupação de áreas pertencentes às regionais Leste e Nordeste, a existência do trem suburbano que fazia a ligação do Município de Belo Horizonte ao de Contagem possibilitando transporte entre essas localidades e a Cidade Industrial.

Quanto aos loteamentos populares, deve ser ressaltado que a grande maioria, se não a totalidade desses, foram efetivados por particulares que por “possuírem” grandes áreas loteavam, sem nenhuma infra-estrutura, parte dessas áreas e as vendiam a preços reduzidos deixando uma faixa de terra entre a área já

urbanizada e o loteamento então comercializado. Os habitantes que compravam os lotes a preços reduzidos passavam a lutar pela infra-estrutura básica (vias de ligação, pavimentação dessas, luz elétrica, água canalizada, transporte etc.). Após a implantação da infra-estrutura a faixa de terra deixada pelos loteadores era valorizada e vendida a preços elevados para os segmentos sociais de maior poder aquisitivo.

A partir da década de 1970 é adotada pelo poder público local a construção de conjuntos habitacionais populares que devido ao adensamento populacional e falta de infra-estrutura se constituem em poucos anos em verdadeiras favelas.

Alteradas na década de 1980, através da implantação do PROFAVELA, as políticas públicas municipais para os assentamentos informais se modificam, e o poder público municipal, juntamente com o estadual e federal passam a tratar os assentamentos informais como uma realidade que dificilmente pode ser alterada. A partir de então, não se busca mais a erradicação das favelas, mas, sobretudo dar a essas condições de habitabilidade – através da legalização da posse do terreno e colocação de infra-estrutura básica.

É importante salientar que as causas da ampliação da precariedade de vida enfrentada pelos integrantes das classes populares persistem sem que o Estado, nos níveis municipal, estadual ou federal, consiga intervir de maneira estrutural. Aqui reside a exclusão social e a conseqüente segregação sócio-espacial de uma parcela significativa da população de Belo Horizonte.

A Cidade pensada no papel e imposta ao sítio que a abrigou se configurou a partir de uma dinâmica própria, tendo os assentamentos informais importância significativa em sua dinâmica de expansão e crescimento. Por outro lado, e não menos importante, situa-se o fato da Cidade buscar, através do poder público local – até a década de 1980 –, erradicar as favelas.

Desse modo caminhou a Cidade de Belo Horizonte, possibilitando a alguns condições habitacionais dignas e, ao mesmo tempo, negando a outros o direito

básico de morar. A trajetória das políticas públicas em relação à moradia popular é indicativa da falta de equidade com que os residentes em Belo Horizonte foram tratados ao longo da história dessa Cidade indicando que essa se fundou em uma articulação excludente.

Por fim, resta-nos colocar que em uma sociedade democrática são indesejáveis a exclusão social e, a conseqüente, segregação sócio-espacial – quer em guetos, quer em enclaves – de seus integrantes, na medida em que assim procedendo pode-se levar à intolerância. A vantagem da vida cidadina é a diversidade, a possibilidade de encontro e convivência dos diferentes grupos sociais, econômicos e culturais. Essa convivência conduz ao conhecimento e à aceitação do diverso, fator fundamental para a construção de uma sociedade democrática e tolerante.

Assim, justificam-se as políticas públicas para diminuir a exclusão social e a segregação espacial. Nesse sentido, para viabilizar a vida cidadina em Belo Horizonte torna-se urgente, por um lado, dar prosseguimento às políticas para consolidação dos assentamentos informais, em especial as favelas, através da regularização da posse da terra e colocação de infra-estrutura urbana iniciadas na década de 1980 e, por outro, descriminalizar esses locais e seus moradores.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Sérgio. **A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade**. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em Sociologia/IFCH/UFRGS, 1995.

AFONSO, Marisa R. e AZEVEDO, Sérgio de. Cidade, poder político e movimentos de favelados. In. POPERMAYER, M. (Org.). **Movimentos sociais em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1987.

ALMEIDA, V. U. de, e MENDES SOBRINHO, T.. **Migração rural-urbana**. São Paulo: Secretaria de Estado da Agricultura, 1962.

ALONSO, José A. El concepto de marginalidad urbana u su uso en América Latina. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**. México. n. 128, 1981. p. 51-71.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Terra e homem no nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1952.

ARANTES, Antonio (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas, Papirus, 2000.

ARANTES, Antonio Augusto (Org.). **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense/CONDEPHAAT, 1984.

ARANTES, Otília. **Urbanismo em fim de linha**. São Paulo: Edusp, 1998.

ARANTES, Otília.; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. São Paulo: Ed.UNESP, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

AZEVEDO JÚNIOR, Manoel Teixeira. Cidade e espaço público: transformações e práticas urbanísticas. In **Cadernos de arquitetura e urbanismo**. n.8. v.8. Belo Horizonte: PUC Minas, 2001. p 21- 31.

AZEVEDO, Janete M. L. de. As políticas sociais e a cidadania no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 28, dez. 1987. p. 93-105.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BAECHLER, Jean. Grupos e sociabilidade. In. BOUDON, Raymond (Dir.). **Tratado de Sociologia**. (Trad. Tereza Curvelo) Rio de Janeiro: Zahar, 1995 p.65-106.

BARRETO, Abílio. **Memória histórica e descritiva de Belo Horizonte**: História antiga e história média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

BECKER, Howard S. **Uma teoria da ação coletiva**. (Trad. Márcia Bandeira de M. Leite Nunes; revisão técnica Gilberto Velho). Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1977.

BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. São Paulo: Perspectiva, 1989

BENKO, Georges e LIPIETZ, Alain. (Orgs.) **As regiões ganhadoras**: distritos e redes os novos paradigmas da geografia econômica. (Trad. Antônio Gonçalves) Portugal: Oeiras, 1994.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 4ª ed. (Trad. Floriano de Souza Fernandes). Petrópolis: Vozes, 1978.

BERGER, Peter. **Perspectivas sociológicas**: uma visão humanística. 4ª ed. (Trad. Donaldson M. Garschagen). Petrópolis: Vozes, 1986.

BERLINCK, Manoel T. **Marginalidade social e relações de classes em São Paulo**. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1977.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: um esboço metodológico. **Caderno de Ciências da Terra. IGEOG-USP**. São Paulo: USP, n. 13, 1971.

BERTRAND, G. La géographie physique contre nature? **Hérodote**. Paris, n.12 p. 77-96, 1978 a.

BICALHO, Francisco. (dir.). **Revista geral dos trabalhos**. Rio de Janeiro: H Lombaerts & Cia., 1895.

BOLSON, Jaisa H. Gontijo. A importância da paisagem na atividade turística. In **Revista Turismo**. Jun/2004. Acessado em 02/12/2005

BORGES, T. P. Accioly. **Migrações internas no Brasil**. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Política Agrária, 1955.

BOTTOMORE, T. B. e NISBET, R. A. (Eds.) **História da análise sociológica**. (Trad. Waltensir Dutra). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

BOUDEVILLE, J. R. L'économie régionale espace operationnel. **Cahiers ékonomies régionales**, nº 3, Paris: ISEA, 1958.

BOUDON, Raymond.(Dir.). **Tratado de Sociologia**. (Trad. Teresa Curvelo). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1995.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In THIOLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 4 ed. São Paulo: Polis, 1985

BOURDIEU, Pierre. **Questions de sociologie**. Paris: Minuit, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **Ce que parler veut dire**. Paris : Fayard, 1982.

BOURDIEU, Pierre. Os doxósofos. In THIOLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 4 ed. São Paulo: Polis, 1985.

BRESCIANI, Maria Stella. A Cidade: objeto de estudo e experiência Vivenciada: In **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, nº 6**, Rio de Janeiro: Novembro de 2004.

BRUYNE, P. et. al. **Dinâmica de pesquisa em ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.

BURGESS, Ernest, W. "The growth of the city: An introduction to research project". **Proceedings of the American Sociological Society**, XVIII, 1925.

BURGESS, Ernest. Urban areas. In. SMITH, T. V. e WHITE, L. D. (eds.) **Chicago: an experiment in social research**. Chicago: University the Chicago Press, 1929. p. 113-138.

BUTTNER, Anne. Values in geography. **Commission College Geography**. Association American Geographers, Recourse paper 24. Washington, 1974.

BUTTNER, Anne. Aprendendo o dinamismo do modo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1985a. p. 165-193.

BUTTNER, Anne. Hogar, campo de movimiento y sentido del lugar. In. RAMÓN, Maria Dolores G. (Org.) **Teoría y método en la geografía humana anglosajona**. Barcelona: Ariel, 1985b. p. 227-241

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. "Enclaves fortificados: a nova segregação urbana". **Revista Novos Estudos CEBRAP**, nº 47, março 1997. p. 155-176.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Lei 3.532 de 6 de Janeiro de 1983** – Autoriza o executivo municipal a criar o Programa Municipal de Regularização de Favelas – Profavela e dá outras providências.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Lei Nº 3.995 de 16 de janeiro de 1985** – Introduz dispositivos na Lei 3.532, de 06 de janeiro de 1983 – Cria o Programa Municipal de Regularização de Favelas – e dá outras providências.

CANNAT, Noel. **Le pouvoir des exclus**. Por un nouvel ordre culturel mondial, Paris: L'Harmatan, 1990.

CARDOSO, Ruth C.. Os movimentos populares no contexto da consolidação democrática. In O'DONNELL e REIS (Orgs.) **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (1ª publicação: **La question urbaine**. Paris: François Maspéro, 1972)

CASTRO, Demian Garcia. **Significado do conceito de paisagem: um debate através da epistemologia da Geografia**. In. www.igeo.uerj.br/VICBG-2004 - Acesso em 27/05/2005.

CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In. CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997. p. 155-196

CASTRO, Iná Elias de. Paisagem e turismo. De estética, nostalgia e política. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Paisagem e Turismo**. São Paulo: Contexto, 2002. p.121-140.

CASTRO, Iná Elias de., GOMES, Paulo César da C. e CORRÊA, Roberto Lobato.(Orgs.) **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CAUBET, Christian C. As várias cidadanias da Constituição de 1989. **Ciências sociais hoje**. n. , 1989. p. 133 -157.

CHACHAM, Vera. **A memória dos lugares em um tempo de demolições**. FAFICH/UFMG, 1994. (Dissertação de Mestrado)

CHANTAL, Blanc-Pamard e RAISON, Jean-Pierre. Paisagem. In: **Enciclopédia Einaudi**. v.8. 1986. Lisboa: Imprensa Nacional. p. 138-159

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 5 ed. São Paulo: Ática, 1995.

CHRISTOFOLETTI, A. (ed.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo, Difel, 1985.

CLARK, David. **Introdução à geografia Urbana**. 2 ed. (Trad. Lúcia Helena de Oliveira Gerardi e Silvana Maria Pintaudi e coordenação editorial de Antonio Christofolletti). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999.

COELHO, Edmundo Campos. Sobre sociólogos, pobreza e crime. In: **Dados**, Rio de Janeiro, Vol. 23, n. 3, p.377-383, 1980.

CORDEIRO, Graça Índias. Territórios e identidade sobre escalas de organização sócio-espacial num bairro de Lisboa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, 2001

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática ed. (série Princípios), 1986a.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave na geografia. In: CASTRO Iná Elias de, COMES, Paulo César e CORRÊA, Roberto Lobato (ed). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995. p. 15-48.

CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998. p.7-11.

COSGROVE, Denis. **Social formation and symbolic landscape**. Madison: the University of Wisconsin Press, 1995.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998. p.92-123.

COSTA PINTO, L. A. **Migrações internas no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa da Fundação Mauá. 1952. (mimeo.)

COSTA, Alfredo Bruto da. **Exclusões sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

CUNHA, Alisson Veloso. **A favela Cabana do Pai Tomás: a ocupação consentida – memória e história**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia (Dissertação de Mestrado), 2003

D'INCAO, Maria Ângela. Modos de ser e viver: sociabilidade urbana. In **Tempo Social**. São Paulo: USP, 1º Sem. de 1994, n. 1 e 2, v. 4.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DAUPHINÉ, André. Le concept de région. In. DAUPHINÉ, André. **Espace, région et système**. Paris: Economica, 1979.

DAVIE, Maurice R. The patten of urban growth. In. MURDOC, G. P. (ed.). **Studies in the science of society**. New Haven: Yale University Press, 1937. p. 133-161.

- DE SOTO, Hernando. **The mystery of capital**. Londres: Bantam Press, 2001.
- DEMO, Pedro. **Exclusão Social**: Novas e velhas formas. Brasília: UnB/SER, 1996.
- DEMO, Pedro. **O charme da exclusão social**. Campinas: Autores Associados, 1998
- DERRUAU, Max. **Geografia Humana**. v. 2. Lisboa: Presença, 1973.
- DINIZ, Célio Campolina. **Estado e Capital estrangeiro na indústria mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981
- DINIZ, Célio Campolina. Global-Local: interdependências e desigualdade ou notas para uma política tecnológica e industrial regionalizada no Brasil. In. CASSIOLATO, José Eduardo e LASTRES, Helena Maria Martins. (Coord.) Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico. **Estudos Temáticos**. Nota Técnica 9. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IE/UFRJ, julho de 2000.
- DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Anpocs, 1995.
- DONZELOT, Jacques. **Face à l'exclusion**. Le modèle français. Paris: Éditions Esprit, 1991.
- DOWBOR, Ladislau. et alli. **Desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego Estado e o futuro do capitalismo. 2ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. A caminho da cidade: A vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva. 1984. DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In CARDOS, Ruth. (Org.) **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. (Trad. Maria Isaura P. Queiroz) São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974
- EGLER, Cláudio A. G.. Questão regional e gestão do território no Brasil. In. CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da C. e CORRÊA, Roberto Lobato.(Orgs.) **Geografia**: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 207-238
- EUFRASIO, Mário A. **Estrutura urbana e ecologia humana**: A escola sociológica de Chicago (1915-1940). São Paulo: Editora 34, 1999.

FARIA, Maria Auxiliadora e GROSSI, Yone de Souza. A classe operária em Belo Horizonte: 1897-1920. In. **V Seminário de Estudos Mineiros: A república velha em Minas Gerais**. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Centro de Estudos Mineiros. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p. 165-213.

FARIA, Vilmar. A conjuntura social brasileira: dilemas e perspectivas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 33. jul., 1992. p.103-114.

FASSIN, D.. Marginalidade et marginados: la construction de la prauvrét en America Latine. In PAUGAM, Sèrge (org.) **L'Esclusion: l'état dês savoirs**. Paris: Édition la Découvert, 1996.

FERRARA, Lucrécia d'Alessio. Cidade: imagem e imaginário. In: SOUZA, C. F.de & PESAVENTO S.J. (Org.). **Imagens Urbanas**. Os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: Editora da Universidade. 1997

FERRARA, Lucrécia d'Alessio. **Olhar periférico: Informação, linguagem, planejamento ambiental**. São Paulo: Edusp, 1999.

FERRARA, Lucrécia d'Alessio. Os lugares improváveis. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Paisagem e Turismo**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 65-82.

FERRARI, Célson. **Curso de planejamento municipal integrado: Urbanismo**. São Paulo: Pioneira, 1977.

FERREIRA, Carlos Maurício de Carvalho. Um estudo de regionalização do estado de Minas Gerais por meio de um modelo de potencial, pp.149-187. In. HADDAD, Paulo Roberto. **Plano regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro**. 2ª ed.Rio de Janeiro: IPEA/INPES,1974.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979

FRANK, André Gunder. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FREITAS, Jeanne Marie. **Perspectivas do planejamento urbano contemporâneo: reflexões a partir do caso de Belo Horizonte**. (Dissertação de Mestrado). Belo Horizonte: IGC/UFMG, 1996.

FREITAS, Jeanne Marie. O planejamento urbano de Belo Horizonte: reflexões a partir do bairro Carlos Prates. In. **Cadernos de arquitetura e urbanismo**. n.5. v.5. Belo Horizonte: PUC Minas, 1997 p. 187-254.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. A comissão construtora e o saneamento da nova capital. In. **Saneamento básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 anos - Os serviços de água e esgoto**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. COPASA: os caminhos de uma empresa de saneamento. In. **Saneamento básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 anos - Os serviços de água e esgoto.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Os sanitaristas e Belo Horizonte: percursos da engenharia sanitária. In. **Saneamento básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 anos - Os serviços de água e esgoto..** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Saneamento básico e cidadania. In. **Saneamento básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 anos - Os serviços de água e esgoto.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2000.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2001.

GADET, F. e HAK, T.. **Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** (Trad. Bethania S. Mariani e outros). Campinas: Editora Unicamp, 1990

GARNER, B. J. Modelos de geografia urbana y de localización de asentamientos. In CHORLEY, Richard J. & HAGGETT, Peter. **La geografía y los modelos socio-económicos.** (Trad. Carlos Ferran Alfaro). Madri: Instituto de Estudios de Administración Local, 1971.

GEDDES, Patrick. **Cidades em evolução.** (Trad. Maria José F. de Castilho). Campinas/São Paulo: Papirus, 1994.

GEORGE, Pierre. **Les Méthodes de la Géographie.** Paris: P.U.F., 1970.

GEORGE, Pierre. **Geografía urbana.** (Trad. Jorge Garzolini). Barcelona/ Caracas/ México: Editorial Ariel, 1980

GERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

GIDDENS, Anthony. Tempo: espaço e regionalização. In GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade.** (Trad. Álvaro Cabral). São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 89 -131

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: Ed. Unesp, 1991

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** (Trad. Maria Célia Santos Raposo). Petrópolis: Vozes, 1975.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia.** São Paulo: Loyola, 1991.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Burguesia e trabalho**: política e legislação social no Brasil, 1917-1937. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1979.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.) **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

GOMES, Paulo César da Costa. Geografia fin-de-siècle: O discurso sobre a ordem espacial no mundo e o fim das ilusões. In. CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997. p. 13-88

GOMES, Edvania : **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro : Ed. UERJ, 2001

GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade**: Literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

GONÇALVES, Carlos Walter-Porto. **Da Geografia às Geo-grafias**: um mundo em busca e novas territorialidades. CLACSO. II Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales. Grupo de Trabajo de Economía Internacional. Universidad de Guadalajara, México, 21-22 de Noviembre de 2001. Disponível em: www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp14. Acesso em 30/10/2003.

GONÇALVES, Carlos Walter-Porto. A Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. Trabalho apresentado no **Seminário Internacional “Conflicto Social, militarización y democracia em América Latina: nuevos problemas y desafios para los estudios sobre conflicto y paz em la región”**. Buenos Aires: Clacso, 2002.

GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Aantônio; GALVÃO, Antônio Carlos. (Org.) **Regiões e cidades, cidades nas regiões**: o desafio urbano-regional. São Paulo: Editora UNESP/ANPUR, 2003.

GOODY, Brian. & GOLD, John. **Geografia do comportamento e da percepção**. Belo Horizonte: UFMG/IGC, 1986. Publicação Especial nº 3.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. (Trad. Geraldo G. de Souza). São Paulo: EDUSP, 1993.

GREGORY, Derek. **Ideology, science and human geography**. Londres: Hutchinson, 1978.

GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. (Orgs.). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

GUATTARI, Félix e ROLINK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estático**. São Paulo: Editora 34, 1993.

GUATTARI, Félix. Espaço e poder: criação de territórios na cidade. In **Espaço & Debates**. São Paulo, ano 5, n. 16, 1994. p. 109-121.

GUATTARI, Félix. Práticas ecosófica e restauração subjetiva. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 116, jan/mar, 1994.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papirus: 1997

GUIDUCCI, Roberto. **A cidade dos cidadãos: Um urbanismo para todos**. (Trad. Patrícia M. E. Cenacchi). São Paulo: Brasiliense, 1980.

GUIMARÃES, Berenice Martins. **Os programas de habitação para a população de baixa renda no Estado de Minas Gerais - 1965/1983**. Comunicação apresentada no VIII Encontro Anual da ANPOCS, 1984. (mimeo).

GUIMARÃES, Berenice Martins. **Pró-habitação ou pró-eleição? a população carente e o problema da moradia em Minas Gerais**. Comunicação apresentada no Seminário: planejamento, pobreza urbana e representação política no XIV Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1990. (mimeo).

GUIMARÃES, Berenice Martins. **Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada**. (Tese, Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991.

GUIMARÃES, Berenice Martins. As favelas da Região Metropolitana de Belo Horizonte: desafios e perspectivas. In: BÓGUS, Lúcia M.; RIBEIRO, Luiz César de Q. (Org.). **Cadernos Metrópole, n. 5**. Desigualdade e governança. São Paulo, EDUC, 2001. p. 61-80.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre redes e aglomerados de exclusão. In CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HAGHIGHAT, Chapour. **L'Amérique urbaine et l'exclusion sociale**. Paris: PUF 1994.

HARRIS, Chauncy D. e ULLMAN, Edward L. "The nature of cities". In. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**. v. 242, Novembro de 1945. p. 7-17

HARVEY, David. **Social justice and the city**. London: Edward Arnold, 1973.

HARVEY, David. The geography of capitalist accumulation: a reconstruction of Marxian theory. **Antipode**, 7, 1975 p. 9-21

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço & Debates**, São Paulo, 1982, n. 7, p. 6-35.

HARVEY, David. Espaços urbanos na "Aldeia Global": reflexões sobre a condição urbana no capitalismo no final do século XX. **Cadernos de arquitetura e urbanismo**. Belo Horizonte: PUC Minas, n. 4 (mai. 1996), p. 171-189.

HAUSER, Philip M. e SCHNURE, Leo F. **Estudos de urbanização**. (Trad. Eunice R. R. Costa). São Paulo: Pioneira, 1975.

HOLZER, Werther. A Geografia Humanista: Uma revisão. In: **Revista Espaço e cultura**, n. 03 – dez.1996 – Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, dez.1996, p.8-19.

HOLZER, Werther. Paisagem, Imaginário e Identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. 248p. p.149-168.

HYOT, Homer. **The structure and growth of residential neighborhoods in american cities**. Washington: Federal Housing Administration, 1939.

IGLÉSIAS, Francisco. Trajetória e significado de Belo Horizonte. In. PÉRPETUO & SENRA (Coord.) **Memória da economia da cidade de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, BDMG, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – **Anuário Estatístico**, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sinopse preliminar do censo demográfico de 2000**.

IPEA. **Configuração atual e tendências da rede urbana do Brasil**. Brasília: IPEA, 2002. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 1). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPEA, 2002.

ISARD, Walter. **Location and space-economy**. Cambridge: MIT Press, 1956.

ISARD, Walter. **Methods of regional analysis**. Cambridge: MIT, 1960.

ISARD, Walter. **Métodos de análisis regional**: una introducción a la ciencia regional. Barcelona: Ariel, 1973.

JACOBI, Pedro Roberto. **Movimentos sociais e políticas públicas**: demandas por saneamento básico e saúde - São Paulo 1974-84. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

JOBERT, B. & MULLER, P.. **L'État en action**: politiques publiques et corporatismes. Paris: UF, 1987

Jornal Estado de Minas. BH100 anos: nossa história. 1997, p.8

JULIÃO, Letícia. **Belo Horizonte**: itinerários da cidade moderna - 1891-1920. FAFICH/UFMG, 1992. (Dissertação de Mestrado)

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**: um tratamento conceitual. (Trad. Helena M. Rotundo; revisão técnica José Roberto Maluf). São Paulo: EPU/EDUSP, 1980.

KOWARICK, Lúcio. **Escravos, párias e proletários**: uma contribuição para o estudo da formação do capitalismo no Brasil. São Paulo, FFLCH/USP. 1981.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Paz e Terra, São Paulo, 1983.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo : Editora 34, 2000.

KUHN, Thomas S.. **A estrutura das revoluções científicas**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

LACLAU, Ernesto. Feudalismo e capitalismo en América Latina. **Tres ensayos sobre América Latina**. Barcelona: Cuadernos Anagrama, 1973.

LACONTE, Alain; LÉON, Jacqueline e MARANDI, Jean-Marie. Análise do discurso: estratégias de descrição textual. In. GADET, F. e HAK, T.. **Por uma análise automática do discurso**: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. (Trad. Bethania S. Mariani ... [et ali]). Campinas: Editora Unicamp, 1990

LACOSTE, Yves. **A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.

LAGO, Luciana Corrêa do. Favela-loteamento:re-conceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana. In. Anais do **X Encontro Nacional da ANPUR**, Belo Horizonte, 2003.

LAKATOS, Imre. **La metodología de los programas de investigación científica**. Madri: Alianza, 1983.

LARA, Fernando Luiz Camargos. Belo Horizonte à Beira Mar. In. **Cadernos de arquitetura e urbanismo**. n.5. v.5. Belo Horizonte: PUCMinas, 1997. p.137-186.

- LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. São Paulo: Editora da UNESP, 1988.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas-SP: UNICAMP, 1994
- LE VEN, Michel Marie. **Classes sociais e poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914)**. Belo Horizonte: DCP/UFMG, 1977.
- LEACH, Edmund. Cultura/Culturas. In: Enciclopédia Einaudi, v.5. Anthropos/Homem. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.
- LEFEBVRE, Henri. **Le droit à la ville**. Paris: Anthropos, 1968.
- LEFEBVRE, Henri. **La révolution urbaine**. Paris: Gallimard 1970.
- LEFEBVRE, Henri. **Le pensée marxiste et la ville**. Paris : Casterman, 1972
- LEFEBVRE, Henri. **Espace et politique**. Le droit à la ville II. Paris: Anthropos, 1972.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1976. (1ª ed. 1974).
- LEITE, Kátia Kuarak. **Políticas públicas urbanas e interesses sociais: a trajetória da lei do uso e ocupação do solo de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1994. (Dissertação, Mestrado em Sociologia).
- LEITE, Rogério Proença. **Espaço público e política dos lugares**. (Tese doutorado). Campinas: IFCH/Unicamp, 2001
- LEME, Maria Cristina da Silva. (Org.). **Urbanismo no Brasil 1895/1965**. São Paulo: Nobel. 1999.
- LEMONS, Celina Borges. **Determinações do espaço urbano: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1988 (Dissertação de Mestrado em Sociologia).
- LENOIR, René. **Les Exclus: un français sur dix**. Paris: Seuil, 1989
- LEPETIT, Bernard e PUMAIN, D (dir.). **É possível uma hermenêutica urbana?** (1ª edição 1993). In LEPETIT, Bernard **Por uma nova história urbana/ Bernard Lepetit**; seleção de textos, revisão crítica e apresentação de Heliana Angotti Siqueira; tradução de Cely Arena. São Paulo: Edusp, 2001.
- LIBERATO, Rita de Cássia. **Segregação espacial de atividade marginal: a localização da zona boêmia belo-horizontina em 1940/50**. (Dissertação de mestrado) – Programa de Pós-graduação em Tratamento da Informação Espacial. Belo Horizonte: PUC Minas, 2000.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. (Trad. Manoel Fernando G. Seabra). São Paulo: Nobel, 1988.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes. 1981.

LOPES, Juarez R. Brandão. **Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976.

LUCCHIARI, Maria Tereza D. P. A categoria espaço na teoria social. In **Temáticas**, Campinas, 4(7): 191-238 jan./jun. 1996.

MACHADO, Maria Clara Thomaz. A Pobreza Urbana na Ótica do Capital - Uberlândia 1900-1960. In: SILVA, Marco. **República em Migalhas**: São Paulo: Marco Zero, 1990.

MAFFESOLI, Michel. **A conquista do presente**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

MAMMARELLA, Rosetta. Moradia irregular e condições de vida na Região Metropolitana de Porto Alegre. In. **Indicador Econômico - FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, maio 2004. p. 33-64.

MANZAGOL, Claude. **Lógica do espaço industrial**. (Trad. de Sílvia S. Sampaio). São Paulo: Difel, 1985.

MARCONI, M. de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1982.

MARICATO, Ermínia. (Org.). **A produção capitalista da casa e da cidade do Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-ômega. 1982.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec. 1996.

MARICATO, Ermínia. **Estado e redes sociais**. Permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan/FAPESP. 2000.

MARICATO, Ermínia. As Idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília.; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. (Org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARQUES, Eduardo. Notas críticas sobre a literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos. **Boletim bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 43, 1º semestre, 1997. p. 67-102

MARQUES, Eduardo e Bichir, Renata Mirandola. Estado e espaço urbano: revisitando criticamente as explicações sobre as políticas urbanas. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba. n. 16. jun. 2001. p. 9-29.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania. classe social e status**. Rio de Janeiro:Zahar, 1967.

MARTIN, Jean-Yves. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.19/20, p.26-41, 1997.

MARTINS, William de Souza Nunes. **Paschoal Seguro "Ministro das diversões" do Rio de Janeiro (1883 - 1920)**. (Dissertação) Mestrado em História Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

MATA, Milton da, CARVALHO, Eduardo Werneck R. de, SILVA, Maria Thereza L. L. Castro e. **Migrações internas no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA-INPES, 1973.

MATOS, Rogério Botelho e CAMPOS, Miguel Ângelo Ribeiro. Les territoires de la prostitution dans les espaces publics de la zone centrale de Rio de Janeiro. In. **L'Harmattan**. Paris: Université Paris IV, 1996. p-9-28

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**. Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: novembro de 1999.

McDOWELL, L. A transformação da geografia cultural. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. (Orgs.). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MCKENZIE, Roderick. "*The neighborhood: A study of local life in the city of Columbus, Ohio*". **American Journal sociology**. v. 27, n 2, set. 1921. p. 145-168.

MELLO, João Batista Ferreira de. Geografia Humanística: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. **Revista Brasileira de Geografia**. 52 (4): 1990. p. 91-115.

MELLO, João Batista Ferreira de. Descortinando e (re)pensando categorias espaciais com base na obra de Yi-Fu Tuan. In: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato. (org.) **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p.87-101

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Os "usos culturais" da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁGIZI, Eduardo. CARLOS, Ana Fani. CRUZ, Rita de Cássia. (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 2002. p.88-99

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Paisagem e Turismo**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-64.

MICELI, Sérgio. (org.) **História das ciências sociais no Brasil**. Volume 1. São Paulo: IDESP/Sumaré, 1989.

MICELI, Sérgio. (org.) **História das ciências sociais no Brasil**. Volume 2. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1995.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Trabalho e Cultura Popular **Levantamento da população favelada de Belo Horizonte** - dados preliminares. Belo Horizonte: Departamento de Habitação Popular, 1966.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Belo Horizonte: A cidade planejada e a metrópole em construção. In. MONTE-MÓR, R. L. de M. **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: PBH/CEDEPLAR, 1994 p. 11-27

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1994

MORAIS, Maria da Piedade. Breve diagnóstico sobre o quadro atual da habitação no Brasil. In. **Políticas Sociais 4: Acompanhamento e análise**. IPEA.

MORIN, Edgar. **O método III: o conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 1999a.

MORIN, Edgar. **O problema epistemológico e a complexidade**. Portugal: Mem Martins, 1999b.

MOURA, Heloisa Soares de. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In. MONTE-MOR, Roberto Luís de Melo (Coord.) **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: PBH/CEDEPLAR, 1994. p. 51-78.

MOURA, Suzana. Cidades empreendedoras, cidades democráticas e a construção de redes públicas na gestão local. In: **Anais do Encontro Nacional da ANPUR. 7**. Recife: ANPUR/UFPE, 1997. p. 1760-1780.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**. Editora Itatiaia, v.1 e 2, Belo Horizonte, 1965.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Globalização e exclusão social: fenômenos de uma crise da modernidade? In: DOWBOR, Ladislau. et alli. (Orgs.). **Desafios da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.

NAVA, Pedro. **Beira Mar**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

NEVES, Achilles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e sócio-territoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica**. 2004 In. <http://www.igeo.uerj.br>. Acesso 27/07/05.

NEVES, Erivaido Fagundes. **Dimensão histórico-cultural**. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR, 1997.

NOVAES, Adauto. **O olhar**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

NUN, José. **Marginalidad y exclusión social**. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

NUNES, Celso. A paisagem como teatro. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Paisagem e Turismo**. São Paulo: Contexto, 2002. p.215-223

NUNES, Edson de Oliveira. (Org.) **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1978.

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da cidade**; para compreender. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos “existem”? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, p.49-61, 1997.

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1982.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

PARK, Robert. “The city: Suggestions for the investigation of human behavior in the city environment”. In. **American Journal of Sociology**. vol. 20, n 5. Mar. 1915. p 577-612.

PASSOS, Messias Modesto. **Biogeografia e paisagem**. Presidente Prudente: UNESP, 1998.

PAUGAM, Sergè. **La disqualification sociale**. Paris: Presses Universitaires France, 1991.

PAUGAM, Sergè. (Coord.) **L’Exclusion**: L’état des savoirs. Paris: Éditions la Decouverte, 1996.

PEARLMAN, Janice. **O mito da marginalidade**: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PECHMAN, Robert Moses. Um olhar sobre a cidade: estudo de imagem e do imaginário do Rio na formação da modernidade. In FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio. **Cidade e história**. Salvador: UFBA/ ANPUB. 1992.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas**: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PELBART, Peter Pál. **A cidade vivente**. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 1997.

PENNA, Nelba Azevedo. Urbanização, cidade e meio ambiente. In. **Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 12, 2002.

PEREIRA, Luiz. (Org.) **Populações marginais**. São Paulo: Duas cidades, 1978.

PEREIRA, Luiz. **Classe Operária, situação e reprodução**. São Paulo: Duas Cidades, 1978a.

PEREIRA, Sonia Gomes. **A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca**. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1991.

PÉRPETUO & SENRA (Coord.) **Memória da economia da cidade de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, BDMG, 1987

PERROUX, François. Economic space: theory and applications. In FRIEDMANN John. ALONSO, William. **Regional development and planning**. Cambridge: MIT Press, 1969, pp. 21-36.

PERROUX, François. O Conceito de Pólos de Crescimento. In Schwartzman, Jacques. (ed.) **Economia Regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR/ CETREDE-MINTER, 1977.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade**: vida e trabalho -1880-1920. Porto Alegre: Edufrgs, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy.. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. In. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995, p. 279-290.

PETRONE, Pasquale. Notas sobre o fenômeno urbano no Brasil. In **Terra Livre - AGB**. São Paulo. n 10. jan.-jul. de 1994.

PLAMBEL – SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE. O mercado da terra na RMBH, 1977. In. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral; Superintendência de desenvolvimento da Região Metropolitana - PLAMBEL. **O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970** (jan. 1979)

PLAMBEL – SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE. **Favelas na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: PLAMBEL, abril 1983 .

PLAMBEL – SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE. **Favelas em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1983.

PLAMBEL – SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE. **A estrutura urbana da RMBH**. Vol. 4. Belo Horizonte: PLAMBEL, janeiro de 1988.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado**. Exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

POCHMANN, Márcio. A divisão do trabalho no mundo e o emprego no Brasil. **CIÊNCIA HOJE**, vol. 28, nº 165. Outubro de 2000. p. 66-69.

POMPERMAYER, Malori José. Os movimentos sociais em Minas: emergência e perspectivas. In POMPERMAYER, M. J. (Org.) **Movimentos sociais em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1987 e

POSSENTI, Sírio. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

PREFEITURA DA CIDADE DE MINAS. **Decreto 1.435 de 27 dezembro de 1900** – Regulamenta Mendicância. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1901.

PREFEITURRA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Proposta de Plano Diretor de Belo Horizonte**: Lei de uso e ocupação do solo - Estudos básicos. S/d.

PREFEITURRA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Decreto 4.523 de 12 de setembro de 1983** – Dispõe sobre a estrutura administrativa e o funcionamento de órgãos da administração direta e dá outras providências.

PREFEITURRA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Decreto 4.762 de 10 de agosto de 1984** – Cria o programa Municipal de Regularização de Favelas – PROFAVELA –, dispõe sobre sua regulamentação e dá outras providências.

PREFEITURRA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Decreto 5. 432 de 4 de Setembro de 1986** – Aprova normas técnicas para elaboração de plantas relacionadas com o Programa Pro favela, das áreas definidas como setor especial.

PREFEITURRA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE **Decreto 5.542 de 23 de Dezembro de 1986** – Atribui à Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – Urbel – a coordenação das ações necessárias à implantação do Programa Municipal de Regularização das Favelas – PROFAVELA – e dá outras providências.

PREFEITURRA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Decreto 4.489 de 13 de julho de 1983** – Dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e dá outras providências.

PREFEITURRA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Decreto 4.845 de 8 de novembro de 1984** – Delimita as áreas que constituirão os setores especiais 4 (SE4) definidos na Lei Municipal N° 3.532, de 06 de janeiro de 1983, relativas às favelas identificadas neste Decreto

PREFEITURRA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Lei 4158 de 16 de julho de 1985** – Fixa área de jurisdição das administrações regionais criadas pelo Decreto Municipal N° 4.523 de 12 de setembro de 1983, define sua estrutura administrativas, atribuições, cria cargos e contém outras providências.

PREFEITURRA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Cenas de um belo horizonte**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1994.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei 10.257 de 10 de julho de 2001** – Estatuto da Cidade – Regulamenta os artigos. 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Licia. Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. In. RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.) **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000. p. 375-406.

PRODABEL, Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte. Endereço eletrônico: <http://www.pbh.gov.br/prodabel>

PRODEMGE, Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais. Endereço eletrônico: <http://www.prodemge.gov.br>

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO ESPACIAL DA PUC MINAS. **Uma proposta Inovadora para um Ensino Interdisciplinar de Pós-Graduação**. Belo Horizonte: PUC Minas, S/d.

PUTNAM, Robert; LEONARDI, R.; NANETTI, Raffaella Y. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

QUEIROZ RIBEIRO, Luiz César de. **Segregação, desigualdade e habitação: A metrópole do Rio de Janeiro**. ANPUR. (s.d)

QUEIROZ RIBEIRO, Luiz César de.. (org.) **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000.

QUEIROZ RIBEIRO, Luiz César de. & ALVES DOS SANTOS JUNIOR, Orlando. (Orgs.) **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

QUEIROZ RIBEIRO, Luiz César de. & ALVES DOS SANTOS JUNIOR, Orlando. **Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira**. EURE (Santiago), 2003, vol.29, n° 88, p.79-95.

QUEIROZ RIBEIRO, Luiz César de. & PECHMAN, Robert. (Orgs). **Cidade, povo nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

QUIJANO, Aníbal. Notas sobre o conceito de marginalidade social. In PEREIRA, Luiz. (Org.) **Populações marginais**. São Paulo: Duas cidades, 1978.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAGO, Luzia Margareth. Do **cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

RELATÓRIO DA PESQUISA METODOLOGIAS E EXPERIÊNCIAS DE RECUPERAÇÃO SÓCIO-URBANÍSTICA DE ÁREAS URBANAS MARGINAIS: Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: PUC Minas, Ministério das Relações Exteriores da Itália e AVSI (Associação Voluntários para o Serviço Internacional), março de 1995. Primeira etapa (mimeo.).

RELATÓRIO DA PESQUISA METODOLOGIAS E EXPERIÊNCIAS DE RECUPERAÇÃO SÓCIO-URBANÍSTICA DE ÁREAS URBANAS MARGINAIS. Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Belo Horizonte: PUC Minas, Ministério das Relações Exteriores da Itália e AVSI (Associação Voluntários para o Serviço Internacional), março de 1995. Primeira etapa (mimeo.).

RELATÓRIO DO PREFEITO AFFONSO VAZ DE MELO, 1918

RELPH, E. C.. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, 4 (7): 1979. p. 1-25.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Lugares de encontro e desencontro**: uma leitura da interdisciplinaridade. Florianópolis: Colóquio O discurso geográfico na aurora do século XXI, UFSC, 27 a 29 de março de 1996. (mimeo).

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Urbanidade e vida metropolitana**. Rio de Janeiro: Jorbran Editora, 1996.

RIBEIRO, W. C. Do Lugar ao Mundo ou o Mundo no Lugar? **Terra Livre.**, 11-12. *AGB*, 1993. p. 237-242.

ROCHA, Gilmar e OLIVEIRA, Silvana Seabra. Cidade à deriva. In. **Cadernos de ciências sociais**. n 8. v. 5. Belo Horizonte: PUC Minas, 1997. p. 35-65.

ROLINK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

RONCAYOLO, Marcel. **La ville et ses territoires**. Paris: Gallimard, 1990.

ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

ROSTOW, Walt W., **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964 (1ª publicação em 1960).

RUBIM, Antônio Albino C. et al. (Orgs.). **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Rio de Janeiro: Vozes/Compôs, 1988.

RUIZ, Ricardo Machado. **A nova geografia econômica: um barco com a lanterna na popa?** Texto para discussão 200. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Engenheiro Araújo Reis: o progresso como missão**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia**. 6ª edição. São Paulo: Best Seller, 1994.

SANTOS, C. **Processo de crescimento e ocupação da periferia**. Rio de Janeiro: IBAM/CPU, 1982.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. (Trad. Myrna T. R. Viana). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979a.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Hucitec, 1979b.

SANTOS, Milton. **A Cidade nos Países Subdesenvolvidos**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, Brasil, 1965.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Desigual**. A especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. (Tradução: Antonia D. Erdeus e Maria Auxiliadora da Silva). Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, Brasil, 1980.

SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. (Trad. Antônia Dea Erdens e Maria Auxiliadora da Silva). São Paulo: Hucitec, 1981.

SANTOS, Milton. O espaço e seus elementos: questões de método. **Revista de Geografia e Ensino**. Belo Horizonte: Departamento de Geografia da UFMG. n 1(1), março de 1982. p. 19-30.

SANTOS, Milton. A cidade e o urbano como espaço-tempo. In: FERNANDES, Ana e GOMES, M. A. A. de Filgueiras (Orgs.) **Cidade e história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX**. Salvador: Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, 1992. p. 241-244.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. Nobel: São Paulo, 1995.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo - razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. (Trad. De Carlos Eugênio M. de Moura). São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SASSEN, Saskia. **The Global City: New York, London, Tokyo**. Princeton University Press, 1991.

SAUER, O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. In <http://calvados.c3sl.ufpr.br/raega>. Acesso 27/05/2005.

SCHUTZ, A. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

SENNETT, Richard. A metrópole e a vida do espírito. In. FORTUNA, Carlos. (Org.), **Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia**, Oeiras, Celta Editora, 1997.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SERRA, Geraldo. **Urbanização e centralismo autoritário**. São Paulo: Nobel/Edusp, 1991.

SILVA, Augusto S. & PINTO, José Madureira. (Org.) **Metodologia das ciências sociais**. 10 ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999

SILVA, Benedito. (Coord.). **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SILVA, Marco. **República em Migalhas**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SILVA, Regina Helena Alves da. **A cidade de Minas**. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1991 (Dissertação, Mestrado em Ciência Política).

SILVA, Zélia Lopes da, **A domesticação dos trabalhadores nos anos 30**. São Paulo: Editora Marco Zero e MCT-CNPq, 1990.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In. MORAES FILHO, Evaristo de, FERNANDES, Florestan. **Simmel**. São Paulo: Ática, 1983.

SIMMEL, Georg. **El individuo y la libertad**: ensayos de crítica de la cultura. Barcelona: Península, 1986.

SIMMEL, Georg. **Sociología, 2**: estudios sobre las formas de socialización. Madrid, Alianza Universidad, 1986.

SIMMEL, Georg. A metrópole como modo de vida. (Trad. Sérgio Marques dos Reis). In. VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro. Guanabara, 1987. p. 11- 25.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1968.

SINGER, Paul. **A economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento e crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SINGER, Paul. **Economia política do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1977.

SINGER, Paul & BRANDT, Vinícius Caldeira. (Orgs.). **São Paulo**: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes, 1980.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnósticos e alternativas. 4ª Edição. São Paulo: Contexto, 2000.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SMITH, Neil. **The new urban frontier**: gentrification and revanchist city. Londres/Nova York: Routledge, 1996

SODRÉ, Muniz, **O Brasil simulado e o real**: ensaio sobre o cotidiano nacional. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1991.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. (Trad. Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.

SOJA, Edward W. **Postmetropolis**. Critical studies of cities and regions. Oxford: Blackwell Publishing, 2002.

SOMARRIBA, Maria das Mercês e AFONSO, Mariza Rezende. Movimentos urbanos e estado: novas tendências. In POMPERMAYER, Malori José **Movimentos sociais em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1987.

SOMARRIBA, Maria das Mercês. Movimento reivindicatório urbano e política em Belo Horizonte: Balanço de uma década. In: UFMG (Ed.) **Textos de Sociologia e Antropologia**. Belo Horizonte: Departamento de Sociologia e Antropologia/UFMG, n.43, julho/set. 1993.

SOUZA, Marcelo José Lopes. Planejamento integrado de desenvolvimento, natureza, validade e limites. **Revista Terra Livre**, Curitiba, n. 10, p. 123-139, jul. 1994.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In. CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Norma M. B. de. Os anos 90 apontam novas articulações para os setores populares: a experiência do fórum metropolitano de reforma urbana – FRMU. In: **Anais do Encontro Nacional da ANPUR. 7.**, 1997, Recife: ANPUR/UFPE, 1997. p.1831-1850.

SPOSATI, Aldaíza. Globalização um novo e velho processo. In DOWBOR, Ladislau. et alli. **Desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

SPOSATI, Aldaíza. **Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo**. EDUC, São Paulo, 1996.

SPOSATI, Aldaíza & KOGA, Dirce. **Cartografia exclusão/inclusão social das crianças e adolescentes na cidade de São Paulo**. São Paulo: Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP, 1996.

SPÓSITO, Eliseu Savério. A questão do método e a crítica do pensamento geográfico. In: CASTRO, Iná Elias; MIRANDA, Mariana; EGLER, Cláudio. **Redescobrimo o Brasil 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertand/ FAPERJ, 1999. p. 347-359.

TASCHNER, Suzana Pasternak. Favelas em São Paulo: censos, consensos e contra-sensos. In: BÓGUS, Lúcia M.; RIBEIRO, Luiz César de Q. (Orgs.). **Desigualdade e governança**. São Paulo: EDUC, 2001. p. 11-36.

TEULIÈRES, R. Favelas de Belo Horizonte. In. **Boletim Mineiro de Geografia**. Belo Horizonte, jul.1957.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 4 ed. São Paulo: Polis, 1985.

TORRES, Haroldo. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. In. **Revista do Instituto de Estudos Avançados (IEA/USP)**, vol. 17, jun. 2003. p. 97-128.

TOURAINÉ, Alain. Face à exclusão. **Plúrima. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense**, volume 2 (coleção acadêmica de Direito, Volume 5). Porto Alegre: Síntese, 1999, p. 9-15.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente (Trad. Lívia Oliveira). São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. (Trad. Lívia Oliveira). São Paulo: Difel, 1983

TUAN, Yi-fu. Geografia humanística. In. CHRISTOFOLETTI, Antonio. (Org.) **Perspectiva da geografia**. São Paulo: Difel, 1985. p. 143-164.

UNWIN, Tim. **El Lugar de la Geografía**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1995.

URBEL. **PROFAVELA**, o morro já tem vez. Belo Horizonte: Companhia urbanizadora de Belo Horizonte – URBEL, 1998.

URBEL. **Vilas/Favelas, Conjuntos Habitacionais Populares e Aglomerados de Belo Horizonte**, 2004 (versão preliminar realizada em maio de 2004).

URBEL; UFMG; FUNDEP; FAFICH & CEURB. **Plano estratégico de diretrizes de intervenção em vilas, favelas e conjuntos habitacionais de interesse social**. Belo Horizonte. Janeiro/2000.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. (Org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos** Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103.

VALA, Jorge. A análise de conteúdo. In. SILVA, Augusto S. e PINTO, José Madureira. (Org.) **Metodologia das ciências sociais**. 10 ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999

VALLADARES, Lícia e PRETECEILLE, Edmond. (Coord.). **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo: Nobel; [Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Universitárias do Rio de Janeiro], 1990.

VELHO, Gilberto. (Coord.) **O desafio da cidade**: novas perspectivas da antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

VELHO, Otávio Guilherme. (Org.) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

VERNON, Raymond. International investment and international trade in the product-cycle. **Quarterly Journal of Economics**. Mai. 1966.

VIEILLE, Paul. Marché des terrains et société urbaine: recherche sur la ville de Paris: **Anthropos**, 1970.

VILLARREAL, Juan. **La exclusión social**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma Ensayo., 1996

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **A conquista da terra no universo da pobreza**. São Paulo: Hucitec, 1987.

WACQUANT Loïc. **Os condenados da cidade**: um estudo sobre a marginalidade avançada. (Trad. João Roberto Martins Filho et al). Rio de Janeiro: Revan, 2001.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Ano XVI, n. 55, São Paulo: Cortez, 1999.

WATANABE, Hiroshi e BRAGA, Welber da Silva. **Morro do Querosene**: alguns aspectos de uma favela. Belo Horizonte: Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia da UFMG, 1961.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**, Volume I, Brasília: Ed. UNB, 2000.

WEBER, Max. O conceito e categorias de cidade. (Trad. Antônio Carlos P. Peixoto) In VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro. Guanabara, 1987. p. 68-89

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. (Trad. Marina Corrêa Treuherz). In VELHO, Otávio Guilherme (Org.) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. p. 90-113.

WUHL, Simon. **Les exclus face à l'emploi**. Paris: Syrus, 1992.

XIBERRAS, Martine. **As Teorias da Exclusão**. Para uma construção do imaginário do desvio, Lisboa: Instituto Piaget, 1996 (original: **Les Théories de l'Exclusion**, 1993).

YÁZIGI, Eduardo. (Org). **Turismo – Espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1998.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar**: turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: Contexto, 2001.

YÁZIGI, Eduardo. A importância da paisagem. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Paisagem e Turismo**. São Paulo: Contexto, 2002. p.11-27

YOUNG, Jack. **The exclusive society**. Social exclusion, crime and difference in late modernity, London: Sage, 1999.

ZUKIN, Sharon. **The cultures of cities**. Cambridge, Massachussetts, Blackweell, 1995.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In. ARANTES, Antonio (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas, Papirus, 2000.

ANEXO

Favelas e Conjuntos Habitacionais Populares de
Belo Horizonte

Período 1897 a 2000

